



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

JOÃO PAULO GUERREIRO DE ALMEIDA

**ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA JAGUARIBANA ZÉ MARIA DO TOMÉ: EDUCAÇÃO
DO CAMPO E TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA**

JOÃO PESSOA – PB

2024

JOÃO PAULO GUERREIRO DE ALMEIDA

**ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA JAGUARIBANA ZÉ MARIA DO TOMÉ: EDUCAÇÃO
DO CAMPO E TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito para a obtenção do título de Doutor
em Educação.

Linha de pesquisa: Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva.

JOÃO PESSOA - PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A447e Almeida, João Paulo Guerreiro de.

Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé
: educação do campo e territorialização da agroecologia
/ João Paulo Guerreiro de Almeida. - João Pessoa, 2024.
325 f. : il.

Orientação: Severino Bezerra da Silva.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação do campo. 2. Educação popular. 3.
Pedagogia da alternância. 4. Territorialização da
agroecologia. 5. Comunidade camponesa. I. Silva,
Severino Bezerra da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 376.7(043)

JOÃO PAULO GUERREIRO DE ALMEIDA

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA JAGUARIBANA ZÉ MARIA DO TOMÉ: EDUCAÇÃO DO
CAMPO E TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito para a obtenção do título de Doutor
em Educação.

Linha de pesquisa: Educação Popular.

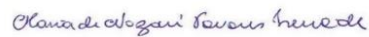
Orientador: Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva.

Aprovada em: 22 de março de 2024.

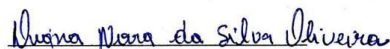
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva
Universidade Federal da Paraíba – Orientador



Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide
Universidade Federal da Paraíba – Examinadora interna



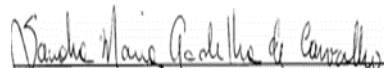
Profa. Dra. Diana Nara da Silva Oliveira
Universidade Estadual do Ceará – Examinadora externa



Profa. Dra. Maria Inês Escobar da Costa
Universidade Federal do Ceará – Examinadora externa



Profa. Dra. Maria Isabel Antunes-Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais – Examinadora externa



Profa. Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho
Universidade Estadual do Ceará – Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

Ao criador, primeiramente, pelas graças alcançadas, ouvir-me ao dormir e acordar, sempre que peço que olhe pelos seus filhos durante o dia.

Ao meu companheiro, Lunian Fernandes, por todo o apoio e parceria na caminhada da vida (cotidiano e acadêmica). Compartilhar alegrias, angústias e vitórias com você é a coisa mais gratificante desse processo.

À minha família: Conceição Guerreiro, Memê, minha mãe, um exemplo de pessoa, a qual cuidou por muitos anos dos meus avós... Agricultora, sempre me incentivou a amar o campo e os estudos e, sem saber, é uma defensora da Educação do Campo. Minha irmã, Taísa Guerreiro, sempre presente comigo, minha confidente. Meus avós maternos (*in memoriam*), os quais me incentivaram sempre e contribuíram significativamente com o meu acesso à educação.

Ao meu orientador, professor Severino Bezerra da Silva, exemplo de professor e ser humano, pela contribuição imensa à minha formação enquanto pesquisador engajado.

Às professoras da banca examinadora, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Diana Nara da Silva Oliveira, Maria Inês Escobar da Costa, Maria Isabel Antunes-Rocha e Sandra Maria Gadelha de Carvalho, as quais, desde a etapa de qualificação, contribuíram, significativamente, para a lapidação desta versão final da tese.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, que muito contribuíram com o meu percurso formativo no Doutorado. Em especial, aquelas e aqueles vinculados à linha de pesquisa de Educação Popular, a saber: Severino Bezerra, Nazaré Zenaide, Luiz Gonzaga, Aline Batista Machado e Emília Prestes.

Essa tese foi construída com várias mãos. Neste sentido, agradeço a todas e a todos que contribuíram com o nosso estudo sobre a EFA Jaguaribana e a territorialização da Agroecologia, emprestando suas vozes e seus processos educativo-políticos em defesa das comunidades camponesas do Vale do Jaguaribe.

Aos grandes amigos que estiveram comigo nos momentos de alegria, mas também nos momentos de aflição: Clarice Santiago, Débora Santana, Diana Nara, Edleuza Silva, Gerlane Lima, Glícia Oliveira, Heli Maia, Josse Vieira, Lunian Fernandes, Mayara Gabrielle, Nara Gomes, Renata Beatriz, Thaís Brito e Wanessa Pinheiro.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com a minha formação acadêmica e profissional, o meu muito obrigado!

RESUMO

A Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, localizada na comunidade Olho D'água dos Currais, município de Tabuleiro do Norte-Ceará, é uma das oito EFAs desse estado. Sua atuação é ampla e se expande para além das dinâmicas municipais, por se tratar de uma escola engajada e articulada a instituições, coletivos e movimentos sociais ligados à resistência em defesa da Agroecologia. Além da oferta de um Curso Técnico Agropecuária, a EFA Jaguaribana, por meio de sua Associação, desenvolve projetos agroecológicos junto a camponeses da região jaguaribana. Nesta pesquisa, vinculada à linha de Educação Popular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, perseguimos a seguinte questão: Como a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, por meio de diversas frentes de atuação, constroi estratégias comunitárias de resistência ao Agronegócio, na perspectiva da Educação do Campo e da Educação Popular, com vistas à territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe? Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar a atuação educativa e comunitária da Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, no que respeita às estratégias de formação da população do campo para a convivência com o semiárido cearense, ao passo em que interroga suas possíveis contribuições à organização e à participação sociopolítica camponesa, construída por meio da territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos análise de referenciais pertinentes à Educação do Campo (Silva, 2020; Molina, 2010; Caldart, 2008; Carvalho, 2006), à Pedagogia da Alternância (Gimonet, 2007; Begnami, 2003 e 2019) e à Agroecologia (Caporal, 2011; Caporal e Costabeber, 2004; Machado e Machado Filho, 2017; Guhur e Silva, 2022), seguidos das suas interfaces com a Educação Popular. Os documentos institucionais da Escola e da Associação, tais como o Projeto Político Pedagógico e Memórias Institucionais e não institucionais não institucionais (fotografias, boletins, *cards* e outros) também foram consultados, a fim de compreender a sua identidade e sistematizar as principais atividades desenvolvidas. Na pesquisa de campo, realizamos observações *in loco*, na própria EFA Jaguaribana e em comunidades camponesas onde são desenvolvidos os projetos agroecológicos, visando perceber as estratégias e contribuições dessa instituição de ensino para a organização e a participação sociopolítica camponesa. Nestes momentos, também foram entrevistados os diversos sujeitos que compõem a EFA Jaguaribana, como forma de conhecer as suas dinâmicas de atuação e o processo de territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. A partir dessa pesquisa, identificamos que tal atuação voltada ao desenvolvimento dos territórios camponeses e à transição agroecológica promove a territorialização da Agroecologia, a qual é precedida por uma inserção comunitária e por processos educativo-políticos, atravessados pela

Educação Popular e pela Educação do Campo, consequentemente, formas de educação libertadora que impulsionam à organização e à participação popular. Concluímos que a EFA Jaguaribana, por meio de suas ações, ratifica a função social de uma escola do campo, diminuindo a distância escola-comunidade, mediante a sua expansão às comunidades camponesas com o Curso Técnico e com os Projetos desenvolvidos, numa perspectiva agroecológica. Não obstante, essa dinâmica de inserção nos territórios camponeses implica numa forma de ampliar as possibilidades de atuação/formação na Pedagogia da Alternância, conferindo características e demandas particulares do semiárido e do Vale do Jaguaribe.

Palavras-chave: Educação Popular. Educação do Campo. Pedagogia da Alternância. Territorialização da Agroecologia. Comunidade Camponesa.

RESUMEN

La Escuela Familiar Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, ubicada en la comunidad Olho D'água dos Currais, municipio de Tabuleiro do Norte-Ceará, es una de las ocho EFA de ese estado, cuyas operaciones son amplias y se expanden más allá de la dinámica municipal, al ser una escuela comprometida y articulada con instituciones, colectivos y movimientos sociales vinculados a la resistencia en defensa de la Agroecología. Además de ofrecer un Curso Técnico Agrícola, EFA Jaguaribana, a través de su Asociación, desarrolla proyectos agroecológicos con campesinos de la región Jaguaribana. En esta investigación, vinculada a la línea de Educación Popular del Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Paraíba, perseguimos la siguiente pregunta: ¿Cómo EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, a través de los diversos frentes de acción, construye estrategias comunitarias de resistencia a los Agronegocios, desde la perspectiva de la Educación Rural y la Educación Popular, con miras a la territorialización de la Agroecología en Vale do Jaguaribe? En este sentido, el objetivo de este trabajo fue analizar las actividades educativas y comunitarias de la Escuela Familiar Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, en lo que respecta a estrategias de capacitación de la población rural para vivir en la región semiárida de Ceará, al tiempo que interroga sus posibles contribuciones a la organización y participación sociopolítica de los campesinos, construidas a través de la territorialización de la Agroecología en Vale do Jaguaribe. Para desarrollar la investigación, analizamos referentes relevantes para la Educación Rural (Silva, 2020; Molina, 2010; Caldart, 2008; Carvalho, 2006), la Pedagogía de la Alternancia (Gimonet, 2007; Begnami, 2003 y 2019) y la Agroecología (Caporal, 2011; Caporal y Costabeber, 2004; Machado y Machado Filho, 2017; Guhur y Silva, 2022), seguido de sus interfaces con la Educación Popular. También se consultaron los documentos institucionales del Colegio y de la Asociación, como el Proyecto Político Pedagógico y las Memorias institucionales y no institucionales (fotografías, boletines, fichas y otros), con el fin de conocer su identidad y sistematizar las principales actividades realizadas. En la investigación de campo, realizamos observaciones in situ, en la propia EFA Jaguaribana y en comunidades campesinas donde se desarrollan proyectos agroecológicos, con el objetivo de comprender las estrategias y aportes de esta institución educativa a la organización y participación sociopolítica de los campesinos. En esos momentos, también fueron entrevistados los distintos sujetos que integran EFA Jaguaribana, como una forma de comprender sus dinámicas operativas y el proceso de territorialización de la Agroecología en el Vale do Jaguaribe. A partir de esta investigación, identificamos que dicha acción encaminada al desarrollo de los territorios campesinos y la transición agroecológica promueve la territorialización de la Agroecología, la cual es precedida

por procesos de inserción comunitaria y educativo-político, atravesados por la Educación Popular y la Educación Rural, en consecuencia, formas de educación liberadora que fomente la organización y la participación popular. Concluimos que EFA Jaguaribana, a través de sus acciones, ratifica la función social de una escuela rural, reduciendo la distancia escuela-comunidad, a través de su expansión a comunidades campesinas con el Curso Técnico y los Proyectos desarrollados, desde una perspectiva agroecológica. Sin embargo, esta dinámica de inserción en territorios campesinos implica una forma de ampliar las posibilidades de acción/formación en la Pedagogía de la Alternancia, confiriendo características y demandas particulares de la región semiárida y del Vale do Jaguaribe.

Palabras clave: Educación Popular. Educación Rural. Pedagogía de la Alternancia. Territorialización de la Agroecología. Comunidad Camponesa.

ABSTRACT

The Agricultural Family School Jaguaribana Zé Maria do Tomé, located in the Olho D'água dos Currais community, municipality of Tabuleiro do Norte-Ceará, is one of the eight EFAs in that state, whose operations are broad and expand beyond municipal dynamics, by It is a school engaged and articulated with institutions, collectives and social movements linked to resistance in defense of Agroecology. In addition to offering an Agricultural Technical Course, EFA Jaguaribana, through its Association, develops agroecological projects with peasants in the Jaguaribana region. In this research, linked to the Popular Education line of the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Paraíba, we pursue the following question: How does EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, through the various fronts of action, build community strategies of resistance to Agribusiness, from the perspective of Rural Education and Popular Education, with a view to the territorialization of Agroecology in Vale do Jaguaribe? In this sense, the objective of this work was to analyze the educational and community activities of the Agricultural Family School Jaguaribana Zé Maria do Tomé, with regard to strategies for training the rural population to live in the semi-arid region of Ceará, while interrogates its possible contributions to the organization and sociopolitical participation of peasants, built through the territorialization of Agroecology in Vale do Jaguaribe. To develop the research, we analyzed references relevant to Rural Education (Silva, 2020; Molina, 2010; Caldart, 2008; Carvalho, 2006), Alternation Pedagogy (Gimonet, 2007; Begnami, 2003 and 2019) and Agroecology (Caporal, 2011; Caporal and Costabeber, 2004; Machado and Machado Filho, 2017; Guhur and Silva, 2022), followed by its interfaces with Popular Education. The institutional documents of the School and the Association, such as the Pedagogical Political Project and Institutional and non-institutional Memoirs (photographs, bulletins, cards and others) were also consulted, in order to understand their identity and systematize the main activities carried out. In field research, we carried out on-site observations, at EFA Jaguaribana itself and in peasant communities where agroecological projects are developed, aiming to understand the strategies and contributions of this educational institution to the organization and socio-political participation of peasants. At these moments, the various subjects who make up EFA Jaguaribana were also interviewed, as a way of understanding their operating dynamics and the process of territorialization of Agroecology in Vale do Jaguaribe. From this research, we identified that such action aimed at the development of peasant territories and the agroecological transition promotes the territorialization of Agroecology, which is preceded by community insertion and educational-political processes, crossed by Popular Education and Rural Education, consequently, forms of liberating education that encourage organization and

popular participation. We conclude that EFA Jaguaribana, through its actions, ratifies the social function of a rural school, reducing the school-community distance, through its expansion to peasant communities with the Technical Course and the Projects developed, from an agroecological perspective. Nevertheless, this dynamic of insertion in peasant territories implies a way of expanding the possibilities of action/training in the Pedagogy of Alternation, conferring particular characteristics and demands of the semi-arid region and the Vale do Jaguaribe.

Keywords: Popular Education. Rural Education. Alternation Pedagogy. Territorialization of Agroecology. Peasant Community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Localização da sede definitiva da EFA Jaguaribana – Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte.....	42
Figura 2	Inserção da EFA Jaguaribana no cotidiano de lutas do Vale do Jaguaribe.	50
Figura 3	Entrevistados presencialmente.....	51
Figura 4	Fundação do Fórum Estadual de Educação Indígena, Quilombola, do Campo, das Águas e da Caatinga no Semiárido Cearense.....	76
Figura 5	Dimensões da Agroecologia.....	97
Figura 6	Os Quatro Pilares dos CEFFAs no contexto brasileiro.....	106
Figura 7	Logomarca da EFA Jaguaribana.....	116
Figura 8	Síntese sobre as frentes de atuação da EFA Jaguaribana e da AEFAJA....	119
Figura 9	As dimensões da Agroecologia no trabalho da AEFAJA.....	123
Figura 10	Matriz Curricular - Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio Habilitação em Agropecuária em Regime de Alternância.....	126
Figura 11	Aula inaugural do Curso Técnico em Agropecuária.....	127
Figura 12	Desafios da Prática Pedagógica na Pedagogia da Alternância.....	131
Figura 13	Possibilidades de abordar temáticas referentes à agroecologia nas disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária.....	136
Figura 14	Educandos(as) da EFA Jaguaribana (gênero)	140
Figura 15	Residências dos educandos(as) da EFA Jaguaribana.....	141
Figura 16	Eixos temáticos das <i>lives</i> do EFAoVivo.....	153
Figura 17	Projetos de Pesquisa e Extensão desenvolvidos pelo LECAMPO/FAFIDAM/ UECE (2021).....	163
Figura 18	Projetos desenvolvidos pela AEFAJA.....	169
Figura 19	Casas de Semente do Vale do Jaguaribe e respectivas comunidades onde estão localizadas.....	174
Figura 20	Casa de Sementes Antônio Rodrigues dos Santos.....	175
Figura 21	Interior da Casa de Sementes Antônio Rodrigues dos Santos.....	176
Figura 22	Conversa de quintal.....	181
Figura 23	Práticas Educativas nos projetos da EFA Jaguaribana.....	204
Figura 24	Composição do Movimento 21.....	214
Figura 25	Localização do Acampamento Zé Maria do Tomé.....	217

Figura 26	Diagnóstico realizado na casa de uma Acampada e educanda da EFA Jaguaribana.....	220
Figura 27	Mesa redonda no ato em apoio ao Acampamento Zé Maria do Tomé.....	221
Figura 28	Visita aos quintais produtivos dos camponeses (as) da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte.....	223
Figura 29	Roda de conversa com camponeses(as) da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte.....	224
Figura 30	Conversa desenhada.....	228
Figura 31	Bandeiras de luta dos participantes da Oficina de VPSAT.....	229
Figura 32	<i>Card</i> da Festa da Colheita de Tabuleiro do Norte – CE.....	231
Figura 33	Convite porta a porta para a Festa da Colheita.....	233
Figura 34	Convite porta a porta para a Festa da Colheita.....	233
Figura 35	<i>Banner</i> da Festa da Colheita.....	236
Figura 36	Moradoras da Comunidade realizando a ornamentação da Festa da Colheita.....	238
Figura 37	Bandeiras temáticas da Agroecologia.....	239
Figura 38	Apresentação da Programação da Festa da Colheita.....	241
Figura 39	Fala da representação da EFA Jaguaribana sobre o significado da Festa da Colheita.....	242
Figura 40	Teatro de Fantoques.....	243
Figura 41	Apresentação do vídeo sobre a experiência de Economia Solidária CSA..	246
Figura 42	Jantar comunitário e partilhado.....	249

GRÁFICOS

Gráfico 1	Perfil dos participantes do evento – gênero.....	157
Gráfico 2	Perfil dos participantes do evento – cor/etnia.....	157

MAPAS

Mapa 1	Mesoregiões do Ceará.....	37
Mapa 2	Microrregiões do Vale do Jaguaribe.....	38
Mapa 3	Município de Potiretama.....	40
Mapa 4	Município de Limoeiro do Norte.....	41
Mapa 5	Município de Tabuleiro do Norte.....	43
Mapa 6	Escolas Família Agrícola no Ceará.....	103

Mapa 7	Abrangência dos Projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé (2020-2023).....	189
--------	---	-----

QUADROS

Quadro 1	Documentos Institucionais da EFA Jaguaribana.....	46
Quadro 2	Instrumentos didático-pedagógicos da Pedagogia da Alternância.....	108
Quadro 3	Atividades desenvolvidas pela AEFAJA (2016-2020).....	120
Quadro 4	Perfil das(os) educadoras(es) entrevistadas(os).....	129
Quadro 5	Perfil dos egressos entrevistados.....	142
Quadro 6	Perfil dos participantes do evento – residência.....	158
Quadro 7	Síntese das atividades do Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire.....	159
Quadro 8	Projetos em Execução pela AEFAJA.....	171
Quadro 9	Síntese de Atividades da AEFAJA (Janeiro/2020 a julho/2023).....	186
Quadro 10	Siglas dos projetos da EFA Jaguaribana.....	188
Quadro 11	Atividades voltadas à dimensão técnica da Agroecologia.....	191
Quadro 12	Atividades voltadas à dimensão administrativa da Agroecologia.....	191
Quadro 13	Atividades voltadas às dimensões política e social da Agroecologia.....	193
Quadro 14	Atividades voltadas à dimensão cultural da Agroecologia.....	196
Quadro 15	Organização ou participação em Feiras Agroecológicas e Festas.....	198
Quadro 16	Arrecadação de fundos para a escola e organização de mutirões.....	199
Quadro 17	Intercâmbios e apresentação da escola para instituições parceiras.....	200
Quadro 18	Planejamento e execução de atividades diversas dos projetos.....	201
Quadro 19	Instituições participantes da Oficina de VPSAT.....	225

TABELAS

Tabela 1	Brasil – Assentamentos criados, famílias assentadas e área adquirida nos sucessivos governos federais (1985-2016).....	63
Tabela 2	Analfabetismo por grupos de idade – rural (2001 e 2015) (Em %).....	82

SUMÁRIO

1 CONSTRUÇÕES E REFLEXÕES INICIAIS	16
1.1 Campo de pesquisa: aproximações e estranhamentos	20
1.2 Estruturação da tese	28
 2 DEFINIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA	 30
2.1 O Território do Vale do Jaguaribe	33
2.2 A pesquisa bibliográfica e documental na construção da tese	45
2.3 A chegada ao campo - Pesquisa Participante.....	47
2.3.1 Educandos e educadores: atravessamentos entre Pedagogia da Alternância e Agroecologia	51
2.3.2 Olhares sobre a EFA Jaguaribana para além dos muros da escola.....	51
2.4 Orientações para a análise dos dados.....	53
 3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS E NECESSÁRIOS	 54
3.1 Contribuições do campesinato na construção da Educação do Campo - breve contextualização	54
3.2 Educação do Campo: um outro paradigma educacional.....	67
3.2.1 Políticas de Educação do Campo em foco e possibilidades no âmbito das EFAs	83
3.3 Educação do Campo e Agroecologia: diálogos fecundos.....	92
 4 DE LAUZUN A TABULEIRO DO NORTE: A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA.....	 100
4.1 A Pedagogia da Alternância na atualidade	104
4.2 Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé: uma trajetória que nasce da/na luta	111
4.2.1 A Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana	119
4.3 A territorialização da Agroecologia a partir do Curso Técnico em Agropecuária	125
4.3.1 “O educando traz, mas também devolve; à medida que devolve, comunica. À medida que comunica e devolve, multiplica”: entrevistas com educadoras(es).	128
4.3.2 “Quero um dia ser doutora, a primeira formada de toda minha família. Fiz da EFA meu laboratório”: entrevistas com egressos.....	140
 5 ESCOLA NAS REDES E TELAS: A COMUNICAÇÃO POPULAR NA EFA JAGUARIBANA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA.....	 149
5.1 Lives e eventos: um levantamento	151

5.2 Seminário a Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire	156
---	-----

6 SEMENTES DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO VALE DO JAGUARIBE

6.1 Projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana junto a comunidades camponesas	168
6.1.1 Projeto Sementes da Vida	173
6.1.2 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.....	178
6.1.3 Projetos “Quintais de saberes e sabores do semiárido” e “Mulheres camponesas e quilombolas do Vale do Jaguaribe”	180
6.1.4 Projeto Sementes crioulas, agrofloresta e sustentabilidade no ambiente semiárido	182
6.1.5 Fortalecendo a Educação do Campo através da Inclusão Digital	182
6.1.6 Consórcios Agroecológicos	184
6.2 Dimensões da Agroecologia nos projetos desenvolvidos pela AEFAJA	187
6.2.1 Dimensão da Escala	188
6.2.2 Dimensões técnica e administrativa.....	190
6.2.3 Dimensões Política e Social.....	192
6.2.4 Dimensão cultural	196
6.2.5 Dimensões que se imiscuem no processo	197
6.3 Práticas educativas e momentos formativos desenvolvidos em comunidades camponesas .	202

7 DINÂMICAS DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO: MOVIMENTOS SOCIAIS, COLETIVOS E INSTITUIÇÕES DO VALE DO JAGUARIBE.....

7.1 Inserção no Movimento 21: passos de uma caminhada coletiva	211
7.2 Resistência junto ao Acampamento Zé Maria do Tomé – Chapada do Apodi, Limoeiro do Norte	216
7.3 O cotidiano de lutas da Chapada de Tabuleiro: oficina de vigilância popular em saúde do trabalhador	222
7.4 Festa da colheita: partilha de saberes e sabores na Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte.....	228

8 PARA FINALIZAR, SEM CONCLUIR.....

REFERÊNCIAS.....	256
APÊNDICES.....	275
ANEXOS	320

1 CONSTRUÇÕES E REFLEXÕES INICIAIS

Esta pesquisa busca analisar a atuação educativa e comunitária da Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, no que respeita às estratégias de formação da população do campo para a convivência com o semiárido cearense, ao passo em que interroga suas possíveis contribuições para a organização e participação sociopolítica camponesa, construída por meio da territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. A EFA Jaguaribana encontra-se localizada na comunidade Olho D'água dos Currais, no município de Tabuleiro do Norte-Ceará, no Vale do Jaguaribe¹, todavia, sua atuação se expande para além das dinâmicas municipais, tendo em vista a atuação de sua instituição mantenedora, a Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana - AEFAJA.

Conforme mencionado por Freitas (2018) e Silva (2014), o Vale do Jaguaribe é uma região marcada por conflitos socioambientais, envolvendo o Agronegócio, as barragens e pequenos produtores, sobretudo na Chapada do Apodi, localizada na divisa dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. No território cearense, a Chapada do Apodi compreende os municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte.

Em se tratando do contexto da Chapada do Apodi, Freitas (2018) constatou um notório processo de expropriação camponesa em decorrência da implantação de Perímetros Irrigados, ligados ao setor de fruticultura. No caso específico do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), em Limoeiro do Norte, compreendemos que sua implantação marcou a territorialização do Agronegócio na região, gerando uma série de conflitos, tensões, expulsões de moradores e extinção de comunidades. A territorialização do Agronegócio ainda acontece na região, desta vez no município de Tabuleiro do Norte, com o setor ligado à produção de algodão, e vem atingindo comunidades camponesas e a própria EFA Jaguaribana, a qual localiza-se em uma destas.

Ambos os fatos impactaram diretamente no processo de reprodução social do campesinato naquele território, com uma intensa migração de camponeses. No entanto, isto não ocorreu sem resistência, pois ainda há comunidades, compostas por crianças, jovens, adultos e idosos, que não cederam à pressão do Agronegócio ao barganhar as terras dos pequenos produtores. Assim, pensando especificamente no camponês e compreendendo-o como sujeito do território, a partir de Moura (1986), Martins (1981) e Freitas (2018, 2020), passamos a refletir

¹ No que tange ao Vale do Jaguaribe, trata-se de região do estado do Ceará composta por quatro microrregiões, quais sejam: Serra do Pereiro, que representa os municípios de Ererê, Pereiro, Iracema e Potiretama; Médio Jaguaribe, composta por Jaguaribe, Jaguaretama e Nova Jaguaribara; Baixo Jaguaribe, representando os municípios de Alto Santo, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Morada Nova, Ibicuitinga, Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Palhano e Jaguaruana; por último, o Litoral do Aracati, que compreende Itaíçaba, Aracati, Icapuí e Fortim.

sobre o movimento contrário - o da convivência com o semiárido -, uma vez que, mesmo sendo um contexto de violação de direitos, vêm surgindo forças contra-hegemônicas que se levantam contra a opressão e contribuem para o (re)desenhar daquele cenário.

No campo, então explorado pelo Agronegócio, foram plantadas sementes de luta e resistência em resposta à sua expansão destrutiva no território jaguaribano. Neste sentido, para disputar o projeto territorial do capital no campo, também torna-se necessária a territorialização da Agroecologia, movimento compreendido como a massificação e o escalamento (Rosset e Barbosa, 2019, p. 47) de estilos de agriculturas sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2009), cuja ação também é permeada por uma práxis educativo-pedagógica e política, a qual “[...] acontece para além do espaço escolar, incorporando outros lugares para a construção de processos educativos e formativos” (Barbosa e Rosset, 2017, p. 717).

A EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé² é uma destas sementes que promovem a territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. A referida instituição carrega o nome de um líder comunitário, José Maria Filho, da Comunidade Tomé, em Limoeiro do Norte, o qual impulsionou o levantar de vozes contrárias aos desmandos, sobretudo do Agronegócio na Chapada do Apodi, mas que teve sua vida ceifada, em 2010, em virtude de sua militância naquele território.

Como mencionado, a referida instituição está localizada no distrito de Olho d’água dos Currais, município de Tabuleiro do Norte, Ceará e volta-se à formação humana e profissional dos camponeses do território jaguaribano, em especial da Chapada do Apodi, na perspectiva da Educação do Campo, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, da identidade camponesa e da produção agroecológica. Neste sentido, a EFA Jaguaribana, mais do que uma escola, é uma resposta e um projeto contra-hegemônico camponês. Para concretizar-se como resposta, ou seja, inicialmente como Escola, houve a criação da Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana – AEFAJA, sua instituição mantenedora, cujas atividades e dinâmicas no território expandiram-se para além das possibilidades de uma Escola Família Agrícola e da Pedagogia da Alternância. Assim, é esse projeto contra-hegemônico de desenvolvimento territorial sustentável voltado aos camponeses que pretendemos investigar.

Embora tivesse intenção inicial de situar-se como Escola Família Agrícola, a atuação da EFA teve repercussão maior e, atualmente, a mesma é composta pelo Curso Técnico em Agropecuária e por diversos projetos, não interligados ao primeiro, mas que são igualmente constituídos de práticas educativas fundamentais nesse processo de territorialização da

² A instituição funciona com o auxílio de voluntários da sociedade civil e movimentos sociais, na condição de professores, monitores ou gestores. Os recursos financeiros são oriundos de editais e de doações.

Agroecologia, a saber: Escola de Música Sons da Terra; Sementes da Vida, Assistência Técnica e Extensão Territorial; Sementes Crioulas, Agrofloresta e Sustentabilidade ambiental no Semiárido; Educação do Campo e Inclusão Digital; Mulheres Camponesas e Quilombolas do Vale do Jaguaribe; Quintais de Saberes e Sabores no Semiárido.

Assim, são atividades de destaque deste projeto contra-hegemônico que a presente pesquisa pretende enfocar: 1) O Curso Técnico em Agropecuária da EFA Jaguaribana, destinado aos jovens camponeses; 2) Os projetos de assessoria técnica e de desenvolvimento territorial destinados a camponeses da região, a exemplo do Projeto Sementes da Vida e outros; 3) A Comunicação Popular, assumida como estratégia para promover uma disputa de ideias *online* no contexto de pandemia do Covid-19³, quando as atividades da Escola foram interrompidas; 4) As dinâmicas comunitárias e de resistência ao Agronegócio promovidas pela EFA Jaguaribana em diálogo com movimentos sociais e coletivos do Vale do Jaguaribe.

Neste sentido, a pesquisa perseguirá a seguinte questão: Como a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, por meio de frentes diversas de atuação, constroi estratégias comunitárias de resistência ao Agronegócio, na perspectiva da Educação do Campo e da Educação Popular, com vistas à territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe?

Na intenção de buscar respostas à questão acima apresentada, o objetivo geral da pesquisa é analisar a atuação educativa e comunitária da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, investigando suas contribuições para a organização e a participação sociopolítica camponesa, construída por meio da territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. E os específicos são: a) discutir a fundação da EFA Jaguaribana em consonância com as lutas socioambientais no Vale do Jaguaribe; b) analisar as estratégias de territorialização da Agroecologia promovidas pela EFA Jaguaribana, a partir do Curso Técnico em Agropecuária e

³ O COVID-19 é uma doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, que, dentre outros sintomas, causa síndrome respiratória aguda grave. Os primeiros casos do COVID-19 datam de dezembro de 2019, em Wuhan, província de Hubei, na China. No final de janeiro de 2020, foi declarado pela OMS um surto do novo coronavírus, causando alerta mundial. No Brasil, os primeiros casos relatados datam de 28 de fevereiro de 2020. Em março do mesmo ano, tendo se distribuído geograficamente por todo o mundo, o COVID-19 passou a ser reconhecido como pandemia. Como estratégias de prevenção ao COVID-19, adotou-se, inicialmente, distanciamento social e uso de máscaras, e posteriormente, houve várias fases de *lockdown* (confinamento). No que concerne à educação escolar neste contexto, as instituições de ensino adotaram o formato remoto emergencial (*online*), que consiste em estratégias de ensino-aprendizagem criadas para dirimir os impactos do isolamento social na aprendizagem. Para tanto, adotou-se, sobretudo, o uso de tecnologias digitais como recurso para este processo. No Brasil, isso ocorria paralelamente à luta em defesa da vida, que consistia em, para além do isolamento social, garantir apoio financeiro (auxílio emergencial) a famílias de baixa renda - cujas atividades remuneradas dependiam do trabalho *in loco* - e cobertura vacinal, condições indispensáveis à preservação da saúde física e mental da população. É importante frisar que no Brasil, as questões supracitadas ainda se agravavam em decorrência de um governo negacionista e protofascista, que se contrapunha a qualquer tentativa de atenuar os impactos da Pandemia do COVID-19, resultando no genocídio de mais 700 mil brasileiros(as), tratados como números e não como vidas - pais, avós, tios, sobrinhos, filhos ou irmãos de alguém. A você leitor(a) desta tese que perdeu um familiar para o COVID-19 e para o negacionismo, compartilhe da nossa indignação e receba o nosso abraço de conforto.

dos Projetos Agroecológicos desenvolvidos; c) investigar as contribuições da EFA Jaguaribana para os camponeses, com vistas ao fortalecimento da Agroecologia, da agricultura familiar e camponesa e da convivência com o semiárido.

Seguimos o argumento de que a referida instituição de ensino, na articulação com movimentos sociais e instituições resistentes no contexto de lutas do Vale do Jaguaribe e, por meio de suas diversas formas de intervenção no território, apresenta uma proposta educativa contra-hegemônica que promove a territorialização da Agroecologia, numa dinâmica de atuação permeada por práticas educativas e comunitárias na perspectiva da Educação do Campo e da Educação Popular, incidindo na organização e participação sociopolítica camponesa.

Assim, frente às lutas socioambientais vivenciadas na Chapada do Apodi e ao cotidiano de violação de direitos ali percebido, compreendemos que essa atuação na formação profissional camponesa contribuirá para o redesenhar das práticas de agricultura e de pecuária, com vistas à produção agroecológica, bem como fortalecerá nestes sujeitos a organização e a participação sociopolítica camponesa, a fim de romper com a lógica destrutiva do Agronegócio. Isto pode se constituir em elemento motivador, embora não único, da convivência com o semiárido e da reprodução social do campesinato na região, uma vez que os camponeses em formação ou em assessorias, seja no Curso Técnico em Agropecuária ou no Projeto Sementes da Vida, atuarão de modo a discutir alternativas sustentáveis de desenvolvimento territorial de suas comunidades.

A hipótese dialoga com a afirmação de que a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, em sua contra-hegemonia, por meio da Educação do Campo, da Comunicação Popular e dos Projetos acima mencionados, vêm reafirmando a emergência e a incidência da Educação Popular no território jaguaribano e pode, também, ser elemento motivador de transformação social mediante a articulação com outros coletivos, agências, instituições de ensino e movimentos sociais.

Em consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, constatou-se a existência de 95 Dissertações e 13 teses, de áreas e instituições diversas, voltadas a estudos sobre Escolas Família Agrícola. Dentre as teses, duas dialogavam sobre a EFA Dom Fragoso, a EFA Cearense mais antiga e que, conseqüentemente, somava maior quantitativo de estudos acadêmicos. No Catálogo, também observamos que não havia nenhum estudo sobre a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé. Logo, a presente tese traz em seu bojo o ineditismo, pois será a primeira a focar a educação e a resistência camponesa no Vale do Jaguaribe, observando as estratégias da referida instituição para a territorialização da Agroecologia e para a organização e participação sociopolítica camponesa.

Por tempos, construiu-se naquele território a narrativa do Agronegócio como redentor das mazelas sociais, ao passo em que se subtraía do camponês a oportunidade de permanecer no

campo – em virtude da expropriação de comunidades da Chapada do Apodi -, a fim de vislumbrar a agricultura familiar e camponesa e a produção sustentável. Todavia, é importante registrar que a região Jaguaribana tem forte marca da agricultura familiar, uma vez que são 24.606 estabelecimentos, que proporcionam ocupação a 68.748 pessoas (MDA, 2015). Salientamos, ainda, que parte destes estabelecimentos serão *lócus* de atuação profissional de egressos do Curso Técnico em Agropecuária ou dos diversos camponeses atendidos pelos Projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana.

Mediante esse trabalho, acreditamos ser possível suscitar reflexões acerca da importância da Educação do Campo e da Educação Popular para o engajamento de comunidades camponesas, potencializar práticas agroecológicas em diversos territórios, bem como impulsionar ou propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do campo.

1.1 Campo de pesquisa: aproximações e estranhamentos

Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder
Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber
(Chico Cesar)

Encontrar-se na e com a pesquisa parece missão simples, rápida e objetiva, no entanto, há que se considerar um ou até vários elementos que se apresentam. Ao longo desta breve trajetória como pesquisador, uma evidência: o encontro com o objeto de estudo, muitas vezes, acontece nos desencontros da caminhada. São desencontros com sujeitos, territórios, temáticas e metodologias; obstáculos, que nos fazem desviar do caminho até então trilhado e feito, mas que também nos fazem revisitar (ou visitar novas) trilhas e, conseqüentemente, as propostas de estudo. Logo, o que me trouxe até aqui? O caminho da pesquisa, quem nos mostra é o próprio objeto.

Ao realizar as reflexões necessárias sobre os caminhos que me levaram a essa proposta de tese, busquei nas lembranças as diversas tomadas de decisões, os dilemas, as certezas, a minha visão de mundo e de ser humano, a fim de olhar para trás e compreender, em meu percurso formativo, onde e quando nos encontramos. Esta tarefa ocorreu num diálogo intersubjetivo com as memórias de morador de zona rural, estudante, pesquisador e professor. Estas atuações, em dados momentos, se imiscuem e constituem o meu processo de formação como sujeito indagador da realidade.

No que diz respeito à memória, como destacou Jacques Le Goff (2003), sua problemática surge da relação entre a história e o tempo, remetendo-se ao tempo vivido e

registrado dos indivíduos e sociedades. Desse modo, nos estudos históricos, a memória envolve um modo de apropriar o tempo, interconectando referências de diversas temporalidades e não somente o passado. Diante disso, Le Goff (2003, p. 25) salienta que este “[...] passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”. A memória é, portanto, comunicativa; é uma comunicação entre as diversas temporalidades que nem sempre ocorre sob a marca da oposição. Para Catroga (2001), ela evoca aquela velha “[...] necessidade de se continuar a narrar”, mas essa ação nem sempre indica um caráter meramente repetitivo, mas sim um diálogo recriador com as experiências humanas e a possibilidade da lembrança, da rememoração criativa, porque o processo que constrói imagens e discursos sobre o passado através da memória é uma ação criativa.

Essa ideia de memória comunicativa muito interessa ao meu encontro com o objeto de estudo, uma vez que pude recordar, no decorrer da escrita, que o campo e a agricultura familiar compuseram as experiências da minha infância e parte da adolescência. Sou natural de São João do Jaguaribe, município da região do Vale do Jaguaribe, mas cresci na capital cearense, Fortaleza. Tenho cinco irmãos. Como aqui dizemos: três legítimos e os outros dois são filhos apenas do meu pai. Sou o segundo dos quatro filhos legítimos. Esta informação parece irrelevante, a princípio, mas ela servirá para compreender o caminho que conheci andando, no qual me perdi e também me encontrei. O ritmo urbano, por tempos, não me causou estranheza. Mas algo mudou.

Agricultores, os meus avós, com idade avançada, residiam no interior do estado, em São João do Jaguaribe. Em 2002, a minha mãe regressou ao interior para acompanhar estes cuidados. Naquele momento, um acordo foi feito entre meus pais: os dois filhos menores, que precisavam de mais atenção e cuidado, iriam morar no interior com a mãe e dois mais velhos ficariam na capital com o pai. E eu fiquei na capital até 2008.

Minha mãe nos visitava com frequência, mas aos poucos, dado o avanço da idade dos avós, as visitas passaram a ser anuais, motivo pelo qual passei a ir mais a São João do Jaguaribe visitá-los. Os fins de semana eram os mais aguardados para ver a família e os animais; a rede armada no alpendre, o cômodo com as sementes crioulas (que eu ainda não sabia que eram), as ferramentas de trabalho... O campo muito me encantava e ainda encanta. Quando voltava a Fortaleza, eu sentia falta de envolvimento, sentia falta de afeto e presença, até que em 2008, novamente fui passar férias no interior. Minha vida deu uma guinada ali.

O que seriam apenas férias de julho se transformaram num abandono da vida na cidade e o acolhimento da vida no campo, quando, ao perder meu avô decidi morar no interior para fazer companhia à minha mãe e à minha avó. Nesse momento, pude me encontrar com o campo de

forma mais envolta: no cuidado com os animais, com as plantas, com a vida. Foi uma experiência de convivência com o semiárido.

Este obstáculo na caminhada me levou a outro caminho, bem diferente do que imaginava até então. Ainda em 2008, prestei vestibular para o curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - Fafidam, *campus* da Universidade Estadual do Ceará em Limoeiro do Norte e foi nesse desencontro que novamente me encontrei. E desta vez foi um divisor de águas.

Ao ingressar no ensino superior, em 2009, um mundo de/em (des)construção me esperava e o desencontro anterior me levaria a encontrar com os meus, com aqueles que, atualmente, compõem uma rede em defesa da Educação do Campo e da Educação Popular no nosso território. Foi na Fafidam que conheci o Laboratório de Estudos da Educação do Campo - Lecampo, que se constitui num grande espaço de afirmação e defesa da Educação Popular, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação do Campo e dos Movimentos Sociais (Almeida; Carvalho; Oliveira, 2022).

Entre 2010 e 2013, atuei como bolsista de Iniciação Científica no referido Laboratório e pude conhecer a realidade do Vale do Jaguaribe, a partir dos projetos de pesquisa: “A educação de jovens e adultos no Vale do Jaguaribe: incursão na história das políticas, concepções e ações (1960 aos dias atuais)” e “A Educação do Campo, de jovens e adultos e o Movimento 21: Novas formas de resistência social à lógica do mercado”. A experiência nas pesquisas me proporcionou o encontro com um eu-pesquisador, um perfil que acompanharia desde então, inspirado em Paulo Freire.

Com a pesquisa acadêmica, foi possível conhecer a realidade jaguaribana, sobretudo no projeto de Iniciação Científica voltado ao Movimento 21 (M21) que, de acordo com Almeida e Silva (2021, p. 7):

[...] foi criado em 2010, a partir do assassinato do líder ambiental e comunitário José Maria do Tomé e objetiva levar adiante a luta empreendida pelo líder ambiental da comunidade Tomé, Chapada do Apodi, bem como cobrar as autoridades sobre a apuração do caso e punição aos envolvidos. Trata-se de um movimento social local, cuja atuação também implica diretamente numa perspectiva global.

O M21 é composto pela Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), as Universidades Federal (UFC) e Estadual (UECE) do Ceará, pela Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé e por setores da Igreja Católica do Vale do Jaguaribe vinculados à Teologia da Libertação. A pesquisa sobre o Movimento 21, desenvolvida no âmbito do Lecampo, teve como objetivo “aprofundar a compreensão das forças que atuam no referido

Movimento Social, explicitando as formas de resistência que unificaram tantos sujeitos e identificando a perspectiva da Educação do Campo, construída ao longo das últimas décadas num contexto de luta dos movimentos sociais do campo por Reforma Agrária, pode contribuir para o contexto de lutas da região jaguaribana”. Isto me fez compreender esta região como um território de violação de direitos e de resistência camponesa.

A figura do líder comunitário Zé Maria do Tomé, já apresentada anteriormente, fez nascer na Chapada do Apodi a semente da luta, semeada com sangue, em virtude da sua vida ceifada no dia 21 de abril de 2010, por denunciar os desmandos do Agronegócio no território. Ao calarem a voz de Zé Maria, pensavam fazer cessar a luta. Muito pelo contrário. Após um certo momento de temeridade, a resistência e as vozes ativas da Chapada passaram a ecoar. Com isso, novas sementes da luta vêm sendo plantadas (Almeida e Silva, 2021).

A articulação na Chapada do Apodi já existia antes da morte de Zé Maria, mas passou a existir de forma mais integrada em 2010, com o Movimento 21, que surge em alusão à morte de Zé Maria no dia 21 de abril e visa cobrar das autoridades a apuração do caso, bem como levar adiante a luta inicialmente travada.

Desde 2010, o M21 vem realizando protestos e manifestações voltados ao caso Zé Maria e, a partir de 2011, passaram a ser realizadas as Semanas Zé Maria, evento anual que problematiza o cotidiano de lutas da Chapada do Apodi e evidencia um caráter dialógico entre os conhecimentos acadêmico-científicos e os saberes populares. Participei de todas as Semanas Zé Maria, seja como organização ou ouvinte, e um fato me chamava bastante atenção, nas diversas versões deste evento: a participação camponesa, em suas diversas gerações. Recordo de uma peça teatral organizada por jovens da Chapada, com vistas a problematizar o contexto de disputas entre camponeses e empresários do Agronegócio. Compreendo que isto foi essencial para refletir sobre as dinâmicas e trajetórias juvenis no território, a qual retomarei mais à frente.

Uma vez conhecendo esta realidade conflituosa e desafiadora, a partir da pesquisa e das vivências na Chapada, o destino também me levou à Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, na condição de professor da Educação Básica na comunidade rural Cabeça Preta, entre 2013 e 2014. Durante esse percurso, me dividi entre a docência na educação básica durante o dia, os estudos universitários à noite (em Limoeiro do Norte) e a condição de morador da zona rural de São João Jaguaribe aos fins de semana.

Considero que a trajetória como educador me trouxe à tona um cotidiano de negação do direito à vida, mas também de negação do acesso e da permanência na educação. Ainda nesse período também vivenciei a ocupação de terras no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí, a cinco de maio de 2014, a qual resultou na formação do Acampamento Zé Maria do Tomé, vinculado ao

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que mesmo sob ameaças de reintegração de posse, ainda resiste e busca trazer na Agroecologia uma alternativa de resistência camponesa.

Recordo que durante os primeiros dias de ocupação, percebi certa temeridade dos estudantes com relação à ocupação das terras. Eles tinham muito medo do MST, mas no decorrer da minha atuação fiz alguns diálogos sobre o que era o movimento e qual a sua importância; também dialoguei com a direção da escola para dar apoio à ocupação, da forma que podíamos fazer: abrindo as portas da escola para os acampados terem acesso à água própria para consumo humano. Foram poucas as vezes que o Movimento fez esse pedido, mas em todas foram atendidos.

Dias depois, ao realizar visita ao Acampamento como atividade do Lecampo, encontrei estudantes da nossa escola na ocupação, pois estes eram expropriados de suas terras, eles eram os sem terra propriamente ditos. Numa aula, uma educanda muito esperta até soltou: “Professor, eu fui no sem-terra esse fim de semana. Lá é bom, viu?”. Com isso, aos poucos, mediando o diálogo e as vivências, estes puderam revisitar as suas compreensões sobre o fenômeno.

No decorrer destes dois anos de experiência vivida na escola, visualizei também que os jovens estudantes, com frequência, deixavam o campo e iam para a cidade, por motivos diversos, ou deixavam a escola e se empregavam nas empresas do Agronegócio. Eu, por exemplo, por vários motivos, sobretudo pessoais, precisei abandonar o campo, nesse meio tempo.

Passei a refletir e a questionar os porquês deste fenômeno que perpassou a minha trajetória e a de tantos outros sujeitos, pois em algum momento isso poderia se reverberar numa pesquisa. Não o foi de imediato, pois na graduação (2014) e no mestrado (2017) priorizei investigar o resgate e a memória da Educação de Jovens e Adultos - EJA, precisamente do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral no meu município, São João do Jaguaribe.

Em 2015, comemorei a aprovação no concurso para professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, com aproveitamento para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Ifce, em 2016. Nesta trajetória, prossegui com as pesquisas em torno da história e da memória da EJA nas diversas regiões do Ceará.

Atuei no período de um ano em Cedro - Região Centro-Sul - e dois anos em Aracati, no litoral leste do estado. A atuação nestes municípios era dividida pela residência em Limoeiro do Norte, logo, eu conciliava as idas e vindas nas rodovias, e elas me tomavam bastante tempo. Nesse período, me distanciei fisicamente do cotidiano de lutas da Chapada do Apodi, pois a disponibilidade de tempo era um desafio, mas sempre reservei as datas da Semana Zé Maria para participação. Também nesse período apresentei, em algumas aulas, sobretudo nas disciplinas de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação e História da Educação, um pouco sobre esse cotidiano de lutas na região jaguaribana, que embora localizada não tão próximo aos municípios

onde atuei, mostrava-se instigante para os educandos, com vistas a conhecer os desafios de outros territórios.

Meu trabalho se dá nas licenciaturas e envolve a juventude, pois sou professor dos primeiros semestres da graduação. Assim, ancorado em Dayrell (1996, 2003) e Reis (2005), passei a observar a categoria juventude numa perspectiva multidisciplinar, em suas vicissitudes e determinantes históricos e culturais. Devido à teia de significados em torno desta categoria sociológica, opta-se por designar juventudes, a fim de contemplar suas classes sociais, gêneros e identidade sexual, etnias, trajetórias de escolarização, residência, religião e situação familiar, em contextos diversos e, por vezes, adversos. Alves (2013) ainda incorpora outros aspectos na definição do sujeito jovem, como a faixa etária (15 e 29 anos), o término da escolarização básica e a inserção no mercado de trabalho.

No *campus* Aracati, atuei como professor e como Coordenador de Área do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid (2018-2020), na licenciatura em química, oportunidade ímpar para retornar à Educação Básica e refletir novamente sobre os desafios que cercam o processo de ensino-aprendizagem da química. Algumas pesquisas foram realizadas no decorrer deste período, importantes para evidenciar, também, que as juventudes que frequentam a escola pública têm suas trajetórias, anseios e sonhos, os quais carecem do olhar e do atuar sensível e motivador de sujeitos e instituições diversos(as).

Nesse meio tempo, de forma voluntária, também orientei memoriais de licenciandos em Educação do Campo, da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - Fafidam e pude conhecer um pouco sobre as suas trajetórias de vida e escolarização camponesa, na defesa da Educação do Campo e do território. Esta foi a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo na Uece e, por sua relevância e resistência camponesa, recebeu o nome “Turma Zé Maria do Tomé”, em alusão a esse lutador, cuja articulação tanto impulsionou o levantar de vozes na Chapada do Apodi.

O sujeito jovem muito me instiga, sobretudo as juventudes do campo, que têm suas especificidades. Esta compreensão que acompanhou a minha trajetória no Lecampo, nas experiências de participação na Semana Zé Maria e na atuação como professor da Educação Básica volta à tona a partir de 2018, quando participei processos seletivos para ingresso no doutorado. As propostas de estudo sobre as trajetórias de escolarização de jovens camponeses, submetidas às seleções, não tiveram aprovação nas universidades do meu estado, e este desencontro me fez buscar outros encontros, em outros territórios, em outras realidades.

Em 2019, quando consegui transferência para o Ifce de Limoeiro do Norte, município onde resido desde 2012, pude me reconectar com o contexto de resistência da Chapada do Apodi,

que então contava com outra semente: a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé. Na escola, vi a oportunidade de articular as trajetórias de escolarização de jovens camponeses à formação agroecológica, observando as contribuições da referida instituição para a formação de uma identidade camponesa e permanência do jovem no campo. Foi assim que submeti o projeto de doutorado à Linha de Educação Popular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - Ufpb em 2019 e, uma vez aprovado, iniciei os estudos em 2020. Ressalto o que é bem evidente: o ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19 no Brasil e no mundo, a partir da qual precisamos redesenhar o processo de ensino-aprendizagem e a pesquisa acadêmica.

Ao cursar as disciplinas obrigatórias e eletivas, no PPGE/UFPB, pude me reencontrar com a Educação Popular, a fim de revisitar a minha proposta de tese e redefinir algumas prioridades da pesquisa. Na ocasião, tentei articular a trajetória de escolarização do jovem ao trabalho com a Pedagogia da Alternância, especificamente no componente curricular Projeto de Vida da Família Camponesa (PVFC), mas havia certa limitação de pensar a pesquisa, em virtude do contexto pandêmico, que pediu distanciamento e isolamento social. Mesmo assim, fiz as adequações do projeto à linha de pesquisa e atualizei dados, teóricos e categorias temáticas. Ainda existia bastante evidente em meu raciocínio que a EFA Jaguaribana poderia contribuir para a permanência do sujeito jovem no campo. No entanto, outro desencontro aconteceria.

Ao chegar a campo na fase exploratória da pesquisa, nas experiências do PVFC, evidenciei que os educandos tinham diversos perfis geracionais e de residência: jovens e adultos; do campo e da cidade; com ou sem propriedade de terra; oriundos de assentamentos e acampamentos. Também evidenciei algo bastante óbvio, mas que passou despercebido por um tempo: para além da resistência da escola, existe um contexto que, por vezes, inviabiliza a permanência do jovem no campo. Como apresento em nota de campo, sobre uma das visitas aos educandos, naquele momento ficou explícito que a escola, sozinha, não poderia mudar a realidade, mas a sua articulação com outros coletivos, movimentos sociais e instituições do Vale do Jaguaribe poderia potencializar e não individualizar a luta.

O retorno à casa foi seguido de muitas reflexões sobre os desafios do PVFC, que não se voltavam exclusivamente ao contexto pandêmico, mas à negação de direitos básicos à população do campo. Questões como a concentração de terra e a má distribuição de recursos hídricos foram pautadas, pois como observado, de forma solitária e desarticulada a EFA não conseguirá lograr êxito. O perfil dos educandos prova isso: uns não possuem terras, mas têm vontade de trabalhar no campo; outros possuem a terra e vontade, mas as condições objetivas, como a distribuição da água e de insumos, afetam diretamente as atividades. De longe, avistei o quão necessária se faz a Reforma Agrária naquele contexto.

Assim, conversando com a professora do PVFC, pude expandir meu horizonte de compreensão sobre a temática e me pus a refletir se minha proposta de estudo estaria colocando uma responsabilidade

imensa na EFA, como a possibilidade de permanência do sujeito no campo a partir da inserção na escola e do trabalho no PVFC. Segundo a professora, antes de permanecer no campo, muitos jovens vão conhecer a realidade da cidade, outros dividem a vida entre o campo e cidade, por isso, na visão dela, o mais ideal seria analisar a convivência com o semiárido.

As observações feitas durante as visitas e diálogo e reflexões posteriores foram primordiais para revisitar a minha proposta de estudo, uma vez que, a partir de então pude perceber que o trabalho da EFA articula muitas estratégias de convivência com o semiárido e territorialização da Agroecologia, mas que devem também se dar numa dimensão macro (Nota de campo, visita do PVFC em Potiretama, 11/10/2020)

Isto foi abrindo caminhos para a ampliação da pesquisa. Em diálogo com a coordenadora da EFA Jaguaribana, que é professora aposentada da Universidade Estadual do Ceará, relatei estes desafios e os primeiros achados da pesquisa. Quando falei sobre a relação entre a EFA e a permanência do jovem no campo, a resposta da companheira me fez rever o enfoque. Assim, revisei a ideia de permanência do jovem no campo e me voltei à ideia convivência com o semiárido e territorialização da Agroecologia, pois isto tira da escola um peso e uma responsabilidade imensos, que não podem ser carregados por ela, de forma solitária como eu pensava. Também redefini os sujeitos da pesquisa, dada a diversidade de gerações: não seriam apenas os educandos jovens, mas sim todos os educandos do Curso Técnico e os camponeses atendidos pela EFA, a partir de projetos diversos, a exemplo do Sementes da Vida, voltado à distribuição de sementes crioulas nas comunidades da região jaguaribana.

Assim, decidi analisar a EFA Jaguaribana como projeto institucional de contra-hegemonia e resistência camponesa ao Agronegócio no Vale do Jaguaribe, possível por meio da territorialização da Agroecologia, que apresenta um viés educativo e comunitário de formação humana no território semiárido; uma formação que combina a técnica e a tecnologia social, mas que também pode contribuir para a organização e participação sociopolítica camponesa. É importante ressaltar que estas estratégias se articulam à resistência camponesa no Vale do Jaguaribe, promovida pelo Movimento 21, pela Cáritas Diocesana e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e outros coletivos e movimentos sociais.

Assim, venho compreendendo a escola de forma mais madura, ampla e coerente, após conhecer mais de perto a sua realidade na pesquisa exploratória. Também venho estreitando os laços, a partir da participação na organização do Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire e na participação em processos de formação continuada dos educadores das EFAs cearenses, organizado pela Secretaria Estadual de Educação - Seduc.

Foi no desencontro que me encontrei com essa pesquisa. Nos desencontros com o urbano, quando decidi morar no interior do estado; nos encontros com o Lecampo e com a docência na Educação Básica; nos desencontros com as temáticas de estudo, uma vez que o campo ainda

me instigava como território e objeto de pesquisa - mesmo quando decidi investigar a história e a memória da EJA e voltar às pesquisas sobre o campo anos depois; nos desencontros de enfoque e caminhos desta proposta de tese. Somos seres em construção, inacabados; seres vinculados a um contexto sócio-histórico, como ressalta Paulo Freire (2019). Isto já perpassa o meu processo de formação como pesquisador, que ocorre de forma holística.

1.2 Estruturação da tese

Nesta seção introdutória, apresentamos o problema de pesquisa, objetivos e o nosso argumento, seguidos do relato sobre como ocorreu o encontro com essa proposta de pesquisa.

Na segunda seção, a metodológica, apresentamos os caminhos da investigação a ser desenvolvida nesta tese. Na ocasião, dialogamos sobre a natureza da pesquisa, as fontes e as estratégias de coleta de material em campo e sua consequente análise. Articulamos, nesta escrita, como se deu o desenvolvimento da nossa pesquisa, em consonância com os paradigmas da Educação Popular e da Educação do Campo.

A terceira seção desta tese trata da apresentação dos nossos aportes teóricos e nossa compreensão sobre a Educação do Campo, observando como essa se relaciona com a Agroecologia. Na ocasião, também realizamos uma breve incursão teórica, no âmbito do campesinato, a fim de identificar as suas contribuições na construção da Educação do Campo. Esta etapa foi fundamental para compreender as repercussões da EFA Jaguaribana nos diversos territórios e comunidades camponesas onde atua, de forma direta ou indireta, na construção da organização e participação sociopolítica camponesa no Vale do Jaguaribe mediante o processo de territorialização da Agroecologia.

Na quarta seção trazemos um breve histórico sobre as Escolas Família Agrícola no Brasil e no Ceará, culminando com a criação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé. Abordamos a sua recente trajetória e desafios na execução das atividades, seu currículo e dinâmicas de atuação no território Jaguaribano. Apresentamos uma síntese das atividades iniciais da AEFAJA - Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana; bem como algumas questões relativas ao Curso Técnico em Agropecuária, a partir de entrevistas com educadoras(es) e educandos.

Por sua vez, a quinta seção discutiu a Comunicação Popular como estratégia para promover uma disputa de ideias *online*, observando suas contribuições para a territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe.

Na sexta seção, discutimos a territorialização da Agroecologia a partir dos Projetos desenvolvidos pela AEFAJA junto a comunidades camponesas no Vale do Jaguaribe, observando

as diversas práticas educativas e comunitárias realizadas no decorrer de sua execução. Tratamos, em especial, das dimensões da agroecologia identificadas nas atividades desenvolvidas nos projetos, as quais foram sistematizadas e analisadas à luz de referenciais pertinentes à Agroecologia. No desenvolvimento desta seção, combinamos técnicas da pesquisa documental à realização e análise de entrevistas, na intenção de atingir aos objetivos propostos.

Na sétima seção, refletimos sobre a inserção da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé e da AEFAJA no contexto de resistência camponesa no Vale do Jaguaribe, a partir de um relato reflexivo acerca de algumas das diversas experiências contra-hegemônicas em que há participação da EFA Jaguaribana junto ao Movimento 21, ao Acampamento Zé Maria do Tomé e à Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Destacamos como essas experiências dialogam, significativamente, com as dimensões humana e política da Agroecologia, que subentendem a ética e a solidariedade nas relações de comunidade.

Por fim, na oitava e última seção apresenta nossas reflexões finais da pesquisa e os apontamentos para estudos futuros.

2 DEFINIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Nesta seção, apresentamos os caminhos da investigação desenvolvida nesta tese. Dialogamos sobre a natureza da pesquisa, as fontes e as estratégias de coleta de material em campo e sua consequente análise. Como desenvolver pesquisa no campo da Educação Popular? Como articular o Caminho e o Caminhar? Estas foram questões permeadas de muito significado para construção deste trabalho.

Embora na seção anterior tenhamos reconhecido que o “caminho se conhece andando” e que “de vez em quando é bom se perder”, na intenção de se encontrar, por vezes mudando a rota, o percurso, também reconhecemos que o nosso objeto de estudo nos diz o caminho e este necessita ser preciso, para fugir dos desencontros. A etapa exploratória desta pesquisa, que segundo Triviños (1987, p. 109), “[...] permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. [...] Por outro lado, pode servir para levantar possíveis problemas de pesquisa”, serviu para nos mostrar os primeiros desafios da EFA Jaguaribana, rever o nosso problema de pesquisa e, conseqüentemente, o percurso metodológico, sendo possível identificar, desde então, a forma como se constroem as redes de resistência no território do Vale do Jaguaribe.

O contexto de Pandemia do COVID-19 também foi levado em consideração na construção dessa teórico-metodológica da pesquisa, posto que o distanciamento social, requerido desde 2020, impossibilitou, de forma momentânea, o contato físico e uma maior aproximação anterior, *in loco*, entre este investigador e a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé. Esta aproximação foi se dando, assim, de outras formas: via redes sociais e/ou a partir de documentos institucionais e não institucionais. Isto não significa dizer que não houve momentos da pesquisa realizados em campo.

No campo da Educação Popular, o diálogo crítico e fecundo entre os diversos saberes e práticas educativas de sujeitos, instituições e comunidades (aqui, em especial, as camponesas atendidas pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé), mediadas pelo contexto e por sua totalidade foi, constantemente, retomado, seja no traçar da rota, seja no caminhar da pesquisa. Junto a este caminho que percorremos, quem ou que nos acompanhou?

Na 11ª Tese de Feuerbach, Marx (2007) explicita que “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. A transformação social é bastante recorrente no campo da Educação Popular e da Educação do Campo, dada a sua reclamação à ruptura com o capital e afirmação de uma nova sociabilidade. Para fins deste estudo, consideramos pertinente a opção pelo Materialismo Histórico-Dialético, no desenvolvimento da pesquisa, a fim de buscar a nossa aproximação com a realidade na qual a EFA Jaguaribana atua e

se insere, pois trata-se de uma realidade permeada por contradições (Agronegócio e Agricultura Camponesa e Agroecologia) que se dão dentro de uma totalidade, às quais cabe uma superação; ou seja, o referido fenômeno tem múltiplas relações com o contexto social que produz as contradições. Das contradições, também resultam as forças contra-hegemônicas do território aqui mencionado.

Masson (2015), ao versar sobre as contribuições do Materialismo Histórico-Dialético como horizonte teórico-metodológico para a pesquisa, compreende, a partir da categoria contradição, que “[...] o ser e o pensar modificam-se na sua trajetória histórica movidos pela contradição, pois a presença de aspectos e tendências contrários contribui para que a realidade passe de um estado qualitativo a outro”. Ainda recorremos a Freitas (2007, p. 55), que é taxativo: “[...] se eu quero investigar uma realidade, é prudente olharmos para as contradições daquela realidade investigada. [...] Teremos que aumentar nossa compreensão e a pergunta será: que forças estão em jogo nessas contradições?”. O referido contexto de pesquisa abriga um território de disputas entre a agricultura familiar e camponesa e o Agronegócio, que com sua dinâmica destrutiva de atuação no território segue a narrativa desenvolvimentista do Estado com insumos massivos e desproporcionais à primeira. Nessa contradição inserida na totalidade social de negação do campo e de sua sociabilidade, a transformação é constantemente reclamada pelos camponeses, cuja existência é ameaçada pela agricultura patronal.

Junto às contradições, a totalidade, que para Lowy (1991, p. 16): “[...] significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”. Assim, compreendemos que o Materialismo Histórico-Dialético vai além do olhar distanciado do fenômeno, observando apenas a sua aparência; ao contrário, busca, de forma crítica, a aproximação com a essência, com o real. Esta pesquisa, neste sentido, não comunga com ideais de neutralidade, os quais, segundo Frigotto (2001, p. 31) são mecanismos de defesa do *status quo*, no caso dos interesses burgueses (Frigotto, 2001, p. 31). Nessa aproximação com o real, buscamos construir o nosso caminho de pesquisa.

O caminho é a nossa metodologia, cujo caminhar ou execução dependem de técnicas e instrumentos de coleta de material. Neste sentido, a metodologia consistiu na descrição dos procedimentos seguidos para a realização da pesquisa (Gil, 2002). Na perspectiva de Mendes (2002, p. 183):

Na metodologia, a parte da estrada que me interessa define em grande medida meu caminho, ao mesmo tempo, que a escolha da questão central do que quero pesquisar revela muito o meu ponto de partida e a trajetória a escolher, pois como um sujeito que integra

as relações sociais a minha inquietação de pesquisa situa-se num conflito social do qual faço parte (Mendes, 2002, p. 183).

Em nosso estudo, a inquietação versa sobre a dimensão educativa e comunitária da EFA Jaguaribana, suas estratégias para a territorialização da Agroecologia, vislumbrando observar as implicações na organização e participação sociopolítica camponesa na região. Esse ponto de partida foi fundamental para propor essas definições teórico-metodológicas da pesquisa. Minayo (1994, p. 16) compreende a metodologia como:

Caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. [...] A metodologia inclui as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade. [...] Teoria e metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de instrumental claro, coerente, elaborado.

Como anunciado, esta pesquisa se insere no campo da Educação Popular e produz um diálogo com a Educação do Campo. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa:

A pesquisa qualitativa de tipo [...] dialética parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as conseqüências que terão para a vida humana (Triviños, 1987, p. 129).

Para Triviños, a pesquisa qualitativa possui algumas características importantes de serem observadas, quais sejam:

- 1- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.
- 2- Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.
- 3- Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente (Triviños, 1987, p. 128-130)

Assim, seguindo a ótica dialética, com as contribuições de Marx e outros autores à pesquisa científica, o estudo se desenvolveu em duas vertentes: uma teórica e outra empírica, caracterizada pela pesquisa de campo. A vertente teórica caracterizou-se pela revisão de literatura acerca de duas categorias essenciais a este estudo: Educação do Campo e Educação Popular e seus diálogos com a Agroecologia.

Esta etapa foi fundamental para nos aproximarmos dos fundamentos teórico-metodológicos que compreendem estas categorias e como se inter-relacionam com o nosso objeto de estudo. Ou seja, foram as lentes com as quais observamos e compreendemos esta realidade à luz do Materialismo Histórico-Dialético. Mas que realidade é essa sobre a qual nos referimos e

onde está inserida a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé? O tópico a seguir trata do território do Vale do Jaguaribe.

2.1 O Território do Vale do Jaguaribe

Antes de adentrarmos à caracterização do território do Vale do Jaguaribe, consideramos fundamental discutir brevemente a categoria território e seus entrelaçamentos com a região.

De acordo com Fernandes (2013), o termo território não trata apenas de uma unidade geográfica determinada ou do espaço de governança de um Estado-Nação ou “território nacional”, com suas regiões, estados e municípios, uma vez que estes são compostos por instituições, movimentos sociais e comunidades; ele também considera os conflitos sociais existentes. Isso não se dá ao acaso. A ideia de território como espaço uno de governança ignora a existência de diversos territórios e territorialidades deste Estado-Nação, bem como as disputas, as conflitualidades e as relações de controle que os cercam. Deste modo, para o autor supracitado, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania.

Andrade (2004, p. 19) corrobora com essa compreensão e insere outros elementos para a conceituação de tal categoria:

[...] o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, que se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (Andrade, 2004, p. 19).

O território, por considerar questões como o poder – bem como suas assimetrias – e, paralelamente, os conflitos, a dominação e os consensos, também focaliza os contrapoderes. Trata-se de um termo complexo que envolve a ação política, no sentido da participação social. É entendido como sendo uma construção social, pois “[...] as relações sociais que expressam o interesse de grupos e classes são também relações de poder, e essas se desenvolvem num determinado espaço”, como afirma Streck (2010).

Outros dois conceitos basilares para a compreensão do território são a territorialização e desterritorialização. A primeira, segundo Araújo (2016, p. 168), “[...] remete à concepção de uma ação política, não essencialmente estatal, cujo objetivo é estabelecer normas ou institucionalidades defendidas por determinados grupos para orientar práticas sociais sobre um determinado território”. Por sua vez, a desterritorialização compreende o desapossamento ou a destruição de

um território subalterno, por consequência um desenraizamento e perda de identidade. Considerar estes aspectos é imprescindível para realizar a leitura do território do Vale do Jaguaribe, cuja marca principal vem sendo a territorialização do Agronegócio, a partir de empresas de fruticultura irrigada e indústrias, a qual ocorre de forma simultânea e conflitiva à desterritorialização de comunidades camponesas, mas, também, à territorialização da Agroecologia, mediante a organização e à participação sociopolítica de comunidades resistentes e reexistentes.

Em Fuini (2014), encontramos aproximações a essa questão:

[...] a territorialização, ou a reterritorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação (Fuini, 2014, p. 52).

A territorialização, neste sentido, pode ocorrer paralelamente a conflitos e disputas. No caso da Chapada do Apodi, no Vale do Jaguaribe, não é diferente, uma vez que os camponeses disputam o território material e imaterial com transnacionais. Na referida região, o Movimento 21 e outros Movimentos Sociais, a exemplo do MST, bem como parcelas diversas do campesinato, propõem e constroem esse contrapoder na defesa da agroecologia. No campo brasileiro, e particularmente no Vale, a territorialização da agroecologia, a partir da atuação de instituições diversas, a exemplo da EFA Jaguaribana, ocorre em oposição à desterritorialização e à espoliação dos territórios camponeses, promovida pelo Agronegócio, e em vistas à superação deste *modus operandi*.

Como afirma Fernandes (2013, p. 181),

[...] as classes e relações sociais não estão alheias aos territórios, porque elas os produzem e por estes são produzidas. Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos. O desapossamento também destrói sujeitos, identidades, grupos sociais e classes sociais. Sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios. Este é o sentido supremo da luta pelos territórios dos povos camponeses e indígenas.

Assim, a Agroecologia existe, porque o agronegócio também existe e ameaça a existência destes territórios; a Agroecologia, por outro lado, garante a existência dos camponeses e de sua territorialidade, do seu modo de vida e de produção, bem como de suas identidades. De tal modo, a Agroecologia trata de um contrapoder ao poder e à hegemonia do agronegócio. Com efeito, a territorialização da agroecologia no Vale do Jaguaribe é uma territorialização do

campesinato e de comunidades tradicionais, que se dá com conflitualidades, em tese, geradas como consequência das desigualdades do sistema capitalista e de suas repercussões no campo.

As conflitualidades inerentes a isso podem ser percebidas na territorialização da luta pela terra e, conseqüentemente, na busca por direitos sociais que garantam a existência deste território material. Não obstante, devemos mencionar que, junto ao território material constroi-se um território imaterial, seja pelo controle, seja pelas ideologias ou pela construção do conhecimento e convencimento.

Como menciona Fernandes (2013, p. 183):

[...] território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material”. Ainda segundo o referido autor, “[...] os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think-tank* [formas de pensar]. É impossível, pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos quem pensam os territórios (Fernandes, 2008, p. 183, grifos nossos).

Isso faz sentido quando investigamos a territorialização da Agroecologia na atuação da EFA Jaguaribana no Vale do Jaguaribe, a partir da Educação do Campo e da Educação Popular, uma vez que, em nosso entendimento, a territorialização da Agroecologia promovida por essa instituição perpassa um movimento de construção deste debate e desta prática em comunidades camponesas; ao mesmo tempo, implica na defesa dos territórios materiais e da Reforma Agrária como imprescindível para garantir tal demanda. Esses processos educativos e comunitários, por serem críticos e conscientizadores, são meios de partilhar conhecimentos e experiências culturais, instigando os sujeitos dos territórios de resistência a atuar no meio social, a fim de transformá-lo.

Embora na seção introdutória já tenhamos discorrido, brevemente, sobre as questões sócio-políticas e ambientais da região, contextualizando-as junto ao nosso campo de pesquisa, neste tópico tratamos de apresentar a divisão territorial do Ceará, passando pelo Vale do Jaguaribe e seus indicadores demográficos e sociais. Esta apresentação, mesmo que breve, permitiu situar melhor a região e seus conflitos. De acordo com Freitas (2018, p. 28):

O Vale do Jaguaribe tem um papel histórico no Ceará, visto que foi o primeiro território re-ocupado no século XVII, constituindo-se a principal via de penetração dos invasores europeus em função, especialmente, do Rio Jaguaribe, maior do estado. Após esse processo, houve um reordenamento territorial, marcado, a princípio, por conflitos entre as populações originárias (indígenas) e os colonizadores e, mais recentemente, pelos camponeses e latifúndio/Agronegócio.

O histórico conflituoso do Vale do Jaguaribe, como território de disputas entre os povos originários e os europeus na colonização do século XVII no Ceará, também se apresentou

na constituição de latifúndios nos séculos seguintes, mantendo a concentração de terras e, consequentemente, das desigualdades sociais. Isto culminou, recentemente, numa abertura da região ao capital estrangeiro no campo, mediante o avanço da Revolução Verde (Altieri, 2012; Machado e Machado Filho, 2017) no século XX e a implantação de Perímetros Irrigados, principalmente na década de 1990. Este fato não ocorreu sem impactos no cotidiano das comunidades camponesas.

O Vale do Jaguaribe, ou Mesoregião do Jaguaribe, é uma das 7 mesoregiões geográficas do estado do Ceará, composta por 21 municípios. Com uma área de 18.841 km², a referida região faz fronteira com o estado Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil. O mapa a seguir apresenta a divisão geográfica das mesoregiões do Ceará.

Mapa 1 - Mesoregiões do Ceará



Fonte: IPECE (2022).

O Vale do Jaguaribe é banhado pelo Rio Jaguaribe⁴, um rio temporário considerado o maior do Estado em termos de extensão. São 633 quilômetros, desde sua nascente, localizada entre os municípios de Tauá e Pedra Branca, nos Sertões Cearenses, tendo sua Foz no Oceano Atlântico, precisamente nos municípios de Aracati e Fortim (Castro *et al.*, 2020). Como podemos identificar a partir do mapa 2, o Vale do Jaguaribe distribui-se em quatro microrregiões, a saber: Serra do Pereiro, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe e Litoral do Aracati.

Mapa 2 - Microrregiões do Vale do Jaguaribe



Fonte: IPECE (2022).

Para fins deste trabalho, delimitamos a discussão às três primeiras microrregiões, as quais concentram as principais atividades desenvolvidas pela Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé. Mesmo assim, reconhecemos a importância dessa última microrregião para a

⁴ Os pesquisadores da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, Castro *et al.* (2020, p. 958-960) assim caracterizam o Rio Jaguaribe: “Por ter seus braços e calhas principais sem água por longo período, e devido à sua grande extensão, o Rio Jaguaribe ficou conhecido durante muito tempo como o maior rio seco do mundo, hoje perenizado em função da construção de sucessivas barragens no seu leito. Ainda assim, um grande número de afluentes permanece seco por vários meses, e somente no período chuvoso (primeiro semestre de cada ano) a água escorre pelas calhas e córregos. Rio Jaguaribe significa, na língua indígena Tupi, “Rio das Onças”. O Jaguaribe tem cerca de 633km de extensão e apresenta foz no Oceano Atlântico, na divisa dos municípios de Aracati e Fortim, no segmento nordeste do Estado do Ceará. A Bacia do Rio Jaguaribe ocupa mais de 50% do território cearense, e está dividida em Alto, Médio e Baixo Jaguaribe. A bacia inclui também as sub-bacias dos rios Salgado e Banabuiú, segundo o Atlas de Recursos Hídricos do Ceará”.

história do Ceará e do Vale do Jaguaribe, seja pelo seu histórico nas navegações no Ceará, no século XVIII (Freitas, 2018), seja pelo reconhecimento do seu potencial para o turismo praiano, seja pela aglutinação de segmentos importantes ligados a comunidades quilombolas, como o Cumbe, em Aracati, e de pescadores em Icapuí.

Em síntese sobre as características destas microrregiões do Vale do Jaguaribe, realizada na ocasião da “Atualização do Plano de Desenvolvimento Regional do Vale do Jaguaribe”, pelo Governo do Estado do Ceará, podemos compreender que:

A Microrregião do Baixo Jaguaribe se destaca, contabilizando 326.336 habitantes, cerca de 60% da população total do Vale do Jaguaribe e com um grau de urbanização de 64%. Dos dez municípios que compõem esta microrregião, três dos principais municípios da região: Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte estão aí localizados. Essa tripolarização regional se reflete nos dados demográficos. Já a Microrregião do Médio Jaguaribe possui uma população que representa 11% da população total, mas seu grau de urbanização é de 68%, dos maiores da região do Vale. No nível mesorregional, o município de Jaguaribe não se apresenta como pólo, mas no nível microrregional é possível observar sua polarização. O destaque da região se dá pela presença da barragem do Castanhão. O açude do Castanhão está presente nos municípios de, Jaguaretama, Jaguaribara e Jaguaribe todos pertencentes a esta Microrregião e Alto Santo, que fornece água aos municípios da região e também à Fortaleza em períodos de estiagem. De todas as microrregiões que pertencem ao Vale do Jaguaribe, é a Serra do Pereiro que abriga a menor população, correspondendo a 8% do total da região, com uma taxa de urbanização de 51%. Esta região se caracteriza por uma atividade econômica voltada para o setor primário, tendo relevância a agricultura de subsistência (Ceará, 2016, p. 4-5).

Considerando a Serra do Pereiro, o Médio e o Baixo Jaguaribe, teremos a seguinte População Total: 375.019 habitantes, sendo 219.659 a população urbana e 155.360 a rural (IBGE, 2010). Segundo dados apresentados no Perfil Territorial do Vale do Jaguaribe, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, são 2.122 famílias assentadas da Reforma Agrária, em 51 projetos; e 24.606 estabelecimentos da agricultura familiar, com um total de 68.748 pessoas ocupadas (MDA, 2015).

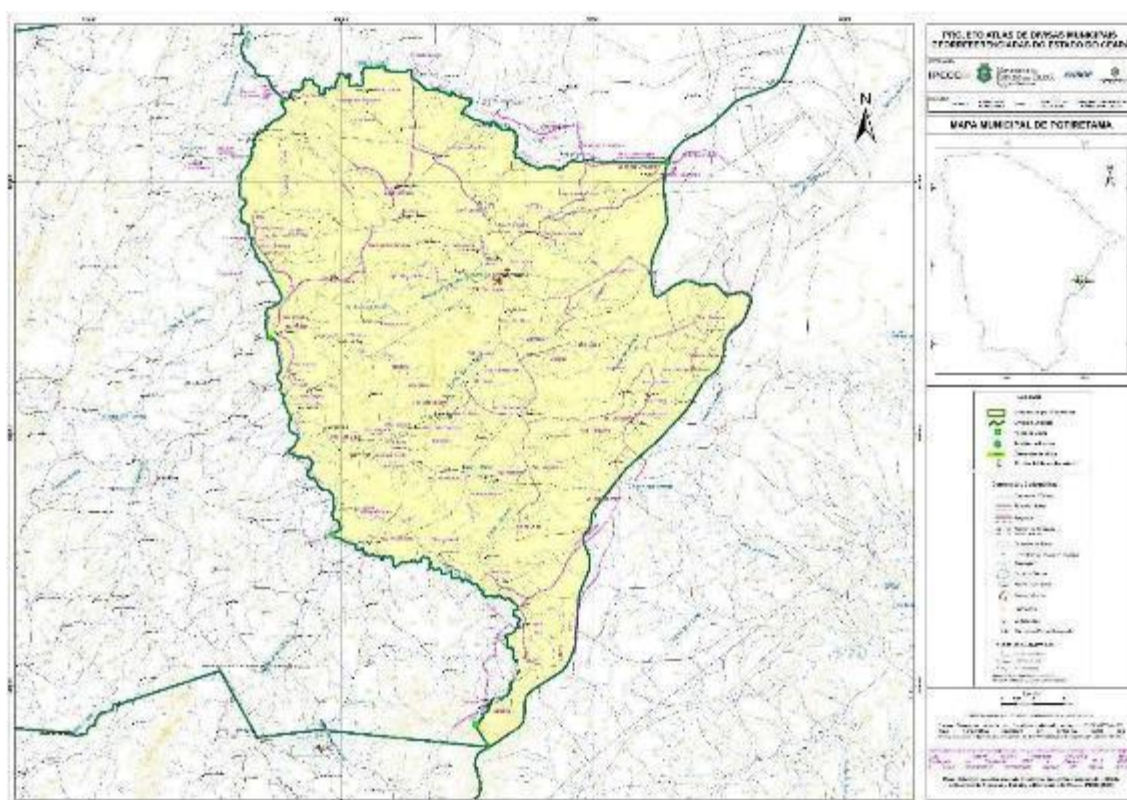
Em termos de localização e atuação da EFA Jaguaribana, para fins deste estudo, e em termos de territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe, três destes municípios foram escolhidos como *locus* de investigação em campo, a saber: Potiretama (Serra do Pereiro), Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte (Baixo Jaguaribe). O referido recorte se deu pelos seguintes motivos: os três municípios têm comunidades camponesas atendidas de forma mais direta e assídua pela EFA, seja pelo Projeto Sementes da Vida, seja porque possuem estudantes do curso técnico em Agropecuária; são comunidades com vocação para a agricultura familiar, mas com problemáticas em comum, a exemplo da injustiça hídrica e da agricultura de sequeiro⁵; são

⁵ Técnica agrícola voltada à produção em terrenos onde há pouco acesso à água, dependendo, de precipitações anuais na quadra invernal e de irrigação nos períodos de estiagem.

comunidades atendidas em conjunto pela EFA e a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; são comunidades atingidas por barragens (Potiretama), Perímetros Irrigados, para a produção de fruticultura irrigada (Limoeiro do Norte) e empresas vinculadas ao setor do algodão do Agronegócio (Tabuleiro do Norte).

O município de Potiretama tem uma extensão territorial de 410.34 km², com 6.126 habitantes, sendo 2.703 residentes na zona urbana e 3.423 na zona rural. É um município predominantemente rural (IBGE, 2010). O mapa⁶ a seguir representa Potiretama e sua distribuição territorial.

Mapa 3 - Município de Potiretama



Fonte: IPECE (2022)

Embora encontre-se relativamente próximo ao Açude do Castanhão⁷, maior do estado do Ceará, as comunidades localizadas nas zonas rurais, muitas delas atingidas por barragens,

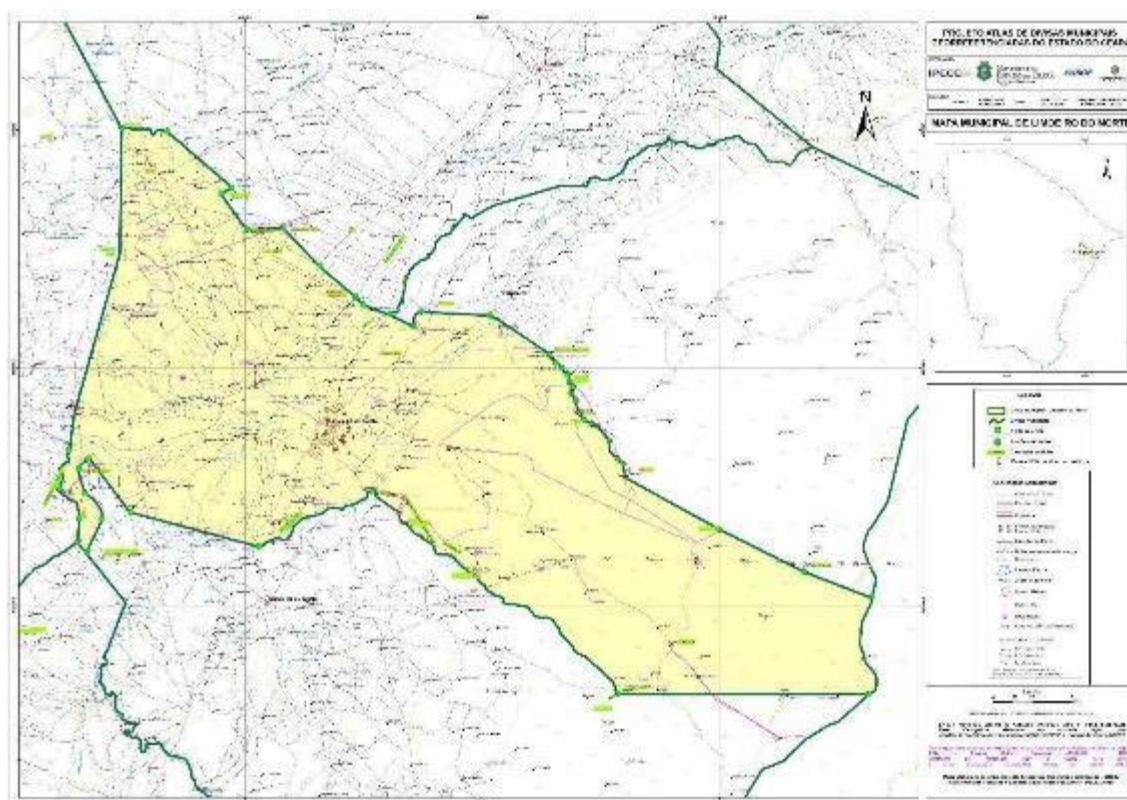
⁶ A versão digital e interativa está disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/mapas_municipais_Potiretama_2019.pdf>

⁷ A construção do Açude Castanhão ocorreu entre 1995-2002 e foi um processo deveras complexo e conflituoso, uma vez que envolveu a evacuação da população e a inundação da cidade de Jaguaribara para o represamento das águas do Rio Jaguaribe. Jaguaribara se tornou Nova Jaguaribara. A justificativa do Estado para tal empreendimento residia na questão do abastecimento de água no Ceará e nos empreendimentos voltados à irrigação pelo Agronegócio e à indústria. Entre 2003 e 2004, o Castanhão, que inunda uma área de 325 km² e tem capacidade de armazenamento de 6.700hm³, começou a operar (Salinas *et al.*, 2021). Em 2017, dados os sucessivos períodos de estiagem no Ceará e

enfrentam sérios problemas com a falta de água, caracterizando um processo de injustiça hídrica. A economia do município gira em torno da pecuária, da agricultura, do comércio e dos serviços municipais.

Por sua vez, Limoeiro do Norte tem uma superfície de 751.07 km² e população total de 56.264 habitantes, sendo 32.483 da zona urbana e 23.781 pertencentes à zona rural. É um município com extensão territorial maior, mas com taxa de urbanização de 73% (IBGE, 2010). O mapa⁸ a seguir representa Limoeiro do Norte e sua distribuição territorial.

Mapa 4 - Município de Limoeiro do Norte



Fonte: IPECE (2022)

O município abriga empresas do Agronegócio, sobretudo as de fruticultura irrigada e, como já mencionado na seção introdutória, é palco de diversos conflitos sócio-ambientais. Limoeiro faz divisa com o Rio Grande do Norte e é um dos municípios onde está localizada a

em decorrência de seu escoamento para a indústria (Complexo Hidrelétrico do Pecém) e para o Agronegócio, o Açude chegou ao seu menor volume desde a construção (4,46%). Em 2022, na quadra invernal, o Castanhão chegou a 24,61% de seu volume total, de acordo com dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos em julho deste ano (FUNCEME, 2022). Muito embora tenha recorrido à narrativa desenvolvimentista e ao discurso de abastecimento para a população, na realidade, as comunidades camponesas (em especial as do Baixo Jaguaribe) vêm sofrendo um grande processo de injustiça hídrica, considerando o acesso à água.

⁸ A versão digital e interativa está disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/mapas_municipais_Limoeiro_Norte_2019.pdf>

Chapada do Apodi e onde iniciam-se as primeiras discussões acerca dos impactos da Implantação de Perímetros Irrigados na saúde da população.

Limoeiro do Norte é considerada cidade universitária, dada a sua tradição na formação superior na região. Possui um *campus* da Universidade Estadual do Ceará – a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, que marca a formação de professores na região, a nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino); o município também sedia um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, que se distribui entre a formação técnica de nível médio, graduação (tecnológica, bacharelado e licenciaturas), pós-graduação *lato sensu* (Segurança Alimentar e Nutricional e Metodologias de Ensino para a Educação Básica) e *stricto sensu* (Mestrado em Tecnologia de Alimentos); dentre outras instituições de ensino privadas.

Limoeiro do Norte também é a cidade sede da Cáritas Diocesana da região e de Movimentos Sociais, como o Movimento 21, e o Acampamento Zé Maria do Tomé (MST), ambos com histórico bastante engajado nos processos de resistência camponesa do Vale do Jaguaribe.

Este breve recorte sobre as instituições de ensino superior públicas não foi feito de forma desarticulada com o nosso objeto de investigação. Segundo Carvalho, Mendes e Amorim (2021), a FAFIDAM/UECE tem sido um espaço de acolhimento dos movimentos sociais da região e de suas reivindicações e aqui incluímos a EFA Jaguaribana. Foi nesta instituição, em especial no Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO, que ocorreram os primeiros cursos voltados à Escolarização de Jovens e Adultos no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, desde 2006, e onde também foi gestada a primeira Licenciatura em Educação do Campo do estado do Ceará, finalizada em 2018 (Almeida; Carvalho; Oliveira, 2024). No entanto, este histórico de engajamento também é bastante recente, sobretudo nos anos 2000.

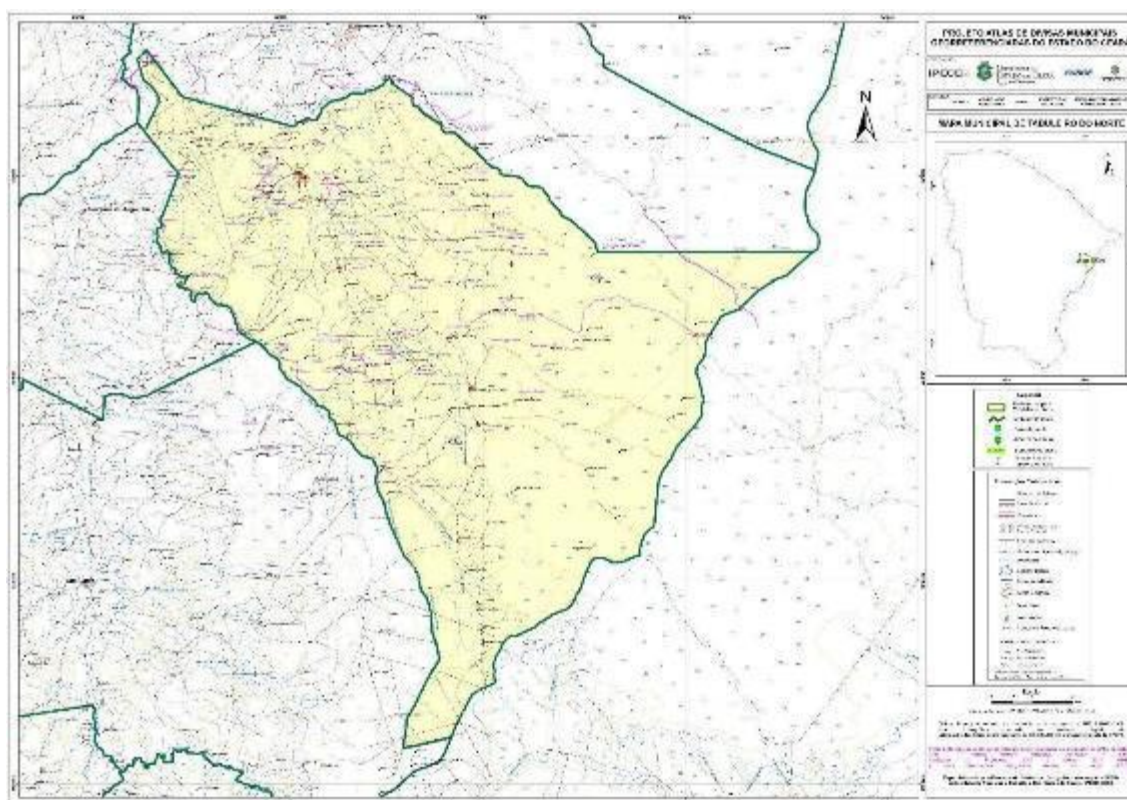
O IFCE *campus* Limoeiro do Norte também tem sido bastante emblemático neste sentido: ora como espaço de formação na perspectiva do Agronegócio, a exemplo do extinto curso de Tecnologia em Agronegócio, doravante denominado Bacharelado em Agronomia, que possuía/possui intrínseca relação com as empresas de fruticultura irrigada da Chapada do Apodi (Freitas, 2018); ora como espaço de diálogo, incipiente e sucinto com os movimentos sociais da região, mais atualmente.

Esta perspectiva hegemônica do Agronegócio, visualizada até na composição dos cursos de uma instituição federal, tem sido questionada e objeto de discussão interna entre docentes do IFCE. Atualmente, o curso de Agronomia possui uma disciplina obrigatória de Agroecologia em seu currículo. Embora pequena, trata-se de uma conquista que pode ser ampliada em momento

posterior, como a criação do curso Técnico em Agroecologia, que já vem sendo demandado por alguns docentes do *campus* identificados com a resistência camponesa da região.

No que concerne ao próximo município, Tabuleiro do Norte, este é conhecido na região como a Terra dos Caminhoneiros, uma vez que parte considerável de sua população possui tal profissão (Monteiro, 2019). Sua área tem 861.83 km² e a população total é de 29.204 habitantes, sendo 18.806 do meio urbano e 10.398 da zona rural (IBGE, 2010). O mapa⁹ a seguir representa Tabuleiro do Norte e sua distribuição territorial.

Mapa 5 - Município de Tabuleiro do Norte



Fonte: IPECE (2019)

O município também sedia um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, atuando na formação técnica de nível médio, graduação (tecnológica e licenciatura), pós-graduação *lato sensu* (Metodologias de Ensino para a Educação Básica). É o município onde está localizado o terreno cedido à Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, na comunidade Olho D'água dos Currais, no qual atualmente funcionam as suas

⁹ A versão digital e interativa está disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/mapas_municipais_Tabuleiro_Norte_2021.pdf>

atividades. É um dos municípios que fazem divisa com o Rio Grande do Norte e onde também está localizada a Chapada do Apodi.

Recentemente, sobretudo a partir de 2019, as comunidades da Chapada de Tabuleiro do Norte passaram a conviver de forma simultânea e conflituosa com uma empresa do setor do algodão do Agronegócio, a qual já vem promovendo um processo de cercamento da área e consequente expulsão de moradores de suas casas, em decorrência do uso de veneno em suas produções; fato que vem culminando, dentre outras questões, na desterritorialização camponesa e na extinção de comunidades (Lima, 2022).

A Chapada de Tabuleiro recebe projetos da EFA Jaguaribana, como o Sementes da Vida, e experiências de Economia Solidária e Tecnologias Sociais da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Na última seção desta tese, na qual trataremos das articulações entre a EFA e outros coletivos e instituições, junto à resistência camponesa da região, estas experiências poderão ser melhor visualizadas. Nesse território também localizar-se-á o terreno da sede definitiva da EFA, ao lado de uma das diversas propriedades de terra de uma empresa do Agronegócio (setor do algodão). A figura 1 ilustra essa territorialização.

Figura 1- Localização da sede definitiva da EFA Jaguaribana – Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte



Fonte: O autor (2022).

A imagem em si ilustra uma estrada que separa o terreno de dependências da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé (à esquerda) e a empresa Nova Agro, ligada ao

setor do algodão (à direita). Na realidade, estes são separados por uma contradição: são projetos distintos e inconciliáveis, que vêm se construindo, como mencionado, de forma simultânea e conflituosa. De um lado, temos um projeto vinculado à agricultura familiar e camponesa; do outro lado, um projeto do Agronegócio.

Ao lado esquerdo e nos arredores, comunidades e a defesa dos seus territórios e da Agroecologia, vendo o campo como lugar de vivência e sobrevivência, moradia, cultura e relações sociais, um campo com vida. Do lado direito, uma perspectiva de campo sem vida, sem comunidades, um deserto verde, com maquinaria pesada e agrotóxicos no plantio. Trata-se deste, o contexto de atuação da Escola Família Agrícola Jaguaribana no Vale do Jaguaribe: um contexto de hegemonia do capital no campo, mas também contra-hegemônico e perpassado por práticas educativas na perspectiva da Educação Popular e da Educação do Campo, as quais tentamos traduzir nesta tese.

2.2 A pesquisa bibliográfica e documental na construção da tese

Para o desenvolvimento desta tese, realizamos um levantamento bibliográfico e consequente revisão bibliográfica, acerca da Educação do Campo, em diálogo com a Educação Popular e com a Agroecologia. Através da pesquisa bibliográfica, “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44), buscamos definir a concepção teórica com a qual interpretamos a realidade e o contexto de atuação da EFA Jaguaribana.

Em sua maioria, nossas fontes bibliográficas foram teses e dissertações incluídas em repositórios institucionais, a exemplo do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba; artigos e livros publicados em Periódicos qualificados em Plataformas como a *Scielo* e *Google Acadêmico*, respectivamente.

Nesta etapa, recorreremos a autores basilares dos referidos campos de estudos, os quais forneceram as bases para a sua compreensão. Também abordamos em nossa construção teórica referenciais locais, cujas pesquisas são de suma importância e atualizam a teoria a partir do entrelaçamento entre o particular e o universal.

Uma vez argumentado sobre a pertinência da pesquisa bibliográfica para nos acercar do objeto de estudo, também trazemos como componente fundamental para o desenvolvimento desta tese o levantamento de fontes documentais (escritas e não escritas), caracterizada pela pesquisa documental, que segundo Gil (2002, p. 45):

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Aqui elencamos alguns exemplos dos considerados documentos “de primeira mão”, como assevera Gil (2002), quais sejam: cartas, diários, fotografias e vídeos, gravações de áudio; documentos institucionais como notas, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins e outros. São fontes primárias, tendo em vista que não sofreram tratamento analítico por parte de pesquisadores. Compreendemos que a reunião das fontes documentais e imagéticas contribuiu, de forma significativa, para a obtenção de achados para a pesquisa, pois, combinados a outras técnicas de coleta de material diversificaram a metodologia da pesquisa e permitiram conclusões mais assertivas e aproximadas sobre o estudo em questão.

Em muitos casos, existem documentos que trazem registros e memórias sobre determinados temas e/ou instituições, mas ainda não foram analisados à luz da pesquisa científica. Nesta categoria, incluem-se os documentos institucionais da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, os quais foram analisados, na perspectiva de discutir sua identidade e prática educativa. Em nossa pesquisa, identificamos que a EFA Jaguaribana apresenta relevante preocupação com o registro e a socialização de suas atividades, por meios diversos, como suas redes sociais, memórias institucionais e boletins, os quais foram nossas fontes para a sistematização de experiências ora realizada.

O quadro 1, a seguir, apresenta os documentos selecionados para análise e seus respectivos anos de publicação.

Quadro 1 - Documentos Institucionais da EFA Jaguaribana

DOCUMENTO	ANO DE PUBLICAÇÃO
Livro de Memória Institucional (2016-2017) - Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA)	2018
Livro de Memória Institucional (2018-2020) - Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA)	2021
Livro de Memória Institucional (2021) - Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA)	2022
Livro de Memória Institucional (2022) - Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA)	2023
Folderes, cards de divulgação de lives e eventos organizados pela EFA Jaguaribana	Desde 2020

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesta etapa, também produzimos um levantamento sobre as diversas *lives* realizadas no Projeto EFAaoVivo e fotografias sobre eventos, catalogando-os a partir dos temas, palestrantes e instituições das quais fazem parte, na perspectiva de refletir sobre as contribuições da Comunicação Popular para a formação dos sujeitos que compõem a escola e para os demais que acompanham suas redes sociais.

Em momento posterior, realizamos um levantamento das atividades desenvolvidas em campo pela EFA Jaguaribana, mediante os projetos. Esta etapa da pesquisa permitiu conhecer diversas experiências em torno da Educação do Campo e da Educação Popular, a fim sistematizá-las para posterior análise, nas seções seguintes, sobre as suas contribuições para a atuação comunitária da escola e consequente organização e participação sociopolítica camponesa. A apresentação e análise destes dados fez-se em quadros, organizados a partir das dimensões da Agroecologia, num diálogo com Machado em Machado Filho (2017).

Para além da compreensão da dinâmica de atuação da Escola a partir das fontes documentais, torna-se necessário compreender seu raio de alcance no território Jaguaribano, fato que impeliu a nos inserirmos em campo, mediante momentos de observação nas comunidades atendidas pela EFA Jaguaribana e de entrevistas com os diversos sujeitos que compõem a referida instituição.

2.3 A chegada ao campo - Pesquisa Participante

O processo de chegada a campo, a fim de compreender a atuação e inserção comunitária da EFA no território Jaguaribano e identificar as suas contribuições para a organização e participação sociopolítica camponesa, ocorreu concomitantemente à minha inserção junto aos Movimentos Sociais da região e outras instituições (Movimento 21, a Cáritas Diocesana e ao LECAMPO/FAFIDAM), os quais integram uma rede de resistência em defesa dos territórios camponeses na região.

Alguns estudos apresentados no decorrer das seções que se seguirão deram conta de dinâmicas de atuação nos territórios camponeses do Baixo Jaguaribe, sobretudo da Chapada do Apodi, carregadas de práticas educativas no campo da Educação Popular e da Educação do Campo, com explícita identificação com a defesa dos direitos humanos, a justiça e a mudança ou transformação social. Desenvolver a pesquisa neste contexto e a partir da inserção deste

pesquisador no território, subentendeu um movimento investigativo que rompeu com a perspectiva positivista que separa sujeito e objeto.

Nesse contexto, a pesquisa participante teve explícitas contribuições para o desenvolvimento da tese em questão. A obra *Pesquisa Participante: a partilha do saber*, organizada por Brandão e Streck (2006), reúne teorizações de diversos(as) autores(as)¹⁰ latino-americanos que versam sobre essa temática e tiveram relevante incidência em nosso olhar acerca da pesquisa participante como elemento constitutivo para o desenvolvimento deste estudo.

Segundo Gabarrón e Landa (2006, p. 113), em termos gerais, a pesquisa participante trata de um paradigma emergente e pode ser definida como uma “[...] proposta metodológica inserida em uma estratégia de ação definida, que envolve seus beneficiários *[os marginalizados]* na produção de conhecimento” (grifos nossos). Um conhecimento politicamente engajado (Demo, 2008, p. 08), que rompe com a ideia de uma ciência neutra (Brandão, 2006) e busca a mudança ou a transformação social.

De acordo com Brandão (2006), a pesquisa participante tem estreita vinculação com os movimentos sociais populares e comunidades populares, os quais, mediante a investigação da realidade local - que compõe uma totalidade e tem uma dimensão histórica -, são mais do que sujeitos à pesquisa: tornam-se partícipes da produção desse conhecimento, com suas vozes e narrativas, ao passo que participam das ações populares no processo de organização sociopolítica.

A pesquisa participante e a Educação Popular aqui se encontram e se entrelaçam, numa circularidade de conhecimentos (acadêmico e popular) e numa relação horizontal que suplanta a lógica *sujeito-objeto* e propõe uma relação *sujeito-sujeito*, sem perder a cientificidade desse processo, mas com empenho na transformação social (Brandão, 2006), num ato de ler e pronunciar, criticamente, o mundo (Streck, 2006).

Assim, na vertente empírica, caracterizada pela pesquisa participante, inspirada em Brandão e Streck (2006), a primeira parte do estudo tratou da etapa exploratória, com visitas à EFA Jaguaribana e a algumas comunidades dos educandos, na intenção de conhecer seu cotidiano e buscar aproximação com os sujeitos da pesquisa. A partir deste momento exploratório, então prosseguimos com a pesquisa de campo. Segundo Gil (2002, p. 53):

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado.

¹⁰ No livro, também há artigos voltados à investigação-ação participante (IAP), pesquisa-ação e sistematização de experiências, representadas por Orlando Fals Borda, Michel Thiollent e Oscar Jara Holliday, respectivamente.

Neste sentido, conhecemos mais a fundo algumas comunidades de origem dos educandos da EFA e de participantes do Projeto Sementes da Vida, buscando perceber a dinâmica de atuação comunitária de educandos, educadores e gestores da EFA Jaguaribana, as estratégias para territorialização da Agroecologia propostas pela escola e as suas possíveis contribuições para a organização e participação sociopolítica camponesa no território.

Para tanto, em partes, recorreremos à metodologia de sistematização de experiências, proposta por Holliday (2006, p. 24), que assim a define:

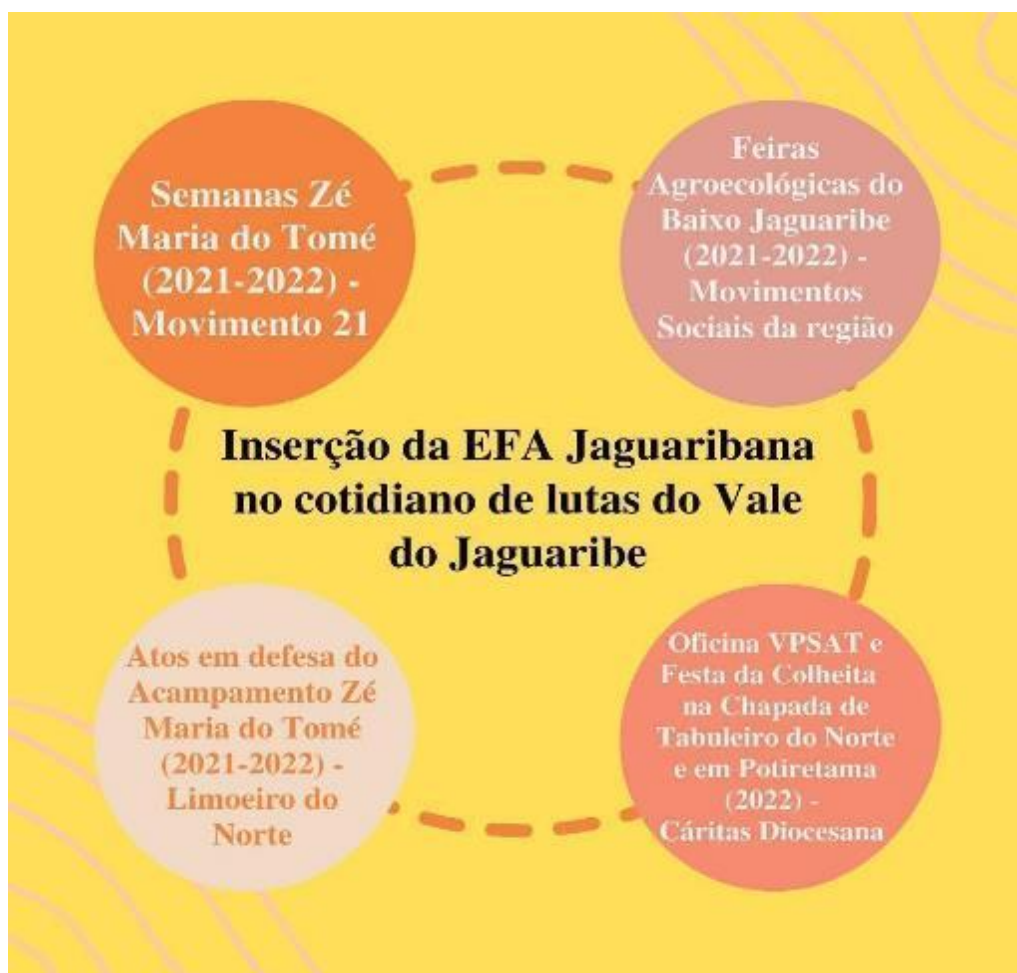
[...] sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Neste sentido, observamos: a reconstrução ordenada da experiência, seu caráter educativo e o seu processo participativo. A sistematização de experiências foi recorrida, especialmente, quando do levantamento/catalogação de atividades desenvolvidas pela EFA Jaguaribana, em especial, de 2020 aos dias atuais; mostrou-se fundamental para a reflexão crítica acerca do alcance e das repercussões dessa atuação comunitária para a territorialização da Agroecologia, bem como para reconhecer os desdobramentos no cotidiano das comunidades camponesas em questão.

Também recorreremos a momentos de observação direta, enfocando diálogos entre os conhecimentos técnico-científicos e saberes populares dos sujeitos das comunidades, recorridos na intenção de romper com as práticas de agriculturas destrutivas características do Agronegócio. Esta etapa mostrou-se fundamental para compreender as dinâmicas de atuação da EFA Jaguaribana no território, particularmente, mediante os diversos projetos executados desde 2020, como o Projeto Sementes da Vida, observando seus pontos de partida e de chegada, as aproximações com o contexto macro e implicações no cotidiano das comunidades e na organização e participação sociopolítica camponesa.

Outros momentos de inserção da EFA Jaguaribana junto a Movimentos Sociais e Instituições da região, em atividades voltadas à articulação camponesa, como Atos em Defesa do Acampamento Zé Maria do Tomé (MST), a Feira Agroecológica do Baixo Jaguaribe e a Festa da Colheita de Tabuleiro do Norte também foram objetos de observação direta na pesquisa de campo. A figura 2 traz um recorte desses pontos de encontro entre a EFA Jaguaribana, Movimentos Sociais e Instituições da região identificados com a resistência camponesa no Vale do Jaguaribe, a exemplo do Movimento 21, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Figura 2 - Inserção da EFA Jaguaribana no cotidiano de lutas do Vale do Jaguaribe



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A escolha destas atividades como momentos de observação durante a pesquisa de campo teve dois sentidos imprescindíveis à proposta desta tese e à pesquisa participante: a atuação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé no contexto Jaguaribano não acontece de forma desarticulada, trata-se de uma resistência ativa e coletiva junto a essas Instituições, Movimentos Sociais e Comunidades do Baixo Jaguaribe e da Serra do Pereiro; as referidas atividades são ponto de encontro teórico e prático entre estes sujeitos/comunidades/movimentos/instituições, acrescidos de seus saberes, suas práticas educativas e suas pautas em defesa dos territórios, bem como expressam uma síntese da resistência camponesa na região.

Registramos esses momentos com o uso do *smartphone*, através de fotos e vídeos, como recomendado por Gil (2002).

2.3.1 Educandos e educadores: atravessamentos entre Pedagogia da Alternância e Agroecologia

Na pesquisa de campo, também trabalhamos com questionários, aplicados a educadores (5) e educandos (2). Salientamos que, antes de adotar a aplicação de questionários, sondamos a disponibilidade destes sujeitos sociais para uma entrevista coletiva, no entanto, dado o conflito de agendas dos participantes, a referida metodologia grupal se tornou inviável *a priori*.

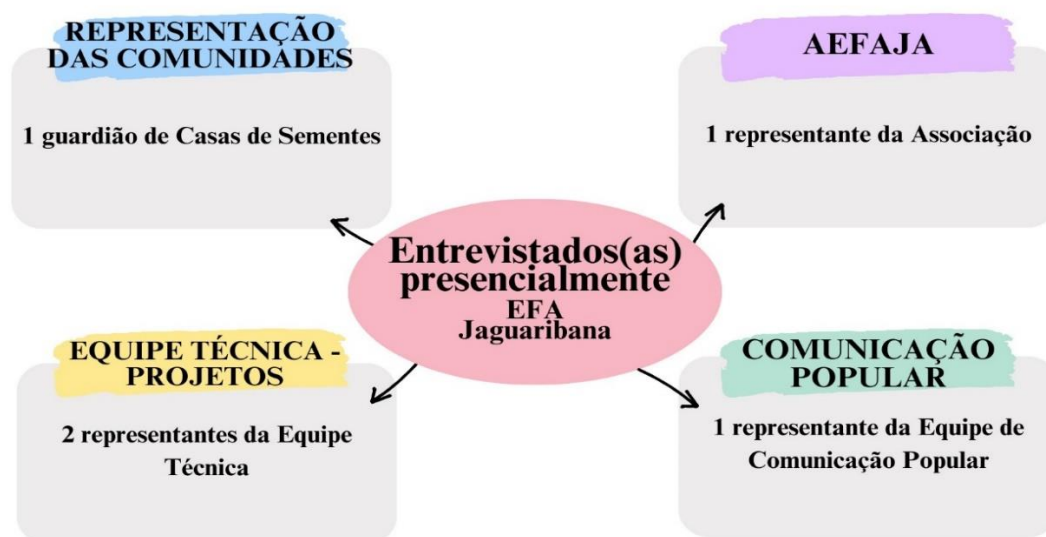
O questionário (Apêndice C), aplicado via *Google Forms* a educadoras(es), teve como foco construir um perfil (gênero, cor/etnia e área de formação) destes entrevistados, bem como conhecer suas compreensões acerca da Agroecologia e como suas práticas pedagógicas apresentam potencialidades/possibilidades no contexto de territorialização da Agroecologia promovido pela EFA Jaguaribana. Já o questionário aplicado aos(às) educandos(as) tratou de um perfil sócio-econômico e cultural: Gênero, cor/etnia, município e comunidade de origem, perfil de residência (rural ou urbana), histórico familiar com o campo, se realiza atividade profissional, expectativas em torno da vida do campo, o significado da Agroecologia e expectativas em torno dos estudos, dentre outras questões.

Apresentamos a síntese do perfil desses participantes, de forma deveras objetiva, na quarta seção desta tese, voltada à apresentação da EFA Jaguaribana.

2.3.2 Olhares sobre a EFA Jaguaribana para além dos muros da escola

Na etapa de entrevistas, ampliamos as categorias de participantes, conforme veremos a seguir, na figura 3.

Figura 3 - Entrevistados presencialmente



Neste segundo momento, ainda em campo, adotamos um recorte de participação¹¹, a partir do qual foram entrevistados presencialmente:

- ✓ 1 (um) representante da AEFAJA (individualmente) e, também, coordenadores de Projetos;
- ✓ 1 representante da Equipe de Comunicação Popular e 2 representantes da Equipe Técnica dos Projetos (coletivamente);
- ✓ 1 guardião responsável por uma das dezesseis Casas de Sementes do Projeto Sementes da Vida, representando camponeses do território jaguaribano (individualmente).

Trataram-se de entrevistas semiestruturadas (Apêndices D e E), com as quais buscamos elucidar se/como os referidos sujeitos sócio-históricos compreendem as contribuições desse projeto institucional contra-hegemônico - a EFA Jaguaribana - para a organização e a participação sociopolítica camponesa e para a territorialização da Agroecologia na região jaguaribana. De tal modo, a entrevista semiestruturada, combinada com a observação direta, permitiu identificar a dinâmica comunitária assumida pela EFA Jaguaribana em sua atuação, para além dos muros da escola.

A opção por essa técnica de pesquisa considerou a sua característica como roteiro de entrevista pré-elaborado acerca da temática que se pretende investigar, garantindo ao pesquisador a liberdade de inserir outros questionamentos, caso julgue necessário, no decorrer de sua execução (Marconi; Lakatos, 2001). Como explicitado, caminhamos conforme a disponibilidade e as particularidades do grupo: alguns participaram de uma rodada de entrevista coletiva, outros foram entrevistados individualmente. Em ambos os casos, foi possível extrair o máximo de informações e questionamentos acerca da temática ora tratada.

No que concerne aos representantes da AEFAJA, técnicas dos projetos e camponeses por ela atendidos (representados pelo guardião da Casa de Sementes), a entrevista teve o seguinte enfoque: Como você percebe a contribuição da EFA Jaguaribana e da AEFAJA para a territorialização da agroecologia no Vale do Jaguaribe? Para o setor de Comunicação Popular, a interrogação versou sobre as estratégias de territorialização da Agroecologia, tendo como recurso as mídias digitais da EJA Jaguaribana.

Em razão do contexto de Pandemia do COVID-19 e do avanço à quarta onda de infecção no Ceará, ainda em 2022, a etapa de entrevista obedeceu aos critérios de distanciamento social e ao uso obrigatório de máscaras PFF2 e álcool 70.

¹¹ O recorte também observou a proporcionalidade de gênero entre os entrevistados.

2.4 Orientações para a análise dos dados

Como explicitado anteriormente, para atender ao objetivo deste estudo, optamos pela utilização de fontes de pesquisa de natureza oral (com os sujeitos entrevistados), escritas (documentos institucionais, legislações sobre Educação do Campo e pedagogia da alternância) e visuais (registros imagéticos cedidos pela instituição de ensino ou realizados pelo pesquisador), obtidas mediante a pesquisa de campo ou por acesso ao *site* da escola.

Seguindo a ótica dialética, sobretudo observando as categorias de contradição e totalidade e considerando os objetivos da pesquisa, analisamos os resultados dos questionários e das entrevistas à luz da Hermenêutica, conforme as contribuições de Ghedin e Franco (2008). As referidas categorias, embora não figurem como categorias de análise nesta pesquisa, foram levadas em consideração frente ao contexto do campo de pesquisa.

Na análise, também recorremos a referenciais teóricos pertinentes à **Educação do Campo**, a exemplo de Molina (2010), Caldart (2008), Silva (2020), Carvalho (2006); ao **Campesinato**, como Moura (1986), Shanin (2005) e Freitas (2018, 2020); à **Agroecologia**, a exemplo de Caporal e Costabeber (2009), Machado e Machado Filho (2017) e Escobar (2019); ao conceito de **Território**, à luz de Fernandes (2013) e Fuini (2014); todos estes combinados com autores da **Educação Popular**, como Paulo Freire (2019), Brandão e Streck (2006), Almeida e Silva (2021). Este conjunto de autores e autoras compôs a nossa lupa de compreensão da realidade, dos quais extraímos compreensões sobre organização e participação sociopolítica camponesa, territorialização da Agroecologia e práticas educativas.

De forma crítica, na construção da síntese da pesquisa, realizamos as relações entre as entrevistas, as observações, os documentos e o contexto em que os participantes estão inseridos, na perspectiva de garantir uma maior aproximação com o real.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS E NECESSÁRIOS

Dado o contexto de violação de direitos no Vale do Jaguaribe, como salientado, vêm-se organizando diversas frentes em torno da defesa desse território, incidindo na construção de processos de resistência camponesa com denúncias e anúncios em torno da materialização de um novo projeto de sociedade, cujos impactos podem ser percebidos em âmbito local. A Região Jaguaribana tem se tornado terreno fecundo de experiências contra-hegemônicas do campesinato, que redimensionam a concepção de campo e de educação que se quer construir neste território.

Dentre estas experiências, sobretudo no Baixo Jaguaribe, podemos perceber a organização de um Acampamento do MST em uma área de Perímetro Irrigado, na Chapada do Apodi, a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé em Tabuleiro do Norte e uma Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Estadual do Ceará. São demonstrativos de um projeto de defesa dos territórios camponeses e da Reforma Agrária, articulados com a luta por escolarização *no* e *do* campo, perpassando diversos níveis de ensino (da educação básica ao superior), culminando ainda com a afirmação da Agroecologia como alternativa ao modelo de produção e (des)envolvimento destrutivo do Agronegócio.

Nesta seção apresentamos nossos aportes teóricos e nossa compreensão sobre a Educação do Campo, observando como esta se relaciona com a temática de estudo aqui proposta. Esta revisão de literatura mostrou-se fundamental para compreender as repercussões da EFA Jaguaribana nos diversos territórios onde atua, de forma direta ou indireta, na construção de processos de organização e participação sociopolítica camponesa no Vale do Jaguaribe, nesse percurso de territorialização da Agroecologia.

3.1 Contribuições do campesinato na construção da Educação do Campo - breve contextualização

Ao discutirmos a Educação do Campo como Paradigma Educacional vinculado a um projeto camponês de sociedade, é importante dialogar, mesmo que brevemente, sobre a história social do campesinato no Brasil.

O campesinato, como afirma Freitas (2020), ainda é bastante secundarizado em análises direcionadas à Educação do Campo. Dada a sua relevância na história da resistência camponesa, aqui discorreremos sobre como a dimensão do acesso à terra, bandeira histórica de resistência camponesa no Brasil, desloca-se para a compreensão de acesso a direitos inerentes à nossa condição de cidadãos, dentre os quais destacamos a educação. Esta incursão na história do

campesinato no Brasil também trouxe à tona, diretamente, a percepção sobre a negação do modo de vida camponês, por meio da negação de direitos civis e sociais a estes sujeitos históricos, fato que, ainda nos dias atuais, constitui-se num desafio.

Sobre o campesinato, observamos que há diversas compreensões teóricas, sobretudo nas Ciências Sociais e na Geografia, que o situam histórico e geograficamente, diferindo de acordo com as concepções teórico-epistemológicas e visões sociais de mundo dos autores (Freitas, 2020). De um lado, os que acreditam ser o campesinato resquício do Modo de Produção Feudal, que embora importante naquele período da história da humanidade, estava fadado à extinção em decorrência da ascensão do Capitalismo em desenvolvimento, nos séculos XVIII a XX, cuja lógica produtiva logo chegaria ao campo. De outro, os que propõem existir uma recriação do campesinato.

Em *A questão agrária*, de Karl Kautsky, temos uma análise realizada sob a ótica da Economia Política, revelando uma compreensão de falência do campesinato, a partir da industrialização da agricultura (Leite e Medeiros, 2012, p. 81). Para Kautsky (1980), mediante o Modo de Produção Capitalista em desenvolvimento e sua inserção na agricultura, nos séculos XIX e XX, na Alemanha, as grandes propriedades absorveriam as menores, provocando a proletarianização dos mais empobrecidos, a produção de excedente e acúmulo de riquezas. Na concepção do referido autor, o campesinato encontrava-se em vias de desaparecimento e teria sua produção adaptada ao mercado, não conseguiria lograr êxito ou ter preços de venda competitivos e viáveis em tempos de crises, indo à falência em seguida, tendo como solução ao camponês assumir postos de trabalho assalariado na indústria ou agroindústria em desenvolvimento.

Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido como Lênin, por sua vez, em análise acerca do capitalismo na agricultura, na Rússia, também tomando como recorte temporal o século XIX e início do século XX, compreendia que “[...] o latifundiário local havia se transformado em fazendeiro capitalista” (Stédile, 2012, p. 644). Nestes dois cenários, o camponês seria, paulatinamente, diluído em trabalhador assalariado no campo ou na cidade ou aderiria à produção nos moldes capitalistas. Tratava-se de uma visão que, de certa forma, negava a dialética e as contradições, incorrendo numa dimensão imobilizadora e passiva do campesinato.

Esta visão foi contestada pelo também russo Alexander Chayanov, que incorpora em suas análises como a economia camponesa se baseia no valor de uso e se organiza pela lógica do trabalho familiar. Neste sentido, para o referido autor, o camponês não cederia a essa cooptação, pois a sua existência é transpassada por uma característica familiar e comunitária e, por conseguinte, na sua produção, não há excedente, tendo em vista se direcionar à subsistência e à troca (Neves, 2012; Sabourin, 2009).

Teodor Shanin (2012), cujas discussões encontram fundamento em Chayanov, teceu considerações acerca da resistência do campesinato e, sobretudo, do modo de vida camponês. Para o referido autor, há certa heterogeneidade ao considerarmos o “ser camponês” e embora reservadas as particularidades de experiências do campesinato em diversos países, via de regra as características dos camponeses são: o trabalho em unidade familiar, a vivência em comunidades rurais e a agricultura e a criação de animais como meio de vida e sobrevivência, bem como a sujeição a agentes externos, dada a sua secundarização no âmbito das Políticas Públicas. A nível de Brasil, Moura (1986) corrobora a afirmação destas características do modo de vida camponês, sobretudo em se tratando do trabalho familiar e da produção mercantil simples.

Costa Casimiro (2019, p. 61) assim sintetiza o pensamento de Teodor Shanin sobre a resistência camponesa, considerada:

[...] potência de transformação mesmo observada a partir da totalidade, entendendo o campesinato se reproduzindo de dentro do capitalismo como parte de sua engrenagem. Sob certas condições, os camponeses não se dissolvem nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante que invade suas vidas.

Conforme a autora supramencionada, essa resistência também se traduz no não-desaparecimento dos camponeses e até na recampesinização de algumas áreas. Assim, longe de uma classe em extinção, o campesinato encontrava-se em recriação, como anunciou José de Souza Martins (1981), dada a objetividade em que se achasse inserido e mediante as relações familiares e comunitárias, as quais colocam-se na interdependência entre as categorias terra, trabalho e família (Camacho, 2014). Para os autores que advogam de uma perspectiva crítica em torno do campesinato no Brasil, a exemplo de Martins (1981), Oliveira (2007; 2001) e Moura (1986), este se configura como classe social e tem o camponês como sujeito histórico.

Assim, pensando na realidade brasileira, a história social do campesinato está articulada à história do latifúndio e da escravidão indígena e negra entre os séculos XVI e XIX, com a economia de *plantation*¹² (Martins, 2022, p. 34). Com a crise do Sistema Colonial, assistimos ao processo de Independência do Brasil em 1822. Até então havia o regime de sesmarias, ou seja, de terras doadas pelo rei português a um beneficiário, sob condição de que fossem, desta forma, cultivadas. Todavia, a questão central estava na posse legal da terra, que não

¹² Segundo Stédile (2022, p. 630-631) “[...] a *plantation* [...] associava grandes extensões de terra, produção [em monocultura] para exportação e trabalho escravo” (grifos nossos).

havia, ou seja, figurava uma insegurança jurídica quanto à manutenção dos camponeses na terra (Wanderley, 2014).

Desde a Independência, Dom Pedro I passou a proibir o regime de sesmarias, mas também não confiscou nem regularizou as demais então existentes. Neste cenário, a insegurança jurídica deu lugar à ocupação de terras públicas pelos pequenos camponeses ou à invasão por latifundiários, aproveitando esse vácuo legal que perdurou de 1822 a 1850. Eram chamados de posseiros, por não terem o título oficial da terra.

Conforme argumenta Wanderley (2014), os posseiros ricos abrigavam nos arredores das grandes fazendas ou nela própria, algumas famílias de trabalhadores, as quais, por vezes, possuíam pequenas produções destinadas à subsistência ou à troca. Em muitos casos, eram autorizados pelos senhores, sob a condição de terem como atividade principal a cultura no âmbito do latifúndio. Embora isto se caracterize como sujeição da terra e da renda do camponês, vemos que também existe uma resistência em levar adiante este modo de vida.

Sendo o cenário brasileiro notadamente agrário e dependente da exportação do café, no século XIX, houve a criação da Lei de Terras, precisamente, em 18 de setembro de 1850, assinada por Dom Pedro II, a qual representou a opção do país em dividir sua zona rural em latifúndios, para comportar as fazendas. Destarte, não haveria outra forma de acesso legal à terra, que não fosse por meio da compra.

Conforme Cavalcante (2005, p. 4), tal fato coincide, também, com a criação da Lei Eusébio de Queirós, no mesmo ano, a qual determinava a proibição do tráfico de escravos no Brasil. Gadelha (1989, p. 153, grifos nossos) frisa que isso não se deu ao acaso, posta a intrínseca relação da abolição da escravatura no Brasil com a negação do acesso à terra aos libertos e consequente substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, mantendo as relações de dependência e a geração de mão-de-obra barata para os latifundiários.

Os marcos do desenvolvimento capitalista foram a abolição do tráfico [negreiro] e a lei de terras em 1850 através dos quais foram feitas tentativas para reter nas terras com vínculos de trabalho os libertos, impedindo sua dispersão pelo território nacional e o acesso a pequena propriedade. A concentração das propriedades e o sistema da "plantation" exigiam a manutenção de uma mão-de-obra barata e dependente. A elite cafeeira controlou a política de terras até as vésperas da abolição, quando a imigração estrangeira coincidiu com o encarecimento abrupto das terras, que continuaram como monopólio dos grandes proprietários, de modo a facilitar uma mão-de-obra barata e dependente

Assim, os camponeses ou os escravos libertos que, ora ocupavam terras na informalidade nos arredores das grandes fazendas ou que até encontravam-se inseridos nas mesmas, passaram, gradativamente, a serem expulsos ou reintroduzidos como trabalhadores

assalariados. Desde então, e por autorização do Estado, a concentração fundiária marcou e marca o abandono do camponês e sua inserção, como trabalhador, nas grandes fazendas. Isso não significa, no entanto, que não houvesse possibilidades, pelas vias informais, de produção e resistência camponesa.

Segundo Martins (2022, p. 134): “Esse processo de acumulação do capital e a consequente expulsão dos camponeses do interior das fazendas geraram lutas, resistências e organização de classe dos camponeses”. Este debate é aprofundado no século XX e vemos nesta história do campesinato em confronto com o latifúndio, a resistência camponesa a partir de diversas experiências, das quais destacamos as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Neste sentido, no Brasil, as supramencionadas experiências camponesas reafirmaram/reafirmam o lugar do campesinato em nosso país e confirmam que, ao contrário do que supunha-se sobre seu fim, há uma recriação do campesinato adaptado à realidade sócio-histórica e geográfica do nosso país, mediante a resistência em torno da Reforma Agrária.

Sobre as Ligas Camponesas, Zenaide (2014) identifica que na década de 1950, a articulação camponesa em torno da luta por Reforma Agrária já podia ser percebida nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Em Pernambuco, o Congresso de Camponeses, em 1955, “[...] quando se mobilizou cerca de 10 mil lavradores, tendo como um dos coordenadores, o deputado federal Josué de Castro” (Zenaide, 2014, p. 118), é uma destas experiências de articulação em torno da resistência camponesa no país.

Esta também serviria como força política e aglutinação, que resultaria na fundação da primeira das Ligas Camponesas do Nordeste¹³, no mesmo ano, por João Firmino, no município de Vitória de Santo Antão - Pernambuco. Martins (2022, p. 135), ao refletir sobre as expectativas iniciais das Ligas, explicita que seu primeiro momento voltava-se a contratos de arrendamento, mas, posteriormente, a luta desloca-se para a defesa da Reforma Agrária na Lei ou na Marra.

Josué de Castro, no livro *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, destaca que os objetivos das Ligas Camponesas eram de:

[...] defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de misérias; os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com ele apodrecer lentamente pela eternidade afora (Castro, 1967, p. 23).

¹³ Em consulta ao *Google Acadêmico* e ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, não identificamos trabalhos que focalizassem se e/ou como ocorreu a experiência das Ligas Camponesas no Ceará e no território Jaguaribano.

A referida obra trata da denúncia às condições de vida e, consequentemente, de morte dos camponeses, que em seu descanso eterno fechavam os olhos para não mais ver, viver e sentir as situações de opressão a que estavam submetidos. Zenaide (2014, p. 119) assim exemplifica essas situações que aqui identificamos como opressões e violações de direitos: “[...] castigos corporais, assassinatos, exploração sexual das filhas dos camponeses, cambão, analfabetismo, enterro em redes, as péssimas condições de trabalho e de saúde”.

Por sua vez, Camacho (2014, p. 1) expõe que as Ligas Camponesas “[...] se contrapõem à desigualdade do modelo agrário nacional que se baseava na grande concentração de terra e na precarização das relações de trabalho no campo”. Estas denúncias e anúncios possibilitaram às Ligas Camponesas do Nordeste se espalharem pelas demais unidades federativas do país, como a Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás, mas isto não ocorreu sem perseguição política e criminalização. Citamos a morte de João Pedro Teixeira, um dos líderes das Ligas na Paraíba, o qual foi assassinado em 1962 por latifundiários ao retornar de uma viagem à capital, João Pessoa.

Durante a Ditadura Empresarial-Militar, que perdurou de 1964 a 1985, a perseguição aos camponeses tornou-se ainda mais acentuada e, consequentemente, comum nesse contexto, denominá-los como “pequenos produtores” e/ou “agricultores familiares”. O termo camponês, segundo Sabourin (2009), passou a ser banido do vocabulário oficial. Dada a subversão destes sujeitos históricos, a clandestinidade em face da criminalização iminente fez com que muitos de seus membros buscassem exílio em outros países da América Latina. Tomando como exemplo teórico-prático a ação das Ligas Camponesas, observamos como o campesinato se caracteriza pela resistência e se recriou no decorrer das cinco primeiras décadas do século XX no Brasil.

Ao longo das últimas décadas do século XX, a questão agrária vem sendo precedida de violentos conflitos e, como assevera Gohn (2014), “[...] permanece como um tabu para certas áreas das elites dominantes, que relutam em discutir qualquer proposta de reforma nessa área”. Sobretudo a partir da Revolução Verde, na década de 1970, houve a expansão do capital agrícola no campo brasileiro, ocasionando diversos impactos sociais, como vemos a seguir em Silva (2020, p. 110):

No campo, os territórios do campesinato e do Agronegócio são organizados distintamente, a partir de diferentes classes e relações sociais. Nesse sentido, o Agronegócio organiza seu território para a produção de mercadorias, a monocultura e a homogeneização cultural, uniforme e geométrica, com pouca presença humana, como maneira de favorecer a eficiência econômica.

O latifúndio, então, cedeu lugar ao Agronegócio, à modernização agrícola e à perspectiva capitalista de produção em larga escala, voltada, sobretudo, ao atendimento do

mercado internacional. Tal fenômeno também contribuiu, diretamente, na transformação de parte dos camponeses em assalariados. No caso cearense e jaguaribano, destacamos as empresas de fruticultura irrigada para exportação, precedidas pela Política Nacional de Irrigação, que no referido estado culminou na criação de diversos Perímetros Irrigados: Perímetro Irrigado de Morada Nova (PIMN), Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas e Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), caracterizados por representarem o setor do Agronegócio, os quais têm sido responsáveis por uma série de problemáticas e conflitos sócio-ambientais (Freitas, 2018).

Esta análise não é particular ao contexto em que o nosso objeto de estudo se insere, nem se remonta apenas aos impactos sociais e ambientais da Revolução Verde em escala mundial, tendo em vista não ser algo recente. Destarte, localiza-se num contexto sócio-histórico e econômico, bem como compõe e se interrelaciona à totalidade. No Livro I de *O Capital*, Marx (2013, p. 380) já anunciava a chegada do capitalismo no campo, com a tentativa de destruição do camponês e sua consequente transformação em assalariado, a separação entre o homem e a terra, na construção de uma nova síntese, que inclui agricultura e indústria. Nas palavras do autor:

Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 2013, p. 380).

Mesmo assim, no cenário brasileiro, os Movimentos Sociais do Campo têm desenvolvido papel importante, incorporando em suas agendas a resistência frente ao modelo expansivo, destrutivo e segregador do Agronegócio, o qual combina a expropriação camponesa, a concentração de terras e de renda, a sujeição camponesa à lógica de produção do capital ou a sua incorporação como força de trabalho para o Agronegócio; o aprofundamento das desigualdades sociais e a manutenção de latifúndios, articulados ainda com a produção de *commodities agrícolas*¹⁴

¹⁴ De acordo com Delgado (2012, p. 136), as *commodities* são produtos: [...] produzidos para serem transacionados unicamente no mercado – nesse caso específico, no mercado internacional – e está associado a um tipo de organização da produção que representou historicamente a integração das economias e sociedades periféricas à divisão do trabalho no sistema capitalista internacional”. Para o mesmo autor, o termo *commodities agrícolas*, por sua vez, compreende: “[...] produtos originários de atividades agropecuárias, vendidos em quantidades consideráveis, no mercado internacional, em sua forma natural ou após passarem por um processamento inicial necessário à sua comercialização” (Delgado, 2012, p. 136). Pensando na produção a nível de Brasil, são exemplos de *commodities agrícolas*: cana, soja, milho e carnes.

para fins de exportação (Molina e Freitas, 2011). E nas palavras de Barbosa (2017), “[...] o paradigma de desenvolvimento do capital transnacional e do Agronegócio [...] concebe o campo sem o camponês e mercantiliza os territórios e seus recursos hídricos, minerais, de fauna e flora, etc.”.

Nesta direção, Molina e Freitas (2011) também trazem à baila o comparativo entre esses dois paradigmas e a forma como estes se identificam no campo brasileiro:

Na realidade atual do campo, verifica-se que as fortes contradições recorrentes da expansão das relações capitalistas na agricultura acirram o contraponto entre lógicas ou modos de produção agrícola. Trata-se da polarização entre a agricultura voltada para a produção de alimentos (lógica do trabalho para reprodução da vida) – identificada como agricultura camponesa, dada sua forte ligação com o modo camponês de fazer agricultura –, e a agricultura voltada para o negócio, sobretudo para produção de commodities (lógica do trabalho para reprodução do capital) – chamada de agricultura capitalista ou de Agronegócio, ou, ainda, de agricultura industrial, dada a sua subordinação à lógica de produção da indústria (Molina e Freitas, 2011, p. 18-19).

Dentre os diversos Movimentos Sociais e Instituições que focalizam estas problemáticas, podemos destacar alguns(mas): a Via Campesina, integrada pelas seguintes organizações - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Juventude Rural (PJR); Conselho Indígena Missionário (CIMI); Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF); Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ); Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Esses movimentos e organizações denunciam a violação de direitos dos camponeses e reclamam uma nova forma de sociabilidade no campo, a partir da agricultura familiar e camponesa e da Agroecologia, a qual perpassa a luta pela posse da terra, mas não se resume a ela.

A partir de Gohn (2014, p. 251), compreendemos os Movimentos Sociais como:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições

são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados.

Embora a própria autora reconheça a complexidade na definição de Movimentos Sociais, o conceito por ela elaborado explicita a importância de observar: quem os compõe; a qual classe pertencem; qual(is) a(s) bandeira(s)/temas(s)/problema(s) que denunciam; que identidade desejam construir, questões fundamentais para compreender as suas repercussões na dinâmica de participação popular e na construção de Políticas Públicas, mas também como dialogam com a transformação social.

Considerando o contexto latino-americano e a teorização sobre movimentos sociais, autores como o uruguaio Raúl Zibechi (2007) e a argentina Maristella Svampa (2020) têm significativa contribuição para se constituir um aparato conceitual e característico desta temática, mediante uma análise atravessada pelas nossas particularidades. De acordo com Almeida, Silva e Carvalho (2023):

O uruguaio Raúl Zibechi [...] discute os movimentos sociais – indígenas, camponeses e urbanos - como poderes antiestatais e trata, assim, da construção de territórios de resistência mediante essa atuação. Na mesma direção, [...] a argentina Maristella Svampa, cuja teorização no campo dos movimentos sociais e da sociologia política, atualmente traz contribuições à análise acerca do avanço do neoextrativismo na América Latina e da produção de commodities agrícolas para exportação, cujos impactos desaguam em desequilíbrios e conflitos socioambientais e territoriais, bem como desdobramentos nas desigualdades socioeconômicas, exploração e degradação ambiental. Em resposta, Svampa (2019) propõe a urgência de um giro ecoterritorial, ao trazer à tona estas problemáticas e registrar a importância do Bem Viver, a defesa da Terra e de relações humanas justas para a sua superação.

Os referidos autores têm notável contribuição para a análise do território jaguaribano e seus conflitos sócio-ambientais; um território de resistência camponesa e de poderes antiestatais (Zibechi, 2007), que traz à tona como vem ocorrendo esse giro ecoterritorial (Svampa, 2020), a partir da atuação de movimentos sociais e instituições. Estas questões vêm sendo aprofundadas por Almeida, Silva e Carvalho (2023) e Almeida e Silva (2021), mediante a análise sobre a experiência do Movimento 21, na Chapada do Apodi, que lançou as bases para que o estado do Ceará fosse a primeira (atualmente única) unidade federativa no Brasil a proibir a pulverização aérea de agrotóxicos.

Como outro recorte para a construção desta seção, destacamos a experiência do MST, no Brasil, na luta pela Reforma Agrária Popular. É imperativo mencionar que as lutas do MST compreendem um “[...] processo indissociável do real concreto das lutas históricas travadas pelo campesinato” (Barbosa, 2017, p. 24). Por este motivo, a luta pela Reforma Agrária coaduna-se

com o campo das Políticas Públicas, em especial no campo da Política Agrícola para a agricultura camponesa.

Trata-se de um processo que combina a superação da dimensão exclusivamente geográfica com a qual se construiu a ideia de meio rural, ao passo que também objetiva “[...] defender o campo como espaço de vida, de produção, de construção identitária e de um projeto histórico de conhecimento” (Barbosa, 2017, p. 135), o qual procede em projetos de educação construídos *com e para* os sujeitos camponeses.

A primeira bandeira do MST se dava na luta pela conquista da terra: “Terra para quem nela trabalha”, uma vez que se acreditava na necessidade de assentar camponeses, para a partir de então promover um processo de nova sociabilidade no campo. Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias.

Cosme (2019, p. 112) assim sistematizou os dados sobre a criação de assentamentos e famílias assentadas, de 1985 a 2016:

Tabela 1 - Brasil – Assentamentos criados, famílias assentadas e área adquirida nos sucessivos governos federais (1985-2016)

Governos Federais	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área (Hectares)	%
Sarney/Collor/Itamar (1985-1994)	931	9,94	58.317	4,32	16.290.069	18,33
FHC (1995-1998)	2.331	24,88	287.994	21,36	12.389.681	13,94
FHC (1999-2002)	1.950	20,82	252.710	18,74	8.686.045	9,78
Lula (2003-2006)	2.315	24,71	381.419	28,29	31.889.037	35,89
Lula (2007-2010)	1.229	13,12	232.669	17,25	16.402.143	18,46
Dilma (2011-2014)	503	5,37	107.354	7,96	2.956.208	3,33
Dilma/Golpe/Temer (2015-2016)	109	1,16	28.021	2,08	233.954	0,26
Total geral	9.368	100,00	1.348.484	100	88.847.137	100,00

Fonte: INCRA (2017) apud Cosme (2019).

Com relação aos governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, que compreenderam os anos de 1985 a 1994, percebemos um processo incipiente e lento de criação de assentamentos no Brasil. Fruto das mobilizações, pressão social e enfrentamentos do MST, os mandados de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) somaram 4.281 assentamentos criados e 540.704 famílias assentadas. Entre 2003 e 2010, período que marcou os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, foram criados 3.544 assentamentos, sendo 614.088 famílias assentadas. Frise-se que, mesmo tendo criado menos assentamentos (diferença de 737) se comparado a FHC, Lula assentou 73.384 famílias a mais, por disponibilizar mais hectares por assentamento.

Já nos mandados de Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016), sobretudo o segundo mandato, caracterizado pela tensão política que culminou no processo de *impeachment* e destituição do cargo em 2016, tendo Michel Temer (2016-2018) assumido a presidência da República no mesmo ano, houve uma expressiva diminuição na quantidade de assentamentos criados (712) e famílias assentadas (135.375).

Em termos comparativos e médias anuais: Lula assentou 76,7 mil famílias contra 25 mil famílias assentadas por Dilma. Há que se considerar, também, que embora tenha havido um refluxo¹⁵ das mobilizações dos Movimentos Sociais do Campo em decorrência dos governos do PT (Cosme, 2019; Cosme, 2015) e, conseqüentemente, um decréscimo nos dados de criação de assentamentos, se comparados ao Governo FHC, em nosso entendimento isto não significou o abandono da pauta da Reforma Agrária, pois houve um processo de reestruturação e reorganização dos assentamentos, com disponibilização de créditos para melhorias de infraestruturas.

No campo das Políticas Públicas, podemos destacar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que se voltou aos agricultores familiares e aos assentados da Reforma Agrária. No entanto, não significa dizer que isto se deu sem contradições. *Pari passu* à construção de Políticas Públicas destinadas aos pequenos produtores e à criação de assentamentos, houve um processo de fortalecimento do Agronegócio, com investimentos massivos do Estado brasileiro. Segundo dados do INCRA, sistematizados pelo Instituto Socioambiental (2016):

A comparação entre o financiamento disponível para o Agronegócio e a agricultura familiar é indicativa da prioridade dada aos dois setores. Entre 2003 e 2015, os recursos oficiais disponíveis para médios e grandes produtores rurais aumentaram de R\$ 20,5 bilhões para R\$ 187,7 bilhões, enquanto que os do Pronaf saltaram de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 28,9 bilhões.

Se compararmos a destinação de recursos à agricultura familiar, entre 2003 e 2015, vemos que o montante foi quase 7 vezes maior, passando de 4,2 bilhões a 28,9 bilhões de reais. Se compararmos a destinação de recursos ao Agronegócio, veremos que foi 9 vezes maior, entre 2003 e 2015, passando de 20,5 bilhões a 187,7 bilhões de reais. No entanto, se compararmos os recursos de 2015 entre o Agronegócio e a agricultura familiar, ficará evidente a diferença de 158,8 bilhões de reais.

Como complemento e contextualização, aqui também cabe uma breve discussão sobre como a referida questão vem sendo tratada no âmbito da Gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019-

¹⁵ Segundo dados do DataLuta (2016), apresentados por Cosme (2019, p. 114): “[...] com relação às ocupações também demonstram o refluxo: de uma média de 577 ocupações no I governo Lula e 374 no II governo, desceu para 243 nos quatro anos Dilma”.

2022). Em seu governo, vemos uma crescente perseguição e criminalização aos Movimentos Sociais do Campo, em especial, o MST, havendo, inclusive, um aparelhamento do setor público por fazendeiros e latifundiários notadamente contrários à Reforma Agrária¹⁶ e à Política Ambiental, incidindo, diretamente em recordes¹⁷ de desmatamento, sobretudo na Amazônia e no Cerrado (Martins, 2022, p. 357); a demarcação de terras indígenas¹⁸ não ocorreu, muito pelo contrário, têm ocorrido diversos confrontos, por vezes fatais, entre os povos da floresta e fazendeiros ou madeireiros em decorrência do avanço do desmatamento; a liberação massiva de agrotóxicos também pode ser observada no contexto do Governo Federal.

Retomando, em análise ao Censo Agropecuário de 2017, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2019, Cosme (2020) explicita:

Assim como foram os resultados em 2006, através deste Censo 2017 foi possível, mais uma vez, a sociedade brasileira saber a importância que tem a agricultura familiar: com apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país, possui 67% do pessoal ocupado no campo e um valor de produção da ordem de 107 bilhões (23%) (IGBE, 2019). São esses resultados, que os arautos – acadêmicos, pesquisadores, economistas – responsáveis em produzir a ideologia sustentadora do mito do Agronegócio gerador empregos no campo e de sua propalada eficiente produtiva, buscaram/buscam esconder (Cosme, 2020, p. 95-96)

Embora seja a que emprega mais pessoas e fortalece os vínculos familiares e sócio-culturais entre os camponeses e seus territórios, a agricultura familiar ainda é a que menos recebe recursos por parte do Estado. Nestes termos, aqui também destacamos a concentração de terras e de riquezas no campo brasileiro. O Coeficiente de Gini¹⁹ das terras, atualmente se aproxima de 0,871, conforme o Censo Agropecuário de 2006, indicando que estamos longe de fazer a Reforma Agrária. Pelo contrário, autores como Stédile (2012), Oliveira (2007) e Cosme (2020; 2019; 2015) acreditam que houve uma acentuação da questão agrária no Brasil e que vivenciamos uma contrarreforma agrária, ou seja, a manutenção do latifúndio e a segregação camponesa, em razão do Agronegócio.

¹⁶ Segundo Martins (2022, p. 355), o governo Bolsonaro “paralisou a Reforma Agrária, desmantelou o INCRA”, uma vez que, até então, são desconhecidos dados sobre a criação de assentamentos no seu mandato.

¹⁷ Dados do Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/19/desmatamento-anual-da-amazonia-dispara-29-e-e-o-pior-da-ultima-decada-diz-instituto>>.

¹⁸ A Medida Provisória n. 870, de janeiro de 2019, transferiu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a identificação, delimitação, reconhecimento e demarcação das Terras Indígenas, esvaziando a Fundação Nacional do Índio (Funai).

¹⁹ Segundo o IPEA (2004), o Índice de Gini, ou Coeficiente de Gini, é um instrumento criado por Conrado Gini utilizado para medir o grau de concentração de fatores, comparando grupos. O Índice de Gini compreende uma escala que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais se aproximar de 1, mais concentração de renda há, ou seja, há uma maior desigualdade.

Mesmo diante deste cenário, compreendemos importante retornar à seguinte questão específica aos assentados da Reforma Agrária e demais camponeses: a posse da terra não é suficiente para o desenvolvimento territorial do campo. Neste sentido, no decorrer dos anos que sucederam desde a criação do MST em 1984, foram defendidas diversas outras bandeiras que caracterizam as demandas em torno do processo de viver *no e a partir do campo*, a exemplo da Cultura, Reforma Agrária Popular, Combate à Violência Sexista, Democratização da Comunicação, Saúde Pública, Desenvolvimento, Diversidade Étnica, Sistema Político, Soberania Nacional e Popular, Soberania Alimentar, Agroecologia e Educação, questões inerentes à formação humana emancipadora, no sentido Freiriano.

Se ponderarmos a relação entre os Movimentos Sociais do Campo com Movimentos Ambientais, no Brasil e no Nordeste – particularmente, no semiárido –, evidenciaremos como a Agroecologia perpassa a análise, uma vez que ela:

[...] também se insere a pauta ambiental, mediante o avanço da crise e emergência climática, o desmatamento e desertificação na caatinga, bem como a luta em defesa da saúde humana - agravada com a pulverização excessiva de agrotóxicos - e contra a violação de direitos humanos, em decorrência da territorialização do agronegócio. Tais questões são centrais à atuação e construção da identidade *[de um]* movimento social, ao passo que contribuem para a constituição de estratégias de resistência em territórios camponeses (Almeida, Silva e Carvalho, 2023, p. 03, grifos nossos).

Em se tratando da relação Movimentos Sociais e Agroecologia, percebemos ser transpassada por dinâmicas educativas e comunitárias, escolares e não escolares, as quais possibilitam o olhar atento, atravessado e contextualizado nos territórios camponeses, com vistas à leitura do mundo e de suas contradições, buscando a organização de sujeitos coletivos para a intervenção na realidade, ou seja, para a mudança e a transformação social.

A Agroecologia e a Educação são retratadas, inicialmente, de forma não articulada, mas uma vez que avançam as discussões sobre a escolarização nas áreas rurais a partir dos Movimentos Sociais do Campo, estas passam a ser combinadas em uma proposta educativa denominada Educação do Campo, síntese à superação do antagonismo entre agricultura camponesa e Agronegócio, campo como produto do capital e campo vivo e vivido, Educação Rural e Educação no/do Campo, escolar ou não escolar, fundamentais à reprodução social do campesinato. Trataremos desta discussão a seguir.

3.2 Educação do Campo: um outro paradigma educacional

Molina (2010), Caldart (2008) e Carvalho (2006) explicitam que a Educação do Campo tem como perspectiva uma educação, nos sentidos amplo e estrito, construída com e pelos povos do campo e vinculada aos interesses destes; e, como vemos, contribuindo para a criação de uma identidade camponesa em contraposição ao desenraizamento promovido desde a inserção do capital agrícola no campo. Por sua vez, Paludo (2013) defende, ainda, que a Educação do Campo combina uma proposta educativa que reconhece o saber popular e o conhecimento científico, buscando dialogicamente a problematização da realidade do campo e um processo de tomada de consciência e conscientização, práxis e transformação social no território camponês.

Ao retratarmos a Educação do Campo como um projeto educativo e político que propõe um outro paradigma educacional (Barbosa, 2017), que considere as particularidades dos territórios camponeses, mostra-se imprescindível discutir sobre o seu contraponto: no caso, a Educação Rural. Rangel e Carmo (2011), ao realizarem uma revisão crítica sobre a trajetória da Educação Rural no Brasil e sua culminância na construção da proposta de Educação do Campo, tecem considerações sobre os desafios expostos em ambas.

Em primeiro lugar, os aportes teóricos aos quais recorreremos no decorrer desta seção, compreendem que a Educação Rural difere, sistematicamente, da Educação do Campo, e não se trata de uma mudança semântica, mas de um novo paradigma epistemológico que observa as particularidades do campo e dos sujeitos que o habitam, ao passo que se propõe a trazer para a escola o modo de vida camponês, seus saberes, sua cultura e tradições, o trabalho, o lazer e a vivência comunitária. Não obstante, a Educação do Campo é mais ampla, social e politicamente, pois incorpora as demandas e reivindicações de movimentos sociais e coletivos acerca da educação dos sujeitos do campo, os quais veem a terra como lugar de vida, de trabalho – nos sentidos ontológico e produtivo –, de cultura e de reprodução do ser camponês.

No decorrer da história da educação brasileira no século XX, percebemos uma enorme lacuna na oferta de escolarização básica para as populações marginalizadas, fossem elas residentes na cidade ou no campo. No entanto, os desafios para estas últimas eram bem mais diversos, posto que os índices de analfabetismo no meio rural sempre foram mais acentuados.

Segundo Leite (1999), os primeiros indícios de educação no meio rural remontam ao século XIX, mas principalmente a partir das décadas de 1920-1930, no século XX, mediante as estatísticas em torno da escolarização das populações residentes nas áreas rurais, que se passou a pensar estratégias, sobretudo Campanhas de acesso à educação escolar, ainda numa perspectiva

descontextualizada, de extensão da escola urbana para o campo, descontínua e desordenada, sem políticas públicas específicas.

As primeiras décadas do século XX acompanharam um processo de recente modernização do campo e de industrialização urbana (Costa e Cabral, 2016), sendo esta última motivadora do êxodo rural e da formação das periferias do país, em virtude da negação do direito à sobrevivência no campo, acompanhado dos sucessivos períodos de estiagem no caso nordestino. Neste sentido, observamos uma perspectiva deveras redentora, característica da Educação Rural, para uns, voltada ao rompimento da marginalização e em busca da ascensão social para deixar o campo; na linha contrária, para outros, como forma de acesso aos rudimentos básicos da escolarização. Foi com esse momento de forte movimento migratório, que a preocupação com a educação nas áreas rurais passou a ser objeto de maiores discussões (Araújo, 2014).

Conter essa migração desenfreada no meio rural foi uma questão levada a cabo pelo Ruralismo Pedagógico, visão difundida até a década de 1930, que, dentre outras questões, defendia a fixação do homem no campo para, nas palavras de Leite (1999, p. 28), “[...] evitar a explosão de problemas sociais nos centros citadinos”. Complementando esta discussão, Silva (2022a, p. 59) assevera que a defesa do Ruralismo Pedagógico propugnava a existência de uma escola cujo foco fosse a preparação laboral de filhos de agricultores para o trabalho agrícola, que culminaria em sua permanência no campo.

Assim, vemos que a preocupação inicial com a educação nas áreas rurais estava intimamente ligada, primeiramente, à negação do camponês; este, por sua vez, tendo sua reprodução social negada e violada, procurava nos centros urbanos um amparo, melhores condições de vida ou apenas sobreviver. Em segundo lugar, a negação do migrante interno camponês era, na verdade, uma negação de classe, pois junto com os movimentos migratórios, escancarou-se, nas cidades, a desigualdade social, anteriormente invisibilizada no meio rural. Uma forma velada de negar o sujeito e esconder a sua existência marginal.

No campo da legislação, ainda na década de 1930, na Era Vargas, as Constituições Federais de 1934 e 1937 trouxeram em seu bojo algumas possibilidades de atendimento à população rural por meio da educação.

A primeira delas encontrava-se no 149º artigo da Constituição Federal de 1934, que estabelece a educação como direito de todos. No referido artigo não há referência direta ao dever do Estado na garantia da educação; no entanto, há uma complementaridade com o artigo 121º, que trata da proteção social ao trabalhador do campo ou da cidade, e em seu parágrafo 4º estabelece: “O trabalho agrícola será objecto de regulamentação especial, em que se attenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua Educação

Rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferencia na colonização e aproveitamento das terras publicas”. Assim, até havia referência à Educação Rural, mas ainda sob forte influência do Ruralismo Pedagógico, uma vez que, junto aos fluxos migratórios campo-cidade, houve uma redução no quantitativo de trabalhadores rurais e, consequentemente, de produção.

Sobre a Constituição Federal de 1937, no período do Estado Novo, de Getúlio Vargas, Silva (2022a, p. 60), sistematizou algumas considerações importantes:

[...] a Constituição de 1937 refere-se à Educação Rural no artigo 129, quando aponta que o Estado deveria criar institutos de ensino profissional e subsidiar as indústrias e os sindicatos, inclusive rurais, na criação de escolas de aprendizes nas áreas de sua abrangência, para os filhos de seus operários ou de seus filiados. Nesse mesmo período, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, que tinha como objetivo propagar a Educação Rural. Havia, por parte da elite brasileira urbana, uma preocupação com a escolarização da população do meio rural, frente à questão dos permanentes índices de analfabetismo e do fluxo migratório interno que continuava a ser um incômodo.

Num processo de industrialização urbana crescente no Brasil, a aposta de Vargas estava na escolarização voltada à capacitação profissional (Leite, 1999). Isto se traduz quando, na década de 1940, houve a criação das Leis Orgânicas do Ensino²⁰, conhecidas como Reforma Gustavo Capanema (Saviani, 2021), implementadas entre 1942 e 1946, com vistas à reorganização do ensino. Em especial, o Decreto-Lei nº 9.613/46, ou Lei Orgânica do Ensino Agrícola, o qual tratou dos estabelecimentos de ensino agrícola federais, que tivemos uma organização e aporte mais efetivo no âmbito do Estado, mas ainda de forma a legitimar o campesino como atrasado social e culturalmente. Na década de 1950, pudemos identificar a Campanha Nacional de Educação Rural - CNER e o Serviço Social Rural (Rossato e Praxedes, 2015; Bogo, 2020). No campo da legislação educacional, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 4024/61, sequer cita a educação ou a escola rural no seu texto (Leite, 1999).

O que há em comum entre as iniciativas no âmbito da Educação Rural nas décadas do século XX aqui tratadas? Consideramos que, além da descontinuidade e descontextualização, eram tratadas como antídotos à ignorância e elementos de fixação do homem ao campo, que desconsideravam as demais condições para a sua reprodução social. Ou seja, um olhar estigmatizado para o camponês, sobretudo aqueles a quem se negou o direito à educação e à terra.

A trajetória da Educação Rural no Brasil e o olhar para o sujeito em situação de analfabetismo passaram a sofrer modificações quando das experiências de Educação Popular na

²⁰ Em 1942 foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Lei Orgânica do Ensino Industrial e a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Já em 1943, temos a Lei Orgânica do Ensino Comercial e, em 1946, após a queda de Vargas, a Lei Orgânica do Ensino Primário, a Lei Orgânica do Ensino Normal, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (Aranha, 2020, p. 364).

década de 1960. No decorrer de sua história, a Educação Popular teve diversos sentidos, que combinados aos contextos sócio-históricos, manifestam concepções de educação *para* ou *com* as classes populares.

Inicialmente, em especial nas décadas de 1940 e 1950, tínhamos uma articulação da escolarização destinada às classes populares, do campo e da cidade, por meio de campanhas de alfabetização de adultos em larga escala, as quais caminhavam lado a lado com a perspectiva de escolarização com vistas ao desenvolvimento econômico no processo de industrialização recente no país (Gomes, 2020).

Na década de 1960, no contexto de efervescência política das Reformas de Base do governo João Goulart, a expressão Educação Popular ganhou outro sentido, então voltado à valorização da Cultura Popular como elemento de problematização e compreensão crítica da realidade. Marcam este período as iniciativas do Movimento de Cultura Popular (MCP) e dos Centros Populares de Cultura (CPC), a Campanha de Educação Popular na Paraíba (CEPLAR), a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler no Rio Grande do Norte e Movimento de Educação de Base (MEB). Ainda neste contexto, a experiência de alfabetização de adultos camponeses em Angicos, comandada por Paulo Freire, representou um divisor de águas na história e na concepção de Educação Popular (Fávero, 1983).

As referidas experiências significaram um outro olhar para a educação no sentido geral e, especificamente, ao pensar os sujeitos em situação de analfabetismo, do campo e da cidade, buscou-se observar e problematizar as situações de opressão a que estavam submetidos, mediante um olhar contextualizado da realidade, com vistas ao diálogo crítico e conscientizador, voltado à mudança e à transformação social.

Mesmo sendo um campo com notável diversidade epistemológica, teórica e metodológica, via de regra a Educação Popular designa processos educativos desenvolvidos junto às classes populares, na perspectiva da transformação social. Quando nos referimos à concepção libertadora da Educação Popular, buscamos referência em Brandão (1983, p. 52) que assim define três tendências sucessivas que podem ser reconhecidas:

1) a Educação Popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.; 2) a Educação Popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a Educação Popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político — em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta — e constrói o seu próprio conhecimento.

Assim, se antes se pensava em uma educação para as classes populares, do campo e da cidade, como doação e forma de adaptação ao processo de desenvolvimento, a partir destas experiências passou-se a pensar a educação junto/com as classes populares, num diálogo intersubjetivo entre os sujeitos populares e seus saberes, mediados pelos contextos em que se encontravam inseridos. Um diálogo crítico e problematizador, que partia do local e se articulava na compreensão do global, com vistas à conscientização dos sujeitos e à transformação social (Freire, 2019; Cardoso, 1983). O paradigma da Educação Popular, mais à frente, viria a influenciar o debate epistemológico e político em torno da Educação do Campo.

As iniciativas ora mencionadas foram interrompidas em virtude do Golpe Civil-Militar de 1964, antes mesmo que se materializassem em Políticas Públicas de Educação de Adultos, como seria o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, cujo planejamento já se encontrava em andamento quando da tomada do poder pelos militares. No decorrer dos 21 anos de Regime Militar, cinco generais-presidentes sucederam no governo do país, quais sejam: Castelo Branco, Arthur Costa e Silva, Emilio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Em Vieira (2002, p. 258), encontramos um objetivo apanhado sobre os mandatos destes presidentes:

Com Humberto de Alencar Castello Branco (16/04/1964 a 15/03/1967), um cearense, começa o longo ciclo dos governos de generais militares. O primeiro presidente deste período governaria o país na fase inicial do regime, sendo sucedido por Arthur da Costa e Silva (15/03/1967 a 30/08/1969). Como este adoece durante o mandato, é substituído temporariamente por uma junta militar (31/08/1969 a 30/10/1969), que indica como presidente Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974). Depois viriam os dois últimos presidentes desta fase dariam abertura ao lento movimento de retorno pacífico à transição para a democracia: Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979) e João Baptista Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985).

Segundo Almeida (2017, p. 36), cada um destes presidentes, e suas respectivas ações: “[...] representou um momento do Regime Militar, desde a tomada do poder (Castelo Branco), passando pelo período de censura e repressão (Costa e Silva e Médici), até o momento de abertura política e redemocratização do Estado (Geisel e Figueiredo)”. Assim, ao referido contexto de efervescência política e conscientização para libertação na década de 1960 suplantam propostas educativas de caráter imobilizador, neutro e autoritário.

A Ditadura Empresarial-Militar, ao promover a perseguição aos camponeses (como vimos no tópico anterior), educadores, jornalistas, políticos e demais membros da sociedade civil contrários ao regime em questão e identificados com ideais progressistas, promoveu um aparelhamento na legislação, a exemplo dos Atos Institucionais, dos quais destacamos o AI-5, que dava plenos poderes ao Presidente da República.

A visão ufanista, os discursos anti-terroristas e anticomunistas, a narrativa de desenvolvimento e o “Milagre Econômico” encontraram apoio em parte significativa da sociedade civil, no empresariado e em setores conservadores das Igrejas Católica e Protestante. Disto resulta considerarmos uma Ditadura Empresarial-Militar. A essa problemática, seguiu o exílio de Paulo Freire em 1964, o qual somente retornou ao Brasil a partir de 1979, quando houve a publicação da Lei da Anistia. Como afirmam Almeida e Carvalho (2021, p. 5):

[...] esta tentativa de pensar a educação com valorização da cultura dos participantes e conscientizadora foi sufocada no ano de 1964 pelo Golpe Militar que deu origem à Ditadura Empresarial Militar, e, a partir de então, a educação estaria, prioritariamente, pautada na formação/instrução de mão de obra para o mercado de trabalho ou como “dever da sociedade”, reforçando a (des)responsabilização do Estado no que concerne à garantia de acesso dos cidadãos a este direito. Neste contexto autoritário, [...] a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, em 1967, cujas atividades iniciaram-se a partir de 1969, com o objetivo principal de erradicar o analfabetismo no período de dez anos, desenvolvendo os Programas de Alfabetização Funcional - PAF, Educação Integrada - PEI e Educação Cultural – PEC.

Nesse contexto, pudemos perceber um confronto pedagógico entre os ideais libertadores e os autoritários. Tomamos como exemplo o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL, instituído em 1969, o qual se voltou, inicialmente, à erradicação do analfabetismo funcional, no meio urbano ou rural, e perdurou até 1985, quando se encerrou o Regime Militar.

No decorrer de sua atuação em âmbito nacional, o MOBREAL promoveu um aparelhamento da educação de crianças, adolescentes e adultos, expandiu-se significativamente, no entanto não foi capaz de cumprir as metas inicialmente estabelecidas. Se observarmos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), sistematizados por Almeida e Carvalho (2021, p. 16), considerando pessoas de 15 anos ou mais, teremos esta constatação:

[...] no que concerne aos percentuais de pessoas nesta faixa etária que se encontravam em situação de analfabetismo, observa-se que houve um decréscimo: em 1960, 39,6% da população era considerada analfabeta absoluta, o equivalente a 15.964.852 pessoas; em 1970, embora crescesse o valor absoluto, de 18.146.977, houve a redução do valor relativo para 33,6% da população nesta faixa etária. Este percentual reduziu-se consideravelmente na década de 1980, quando se tem o índice de 25,5% da população com 15 anos ou mais, equivalente a 18.716.847 pessoas. No entanto, ao observarmos os números absolutos, vemos que entre 1970 e 1980, houve um aumento no quantitativo de pessoas em situação de analfabetismo, dado que pode ser analisado em pesquisas futuras acerca do alcance e resultados do Programa.

As críticas ao MOBREAL eram acompanhadas do enfraquecimento do Regime Militar e do processo de abertura política no Brasil, no decorrer da década de 1980, com a Campanha “Diretas Já!” e pelo voto universal nas eleições presidenciais, bem como dos momentos de inflação

que se sucederam pós Milagre Econômico. Estes foram alguns dos motivos que impulsionaram o fim do governo dos militares em 1985.

É importante mencionar, ainda, que no decorrer da década de 1980, os Movimentos Sociais do Campo, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, vão se apropriando e ressignificando a Educação Popular, a partir de suas demandas específicas. A luta por Reforma Agrária viria a desempenhar um papel fundamental na garantia de uma proposta de educação voltada aos interesses do campo; uma educação que reconheça o campo como lugar de desenvolvimento, resgate a cultura camponesa e recrie essa identidade.

Voltando à digressão histórica sobre a Educação Rural, desde meados da década de 1980, com o aumento do número de assentamentos, fruto das lutas e consequentes desapropriações na perspectiva da Reforma Agrária, gerou-se um amplo debate acerca do futuro das zonas rurais brasileiras (Carvalho, 2006). Neste debate, os Movimentos Sociais do Campo associam a conquista da terra a um Projeto de Desenvolvimento Social, em que, além das Políticas Agrícolas que fortaleçam a agricultura familiar, reivindicam condições dignas de vida, com acesso à educação, saúde, cultura, lazer e respeito ao meio ambiente. De acordo com Silva (2020, p. 123):

A educação [...] insere-se nesse projeto maior para a garantia da existência do campesinato como tal na reprodução social, a partir do trabalho com a terra. A luta pela escolarização e pelo acesso ao saber científico é uma estratégia de resistência para garantir a sua reprodução social, o seu modo de vida e o trabalho com a terra.

Em se tratando da garantia de educação nas zonas rurais, isto ainda representa um desafio, seja devido ao acesso restrito e descontínuo, seja com relação ao currículo e às políticas educacionais para reverter tal quadro. Neste cenário, os Movimentos Sociais do Campo vêm assumindo papel relevante na luta pelo direito à educação, impulsionando ações e reflexões sobre uma proposta pedagógica que incorpore sua cultura, seu modo de vida, suas lutas e trabalho, construindo-se para tal a designação de Educação do Campo (Carvalho, 2006).

Seguindo uma linha temporal da trajetória da Educação do Campo, é sabido que, desde a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 que estabelece a educação como “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, ficaram incluídas e legalmente assistidas as populações residentes em áreas rurais no que concerne aos seus processos educativos no âmbito formal, ou seja, em toda a educação básica.

Com a Lei 9394/1996, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, houve mais um passo importante no aparato da legislação educacional para a garantia do direito à

Educação do Campo. Destacamos o artigo 23º, que contempla a Pedagogia da Alternância e a multisseriação:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

No mesmo artigo, em seu parágrafo segundo, temos outra questão importante: a adaptação do calendário escolar: “§2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei”. O artigo 26º, por sua vez, vem a contemplar os currículos escolares, estabelecendo uma base comum e outra diversificada, sendo essa última composta por conteúdos voltados a características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Ou seja, regulamentou-se uma abertura do currículo para abrigar questões concernentes ao território onde a escola estaria localizada.

No entanto, é apenas no artigo 28º da LDB 9394/1996 que há referência direta às populações do campo em suas dinâmicas de escolarização básica:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural²¹;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Essa garantia legal, expressa na LDB de 1996, foi resultado da intensa mobilização de diversos sujeitos e coletivos, do campo e da cidade, para o avanço da referida legislação educacional (Rossato e Praxedes, 2015). No decorrer de seus 26 anos de existência, a LDB sofreu algumas alterações, incorporando, por exemplo, o ensino de história e cultura afrobrasileira e indígena, o atendimento educacional especializado; reconheceu a diversidade humana linguística, cultura e identitária das pessoas surdas; estabeleceu a obrigatoriedade de escolarização básica

²¹ O Projeto de Lei nº 184/2017, de autoria do Deputado Federal Helder Salomão, do Partido dos Trabalhadores (Espírito Santo), propôs a alteração do inciso I do artigo 28º da LDB, com vistas à inclusão da Pedagogia da Alternância nas escolas do campo. A redação ficaria da seguinte forma: “I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da Pedagogia da Alternância”. Embora aprovado no Senado, o referido PL recebeu o veto pelo presidente Jair Messias Bolsonaro em junho de 2022.

gratuita, dos 4 aos 17 anos, dentre outras conquistas. Compreendemos que essa garantia legal é pertinente e incide, diretamente, na proposta dos movimentos sociais do campo, acerca da construção do paradigma da Educação do Campo.

Assim, conforme Frigotto (2012), a Educação do Campo “[...] nasce de um movimento dos próprios sujeitos sociais do campo que reivindicam seus direitos à terra, à educação, à cultura, entre outros, em um conjunto de lutas contra-hegemônicas”. Segundo Molina (2018), através de debates, diálogos, lutas e produção intelectual, os sujeitos coletivos vêm consubstanciando esta proposta pedagógica.

Alguns eventos demarcaram a conformação do Movimento Por Uma Educação do Campo e iniciam tal debate: o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária²² (ENERA), em Brasília, em julho de 1997, com notada contribuição do MST na discussão sobre a educação em áreas de Reforma Agrária, lançando as bases para a elaboração do texto preparatório para a animação e convocação à I Conferência Nacional da Educação Básica do Campo, ocorria em julho do ano seguinte, em Luiziânia, Goiás. Tal evento marca a tentativa de construção permanente da proposta de Educação do Campo.

A II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, em agosto de 2004, amplia o horizonte de discussões em torno da educação camponesa, versando sobre a pluralidade cultural, racial, de gênero, política e ambiental vivenciada pelos sujeitos do campo em seu território (Arroyo, 2007). Outros eventos mais recentes, como Seminários e Reuniões Nacionais organizados pelo Fórum Nacional da Educação do Campo - FONEC, criado em 2010, e do II Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária (ENERA), em 2015, marcam a articulação dos coletivos e dos movimentos sociais em defesa da Educação do Campo e avaliação do percurso (Molina e Santos, 2022).

No Ceará, a articulação estadual culminou, apenas em 2022, na fundação do Fórum Estadual de Educação Indígena, Quilombola, do Campo, das Águas e da Caatinga no Semiárido Cearense. A representação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé esteve presente nesse momento histórico para a Educação do Campo no Ceará, como consta na figura a seguir.

²² Um fato importante, concernente a essa temática, foi a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, em 1998, o qual será melhor analisado no decorrer desta seção, com um tópico próprio de sua inserção como Política Pública e gênese da Educação do Campo.

Figura 4 - Fundação do Fórum Estadual de Educação Indígena, Quilombola, do Campo, das Águas e da Caatinga no Semiárido Cearense.



Fonte: Lia Pinheiro Barbosa (2022).

Essa articulação entre os coletivos e movimentos sociais marca a construção coletiva e contínua da Educação do Campo nos diversos estados brasileiros.

No debate conceitual e mobilização, houve repercussões na Legislação Educacional. A princípio, citamos a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. O referido instrumento legal consistiu numa conquista para garantir a efetivação da Educação do Campo no âmbito formal, incidindo, diretamente, no financiamento e na gestão democrática; no projeto institucional e na proposta pedagógica e, por consequência, na identidade da escola, articulados com a formação de um projeto de desenvolvimento sustentável no campo. Por sua vez, a Resolução CNE/CEB 2, de 28 de abril de 2008, permitiu identificar a Educação do Campo como modalidade de ensino da Educação Básica:

Art. 1º: A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Neste sentido, os documentos e publicações resultantes apresentam uma concepção inovadora ao afirmarem a necessidade de uma educação que ocorra *no campo* - fortalecendo a luta contra o fechamento de escolas e contribuindo para a reprodução social do campesinato - e que

seja *do campo* (Caldart, 2012; Carvalho, 2006), contemplando, assim, em sua proposta curricular a diversidade, os modos de vida, a cultura, as lutas e o trabalho dos povos que o habitam. Assim,

Tendo sua origem no processo de luta dos movimentos sociais para resistir à expropriação de terras, a Educação do Campo vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos sociais do campo, isto é, que se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e também se vincula a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, cujas bases se alicerçam na necessidade da construção de um outro projeto de sociedade e de Nação (Molina e Freitas, 2011, p. 19).

De tal modo, é necessário que as lutas em defesa da Educação do Campo se articulem a um projeto político e econômico de desenvolvimento popular para o Brasil, confrontando as investidas do capital internacional, através do Agronegócio, nas zonas rurais (Carvalho, 2006). Na mesma direção, Caldart (2008, p. 74) afirma que “[...] não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação”. Assim, o projeto educativo-político da Educação do Campo (Barbosa; Rosset, 2017a) interliga-a à luta pela Reforma Agrária Popular, ou seja, ela é forjada na contradição e parte da materialidade da vida dos educandos, dos camponeses, com vistas à sua intervenção na realidade posta.

No aporte teórico crítico que sustenta o Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo, observamos três referências basilares:

- a) *A Pedagogia Socialista*, que segundo Caldart (2004a, p. 4), contribui para pensar “[...] a relação entre educação e produção desde a realidade particular dos sujeitos do campo; também [...] traz a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva, e a reflexão sobre a dimensão da cultura no processo histórico”;
- b) *A Pedagogia do Oprimido e a Educação Popular*, por considerar um processo educativo e dialógico que escrutina as relações de opressão e tem a cultura popular e o contexto local como ponto de partida no processo educativo crítico. Nas palavras de Roseli Caldart (2004, p. 4): “A Educação do Campo talvez possa ser considerada uma das realizações práticas da pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto emancipatório, e por isso mesmo, educativo”. Para isto, torna-se necessário observar o campo como lugar de desenvolvimento e envolvimento. Corroborando com a visão de Caldart (2004; 2004a), Silva (2020a, p. 382) compreende que a Educação do Campo tem referência considerável no paradigma de Educação Popular, pois esta deve ser pedagogicamente “[...] construída (se construindo) por uma relação dialógica, evidenciando, assim, uma nova concepção de educação que tenha suas bases numa

Educação Popular do Campo, já que defende e afirma a posição dos pobres do campo como agentes legítimos de um projeto emancipatório”.

- c) *A Pedagogia do Movimento*: Há um diálogo com as duas referências apresentadas anteriormente, mas a Pedagogia do Movimento Sem Terra, como afirma Caldart (2004a, p. 4), “[...] se produz desde as experiências educativas dos próprios Movimentos Sociais, em especial [...] do Campo. Trata-se de uma matriz pedagógica cuja constituição teórica se dá no mesmo tempo histórico da Educação do Campo”. Em seu bojo, há uma relação intrínseca entre o trabalho, a luta social e a organização coletiva, sendo perpassadas pela educação e a cultura.

A Educação do Campo não nasce, assim, como teoria, mas se constrói como tal mediante as experiências concretas de educação em territórios camponeses, concatenadas aos paradigmas emergentes que veem o campo como espaço de vida e de sobrevivência. O referido conceito tem definição em processo de construção permanente, à luz das demandas que se puseram em questão no decorrer dos anos desde sua criação. Encontramos em Caldart (2012, p. 257) a seguinte definição:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

A Educação do Campo tem como perspectiva uma educação que seja, antes de tudo, dos povos do campo, vinculando-se aos interesses destes, contribuindo no fortalecimento de uma identidade cultural camponesa (Caldart, 2012). Para tanto, distingue-se da proposta de Educação Rural, entendida por Molina *et al.* (2010, p. 89) como “[...] escolarização elementar historicamente oferecida aos filhos dos agricultores”, na qual prevalece um currículo urbanocêntrico, descontextualizado, logo distante da vida destas comunidades e não vinculado à cultura, ao trabalho e às lutas dos sujeitos que habitam nas zonas rurais.

Nesta direção, Fernandes (2012), ao refletir sobre os elementos constitutivos da Educação do Campo, elabora esquema em que distingue o Agronegócio e a agricultura camponesa, e identifica o paradigma da Educação Rural com o primeiro. Andrade (2004, p. 21) acrescenta que o Agronegócio “[...] concebe o campo como espaço prosaico de atraso, desprovido de dinamismo

e de perspectivas de futuro, cujo destino inexorável é ceder lugar à modernidade associada à vida urbana”.

Todavia, na direção contrária, segundo Alencar, Carvalho e Mendes (2015), os Movimentos Sociais do Campo combinam em seus repertórios de atuação a luta por Reforma Agrária e, conseqüentemente, a defesa da agricultura familiar e camponesa, a produção de base agroecológica e a justiça social e ambiental. Neste sentido, a perspectiva da Educação do Campo mostra-se como algo além da adaptação do currículo, do trabalho pedagógico e do calendário escolar, que evidentemente não são menos importantes; mas esta compreende que os processos de educação formal ou não-formal dos sujeitos do campo estão vinculados a uma totalidade e expostos às contradições do avanço do capital transnacional no campo brasileiro, logo, são questões que extrapolam os muros da escola rural e não podem ser compreendidas descoladas do movimento concreto da realidade.

No contexto da Política de Educação do Campo, instituída pelo decreto 7.352/2010, são populações do campo:

Art. 1o [...] I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (Brasil, 2010).

O mesmo decreto considera como escola do campo: “[...] II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (Brasil, 2010).

Neste sentido, ao se pensar a Educação do Campo, é necessário observar:

- 1) sua intencionalidade e visões de ser humano e de mundo, uma vez que há uma defesa dos territórios camponeses e da diversidade de sujeitos históricos que ali habitam;
- 2) sua dimensão política, ao conferir aos camponeses um papel mais participativo e organizado nessa construção;
- 3) a contextualização do processo educativo no território e, para além disso, que este seja objeto de educação;
- 4) sua amplitude, pois extrapola a dimensão meramente geográfica da instituição de ensino e da comunidade, característica da Educação Rural, que trata a escola rural como extensão da escola urbana e impulsiona, diretamente, um processo de exclusão camponesa e reprodução do urbano no território camponês (Arroyo, 2007);

- 5) seu rompimento com o paradigma epistemológico dominante que compreende o campo o lugar arcaico e atrasado, social, político, geográfico e culturalmente;
- 6) seu incentivo à construção de uma identidade e cultura camponesas, bem como a permanência no campo;
- 7) sua execução, que pressupõe uma nova escola (escola do campo), um novo currículo, uma outra organização do trabalho pedagógico e uma formação docente, inicial e continuada, ressignificada;
- 8) por fim, sem esquecer que a prática educativa extrapola o ambiente formal de Educação, ocorrendo, assim, nas dinâmicas extraescolares, nas vivências com a comunidade, nos processos de resistência camponesa, dentre outros.

Compreendemos que estas nuances da Educação do Campo também se inter-relacionam com a construção de Políticas Públicas, que deem conta do complexo da educação, mas sobretudo impulsionem o desenvolvimento territorial do campo (Fernandes, 2012). Arroyo (2002) defende, de forma enfática, que há uma urgente necessidade de compreender os sujeitos do campo como sujeitos de direitos, cujas garantias são condições *sine qua non* para o êxito na construção e na execução de experiências vinculadas à Educação do Campo.

Logo, a Educação do Campo é contra-hegemônica ao se opor à concepção bancária e reprodutivista da Educação Rural e à lógica produtivista do Agronegócio, colocando-se, para tanto, vinculada à agricultura camponesa e à Agroecologia. A sua contra-hegemonia também se faz na produção e na divulgação do conhecimento científico, no rompimento com os latifúndios do saber e com o paradigma de ciência neutra, positiva e sem engajamento.

A disputa se dá, assim, em termos ideológicos. Fato que também coloca em tela a criação de grupos de pesquisa, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação *stricto sensu* em diversas áreas (Molina e Freitas, 2011) e Laboratórios de Estudo vinculados a Universidades (Carvalho, Mendes e Amorim, 2021), voltados à investigação, produção intelectual sobre as temáticas concernentes à Educação do Campo, para a interpretação crítica da realidade.

Por sua vez, Araújo e Silva (2021, p. 12) explicitam que:

A Educação do Campo [...] prevê a formação inicial e continuada de profissionais da educação para trabalhar no campo na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. A Educação do Campo estabelece o diálogo entre os saberes populares e os saberes científicos, o intuito é contribuir com a formação da identidade camponesa mediante a valorização da cultura e da história local.

Em nosso entendimento, a Educação do Campo é, portanto, alternativa ao projeto hegemônico de campo e de educação no meio rural. Preconiza uma articulação de cunho político, pedagógico e cultural no diálogo com as comunidades, *lócus* de uma diversidade epistemológica que merece compor as práticas educativas na escola do campo e fora dela. E é com essa compreensão que assentamos nossa análise sobre como se dá o processo de atuação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, em especial no tocante à territorialização da Agroecologia.

Não obstante, a Educação do Campo também faz frente às desigualdades sócio-educacionais no campo. Refletindo sobre dados educacionais da primeira década do século XXI, no Brasil, Molina e Freitas (2011) assim sintetizam:

Parte relevante do Movimento da Educação do Campo tem-se voltado para a redução das intensas desigualdades e da precariedade do acesso à educação escolar, nos diferentes níveis, no meio rural. Dentre as graves carências, destacam-se: a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, que apresenta um patamar de 23,3% na área rural, três vezes superior àquele da zona urbana, que se encontra em 7,6%; a escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural, é de 4,5 anos, enquanto no meio urbano, na mesma faixa etária, encontra-se em 7,8 anos; as condições de funcionamento das escolas de ensino fundamental extremamente precárias, pois 75% dos alunos são atendidos em escolas que não dispõem de biblioteca, 98% em escolas que não possuem laboratório de ciências, 92% em escolas que não têm acesso à internet (Molina, Montenegro, Oliveira, 2009, p. 4). Um dos maiores problemas é a insuficiente oferta educacional: há, de forma muito precária, cobertura somente para os anos iniciais do ensino fundamental. A relação de matrícula no meio rural entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental estabelece que, para duas vagas nos anos iniciais, existe uma nos anos finais. Esse mesmo raciocínio pode ser feito com relação aos anos finais do ensino fundamental e médio, com seis vagas nos anos finais do ensino fundamental correspondendo a apenas uma vaga no ensino médio. Essa desproporção na distribuição percentual das matrículas revela um afunilamento na oferta educacional do meio rural, dificultando o progresso escolar daqueles alunos que estariam almejando continuar os seus estudos em escolas localizadas nesse território (Molina e Freitas, 2011, p. 19).

Em se tratando de indicadores voltados à escolarização de jovens residentes no campo, ainda há um desafio significativo. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (2012) ilustra esta realidade: No Nordeste e no Ceará, respectivamente, a população rural com 15 anos ou mais tem em média 4,5 e 4,8 anos de escolarização, ao contrário da população urbana na mesma faixa etária, que apresenta 7,5 anos de escolarização. No que concerne ao ensino médio, 57,3% da população de 15 a 17 anos das zonas metropolitanas o frequentam, enquanto na zona rural essa taxa é de 35,7%, quase 21,6 pontos percentuais menor (IPEA, 2010, p. 21). Por sua vez, a PNAD (2015) destaca que, considerando a faixa etária de 10 anos ou mais, o meio rural apresenta 5,28 anos de estudo contra 7,8 anos de estudo dos residentes no meio urbano (Pereira e Castro, 2021).

A Tabela a seguir foi organizada pelos pesquisadores Pereira e Castro (2021), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, os quais sistematizaram dados da PNAD, de

2001 a 2015, acerca dos percentuais e faixas etárias de pessoas em situação de analfabetismo no meio rural.

Tabela 2 - Analfabetismo por grupos de idade – rural (2001 e 2015) (Em %)

	De 15 a 19 anos	De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos	60 anos ou mais
2001						
Brasil	8,5	18,4	25,0	32,1	42,9	56,7
Norte	5,7	19,6	22,0	35,5	43,8	67,6
Nordeste	13,4	28,3	40,7	49,4	59,6	71,4
Sudeste	2,6	7,8	12,4	20,8	36,9	49,7
Sul	1,5	4,8	7,2	11,5	18,4	28,8
Centro-Oeste	2,5	7,2	15,4	23,3	28,8	54,1
2015						
Brasil	1,7	4,8	13,1	21,0	27,6	44,7
Norte	1,3	4,0	10,8	17,1	26,2	44,9
Nordeste	2,5	7,2	20,4	33,1	44,3	61,1
Sudeste	0,4	2,1	5,6	12,4	14,6	32,9
Sul	0,6	1,2	2,5	5,4	8,0	20,5
Centro-Oeste	0,9	1,0	4,8	10,0	15,4	28,5

Fonte: Castro e Pereira (2021, p. 28)

Ao observarmos a tabela acima, vemos que têm sido decrescentes os níveis de analfabetismo no Brasil, considerando todas as faixas etárias. No entanto, se considerarmos os grupos de 30 anos em diante, ficará perceptível que a escolarização nas áreas rurais ainda se constitui num desafio, sobretudo na região Nordeste, que concentra os maiores índices de pessoas em situação de analfabetismo.

Neste sentido, frente aos dados acima apresentados, percebemos que garantir a oferta de escolarização no campo é condição imprescindível – embora entendamos que não seja a única - para manter os camponeses (crianças, jovens e adultos) na escola, a fim de que possam prosseguir nos estudos. Molina e Freitas (2011) complementam que para além de ofertar o acesso, é preciso focar na permanência do estudante. Neste sentido, questões subjacentes à objetividade da permanência na escola, como merenda escolar, meio de transporte à escola e aquisição de materiais escolares também merecem destaque e severa observação/defesa. Não obstante, é imprescindível focalizar questões de ordem extra-escolar, como:

Garantir condições para a reprodução material da vida a seus pais e familiares, para que possam manter as crianças nos processos educativos por longos períodos, implica garantir o acesso à terra e aos recursos naturais, a partir dos quais os camponeses sobrevivem. E, novamente, a reforma agrária é central. Diferentes pesquisas comprovaram o aumento dos níveis de escolarização das crianças que moram nos assentamentos de reforma agrária quando comparadas aos filhos dos trabalhadores rurais obrigados a constantes migrações,

impondo a crianças e jovens dessas famílias trajetórias escolares descontínuas e irregulares. Ao lado desta dimensão estruturante, há outra também relevante para viabilizar a permanência na escola: a ampliação da oferta de vagas nos anos finais do ensino fundamental, e, especialmente, no nível médio para os jovens do campo. Portanto, ampliar a oferta da educação escolar em locais e condições acessíveis aos jovens é condição central para enfrentar o desafio de garantir o direito à escolarização para os sujeitos do campo (Molina e Freitas, 2011, p. 30).

Diante desta realidade, no Ceará, os Movimentos Sociais do Campo - particularmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST -, vêm lutando pela ampliação de escolas de ensino médio em áreas de Reforma Agrária, tendo conquistado, desde 2010, mediante parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Ceará - SEDUC, 15 (quinze) escolas do campo²³, das quais 11 (onze) escolas já estão em funcionamento (Martins, Bastos e Neto, 2022). Embora consistam num primeiro passo para a garantia de educação básica *no* e *do* campo, estas ainda não contemplam a demanda por Educação do Campo no estado.

Dentre outras iniciativas, destacam-se também aquelas ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) – as Escolas Famílias Agrícolas - EFAs -, que no estado do Ceará são cinco em funcionamento e três em construção, como poderemos verificar na próxima seção, em especial EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, objeto deste estudo, situada no município de Tabuleiro do Norte, a qual anuncia um currículo interligado à agricultura familiar camponesa, atraindo jovens para esta proposta educativa e atuando também em suas comunidades junto aos camponeses.

3.2.1 Políticas de Educação do Campo em foco e possibilidades no âmbito das EFAs

Nas pautas do Movimento Por Uma Educação do Campo e em sua pressão política destacam-se duas frentes amplamente difundidas no decorrer dos anos: a formação e a escolarização dos sujeitos do campo e a formação de professores.

Em se tratando da primeira, esta versa sobre os Programas em torno da alfabetização e escolarização básica voltados a crianças, jovens e adultos, educação profissional e ensino superior, na perspectiva da Educação do Campo. Alguns Projetos foram desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e no Programa Nacional de

²³ Segundo Silva (2022, p. 120), há cinco aspectos pertinentes a observar na proposta das Escolas do Campo do Ceará vinculadas ao MST: “[...] a) o inventário da realidade e o vínculo com a vida; b) a diversificação de tempos e espaços educativos para uma formação multidimensional; c) o campo experimental da agricultura camponesa e da reforma agrária e o vínculo com o trabalho; d) os componentes curriculares integradores, organizando pedagogicamente a pesquisa, o trabalho e demais práticas sociais; e) a organização coletiva e a auto-organização dos estudantes”. São constituintes de um processo de criação contínua de possibilidades em defesa da Educação do Campo no território cearense.

Educação do Campo – PRONACAMPO²⁴. Já a segunda vertente é caracterizada pelo PROCAMPO, que integra um dos eixos do PRONACAMPO, voltado à formação inicial e continuada de educadores.

Na trajetória da Educação do Campo, as Políticas Públicas têm figurado como um terreno de disputas e tensões na agenda do Estado Brasileiro, e sua construção incide, diretamente, na composição de Programas ou Projetos voltados à escolarização dos camponeses e vinculados à perspectiva de campo defendida pelo Movimento Por Uma Educação do Campo. No entanto, é importante mencionar que, se em determinados casos, houve garantia de participação direta em momentos de idealização e execução destas iniciativas, em outros, houve um caráter mais compensatório e, por vezes, até afastado dos fundamentos ético-filosóficos do paradigma epistemológico da Educação do Campo. Em Souza (2012. p. 753) percebemos que:

A Educação do Campo é uma frente de luta e de enfrentamentos com o Estado, ao mesmo tempo em que se encontra ao lado do Estado e dentro das instâncias governamentais em inúmeros projetos e programas. Trata-se de uma esfera pública marcada pela contradição e pela luta contínua, em que sociedade civil e sociedade política se encontram para a efetivação de direitos sociais. É uma esfera pública tensa, em que o dissenso é a mola propulsora das tensões ideológicas, políticas e jurídicas, também necessárias para o avanço da democracia.

Com relação à trajetória da Educação do Campo, podemos perceber que há três momentos (Melzer, 2020) fundamentais: o primeiro diz respeito às discussões e encaminhamentos do I ENERA em 1997 e da I Conferência Nacional de Educação do Campo em 1998, os quais marcam os primeiros passos na construção de Políticas Públicas da Educação Básica do Campo,

²⁴ O PRONACAMPO, criado em 2012, compreende a sistematização, embora muitas vezes de forma não tão articulada (Kuhn, 2015) e, por vezes contraditória e conflitiva, de diversos Programas e ações que já compunham a Política Nacional de Educação do Campo, instituída a partir do Decreto 7352/2010. As ações e Programas do PRONACAMPO voltam-se à melhoria do ensino nas escolas do campo e de suas infraestruturas, a formação dos professores, a produção de material didático específico, atentando às várias etapas e modalidades de ensino que a Educação do Campo contempla. O PRONACAMPO divide-se em quatro eixos, a saber: Eixo I: Gestão e Práticas Pedagógicas, composto pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD Campo; Programa Nacional Biblioteca da Escola — PNBE Temático; Mais Educação Campo; Eixo II: Formação Inicial e Continuada de Professores, voltado à Formação Inicial e Continuada de Professores e à Escola da Terra; Eixo III: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, composto pelo Programa de EJA Saberes da Terra e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; por fim, o IV Eixo, voltado à: Infraestrutura Física e Tecnológica; Construção de Escolas; Inclusão Digital; PDDE Campo – Programa; Dinheiro Direto na Escola; PDDE Água e Esgoto Sanitário – Programa Dinheiro Direto na Escola; Luz para Todos na Escola; Transporte Escolar. Tomando como recorte o PRONATEC, é importante registrar, os pontos de vista de Kuhn (2015) e Santos *et al.* (2020), as quais evidenciam um investimento massivo de recursos articulado a um diálogo expressivo do PRONATEC com setores do Agronegócio e com o Sistema S, e ao mesmo tempo, excluindo da oferta de cursos Técnicos ou de Formação Inicial ou Continuada (FIC), outras instituições que já o fazem no contexto da Educação do Campo, a exemplo dos CEFFAs (não incorporadas ao PRONACAMPO). O PRONATEC-Campo tem sido bastante criticado e até não reconhecido pelo FONEC como parte integrante e legítima que se guia pelos fundamentos ético-filosóficos da Educação do Campo, assemelhando-se, de certa forma até, com a Educação Rural e sua prerrogativa de esvaziamento do campo.

culminando com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (Molina e Antunes-Rocha, 2014; Araújo, 2014).

O PRONERA é uma Política Pública do Governo Federal voltada às populações oriundas de assentamentos rurais, focalizando projetos de escolarização básica e de formação em nível superior. Sua criação data de 1998, na ocasião do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Inicialmente, o PRONERA era vinculado ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária e posteriormente, em 2001, foi incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo Carvalho (2006, p. 43):

Inicialmente o PRONERA configura-se como uma política compensatória, embora com o objetivo de tornar-se uma política pública. O aprofundamento teórico sobre a consolidação das políticas públicas, notadamente nos anos 1990, é essencial à análise do programa em foco, tendo em vista resultar da ação da sociedade civil, via MST, surgido no cenário político brasileiro com o processo de democratização, ocorrido na década de 1980. Desde então, na constituição de políticas públicas têm interferido fatores econômicos, políticos e sociais que lhe conferem determinadas características diferenciadas em seus vários contextos.

Àquele momento, a luta por Reforma Agrária conclamava também à defesa dos territórios camponeses, mediante garantia de condições de sobrevivência *no* e a partir *do* campo, dentre as quais podemos destacar o acesso a Políticas Públicas voltadas à escolarização das populações residentes no campo. O PRONERA surge, então, pela portaria 10.198, em 1998, fruto da articulação entre os movimentos sociais do campo, notadamente o MST, ainda como política compensatória, objetivando o posterior estado de Política Pública voltada à Educação do Campo (Carvalho, 2006).

Em sua tese doutoral, Carvalho (2006) apresenta o PRONERA como política em construção, mas que tinha/tem oportuno mérito na discussão sobre a Educação do Campo, na contramão da perspectiva hegemônica e neoliberal. Em seus 23 anos de atuação, o PRONERA vem desenvolvendo projetos de escolarização na educação básica (alfabetização, ensino fundamental e ensino médio) na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na educação profissional e no ensino superior (da graduação à pós-graduação) (Carvalho e Brito, 2021, p. 2021; Molina e Antunes-Rocha, 2014).

Ao realizarem uma sistematização de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2018) acerca da escolarização a partir do PRONERA, Santana, Gonçalves e Cruz (2021, p. 86) destacam a oferta de “[...] 499 cursos, em parceria com 94 instituições educacionais, atendendo 186.734 beneficiários em todas as modalidades de ensino, desde a educação de jovens e adultos até programas de pós-graduação”. É importante salientar que

este fato se encontra também numa dimensão histórica que se deu desde a sua criação em 1998 e posterior inserção na Política Nacional de Educação do Campo, firmada pelo Decreto 7.352/2010.

Se devidamente analisado em seu contexto histórico, tal fato demonstra uma ruptura com uma educação hegemônica, bancária e reprodutora, a exemplo da Educação Rural, mas também foi um salto evidente em tempos de ascensão de ideais neoliberais, que pedem um Estado cada vez menor para a classe trabalhadora do campo e da cidade e, paralelamente, menos compromissado com a construção de Políticas Públicas. Este primeiro período, dos passos iniciais do PRONERA, ocorreu durante os Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e encontrou terreno fértil nos governos do Partido dos Trabalhadores, nos anos seguintes.

O segundo momento, na ocasião dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016), é voltado à apresentação de novas demandas em torno da Educação do Campo, desta vez partindo de uma concepção mais alargada da educação, compreendendo-a como um fenômeno que ocorre em diversos tempos e espaços, para além do escolar e não obstante, defendendo-a como direito fundamental dos povos do campo, em seus diversos níveis e modalidades de ensino.

Saliente-se que este fato se deu no segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), fruto de tensões entre os movimentos sociais do campo e o Estado, cujas conquistas ocorreram mediante esse diálogo com o Governo Federal, a partir do qual se pode avançar em termos de Políticas e Marcos legais que versam sobre a Educação do Campo. Carvalho e Brito (2021) chamam atenção que a inclusão do PRONERA na Política Nacional de Educação do Campo foi precedida pela Lei 11.947/2009 (Brasil, 2009), especificamente em seu artigo 33º, que autoriza a sua implantação no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e execução pelo INCRA.

Marcam este segundo momento a realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo, em Luziânia, no ano de 2004, e diversos outros Eventos Regionais e Estaduais, com desdobramentos no avanço de Políticas que focalizaram a formação docente²⁵, a formulação e publicação de marcos legais e em outras nuances da Educação do Campo.

Fruto das mobilizações e pressões dos movimentos sociais, o atendimento à demanda em torno da Formação de Educadores e Educadoras do Campo veio com a formação de um Grupo de Trabalho para o desenho da proposta do PROCAMPO (Melzer, 2020). Assim, em 2007, teve início um projeto-piloto de formação de educadores do campo, envolvendo quatro universidades federais, quais sejam: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB),

²⁵ É importante registrar que o PRONERA também promove iniciativas no campo da formação inicial e continuada de educadores do campo (Molina e Antunes-Rocha, 2014).

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Sergipe (UFS) (Molina e Hage, 2015; Antunes-Rocha, Martins e Machado, 2012).

Uma vez realizadas estas primeiras experiências, houve a convocação das Instituições de Ensino Superior para ofertar cursos de Licenciatura em Educação do Campo. De acordo com Melzer (2020, p. 100), “[...] Das experiências piloto, somente a UnB e a UFMG encontram-se com seus cursos ativos”. É nesse contexto que figura a criação do PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, em 2008, posteriormente incorporado ao contexto do Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. Entre os anos de 2008 e 2012, foram lançados três editais²⁶ destinados às IES, voltados ao envio de propostas para a criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo - LEDOCs (Medeiros, Amorim e Carvalho, 2020), cujo público-alvo:

[...] se centra nos professores que atuam no campo, sem formação específica para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos filhos de pequenos agricultores, pecuaristas, extrativistas, indígenas, quilombolas e seus remanescentes, ribeirinhos, caçaras, aos sujeitos do campo que trabalham em associações comunitárias, nos sindicatos e nos movimentos sociais, entre outros (Medeiros, 2019, p. 55).

Alguns estudos atuais, como os desenvolvidos por Melzer (2020), Medeiros, Amorim e Carvalho (2020) e Medeiros (2019) têm relevantes contribuições no campo da estatística em torno dessa Política de Formação de Professores do Campo e apresentam um panorama geral da oferta no Brasil, intercalando-o com as particularidades dos dados regionais.

Em levantamento realizado por Melzer (2020, p. 96) detalha-se²⁷ a criação de 67 cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil, entre 2009 e 2014, havendo um decréscimo para 60 entre 2014 e 2018, prevalecendo uma tendência ao fechamento em IES Estaduais. Enfatiza o autor: “Em outras palavras, os cursos nos últimos anos têm diminuído, não na mesma proporção

²⁶ De acordo com Medeiros, Amorim e Carvalho (2020, p. 5): “Nos Editais de 2008 e 2009 (Editais nº 2, de 23 de abril de 2008; e nº 9, de 29 de abril de 2009, SESU/SETEC/SECADI/7MEC), a oferta de cursos deu-se para abertura de uma turma e participaram das propostas instituições de Educação Superior públicas pertencentes às esferas Municipal, Estadual e Federal. Já no Edital de 2012 (Edital SESU/SETEC/SECADI/MEC nº 2, de 31 de agosto de 2012), ao contrário dos anteriores, as instituições que submetessem propostas teriam de regularizar, obrigatoriamente, em suas matrizes de cursos de Graduação, as Licenciaturas aprovadas. Cabe dizer que, no mesmo edital, não se permitiu a participação de instituições municipais e estaduais”.

²⁷ De acordo com Melzer (2020, p. 96-97): “Na região Norte há uma oscilação percebida pela queda de quantidade de cursos de 2009 (6) a 2010 (2) e com aumento em 2012 (15). Em 2014 chegou a ter 20 LEDOCS registradas no sistema e nos anos seguintes a quantidade de cursos foi caindo: 2015 (18), 2016 (17) e 2017 (13). Para região Sul, em 2009 e 2010 há um total de 3 cursos. Em 2011, 2012 e 2013 há uma oscilação de 6 cursos para 5 e 9. Em 2014 há um aumento significativo de 9 para 15 cursos. Em 2015 e 2016 permanece com 13 cursos e em 2017 volta a ter 15 cursos. A região Sudeste em 2009 tinha 5 cursos, mantendo a média de aproximadamente 10 cursos nos anos posteriores (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017). A região Centro Oeste de 2009 a 2011 tem 2 cursos, 2012 e 2013 tem um curso e de 2014 a 2017 tem 5 cursos. A região Nordeste de 2009 a 2013 passa de 9 a 11 cursos; em 2014 passa a ter 16 cursos; 2015 e 2016 têm 18 cursos e em 2017 aparece com 19 cursos”.

em que foram criados” (Melzer, 2020, p. 96), sobretudo a partir de 2015. Não à toa, o referido ano marca um período de tensões e de instabilidade política com o avanço das forças neoconservadoras representadas no Congresso e no Judiciário brasileiro, culminando na aprovação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em abril de 2016 e sua posterior destituição em agosto do mesmo ano.

Assim, o final desse segundo período da Educação do Campo marca as tensões e a instabilidade política que culminaram no Golpe de 2016, com a destituição da Presidenta Dilma Rousseff. Os impactos desse fato histórico puderam ser percebidos logo a partir de 2016 e dão início ao terceiro momento da Educação do Campo, este não mais caracterizado pela ascensão nos processos de construção de Políticas Públicas, mas na resistência ativa em sua defesa, num contexto de desmantelamento paulatino da Educação do Campo, mediante contingenciamento de recursos nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-) e a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em 2019 (Melzer, 2020, p. 72).

Este último período também marca a aprovação de diversas medidas de austeridade à classe trabalhadora, do campo e da cidade, como a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência; no campo da educação, a aprovação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular, acompanhadas do avanço do neoconservadorismo e do protofascismo, através do Movimento Escola Sem Partido, expressam como é forte e articulada a lógica neoliberal na sociedade capitalista pós-golpe de 2016 e como as forças hegemônicas têm intervenção nisso.

Entre 2016 e 2018, foram encerrados 4 cursos de Licenciatura em Educação do Campo, período também marcado pelo desmantelamento paulatino da Educação do Campo em virtude do corte de recursos destinados a Programas e do fechamento da SECADI. Neste contexto, os Movimentos Sociais do Campo vêm resistindo à retirada de direitos, dentre os quais encontra-se a educação, e uma verdadeira tentativa de extinção da Educação do Campo por vias do Estado.

O PRONERA e o PROCAMPO, assim, têm contribuições distintas, mas igualmente importantes para a territorialização da Educação do Campo no Brasil (Medeiros, Moreno e Xavier, 2020). Apesar da carência de estudos que contemplem as aproximações entre estes Programas e o cotidiano das Escolas Família Agrícola – EFAs, compreendemos que ambos Programas consistem em marcos importantes da Educação do Campo e merecem destaque, sobretudo para a sua defesa, já que sua oferta abrange as possibilidades de prosseguimento dos estudos para educandos, educadores e monitores das EFAs, mas também aos diversos camponeses que compõem as comunidades onde estas instituições estão situadas.

É necessário novamente registrar que, pensando no público-alvo das LEDOCS, as Escolas do Campo, Escolas Família Agrícola, Casas Familiares Rurais, Escolas Indígenas e Quilombolas serão *lócus* de atuação destes profissionais formados na perspectiva da Educação do Campo, mas também poderão ser opção dos próprios egressos da Educação Básica, destas mesmas escolas, para que possam obter a formação em nível superior, no caso habilitando-os para o exercício do Magistério, retornando ao campo com esses conhecimentos para contribuir com as suas comunidades.

De forma mais aproximada com o contexto cearense, onde está inserida a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, *lócus* desta investigação, é importante registrar que há poucas pesquisas acerca das LEDOCS de IES Federais e Estaduais no Ceará. Nesse quantitativo restrito e ainda incipiente, evidenciamos não haver pesquisas que tratem exclusivamente das contribuições das LEDOCs para as EFAS do nosso estado. Mesmo assim, compreendemos que aquelas são possibilidades de formação para educadores e educandos das EFAS cearenses e do Brasil.

No referido estado, houve duas experiências de LEDOCs em Universidades Estaduais, a saber: a Licenciatura em Educação do Campo - Linguagens e Códigos, pela Universidade Regional do Cariri (URCA), no Crato e a Licenciatura Plena em Educação do Campo, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), mais precisamente no *campus* da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM). Estas duas experiências de LEDOCs cearenses, ambas bastante recentes e ainda pouco analisadas à luz de estudos acadêmicos, foram passos importantes na trajetória da Educação do Campo no Ceará.

Albuquerque, Pássaro e Figueiredo (2017, p. 478), ao refletirem sobre o percurso de construção do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Regional do Cariri, trazem as contribuições de diversas instituições e sujeitos na construção da proposta, dentre eles, a Escola Família Agrícola Dom Fragoso, “[...] como norteadora basilar da construção proposta, no sentido de dar clareza de como poderia funcionar a articulação prática e orgânica dos eixos: Educação Contextualizada, Estudos por área do conhecimento em um Regime de Alternância”. A referida EFA é a mais antiga no Ceará, consolidando-se na Região dos Inhamuns do Estado, precisamente no município de Independência, tendo na Pedagogia de Alternância uma força motriz para o desenvolvimento do campo na região (Fraga, 2019; Fraga e Furtado, 2017).

Na mesma direção, Oliveira (2023), Chaves (2023) e Carvalho e Oliveira (2022), avaliam de forma positiva a LEDOC da UECE, vinculada à Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM. Mesmo que extensa, a citação a seguir sintetiza a avaliação:

[...] contribuiu de forma significativa para o fortalecimento do debate sobre Educação do Campo, questão agrária e Educação Popular no Estado do Ceará através dos diálogos estabelecidos com movimentos sociais, como por exemplo, o MST e Movimento 21 (2010). Na Educação Popular com experiências como a da Organização Popular-OPA criada em 2010 por trabalhadores da classe trabalhadora através da Biblioteca Jacinta Sousa funcionando como um espaço construído coletivamente entre os moradores da comunidade, a militância, e amigos e companheiros da OPA. Na educação formal, através do diálogo com a EFA jaguaribana Zé do Tomé (2018), sendo uma experiência de educação contextualizada através da pedagogia da alternância localizada em Tabuleiro do Norte-Ceará, região do Vale do Jaguaribe, bem como o diálogo estabelecido com a Universidade através do Laboratório de Estudos da Educação do Campo- LECAMPO (2008), sendo esse um laboratório misto que inclui ensino, pesquisa e extensão, considerado o laboratório vinculado ao curso de pedagogia da FAFIDAM, o LECAMPO é fomentador de transformações na região, instigando junto a outros sujeitos ações contra hegemônicas na Chapada do Apodi. Dessa maneira, a proposta pedagógica da Educação do Campo objetivou fortalecer a forma de vida e produção da Agricultura Familiar e Camponesa, respeitando os valores, a cultura, as lutas e formas de vida dos/das agricultores/agricultoras familiares. A turma Zé Maria do Tomé se interligou às lutas camponesas da região jaguaribana e em que pese as dificuldades enfrentadas, pode-se constatar que a LEDOC/FAFIDAM além de constituir-se uma política de formação docente articulada à luta por Reforma Agrária e Agroecologia, vários dos e das egressos(as) estão inseridos(as) nas Escolas Estaduais de Ensino Médio do Campo e em projetos educativos, vindo portanto a semear resistência e esperança no fortalecimento da educação do campo no estado do Ceará (Carvalho e Oliveira, 2022, p. 556).

Para as autoras, embora não sendo permanente e tendo enfrentado diversos percalços em sua execução, principalmente na captação de recursos, a LEDOC/FAFIDAM formou uma turma em 2018 – a turma Zé Maria do Tomé - e teve uma articulação com movimentos sociais nacionais e regionais, com a EFA Jaguaribana e com setores da Universidade. Outra informação pertinente é que, após muitos diálogos com a sua comunidade, uma licencianda da LEDOC movimentou a comunidade na construção de uma Organização Popular. Atualmente, parte de seus educandos encontra-se atuando em Escolas do Campo do MST no Ceará e escolas municipais.

Outros estudos também enfocam a relação entre as LEDOCs e as Escolas Família Agrícola, a exemplo de Silva (2018) e Silva, Silva e Miranda (2021), os quais teceram considerações sobre as avaliações de monitores que atuavam em EFAs acerca da sua formação em uma LEDOC da Universidade Federal de Viçosa, destacando seus desafios e possibilidades do regime de Alternância no ensino superior. Podemos mencionar também Duarte (2018), que, ao discutir a prática pedagógica de educadores e monitores de uma Escola Família Agrícola localizada em Acaiaca, Minas Gerais, constatou que todos os monitores e parte da equipe gestora da escola cursaram Licenciatura em Educação do Campo, o que em nosso entendimento é um ganho à formação dos educandos das EFAs e à prática pedagógica desses educadores.

As EFAs também são *lócus* de desenvolvimento de atividades de Estágio Curricular Docente das LEDOCs, como assevera a pesquisa realizada por Ferreira (2019); ou espaços de interação entre escola, comunidade e universidade, a partir de projetos institucionais, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, em sua versão intitulada PIBID

Diversidade (Santos, 2018a). Neste sentido, aqui tratamos das possibilidades de diálogo entre a formação nas LEDOCs e suas implicações no cotidiano das Escolas do Campo.

Caminhando para a conclusão deste tópico, é importante novamente mencionar que as LEDOCs, integrantes do PROCAMPO, compõem um dos eixos do PRONACAMPO; este último bastante criticado pela junção de diversos Programas, alguns destes deveras distanciados da proposta de Educação do Campo, a exemplo do já citado PRONATEC, mas também existe uma aproximação do PRONACAMPO com setores ligados ao Agronegócio, como a Bancada Ruralista, representada no Congresso, e o Sistema S (Santos, 2018).

Estes mesmos setores não estão empenhados na construção de um novo paradigma epistemológico de campo, mas enxergam a relevância da Educação Rural (para um campo sem movimentos sociais e sem camponeses), logo eles se aproximam de propostas educacionais voltadas à formação de mão de obra, de força de trabalho para as empresas “do agro”, numa forma de cooptar a classe trabalhadora do campo.

Como expressão do avanço das forças neoconservadoras no Brasil, vemos que o Movimento Escola Sem Partido, embora não tenha emplacado na legislação brasileira dada a sua inconstitucionalidade, se entrelaça com outras iniciativas de caráter revisionista e conversador. Citamos o Movimento Mães do Agro, que vem pressionando a bancada ruralista a intervir nos materiais escolares para abrandar ou retirar as críticas ao Agronegócio nos livros didáticos, principalmente de geografia (Cordeiro, 2022), e a execução de Programas como o Agrinho e o Projeto Agronegócio nas Escolas, identificados como “[...] estratégias de disputa pela territorialização do capital nas escolas públicas” (Nascimento e Almeida, 2021).

Este fato não é descolado da realidade objetiva, pois estamos num momento histórico em que a Reforma Agrária Popular consiste num desafio, ao mesmo tempo em que há investimentos massivos por parte do Estado brasileiro no Agronegócio e na liberação deliberada de agrotóxicos nos últimos anos. Fato que será abordado no próximo tópico, na questão da Agroecologia.

Em sua tese de doutorado em Geografia, Kuhn (2015) destaca que, quando as Políticas Públicas - no caso, as de Educação do Campo -, em seu processo de construção e execução, distanciam-se dos movimentos sociais que as demandaram, tendem a esvaziar seu sentido político e seus princípios ético-filosóficos. Trata-se de um conflito de interesses que não se dá apenas no campo em si, no território, mas se (re)encontra no Aparentamento de Estado. Neste sentido, trazer as Políticas Públicas para essa discussão e apresentá-las como possibilidades no contexto da Educação do Campo é imperativo, desde que mantenham um diálogo com os movimentos sociais e instituições compromissadas com os camponeses.

Em um momento de contato inicial com os sujeitos desta pesquisa, pudemos acompanhar a formação continuada de Educadores das EFAS cearense, intitulada “Oficinas Temáticas com as Escolas Família Agrícola (EFAs)”, promovidas pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), por meio da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (CODIN), e em parceria com a Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância (CODED/CED). As oficinas foram realizadas no período de 20 de maio a 18 de novembro de 2021, com carga horária de 45h/a.

A proposta foi construída pela SEDUC e acatada pelas EFAS, por seu teor crítico e imerso na Questão Agrária. As temáticas abordadas deram conta de: A Educação do Campo e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs); Agroecologia e Educação do Campo: caminho prospectivo para o desenvolvimento sustentável e emancipação humana; A Questão Agrária no Ceará e a Educação do Campo; Educação Contextualizada e Ecopsicologia no Semiárido Cearense: da realidade às práticas docentes; A Transdisciplinaridade na Pedagogia da Alternância e os Instrumentos Pedagógicos; Os Desafios do Voluntariado nas EFAs Comunitárias.

Nesta última oficina temática, trazemos destaque à fala de uma educadora e membra da equipe pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, acerca dos diversos desafios do voluntariado nas EFAs comunitárias, em especial no que concerne à sensibilização de profissionais para assumir monitorias e disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária. Mesmo assim, a educadora relata a decisão da EFA Jaguaribana em não se cadastrar como Escola da Rede Estadual de Ensino, fato que permitiria uma maior captação de recursos para a execução das atividades, oferta de bolsas para os estudantes e pagamento de monitores e professores, mas, na direção contrária, poderia comprometer a autonomia e a identidade como escola camponesa que vê na Agroecologia um caminho para a superação do modelo destrutivo de produção do Agronegócio no campo brasileiro.

Pela experiência ora relatada com o PRONACAMPO, percebemos o quão cara é a luta pela garantia desta identidade e autonomia das escolas do campo, ao passo que registramos haver uma articulação importante entre a Agroecologia e a Educação do Campo, sobre a qual nos deteremos no tópico a seguir.

3.3 Educação do Campo e Agroecologia: diálogos fecundos

A primeira questão que queremos trazer para este tópico é baseada em Costa (2019, p. 32-33), a qual afirma que: “Tanto a agroecologia como o movimento de educação do campo nascem da organização de experiências populares camponesas em articulação com outros setores

da sociedade, como setores acadêmicos e profissionais”. Identificamos, assim, que ambas, dadas as suas trajetórias, embora particulares, em determinado momento se confluem.

Buscando as conexões com o nosso objeto de estudo, reiteramos que no Vale do Jaguaribe, como mencionado no decorrer desta seção, coexistem, de forma conflituosa, os modelos de agricultura familiar e camponesa e o Agronegócio. Embora ambos, em alguns casos, como o da Chapada do Apodi, tenham os limites separados apenas pelas cercas, ou seja, ocupando simbolicamente o mesmo espaço, as formas como atuam no campo não seguem a mesma lógica. A Agroecologia vem se tornando cada vez mais requisitada e defendida nesse território; defesa esta que culmina em tensões, mas também em rupturas a partir das forças contra-hegemônicas que atuam na Chapada do Apodi.

No referido contexto, problemáticas como o uso abusivo de agrotóxicos no plantio por parte do Agronegócio, em territorialização contínua na Chapada (Quixeré, Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte), vêm ocasionando a expropriação camponesa e a injustiça hídrica, já denunciadas por outros autores mencionados neste trabalho. Ou seja, são atuais e complexas.

Em atividade de campo, em junho de 2022, acompanhando a Caravana do Projeto de Vigilância Popular em Saúde, vinculado à FIOCRUZ, identificamos que a territorialização do Agronegócio em Tabuleiro do Norte – pouco analisada em estudos acadêmicos - tem sido permanente. A forma de produção é a mesma, mudando apenas o produto: em Limoeiro a produção do Agronegócio volta-se à fruticultura irrigada, em Tabuleiro se produz algodão; ambos em larga escala. A comunidade Santo Estevão, acompanhada pelo Projeto Sementes da Vida e outros tem sido o palco desta realidade de expropriação camponesa e foi *lócus* de realização da oficina de VPSAT. Esta discussão será retomada na última seção desta tese.

Na oportunidade de visitas às comunidades, identificamos que a venda de propriedades a preços irrisórios, o abandono de suas terras numa opção pela vida e a injustiça hídrica foram questões destacadas nas rodas de conversas com os camponeses. “Eu não sei que fome é essa por terra que esse povo tem. Tem 2.000 hectares, mas querem mais, querem 30.000 e vão indo pra banda do Rio Grande (do Norte) atrás de mais terra pra plantar”. Essa fala foi de um agricultor que denunciou a expansão do Agronegócio do algodão na sua comunidade a partir de 2019.

Camponês, como caracterizado por Shanin (2012), este senhor tinha como principal fonte de renda a criação de caprinos, atividade que não pode mais prosseguir, pois com as cercas do Agronegócio, a alimentação natural dos animais ficou comprometida e suas terras não dão conta dessa produção. Mesmo dada essa problemática, a comunidade presente em reunião, representada por alguns moradores, mostrou-se empenhada a resistir, pois se sentiram apoiados pela academia, através da UECE e IFCE, pela Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé e pela

Cáritas Diocesana; esta última desenvolve projetos de economia solidária e tecnologias sociais no território.

Essa breve retomada sobre o contexto de lutas da Chapada acompanhada do nosso objeto de estudo não se deu por acaso, pois se mostra essencial para reafirmarmos que, assumir como bandeira a ruptura com a perspectiva de campo vinculada ao atraso, à ignorância e ao não-lugar do camponês, também implica a construção de um novo paradigma de sociedade e, conseqüentemente, de campo. A Educação do Campo, como já podemos perceber frente à discussão ora desenvolvida, não se sustenta, dos pontos de vista ideológico, social e cultural, nos moldes do capitalismo. Ela suplanta qualquer viés reprodutivista, alienado e voltado à manutenção do *status quo*.

A separação homem-natureza e campo-cidade, oriunda da inserção do capitalismo no campo brasileiro, não encontra lugar nesse novo paradigma. Assim, a ruptura dialoga com a construção de um projeto de campo e de educação, o que até o presente momento nos parece bastante óbvio e consistente. Os Movimentos Sociais do Campo, desde então, vêm empunhando uma nova bandeira - a agroecológica -, a qual combina técnicas de manejo do solo, relação homem/mulher-natureza, diálogo entre saberes, política, cultura e compreende as relações sociais no campo de forma dialética e indissociável neste processo, ou seja, um campo com vida e vivo, mas permeado das contradições da inserção do capitalismo através da agricultura patronal (Leff, 2002). No entanto, é importante considerar que:

[...] a Agroecologia não se restringe ao desenvolvimento de experiências de agriculturas de base ecológica, ressaltando processos de organização social que se orientam pela luta política e transformação social, indo além da luta econômica imediata e corporativa e das ações localizadas, e por vezes assistencialistas, junto dos agricultores. De fato, a Agroecologia possui uma especificidade que referencia a construção de outro projeto de campo. Entretanto, tal projeto de campo é incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação (Guhur e Toná, 2012, p. 65).

No campo dos estudos sobre a Agroecologia, existe uma compreensão bastante comum sobre seu papel como paradigma produtivo, na ruptura com o modelo destrutivo de produção do Agronegócio, com sementes transgênicas, uso abusivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, a adoção de pacotes tecnológicos e transformação do camponês em mão de obra assalariada nas empresas. Entretanto, tal compreensão não restringe a superação a esse modelo pensando-o apenas do ponto de vista técnico. Ou como afirma Leff (2002, p. 39): “[...] A Agroecologia não é somente uma caixa de ferramentas ecológicas para ser aplicada pelos agricultores”. Ela é uma articulação epistemológica, técnico-científica e político-social entre a agricultura e a ecologia; portanto, multidisciplinar.

Machado e Machado Filho (2017, p. 35) compreendem a Agroecologia como forma de agricultura que:

[...] retoma as concepções agronômicas de produção pré-revolução verde. Apropria-se dos imensos progressos da ciência e da tecnologia dos últimos 50 anos que se conformam em técnicas produtivas com a incorporação das questões sociais, políticas, culturais, ambientais, energéticas e éticas. [...] Esta agricultura para os novos tempos, que dispõem de saberes, desde ancestrais aos atuais, e está a pô-los em prática.

A ideia de Agroecologia como forma de agricultura pode ser ampliada, por isso se considerarmos a perspectiva de Caporal e Costabeber (2009, p. 227), cujas construções teóricas destacam-na como enfoque científico “[...] que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” e sua consequente transição, ou seja, uma perspectiva mais ampla e dialética. Logo, não se trata de um modelo de agricultura, mas de um enfoque teórico e metodológico, que adota um agroecossistema²⁸, como pontuam os autores supramencionados.

Compreendemos que os desdobramentos da inserção do capitalismo no campo, a partir da Revolução Verde (Altieri, 2012), trouxeram à tona as contradições deste modelo de produção agrícola, mas também a sua visão imobilizadora do camponês, classe social cuja existência estaria fadada à extinção, na concepção dos arautos do Agronegócio. Neste sentido, como mencionado, existe um antagonismo inconciliável entre o Agronegócio e a agricultura familiar e camponesa, sendo necessária para a ruptura com o primeiro a construção de um novo projeto de sociedade. Neste meio tempo, é necessário que se vá construindo um processo de transição agroecológica, definida por Caporal e Costabeber (2004, p. 12) como:

[...] um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

²⁸ Segundo Caporal e Costabeber (2004, p. 11): “Agroecossistema é a unidade fundamental de estudo, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. Nesta perspectiva, parece evidente a necessidade de adotar-se um enfoque holístico e sistêmico em todas as intervenções que visem transformar ecossistemas em agroecossistemas”.

Nas etapas da transição agroecológicas apresentadas pelos autores acima citados, vemos que há um direcionamento à eficiência das práticas convencionais a partir das tecnologias de uso social, à substituição de insumos para reduzir impactos sócio-ambientais da agricultura convencional e, por último, ao desenho e execução de agroecossistemas. Assim, ocorrem a médio e a longo prazo.

Por esses motivos, não basta apenas a adoção de agriculturas alternativas, a exemplo da produção orgânica - mesmo que reconhecida a importância e mérito de trazer em seu âmago a defesa de uma produção livre de agrotóxicos -, pois esta pode se dar através de *commodities*, monoculturas e distanciadas da ancestralidade e dos saberes oriundos dos povos originários e camponeses (Petersen, 2012); é necessário pensar, construir e executar um novo paradigma produtivo. E é aqui que a Agroecologia entra em cena, trazendo a necessidade da luta de classes. É com esta perspectiva que nos filiamos para fins deste estudo. Segundo Guhur e Silva (2022, p. 58):

O que atualmente chamamos de Agroecologia tem sua origem nas práticas camponesas e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação das “agri-culturas”, as quais se encontraram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em um processo de tensões, saltos e regressões. Resulta igualmente das contradições do próprio capitalismo (que para se reproduzir, degrada as bases materiais de produção: a natureza e o trabalho/trabalhador) e das lutas e processos históricos de resistência dos camponeses e povos originários contra seu avanço no campo. Somente a partir do século XX esse processo passou a ser sistematizado e organizado como um corpo próprio de conhecimentos científicos, adquirindo maiores contornos de luta política no início do século XXI, com organizações da sociedade civil, destacando-se os movimentos camponeses.

Implica-se, assim, numa relação de sustentabilidade, respeito e responsabilidade. Como anunciado por Leff (2002, p. 37)

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentabilidade e a segurança alimentar das comunidades rurais.

A opção pelo não uso de agrotóxicos e fertilizantes na produção, bem como pela rotação de culturas, ocasiona, a longo prazo, a fertilidade crescente do solo. Ou seja, se na produção do Agronegócio, em que se lança mão dessas técnicas depredadoras, há um desgaste maior do solo e perda de sua capacidade produtiva, no enfoque agroecológico, ao se opor a este modelo agrícola

depredador, há uma capacidade de recuperação gradual das funções biológicas do solo, incidindo, diretamente, na capacidade de produção (Machado e Machado Filho, 2017).

Neste sentido, ao atentarmos a estes princípios da Agroecologia, podemos destacar as suas dimensões. A figura a seguir apresenta uma sistematização das dimensões da Agroecologia, discutidas adiante, à luz de Machado e Machado Filho (2017).

Figura 5 - Dimensões da Agroecologia



Fonte: Organizado pelo autor desta tese (2024), baseado em Machado e Machado Filho (2017).

Como perceptível, a agroecologia é visualizada pelos autores como um enfoque ampliado e não apenas ligado à produção sem uso de agrotóxicos. Essa compreensão é aproximada ao que um dos nossos entrevistados nos revelou sobre a atuação da EFA Jaguaribana:

Às vezes, a gente consegue simbolizar ela [*a agroecologia*], falando de que é possível produzir sem veneno, mas existe uma gama enorme de coisas que têm a ver com a Agroecologia: cultura, família, as casas de sementes, juventude... Todo esse contexto junto. Não é só a produção sem veneno, mas a produção sem veneno ajuda a gente a visualizar. E as pessoas, às vezes tinham uma visão assim: “Ah, mas não dá pra produzir sem veneno”. E a gente vai e pergunta: “Como é que era feito antes? Bem antes de inventarem a EFA [*e da Revolução Verde*]?” Claro que é possível. E aí, essa retomada à ideia de produzir sem veneno, com os projetos da EFA, de Casas de Sementes, de consórcios agroecológicos, de casas de vegetação, conversas de quintais, oficinas de fantoches, oficinas de produção de vídeo, oficinas de fotografia, dentre outras, faz as pessoas perceberem isso, como é a Agroecologia (Comunicador Popular da EFA Jaguaribana – Entrevista realizada em 28 de julho de 2023).

As dimensões da Agroecologia, sistematizadas por Machado e Machado Filho (2017) e retomadas em nossas entrevistas, coadunam-se com um enfoque holístico, sistêmico e relacional entre os agroecossistemas e a produção de base agroecológica. Estas poderão ser melhor observadas na sexta seção desta tese, a qual trata dos projetos desenvolvidos pela AEFAJA.

Baseados em Caporal e Costabeber (2004, p. 15), inter-relacionamos as dimensões da Agroecologia expressas acima e compreendemos que:

[...] como resultado [...], pode-se alcançar estilos de agriculturas de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior. Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável.

Essas dimensões da Agroecologia coadunam-se com a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância; e é esse entrelace que exprime um sentido articulado e impulsiona à organização e à participação sociopolítica camponesa.

Consideramos, assim, que a territorialização da Agroecologia, desde que observadas estas dimensões, possibilita uma inserção comunitária e educativa da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, por meio da experiência do Projeto de Vida da Família Camponesa e dos campos experimentais ou do Projeto Sementes da Vida, ambas calcadas na Educação do Campo e na Educação Popular, podendo incidir na formação de uma identidade camponesa, organização e participação sociopolítica nos diversos territórios onde atua.

Nos estudos sobre Educação do Campo, a discussão sobre as condições para a construção e afirmação de uma identidade camponesa ainda é bastante objetiva e, por vezes, despretensiosa. Em alguns casos, são estudos que, resguardadas as suas particularidades e mérito científico de dialogar sobre a identidade da escola do campo, pouco discorrem, do ponto de vista teórico, sobre a categoria *identidade camponesa* e como trabalhá-la na educação escolar. No dicionário da Educação do Campo (2012), há apenas uma referência acerca da identidade camponesa, diluída no verbete sobre agricultura camponesa.

Em outros casos, discute-se de forma generalizada, mas bastante importante, a identidade social de projeto que os camponeses assumem no campesinato, como aponta Castells (1999, p. 25), a partir do qual encontramos subsídios para a compreensão aproximada da categoria identidade camponesa: “Os camponeses que não aceitam os processos de exploração econômica e de dominação política pelas classes dominantes capitalistas construíram, de certa forma, uma identidade destinada à resistência [...]. Ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão”. O salto entre a identidade de resistência à identidade de projeto subentende a ruptura com o paradigma proposto pelo capital transnacional, que vê o campo e a terra como mercadoria e sem o camponês. Um campo sem vidas, de todas as formas.

Segundo Batista (2014, p. 03):

A cultura que marca a identidade camponesa toma sentido num conjunto de práticas sociais e de experiências humanas que vão se organizando enquanto modo de vida que articula tradição, objetos, condutas, convicções, valores e conhecimentos característicos dos sujeitos que vivem no e do campo. Caldart (2000, p.49) acrescenta neste conjunto constituinte da identidade camponesa, o modo de vida produzido e cultivado na experiência dos movimentos sociais, do jeito de ser e de viver dos trabalhadores, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte

Com base na literatura acerca do campesinato no Brasil, a exemplo de Oliveira (2007) e Martins (1981), já comentadas nesta seção, compreendemos que resistir a essa face nefasta do latifúndio e do Agronegócio implica, também, em afirmação como camponês e no rompimento com essa situação de opressão e subalternização, buscando a construção de um projeto de sociedade. Isso consiste numa das diversas frentes propostas pela Educação do Campo.

Em produções recentes, a exemplo do dicionário de Agroecologia e educação (2022), temos uma discussão breve sobre identidade camponesa, que juntamente com as demais aqui apresentadas, compõem nossa lupa de compreensão sobre a categoria.

A identidade camponesa é o reconhecimento do que os identifica, do que lhe é próprio, reconhecer a afinidade própria com as pessoas e grupos. A identidade camponesa é expressa pelo modo de vida, pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida (Maronhas, Silva e Görden, 2022, p. 686).

De posse dessa definição, e dos referenciais sobre o campesinato como Shanin (2012) e outros já comentados, entendemos que para além da autodenominação como camponês e camponesa, há outros elementos que compõem o ser e o se perceber no campesinato. Por isso, recorreremos a tais expressões do modo de vida camponês, como a produção familiar e a economia de subsistência (Moura, 1986), a cultura, a religiosidade, os saberes, o jeito de produzir e cultivar a terra, o respeito ao meio ambiente, dentre outros, a fim de assentarmos nossa análise e compreensão da dinâmica de construção desta identidade e consequente organização e participação sociopolítica dos camponeses.

4 DE LAUZUN A TABULEIRO DO NORTE: A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Nesta seção, realizamos um breve histórico sobre as Escolas Família Agrícola no Brasil e no Ceará, culminando com a criação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé. Abordamos a sua recente trajetória e desafios na execução do projeto, suas dinâmicas de atuação no território jaguaribano, seu currículo e as possibilidades de articulação entre a Pedagogia da Alternância e a Agroecologia.

A história das Escolas Família Agrícola no Brasil é relativamente recente, mas o início da trajetória desse sistema educativo remonta à década de 1930, na França, com as *Maison Familiale Rurale*, “Escola Camponesa”, traduzida como Casa Familiar Rural, cuja experiência lançou as bases para a proposição e a sistematização da Pedagogia da Alternância (NOSELLA, 2020, p. 12). A princípio, uma alternância apenas prática e pouco refletida, posteriormente, com “[...] um quadro teórico e técnico rico e científico, saindo da pura intuição e improvisação”, como explicita Nosella (2012, p. 51). Assim, segundo Begnami (2003, p. 22), “[...] podemos remontar a história da MFR colocando-a como um dos frutos de um processo de organização de agricultores familiares franceses”.

Oficialmente²⁹, a primeira *Maison Familiale Rurale* teve início no ano de 1937, em Lauzun, uma comuna francesa localizada na região administrativa da Nova Aquitânia. Sua criação explicita um processo organizativo e comunitário gerido por agricultores da região vinculados ao sindicato e pelo Padre Abbé Granereau (Granereau, 2020; Begnami, 2019; 2003), os quais, junto a outros sujeitos históricos, acreditavam ser possível e necessário educar seus filhos nas dinâmicas do meio rural onde se encontravam inseridos, precisamente na vila de Sérignac-Péboudou (Freitas, 2021). Dentre os fenômenos motivadores desta iniciativa estavam a dificuldade de adaptação à escola urbana e o consequente abandono escolar por parte de jovens da vila. Paralelamente, sob a perspectiva de acesso e permanência, isto explicitava a ineficiência do Estado em promover uma educação voltada aos interesses e ao cotidiano camponês, numa forma, também, de negar a sua reprodução social.

Combinava-se, assim, uma dinâmica educativa que extrapolava o ambiente físico escolar, ao passo que permitia uma integração maior entre escola e meio rural, no regime de internato, bem como rompia com a separação teoria-prática e educando-educador; tal orientação pedagógica se generalizou chamar Pedagogia da Alternância, em que a vida, o cotidiano, também eram escola. Nas palavras de Nosella (2020, p. 17):

²⁹ Em 1935, já havia esta mesma iniciativa, extraoficialmente, com apenas 4 estudantes.

[...] na alternância de Lauzun, a dosagem entre os momentos vividos na escola e fora dela era estudada visando à integração pedagógica entre os diferentes espaços. O objetivo era que os tempos escolares e extraescolares constituíssem um único processo formativo, orgânico, uma verdadeira escola de líderes (chefes, como preferia chamá-los Granereau), de dirigentes capazes de criticar amorosamente seu próprio território, questionando também, quando necessário, os conteúdos escolares, às vezes abstratos, inadequados e insuficientes.

Esta iniciativa, embora local, não ficaria circunscrita à vila de Sérignac-Péboudou, tampouco à comuna de Lauzun, à medida que ganhava repercussão. Neste contexto, e a pedido de diversas Associações, a exemplo da comuna de Vétraz-Monthoux, houve a expansão das *Maison Familiale Rurale* (Nosella, 2020) na França, nos anos de 1944/1945, quando da Segunda Guerra Mundial.

Este momento representou uma maior sistematização e teorização acerca da Pedagogia da Alternância, com a elaboração de instrumentos didático-pedagógicos, a exemplo do Plano de Estudos, bem como um processo mais amplo e complexo de formação para os monitores. É importante frisar, no entanto, que a expansão das *Maison Familiale Rurale* “[...] permaneceu sempre fiel ao princípio fundamental da alternância: estudo-realidade territorial-profissão” (Nosella, 2012, p. 54).

Tão logo reconhecido o êxito da experiência das *Maison Familiale Rurale*, e sua expansão nos territórios camponeses da França, a Itália passou a adotá-las com a denominação de *Scuola della Famiglia Rurale* ou “Escolas-Família” em Soligo, uma comuna italiana na província de Treviso, nos anos de 1961 e 1962, e em Ripes, na província de Ancona, nos anos de 1963 e 1964. Em sua execução, houve algumas diferenças em comparação à experiência francesa:

Em termos de metodologia, adaptaram ao ambiente italiano a metodologia francesa. O relacionamento com os poderes públicos era grande, portanto, certas facilidades burocráticas e financeiras eram maiores. Os docentes italianos, porém, muitos deles sendo funcionários do Estado, eram menos motivados do que os docentes franceses. Foi uma Experiência que encontrou apoio na Igreja, mas nasceu diretamente pela ação de homens políticos: o inverso do que aconteceu na França (Nosella, 2012, p. 57).

Embora de certa forma adaptadas à experiência francesa - como casa -, as *Scuola della Famiglia Rurale* da Itália, ou seja, escolas (Fraga, 2019), foram fundamentais para os passos iniciais e constituição das Escolas Família Agrícola no Brasil. Desde 1965, houve a participação de técnicos do Espírito Santo em intercâmbios na Itália para a tomada de conhecimento acerca das Escolas-Família e socialização em território brasileiro (Begnami, 2019; Araújo, 2020).

No Brasil, este modelo foi implantado em 1969, na cidade de Anchieta, no Espírito Santo, por iniciativa do padre italiano Umberto Pietrogrande, cuja obra missionária ensinou a

criação da *Associazione degli Amici dello Stato Brasileiro dello Spirito Santo (AES)*, em 1966, em Pádua-Itália, incidindo, posteriormente, na fundação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES.

Segundo Begnami (2003, p. 31), a experiência brasileira teve como “[...] referência inspiradora as Escolas de alternância da Itália e como apoiadores financeiros, entre outros, a AES, para ajudar no processo de implantação e manutenção”. Daí, tiveram início as atividades das EFAs capixabas de Olivânia-Anchieta, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul, em 1969. Paulatinamente, houve a expansão das EFAs no Brasil, o que motivou a criação da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB, em Jaguaré, no Espírito Santo, no ano de 1982, com vistas a uma articulação nacional (Araújo, 2020; Siqueira, 2020).

Neste sentido, baseados em Freitas (2018a, p. 133), dado o histórico de inserção das EFAs no Brasil e a luta dos camponeses em defesa da Educação, podemos ter a compreensão de que as EFAs e demais Centros de Familiares de Formação por Alternância - CEFFAs “[...] atuam na Educação do Campo, atendendo especialmente a filhos de agricultores familiares, através da Pedagogia da Alternância”.

Atualmente, segundo Borges *et al.* (2012), há cerca de 1.325 Centros Familiares de Formação em Alternância no mundo. Segundo dados da UNEFAB³⁰, há 157 Escolas Família Agrícola no Brasil, distribuídas em 16 unidades federativas. Os dados ora apresentados pela UNEFAB, embora tenham constituído, à época de sua publicação, uma importante sistematização acerca do quantitativo de EFAs no Brasil, carecem de atualização, portanto, apresentamo-los com ressalvas. Tomemos como exemplo o estado do Ceará, que no referido documento apresenta apenas 4 (quatro) EFAs, no entanto, atualmente, já são 8 (oito) dessas. Assim, a julgar pelo Ceará, inferimos que outros estados do Brasil também possam ter ampliado a quantidade de Escolas Família Agrícola. Neste sentido, a princípio, propomos a seguinte atualização para o ano de 2024: no Brasil há 161 EFAs.

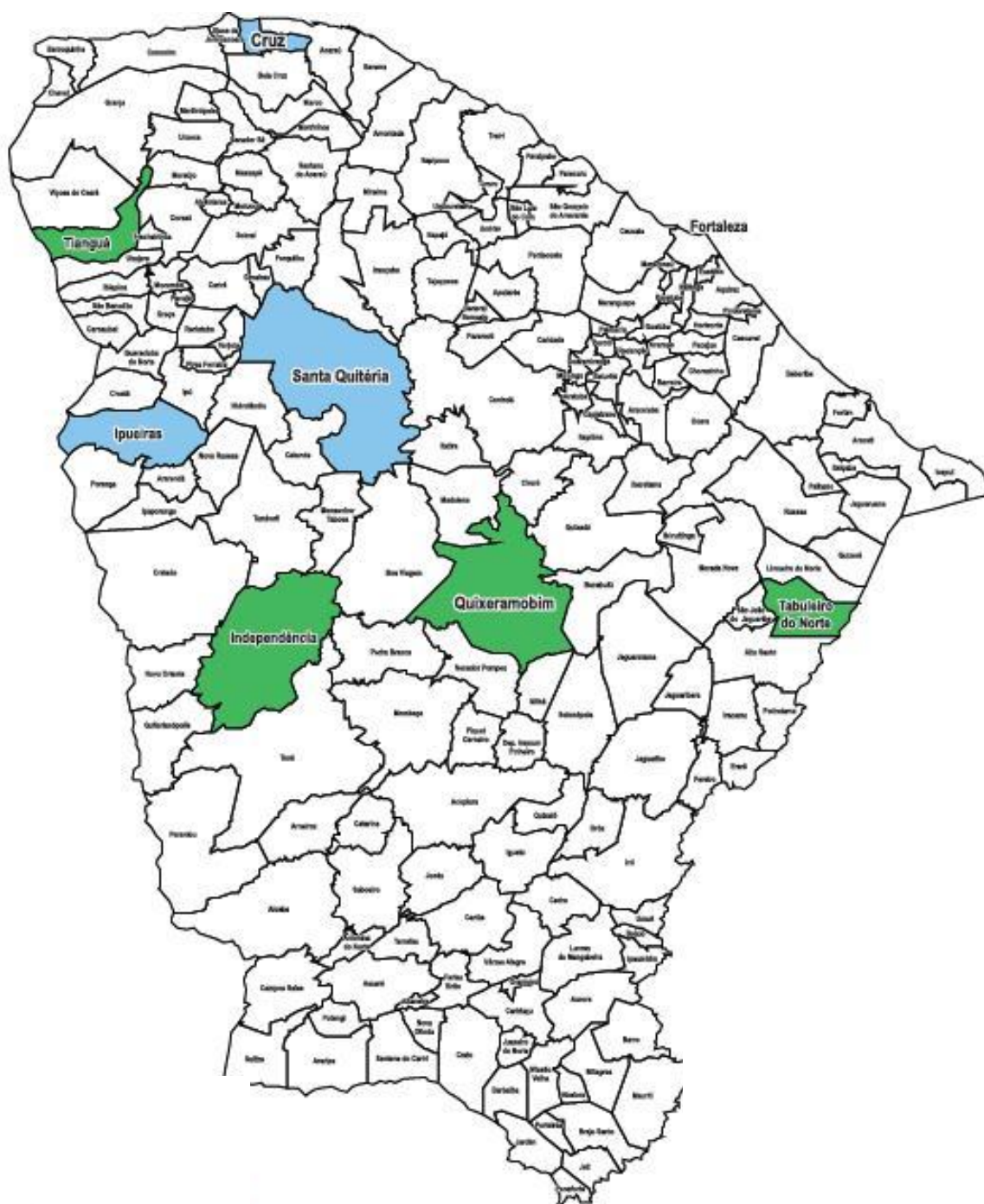
Outro ponto importante de registro é que, por não identificarmos estudos ou documentos oficiais que apresentem dados atualizados sobre as EFAs no Brasil, também não julgamos pertinente apresentar um detalhamento sobre os números existentes a nível de Nordeste, apenas considerando dados da UNEFAB. Ressaltamos, todavia, que mesmo resguardadas as particularidades e diversidades de cada EFA e de seus respectivos territórios, no Nordeste, as mesmas guardam uma identidade comum voltada à formação da juventude camponesa,

³⁰ Disponível em: <<http://urlm.com.br/www.unefab.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2022.

observando aspectos concernentes à agroecologia, à Educação do Campo, à educação contextualizada para a convivência com o semiárido.

Como evidenciado, o estado do Ceará conta com 8 (oito) EFAs, sendo 7 (sete) destas identificadas no mapa a seguir.

Mapa 6 - Escolas Família Agrícola no Ceará



Fonte: Organizado por Costa (2022).

Dentre as EFAs cearenses estão cinco em funcionamento, as quais promovem a Pedagogia da Alternância no semiárido. São elas: EFA Dom Fragoso, no município de Independência, na região dos Inhamuns, sendo a primeira, criada em 2002; EFA Ibiapaba Chico Antônio Bié, em Tianguá, na Chapada da Ibiapaba; a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; a EFA Padre Eliésio dos Santos, em Ipueiras³¹, na Região Norte e EFA Danilo Almeida, localizada em Quixeramobim, no Sertão Central. Outras três EFAs encontram-se em processo de construção, a saber: EFA Padre Zé Maria Cavalcante, em Ocara, no Sertão Central; EFA Santa Quitéria, no município e região de Santa Quitéria; EFA Vale do Acaraú, no município de Cruz, no Vale do Acaraú.

4.1 A Pedagogia da Alternância na atualidade

As práticas de formação por alternância são anteriores aos CEFFAs, como tratou Gimonet (2007): vão desde escolas dominicais a escolas industriais, escolas liberais e escolas socialistas do trabalho, dentre outras. A Pedagogia da Alternância (PA), no entanto, é uma sistematização relativamente recente, considerada a mais significativa. Embora seja diversa e não exista um modelo universal de PA, há elementos específicos que devem integrar a sua prática, mesmo que sejam variadas e adaptadas à realidade local. Há unidade nesta diversidade, uma identidade comum nestas alternâncias.

O primeiro elemento a considerar é que na PA intercalam-se momentos de formação integral do educando, na escola e na comunidade. Tempos e espaços formativos diversos. Trata-se de um ponto nevrálgico desse modelo pedagógico (Siqueira, 2020).

A Pedagogia da Alternância propõe a superação do modelo de Educação Tradicional, caracterizado pela ênfase ao ensino, pela centralidade docente, pela transmissão de conteúdos por vezes descontextualizados da realidade dos educandos e consequente recepção mecânica destes por parte dos educandos. No referido modelo, a instituição escolar é *lócus* principal de acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e sua atuação possibilita a preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade (Begnami, 2019).

Na linha contrária, a PA focaliza a aprendizagem a partir da vida. Para além disto, considera a alternância de tempos e espaços para a formação do sujeito, suas experiências, o meio onde se insere, a família, as relações sociais, mas também o global. Ou seja, volta-se a uma visão múltipla, sistêmica, complexa e dinâmica do espaço e do conhecimento; não é unilateral, portanto, não destaca um ou outro aspecto da realidade no processo de formação. É importante registrar que

³¹ Não aparece no mapa devido à sua recente fundação.

a PA não nasceu de uma teoria, mas de uma prática que, no decorrer das décadas, desde as *Maison Familiale Rurale*, desaguou no desenvolvimento de diversas outras experiências em escala mundial.

Se, inicialmente, seus fundamentos se encontravam na Pedagogia Ativa³², de Jean-Ovide Decroly, Roger Cousinet, John Dewey, Celestin Freinet e Maria Montessori, posteriormente, passou a dialogar, mais enfaticamente, com as teorizações de Jean Piaget – e sua lógica de experimentar e compreender – e Carl Rogers, bem como com Paulo Freire, sobretudo, neste último, a partir das experiências brasileiras. Mesmo diversos, são modelos de educação que articulam teoria e prática, ação e reflexão, priorizando a pessoa e seu desenvolvimento global, sua formação integral – não apenas formação intelectual.

Outra referência que devemos destacar para a PA é a Teoria da Complexidade, de Edgar Morin. Segundo Silva (2022b, p. 51):

Essa pedagogia centra-se no sujeito em formação e sua realidade, por isso sua dimensão mais complexa. Para Morin, a complexidade é um tecido de continentes heterogêneos, inseparavelmente associados (como numa tapeçaria). Ela supõe articular, distinguir sem desunir, associar sem reduzir. Logo, convém sair do pensamento linear, da relação binária, da justaposição das coisas, do ser humano objeto. Ao contrário, trata de juntar, reunir, de atuar como sujeitos em permanente busca de autonomia.

Na visão de Gimonet (2007), a Teoria da Complexidade se aproxima da Pedagogia Ativa, mas é mais ampla, por considerar não apenas o ambiente escolar. Pensando sob a ótica da Pedagogia da Alternância, isso faz sentido, pois o processo formativo está também na realidade do educando, ou seja, no seu cotidiano e no contexto sociofamiliar e de trabalho, nas experiências e experimentações, os quais são inseridos na escola como parte de uma dinâmica educativa que subentende não apenas uma reflexão, mas também uma implicação e ação no meio.

De acordo com Begnami (2003), os CEFFAs³³, onde as Escolas Família Agrícola se incluem, são constituídos por pilares voltados à “formação integral dos jovens e desenvolvimento sustentável do meio (social, humano, econômico e político)” (Brasil, 2006), tendo como meios a

³² Sobre a Pedagogia Ativa, não convém maiores aprofundamentos para fins deste estudo. Destacamos, brevemente, que essa coloca uma prioridade na pessoa, no seu desenvolvimento global e na sua formação integral. Em Gimonet (2007, p. 107) encontramos a compreensão de que a referida concepção pedagógica “[...] tende a situar o “educando” como sujeito-ator de sua formação, que aprende, pesquisando e construindo. Prevalecem, então, os métodos ativos e de apropriação que privilegiam o processo de produção de saberes através da pessoa, mais do que um simples consumo de informações pela mesma”.

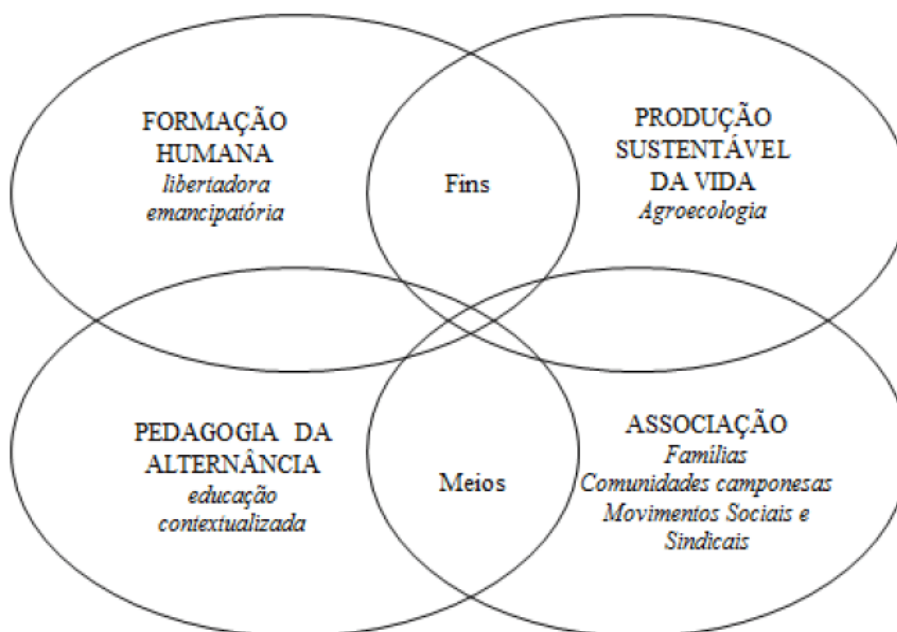
³³ A expressão Centros Familiares de Formação em Alternância - CEFFAs delimita, a nível de Brasil, a organização das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), Casas Familiares Rurais (CFRs) e Escolas Comunitárias Rurais (ECORs) (Begnami, 2003).

Pedagogia da Alternância e a associação local, composta por pais, famílias, profissionais da escola e outras instituições (Begnami, 2003).

No que concerne aos princípios da PA, destacamos, de acordo com Gimonet (2007, p. 29-31): a) A primazia da experiência sobre o programa – ou seja, o ensino deve associar a teoria à prática, de modo a promover uma ação, acompanhada de reflexões e novas ações sobre o meio; b) A articulação dos tempos e dos espaços de formação – o ensino não ocorre apenas no espaço escolar, nem seguindo exclusivamente os calendários oficiais do Estado, o que dialoga diretamente com o próximo princípio; c) Um processo de alternância num ritmo em três tempos (meio – CEFFA – meio); d) O princípio da formação profissional e geral associadas – não se forma para o desenvolvimento de uma atividade profissional específica, mas para a inserção socioprofissional; e) O princípio de cooperação, de ação e de autonomia; f) A associação dos pais e mestres de estágio profissionais como parceiros e coformadores – estes dois últimos princípios trazem elementos comuns, sobretudo com relação à partilha de saberes, responsabilidades e atuações no meio.

As experiências brasileiras de Pedagogia da Alternância nos CEFFAs, por terem intrínseca relação com a luta pela terra e por Educação do Campo, motivaram o aprofundamento da compreensão, das finalidades e meios e, conseqüentemente, das práticas da PA.

Figura 6 - Os Quatro Pilares dos CEFFAs no contexto brasileiro



Fonte: Begnami (2019, p. 119).

Como explicitado na figura 6, o contexto tensionado do campo brasileiro é incorporado à PA como elemento significativo à formação dos educandos. Nas proposições de Begnami (2019), deve-se partir de finalidades direcionadas a uma formação humana (libertadora e emancipadora) e à produção sustentável da vida, com fortes implicações na defesa da Agroecologia como paradigma de desenvolvimento do campo e de reprodução social do campesinato. Os meios para alcançar tais intentos são a Pedagogia da Alternância, por intermédio de uma educação contextualizada, e a Associação, composta pelas famílias, comunidades camponesas, movimentos sociais e sindicais.

Nas palavras de Begnami (2019, p. 120): “as finalidades dos CEFFAs expressadas desta forma são influências dos tensionamentos que a Educação do Campo provoca em seus sujeitos e faz ressignificar suas práticas”. Isso confere à Pedagogia da Alternância, no contexto brasileiro, um olhar atravessado pelas lutas populares e pela defesa da Reforma Agrária, como indispensável à promoção da justiça social e ao desenvolvimento sustentável no campo.

É nesse ponto que podemos identificar um importante encontro: o da PA com a Educação do Campo e com a Agroecologia. Nas palavras de Siqueira, Antunes-Rocha e Ribeiro (2021, p. 213):

A interface pedagogia da alternância, educação do campo e agroecologia se relacionam enquanto práticas pedagógicas e transformações de realidades através da conscientização dos povos do campo. Ambas têm como sujeitos os camponeses e seus territórios enquanto espaços de vida e produção para subsistência, além disso combatem o latifúndio, a monocultura e a dependência de insumos químicos propagados pelo agronegócio. A conexão entre estas três plataformas é essencial para construção de uma proposta educativa libertadora e emancipadora, assim a agroecologia é indissociável da pedagogia da alternância e da educação do campo.

Embora tenham trajetórias distintas, estas se confluem e se complementam para promover a formação dos camponeses, com vistas à construção de um outro olhar e agir sobre o campo. Partilham de uma compreensão crítica sobre: o papel do homem e da mulher na sociedade e no campo; os diversos tempos e espaços formativos dos camponeses e dos educandos/alternantes; a educação como complexo intimamente ligado à conscientização e à transformação social.

Neste sentido, compreende-se uma formação humana, que vai além da aquisição de habilidades e competências para o exercício de atividades laborais específicas; intenta-se, assim, formar, sobretudo, para as vivências em sociedade, para a vida em comunidade, para o trabalho e para a produção sustentável com justiça social. Ou como considera Gimonet (2007), os saberes da vida precedem os saberes da escola; algo bastante aproximado à compreensão freiriana de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

A Pedagogia da Alternância promove essa articulação de momentos na escola e na comunidade dos educandos, como afirma Gimonet (2007, p. 16): “[...] a formação por alternância dos CEFFAs obedece a um processo que parte da experiência da vida quotidiana (familiar, profissional, social) para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente”. Em se tratando das Escolas Família Agrícola, compreendemos que, atuando na perspectiva da Pedagogia da Alternância, os estudantes dividem suas atividades em tempo-escola/tempo-comunidade, num movimento denominado Alternância integrativa real ou copulativa (Begnami, 2003). De acordo com o Parecer CEB 01/2006:

[...] a alternância supõe estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis – individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre o outro. A ligação permanente entre eles é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Embora seja a forma mais complexa da alternância, seu dinamismo permite constante evolução. [...] O aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu próprio meio, com períodos na escola, estando esses tempos interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos, pela associação, de forma harmoniosa, entre família e comunidade e uma ação pedagógica que visa à formação integral com profissionalização (Brasil, 2006).

Atuando na Pedagogia da Alternância, a divisão relacional tempo-escola/tempo-comunidade possibilita ao educando apropriar-se dos conhecimentos técnico-científicos de sua formação profissional no tempo-escola e socializá-los, aplicando-os em suas localidades no tempo-comunidade (Fraga; Sousa, 2017). Não obstante, fortalece o vínculo entre educando e o seu território de origem e amplia as formas de superação do êxodo rural, considerado por Sales (2006) e Castro (2009) um dos grandes desafios para as juventudes camponesas.

Como abordam Gimonet (2007, p. 31) e Begnami (2019), em decorrência das finalidades e princípios da Pedagogia da Alternância, há diversos instrumentos didático-pedagógicos, atividades e técnicas a serem utilizados, articuladamente, como um norte a esse modelo pedagógico.

Quadro 2 - Instrumentos didático-pedagógicos da Pedagogia da Alternância

CLASSIFICAÇÃO	INSTRUMENTOS-ATIVIDADES
Instrumentos e atividades de pesquisa	Plano de estudo Folha de observação Estágios
Instrumentos e atividades de comunicação/relação	Colocação em comum Tutoria Caderno de acompanhamento da alternância Visita à famílias e comunidade
Instrumentos didáticos	Visitas e viagens de estudo Serão de estudo Intervenções externas

	Cadernos didáticos para as aulas/cursos Atividades retorno experiências Projeto profissional
Instrumentos de avaliação	Avaliação semanal Avaliação formativa

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), baseado em Brasil (2006).

Os instrumentos didático-pedagógicos são classificados em grupos que contemplam atividades didáticas, de pesquisa, de comunicação/relação e de avaliação. Destes, destacaremos alguns:

O *Plano de Formação*, que contempla todo o processo de formação do educando, ou seja, é o fio condutor, o ponto de partida da experiência a ser desenvolvida, mas também mutável e flexível. É planejado e construído com a comunidade, a partir dos temas geradores que dialogam com os objetivos, pilares e princípios dos CEFFAs e da realidade do educando; organizado em temas de estudo, com seus respectivos conteúdos, programas e formas diversas de avaliação, que considerem aspectos formativos e somativos. Ou seja, é reflexo de um currículo que articula formação geral e profissional. Na EFA Jaguaribana, há referência a um Plano de Curso, que baliza a sua prática educativa.

O *Plano de Estudo*, que de acordo com Nosella “[...] é o instrumento pedagógico fundamental da Escola-Família; é a pedagogização da alternância; é a forma concreta de efetivar as potencialidades educativas da Alternância” (Nosella, 2012, p. 86). Ou seja, o Plano de Estudo permite essa integração entre a escola e vida, ação e reflexão, experiência e ciência. É um roteiro de perguntas acerca de tema gerador específico, construído no tempo-escola e desenvolvido no tempo-comunidade, num diálogo com o meio onde os educandos estão inseridos. É acompanhado de uma folha de observação.

O *Caderno da Realidade do Aluno* ou *Caderno de Vida*, no qual o alternante registra diversidades atividades ligadas ao Plano de Estudo. O referido instrumento também deve ser utilizado para fins de avaliação, por parte dos educadores.

A *Colocação em Comum*, que consiste na socialização e na organização dos conhecimentos da realidade do aluno e do seu meio, que servem de base para o aprofundamento articulado nas várias áreas do saber (Begnami, 2019). Grosso modo, é o momento de socialização grupal do plano de estudo, em pequenos ou grandes grupos, pós tempo-comunidade, observando os registros feitos no Caderno da Realidade. Parte-se da devolutiva dos achados do tema gerador do Plano de Estudo, problematizando-os para a construção de uma síntese que congregue as diversas experiências apresentadas e refletidas durante a atividade. Assim, permite ir do particular para o geral e promover a junção dos tempos-espços formativos.

Outros instrumentos são a *Tutoria*, que consiste no acompanhamento individualizado do alternante; as *Visitas de Estudo*, que são momentos fora do ambiente escolar, complementares ao Plano de Estudo; momentos de intercâmbio, de vivências, de aquisição de novos conhecimentos concernentes à realidade ou à prática profissional. Por sua vez, as *Intervenções Externas* são momentos de participação em palestras, seminários ou debates acerca de tema gerador do Plano de Estudo. Os *Serões de estudo*, que são momentos de atividades diversas, que podem ser/estar (ou não) relacionadas ao plano de estudo, desenvolvidas por meio da exibição de vídeos, leituras diversas, participação em palestras, dentre outras estratégias.

O *Projeto Profissional do Aluno* ou *Projeto de Vida da Família Camponesa (PVFC)*, no qual, o educando desenvolverá, junto à família e à comunidade, um projeto de intervenção com atividades, sobretudo técnicas, voltadas ao desenvolvimento sustentável local. A construção do PVFC perpassa todo o processo formativo do educando no decorrer dos anos do Curso Técnico.

As *Visitas à Família do Aluno*, as quais permitem, aos educadores/monitores/gestores conhecer a realidade dos educandos, de suas famílias e da comunidade, acompanhar as vivências dos mesmos e propor formas de intervenção no território. Os *Estágios*, momento no qual os alternantes são conduzidos a propriedades agrícolas, empresas, associações, órgãos públicos, órgãos de pesquisa, dentre outros, para aprender, na prática, aspectos mais diretivos do seu curso de formação. E por, fim, a *Avaliação*, que deve ser contínua e permanente, considerando aspectos formativos.

Estes instrumentos, metodologias e princípios são resultado de intenso, contínuo e diversificado processo de tentativas, erros e acertos. Foi na ação e na reflexão que a Pedagogia da Alternância se constituiu e reconstruiu ao longo dos anos. De acordo com Gimonet (2007, p. 120, grifos nossos), podemos identificar três tipos de alternância pedagógica:

- a) **A falsa alternância**, também denominada de alternância justaposta, que coloca períodos em empresa no curso de formação, ou faz com que se sucedam tempos de trabalho prático e tempos de estudo, sem nenhuma ligação manifesta entre si.
- b) **A alternância aproximativa**, cuja organização didática associa os dois tempos da formação num único conjunto coerente. Todavia, trata-se mais de uma soma de atividades profissionais e de estudo que de uma verdadeira interação entre os dois. Além disso, os alternantes permanecem em situação de observação da realidade sem ter os meios de agir sobre a mesma.
- c) **A alternância real**, também chamada de alternância integrativa. Esta não se limita a uma sucessão dos tempos de formação teórica e prática, mas realiza uma estreita conexão e interação entre os dois, além de um trabalho reflexivo sobre a experiência. Este tipo de alternância privilegia o projeto pessoal e coloca o formando como ator envolvido em seu meio.

De tal modo, a alternância integrativa é proporcionada pela síntese de execução dos instrumentos didático-pedagógicos ora apresentados, que evidentemente são reflexo de uma

construção teórica contínua em torno da PA. Eles constituem, assim, um todo articulado a finalidades e intencionalidades pedagógicas coerentes. Aqui, foram discutidos apenas a título de informação e apresentação do conceito e da metodologia deste modelo pedagógico que é a Pedagogia da Alternância. Esta, por ser a força motriz dos CEFFAs, merece destaque em estudos posteriores no mesmo *lócus* desta pesquisa, quiçá a observar, de forma aprofundada, como se deu a formação em alternância da juventude jaguaribana, a partir do trabalho de uma Escola Família Agrícola – o que não cabe no recorte desta pesquisa. Para fins deste estudo, consideramos a atuação ampla da EFA Jaguaribana na territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe, que não se dá apenas na PA. Por isso, focalizaremos:

- ✓ As possibilidades de trazer a Agroecologia para a formação dos educandos, a partir da prática educativa de educadores na PA;
- ✓ As contribuições da escola para os educandos e suas comunidades;
- ✓ As diversas formas e espaços de educar, não diretamente ligados à PA;
- ✓ As contribuições da escola para a territorialização da Agroecologia em comunidades camponesas diversas.

As dinâmicas comunitárias e educativas da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé serão melhor explicadas em outra seção desta tese. Para o próximo tópico, trataremos de discutir a fundação da EFA Jaguaribana em consonância com as lutas socioambientais no Vale do Jaguaribe.

4.2 Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé: uma trajetória que nasce da/na luta

Vai surgindo uma escola, que também é uma casa, que é também um roçado. Uma escola onde os saberes não são superiores nem inferiores, mas são diferentes e se complementam. Uma escola onde a família é a base, nos seus diversos modelos, mas que é família-vida. Uma escola que nasce do agro (que não é negócio simplesmente, que mata!), ou melhor, da agro, da Agroecologia, que é vida e faz viver, o Bem Viver (Aefaja, 2018).

Quando lançamos o olhar para a Região Jaguaribana, como evidenciado até então, percebemos que esta abriga disputas que envolvem o Agronegócio, a carcinicultura e as barragens, em contraposição ao modo de vida camponês. A marca principal desta territorialização, sobretudo, do Agronegócio da fruticultura irrigada, é a expropriação de comunidades rurais, em especial na Chapada do Apodi, localizada na divisa dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte (Freitas, 2010; Mendes, Carvalho e Freitas, 2016).

Compreendemos que é deste contexto de violação de direitos que surgem forças contra-hegemônicas, as quais levantam-se contra essa opressão e contribuem para o (re)desenhar deste cenário. A Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé é um exemplo destas sementes da resistência camponesa. A EFA Jaguaribana leva o nome de um líder ambiental, assassinado em 21 de abril de 2010; sua militância e denúncias no território motivaram o crime, fato que impulsionou um levantar de vozes contrárias aos desmandos do Agronegócio, na Chapada do Apodi - CE. Logo, a referida instituição de ensino nasce da e na luta.

Dentre as diversas problemáticas sócio-ambientais que circundam o referido território, identificamos que, no decorrer dos anos que se sucederam desde a instalação das empresas no Perímetro Irrigado Jaguaribe – Apodi, também ocorreu o fechamento e/ou nucleação de escolas de Ensino Fundamental II nas comunidades. Em se tratando do Ensino Médio, os desafios tornam-se mais evidentes, uma vez que não há escola para este nível na Chapada do Apodi - CE, em Tabuleiro ou Limoeiro do Norte, consequentemente, os jovens que optam por dar prosseguimento aos estudos precisam deslocar-se às sedes dos referidos municípios (Nunes, 2018; Maia, 2017).

Anteriormente, os jovens da Chapada de Limoeiro tinham a opção de estudar na Escola Piamarta, na comunidade do Cabeça Preta, cursando o ensino técnico integrado em Agropecuária. Todavia, por tratar-se de uma instituição sem fins lucrativos, a escassez de recursos materiais impossibilitou a continuidade de oferta do curso. A título de informação, consideramos que o viés de formação da escola anteriormente citada dialogava, de forma bastante articulada, com a perspectiva do Agronegócio.

Não obstante, a juventude da Chapada do Apodi também é afetada pelos problemas sociais daquele território, pois de acordo com Carvalho e Almeida (2016), em virtude da situação de extrema pobreza vivenciada por muitos jovens das comunidades da Chapada, frequentar a escola tornou-se uma opção secundária, uma vez que alguns são obrigados a abandonar os estudos para empregar-se nas empresas de fruticultura, indústrias e olarias da região. Tal problemática não se encerra dessa forma, pois acompanhada da inserção assalariada, existe uma ruptura destes sujeitos como o campo vivido e com as relações sociais no território.

Evidentemente, trata-se de um território de hegemonia e poder do Agronegócio. No entanto, encontramos em Haesbaert (2004) a compreensão de que há múltiplos territórios, logo, esta hegemonia também é acompanhada de um contrapoder, uma resistência ativa proporcionada por sujeitos diversos, dentre eles, os camponeses, sobretudo com a territorialização da Agroecologia. Assim, neste território de resistência e reexistência, as contradições entre opressores e oprimidos tornam-se pautas de luta pela libertação desses últimos.

Foi neste contexto, como iniciativa de movimentos sociais da região, da Cáritas Diocesana e da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que se propôs a fundação de uma instituição de ensino que possibilitasse a formação profissional da juventude do Vale do Jaguaribe, sobretudo da Chapada do Apodi - CE, na perspectiva da Educação do Campo. Uma semente ganhou forma de planta no território jaguaribano, como bem trouxe Thiago Valentim, presidente da Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana e Agente da Comissão Pastoral da Terra:

“Não se come chuva se não se plantar roçado”. Nessa perspectiva, o roçado da EFA Jaguaribana foi nascendo no coração e na mente de alguns/mas, o sonho foi sendo compartilhado e assumido por outros/as, as sementes foram sendo resgatadas e, enfim, a terra foi preparada e o roçado plantado. Aos poucos, essa semente foi passando por transformações, foi morrendo como semente e nascendo como planta, rompendo as amarras da terra e surgindo ao sol bem devagar, mas com a beleza que marca toda brotação (AEFAJA, 2018, p. 5).

Sementes, o ponto de partida para a criação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé. As sementes, como veremos, também serão um ponto de chegada em sua trajetória, mediante o trabalho em curso. Primeiro, a semente da resistência que brotou pela articulação dos camponeses da Chapada do Apodi, e em especial, o líder comunitário Zé Maria, da Comunidade Tomé, em Limoeiro do Norte.

O projeto de criação de uma Escola Família Agrícola, pensado por uns e assumido por vários, ganhou forma a partir de 2016, quando a comunidade do Olho D’água dos Currais, Tabuleiro do Norte, assumiu a tarefa inicial de construção da Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA³⁴) para, em seguida, haver a criação da EFA Jaguaribana³⁵.

Devemos deixar explícito um detalhe importante para o nosso estudo, antes de ingressar na contextualização sobre o histórico de criação desse projeto institucional contra-hegemônico: há uma interdependência entre a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e sua Associação – AEFAJA, por essa última ser a instituição mantenedora da primeira. Todavia, é importante registrar que a EFA Jaguaribana, por meio da AEFAJA, desenvolve outras atividades que não possuem ligação direta com o Curso Técnico em Agropecuária, a exemplo de diversos projetos que serão abordados de forma breve nesta tese, as quais são igualmente pertinentes para

³⁴ A AEFAJA, além de mantenedora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, exerce outras atividades de apoio e assessoria às famílias e comunidades camponesas, de agricultores/as familiares, assentados/as da Reforma Agrária, na linha da formação política, da capacitação técnica e da mobilização social (PPP-EFA, 2018, p. 02).

³⁵ O credenciamento da EFA Jaguaribana foi publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, no dia 18 de fevereiro de 2022, série 3, ano XIV, nº 039, caderno 1/3, onde lê-se: “Credencia a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, situada no Sítio Currais de Cima, Zona Rural, no município de Tabuleiro do Norte, e reconhece o Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, em regime de alternância, até 31 de dezembro de 2024”.

o território e se imiscuem no decorrer do processo. Neste sentido, é esse todo articulado que vai dando corpo à territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe, pois a Associação está *na/com* a Escola, mas não se resume ao campo pedagógico.

Desta forma, o que enfocamos no presente estudo são as sementes, ou seja, esse projeto contra-hegemônico promovido pela articulação e construção educativa e pedagógica no território. Se por um lado, a EFA Jaguaribana vai promovendo, a médio prazo, a formação de jovens e adultos camponeses no curso Técnico em Agropecuária e trazendo caminhos para o desenvolvimento territorial de suas comunidades, por outro lado, com os diversos projetos desenvolvidos, também vai construindo essa transição agroecológica no território jaguaribano, a curto prazo, com práticas educativas e comunitárias que enfocaremos no decorrer de nossa argumentação.

Os CEFFAs, como afirmam Borges *et al.* (2012), têm uma gestão comunitária. Ou seja, a EFA Jaguaribana nasceu da vontade da comunidade; não à toa, vários mutirões foram realizados, contando com a participação de pessoas diversas, com a finalidade de dar corpo ao prédio cedido³⁶ para implantação das atividades iniciais da AEFAJA e da Escola³⁷, bem como para a construção de seu prédio definitivo.

Para tanto, a princípio, foi realizada uma reunião, em março de 2016, com um grupo de, aproximadamente, 30 pessoas, a fim de discutirem a proposta de criação da Escola Família Agrícola em Tabuleiro do Norte. O grupo era composto por agentes da CPT, associações comunitárias, sindicalistas, professores e universitários, técnicos agrícolas, o pároco e o diácono da paróquia e representantes da Cáritas Diocesana de Limoeiro, da Organização Barreira Amigos Solidários (OBAS), de Barreiras/CE e da Cooperativa Mista De Trabalho, Assessoria e Consultoria Técnico-Educacional - COMTACTE, de Aracati/CE.

Em duas ocasiões, no ano de 2017, na Capela da Comunidade dos Currais, houve a participação da professora Regina Coele, da Universidade Estadual do Ceará, *campus* Crateús, a qual, mais à frente viria a compor, junto a outros(as), a Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana. Regina, que também é pesquisadora da Pedagogia da Alternância no âmbito da primeira Escola Família Agrícola Cearense - a EFA Dom Fragoso -, compartilhou com os

³⁶ A EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé está instalada na comunidade Olho D'água dos Currais, no município de Tabuleiro do Norte, em terreno doado por um educador ambiental. O espaço possibilita algumas condições objetivas para a sua instalação: “[...] a diversidade geomorfológica, a riqueza de experiências de trabalhos e demais atividades humanas, que registram a vocação ‘camponesa’ do lugar e a geopolítica, [...] o que nos dá a dimensão educativa da possibilidade agroecológica” (PPP-EFA, 2018, p. 02).

³⁷ Não é nossa pretensão tratar a AEFAJA e EFA a Jaguaribana de forma individual e distanciadas, pelo contrário, reconhecemos a interdependência entre ambas neste processo, ao passo que também pretendemos identificar a importância da Associação nesta Gestão Comunitária da EFA.

presentes as dinâmicas de atuação desta escola no município de Independência, Sertão dos Inhamuns, cujas experiências tiveram influência direta na elaboração do Projeto Político Pedagógico da EFA Jaguaribana.

A propósito, em abril de 2016, uma representação EFA Jaguaribana esteve presente na EFA Dom Fragoso, para conhecer um pouco mais sobre o seu funcionamento: “Na ocasião, visitaram as unidades produtivas, conversaram com a coordenação e monitores e participaram da assembleia da Associação Escola Família Agrícola de Independência, mantenedora da EFA Dom Fragoso” (AEFAJA, 2018, p. 12). Esta característica de intercâmbio é bastante recorrente se observarmos a história das EFAs desde Lauzun. Trata-se de um movimento, um olhar, que não é apenas teórico, é prático, cuja apreensão também subentende um processo de experimentação e análise para a ação.

Em 2017, a representação da EFA Jaguaribana esteve na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, em Limoeiro do Norte, e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira - UNILAB³⁸, em Redenção, Ceará, para apresentar o Projeto da EFA Jaguaribana e sensibilizar os presentes à inserção e contribuição na Escola.

Além da divulgação do Projeto *in loco*, houve apresentação, nas Rádios Locais e Comunitárias, dos resultados iniciais de implantação da EFA Jaguaribana: “A presença nas rádios por diversas vezes foi fundamental para tornar a EFA Jaguaribana conhecida e mobilizar pessoas para a participação em diversas outras atividades da AEFAJA” (AEFAJA, 2018, p. 20).

Neste contexto, foram dados os primeiros passos para a criação da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, que somente seria concretizada em 2018, quando houve a implantação da primeira turma do curso técnico em Agropecuária, em resposta à expansão do Agronegócio e com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, da identidade camponesa e da produção com base na Agroecologia. A figura a seguir mostra a logomarca da EFA Jaguaribana, produzida pelo artista local Ivo Sousa.

³⁸ Na oportunidade, houve diálogo, principalmente, com os representantes do Curso de Agronomia.

Figura 7 - Logomarca da EFA Jaguaribana



Fonte: Site da EFA Jaguaribana.

Em sua identidade visual, a logomarca traduz a identidade coletiva da escola, contextualizada com o semiárido:

[...] a cabaça carrega o nosso líquido precioso e irriga nossas vontades de liberdade. A cabaça é símbolo da nossa cultura camponesa. A carnaúba é flora da nossa Caatinga e um dos elementos dominantes da vegetação da região jaguaribana. O pássaro faz parte de nossa fauna e representa o ato de voar, o desejo. As mãos representam a presença humana, homem e mulher na construção do sonho (AEFAJA, 2018, p. 11).

Assim, forjada neste campo de disputas entre camponeses e latifundiários/representantes do Agronegócio, a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé sustenta-se nas seguintes bases: Educação do Campo libertadora, popular e pedagogia da alternância; Agroecologia e convivência com o semiárido. De forma aproximada, estas bases encontram fundamento na Educação Popular, que abriu caminhos para pensar a educação das classes populares, junto às mesmas, na perspectiva da libertação, da mudança ou da transformação social.

Nas palavras de Claudemir Martins Cosme - professor de geografia do Instituto Federal de Alagoas - sobre a importância da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé para o Vale do Jaguaribe:

A Escola Família Agrícola Jaguaribana é uma escola do campo que nasce com a perspectiva de, através da educação contextualizada com a realidade dos jovens, apresentar outro olhar acerca do espaço agrário do Vale do Jaguaribe, rompendo com as cercas do pensamento que apresenta o Agronegócio como a única e melhor opção para o campo, bem como, é uma oportunidade que nasce como uma semente, para esses mesmos jovens que desejam estudar sem sair do campo (AEFAJA, 2018, p. 07).

Ao identificá-la como escola do campo, Claudemir Martins coloca a sua importância, primeiramente, em consonância com o Paradigma da Educação do Campo e, paralelamente, o compromisso com a transformação da realidade camponesa, na superação da Educação Rural, que

traz o campo como quintal do urbano - como explicita Miguel Arroyo -, em vias de extinção ou adaptação. Neste contexto, Claudemir ainda ressalta a importância da EFA Jaguaribana como construção e denúncia ao fechamento de escolas do campo, que vem ocorrendo, massivamente, nas últimas décadas (Mendes, Wanderley e Santos, 2022). Como consta no Projeto Político Pedagógico - PPP da EFA (2018, p. 09), essa proposta educativa envolve:

[...] a coletividade, desde os/as educandos/as, suas famílias e comunidades que pertencem, movimentos e organizações sociais. Educação dos/as camponeses/as, não *para* e nem apenas *com* eles/elas. Educação crítica dos processos sociais e políticos na história, marcados pela opressão e dominação das pessoas empobrecidas, do trabalho e da natureza. Educação que possibilite aos/as educandos/as e suas famílias a se reconhecerem como parte do campo e no campo, a desenvolverem suas potencialidades, de se compreenderem como sujeitos de sua história e portadoras de direitos, de pensarem o mundo a partir de onde vivem e de refletirem sobre as relações entre as pessoas e destas com a natureza. Educação que integre cosmologias camponesas, lutas, territorialidades, concepções de natureza e família, religiosidades, culturas, artes, práticas de produção e trabalho, organização social, dentre outros aspectos locais e regionais. Educação do Campo que combine luta pela educação contextualizada (não a qualquer educação) com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território.

Em reportagem publicada por Daniel Lamir, no jornal Brasil de Fato, a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé é anunciada como exemplo de resistência ativa através da educação, pois desenvolve o contraponto ao modelo de desenvolvimento proposto pelo Agronegócio. Ao apresentar o contexto de articulação e resistência da Região Jaguaribana e o surgimento da EFA, também traz o depoimento de um professor da referida escola:

“Existem os movimentos que atuam na ocupação das terras, como é o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], o MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens], a CPT [Comissão Pastoral da Terra], o movimento de luta pela água, como é o caso da Cáritas Diocesana. E a EFA contempla, trazendo grande contribuição para essa resistência ativa através da educação, mostrando que um outro modelo de produção no Vale do Jaguaribe é possível, centrado na Agroecologia, no bem viver com o Semiárido, na convivência com o semiárido, nas boas práticas com o solo, com a água, com os animais, com a natureza e entre os seres humanos”, defende (Brasil de Fato, 15 de Abril de 2021)

Tal instituição funciona com o auxílio de voluntários³⁹ da sociedade civil e dos movimentos sociais, na condição de professores, monitores, gestores, bem como na composição

³⁹ Quadro de pessoal da EFA Jaguaribana: 1. Pessoal do administrativo; 2. Pessoal da coordenação pedagógica; 3. Professores/as da Base Curricular Comum do Ensino Médio; 4. Monitores/as do Técnico em Agropecuária; 5. Cozinha e caseiro; 6. Assessor nas áreas de Comunicação e Mobilização de Recursos; 7. Equipe de voluntários e voluntárias nas diversas áreas (PPP-EFA, 2018, p. 20). Em outubro de 2021, o Diário Oficial do Estado (DOE) publicou a lei nº 17.731/2021, que cria o Programa de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola (EFAs) do Ceará. Em nosso entendimento, isso poderá implicar, significativamente, na amenização de muitos desafios inerentes à situação de trabalho voluntariado nas EFAs comunitárias.

da sua Associação, a AEFAJA - Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana. Dentre as frentes de atuação da Escola, destacamos três: a Pedagogia da Alternância enviesada pela Educação do Campo, através da oferta do Curso Técnico em Agropecuária na EFA Jaguaribana; a Comunicação Popular, por meio da EFACom e os projetos desenvolvidos nos territórios camponeses do Vale do Jaguaribe. Cada um destes, que compõem tal projeto institucional contra-hegemônico, serão apresentados a seguir, para explicitar como se deram seus processos de fundação e execução, e os dois últimos serão pormenorizados nas demais seções que se seguirão.

Os objetivos da EFA Jaguaribana voltam-se a:

- a) Facilitar os meios e os instrumentos de formação à juventude camponesa, e favorecendo o seu protagonismo, através de uma formação integral: Profissional, Intelectual, Humana, Social, Econômica, Ecológica Espiritual.
- b) Promover a Agroecologia e a Convivência com o Semiárido através de ações que fortaleçam as experiências produtivas de famílias e comunidades camponesas e tradicionais: quintais produtivos, casas de sementes crioulas, agroflorestas, assistência técnica e extensão rural.
- c) Valorizar a cultura dos povos do campo através de momentos festivos e projetos culturais: Escola de Música Sons da Terra, festas da colheita e festivais do mungunzá” (AEFAJA, 2022, p. 4).

Para atender aos objetivos propostos, há uma diversificação de atividades desenvolvidas. Faremos, aqui, alguns destaques. Partindo desta breve apresentação, trazemos uma síntese das frentes de atuação da Escola. Os destaques em verde representam a Pedagogia da Alternância e o Curso Técnico em Agropecuária; em amarelo, os diversos projetos desenvolvidos pela EFA; em azul, destaca-se a Comunicação Popular, assumida a partir do contexto pandêmico; e, em vermelho, representa-se a articulação com diversas instituições e movimentos sociais do Vale do Jaguaribe, que resistem ao Agronegócio. Em nosso entendimento, todas estas frentes são ilustrativas de saberes e práticas educativas que extrapolam o ambiente escolar. A figura a seguir destaca esta síntese.

Figura 8 - Síntese sobre as frentes de atuação da EFA Jaguaribana



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Como identificamos, a atuação da EFA Jaguaribana não compreende apenas a formação do jovem camponês, como consta em um de seus objetivos, nem é exclusiva à atuação no campo da Pedagogia da Alternância. Muito pelo contrário, no decorrer de sua atuação, a EFA ampliou o repertório de inserção nas comunidades da região Jaguaribana, mediante projetos de acompanhamento ao camponês, a exemplo do Projeto Sementes da Vida e outros.

Para compreender essa dinâmica, nos tópicos e seções que se seguirão, trataremos de exemplificar:

- ✓ A importância da Associação para a atuação abrangente da Escola;
- ✓ O curso técnico em Agropecuária, como atividade primeira da EFA Jaguaribana, e suas repercussões na formação da juventude e no cotidiano de suas comunidades, com vistas à territorialização da Agroecologia;
- ✓ A Comunicação Popular como estratégia para o debate de ideias e ampliação da discussão sobre Educação do Campo e Agroecologia no território jaguaribano;
- ✓ As dinâmicas educativas e comunitárias dos diversos projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana e;
- ✓ A integração da EFA Jaguaribana com coletivos, instituições e movimentos sociais, focalizando a importância da mesma para organização e participação sociopolítica camponesa.

4.2.1 A Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana

A Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana é a instituição mantenedora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, a qual também vem adotando uma perspectiva de exercer

atividades de apoio e assessoria às famílias e comunidades camponesas, de agricultores/as familiares, assentados/as da Reforma Agrária, na linha da formação política, capacitação técnica e mobilização social (PPP-EFA, 2018, p. 02). Entre 2016 e 2018, ainda não havia uma EFA em pleno funcionamento; havia os passos iniciais que possibilitariam, posteriormente, a concretização desde projeto institucional contra-hegemônico; por isso, dedicamos esse tópico à Associação, que àquele momento já educava, mesmo sem ainda ser escola.

Desde que abraçada e construída pela comunidade, a AEFAJA soma 57 pessoas associadas, sendo 38 mulheres e 19 homens. A Associação vem desenvolvendo diversas atividades, com objetivos também diversos, porém articulados em defesa do território, da cultura e das comunidades camponesas; articulação esta que lança bases e também incide, diretamente, na territorialização da Agroecologia no Baixo Jaguaribe. Em consulta às Memórias Institucionais da AEFAJA, de 2016-2017 e 2018-2020, identificamos 27 atividades desenvolvidas desde 2016, algumas pontuais, outras com periodicidade mensal/semestral/anual, outras contínuas.

O quadro a seguir trata da sistematização de atividades desenvolvidas pela AEFAJA desde 2016.

Quadro 3 - Atividades desenvolvidas pela AEFAJA (2016-2020)

ATIVIDADE	OBJETIVO	ANO DE REALIZAÇÃO
Participação ativa nas rádios	Comunicar à sociedade suas atividades, o processo de implementação da EFA Jaguaribana e as campanhas de mobilização de recursos (humanos, financeiros e materiais).	Desde a criação
Participação no Fórum Microrregional de Convivência com o Semiárido – Vale do Jaguaribe	Discutir políticas públicas voltadas para a agricultura familiar camponesa, a juventude, o trabalho e a valorização das mulheres, a Educação Contextualizada, a Agroecologia, a Reforma Agrária, o acesso à água, a implementação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, dentre outras temáticas afins.	Desde a criação
Revitalização da Comissão Municipal de Convivência com o Semiárido - Tabuleiro do Norte	Mobilizar um espaço de discussão sobre a convivência com o semiárido em Tabuleiro do Norte, as tecnologias sociais, os direitos dos/as trabalhadores/as, as políticas públicas da agricultura familiar, a organização dos assentamentos rurais e mobilização comunitária, a fim de consolidar e fortalecer a Agroecologia em Tabuleiro do Norte.	2017
Participação* no II Festival de Sementes da Vida e IV Encontro de Agricultores/as Experimentadores *Partilhada com moradores da comunidade Baixa do Juazeiro, Tabuleiro do Norte, pela moradora Eliete.	Conhecer experiências exitosas de bioágua, casas de sementes, quintais produtivos, engajamento da juventude camponesa em famílias de agricultores/as experimentadores/as de Quixadá, Quixeramobim e Choró Limão. Discutir a importância da Rede Sementes da Vida, a indústria das sementes, as Casas de Sementes, a importância do resgate das sementes crioulas, a convivência com o semiárido e os retrocessos nas políticas voltadas para o semiárido impetrados pelo atual governo ilegítimo de Michel Temer.	2017

Participação na organização das Festas da Colheita	Discutir a realidade da agricultura familiar camponesa no município e região do Vale do Jaguaribe e fortalecer as lutas do povo camponês por melhores condições de trabalho, acesso à terra e água.	Desde 2017
Participação na organização da Oficina de Palma Forrageira consorciada com a Pitaia	Implantar, no Parque Ecológico dos Currais, como uma unidade produtiva da EFA Jaguaribana, um banco de palma forrageira consorciada com a pitaia.	2017
Participação na organização do I Encontro das Áreas de Assentamento de Tabuleiro do Norte	Fortalecer a articulação entre os assentamentos e as organizações e dialogar com o INCRA* sobre as demandas dos assentamentos. *O INCRA não compareceu ao encontro.	2017
Acompanhamento a Assentamentos Rurais da Região	Discutir formas de contribuir com suas lutas.	Desde a criação
Participação em formações, atos e ocupações em defesa dos Recursos hídricos da região.	Fortalecer as lutas pelos direitos sociais no Vale do Jaguaribe.	2017
Realização do CINE EFA (O veneno está na mesa)	Debater o uso de agrotóxicos e seus impactos para o meio ambiente e a saúde humana, por meio da exibição do documentário “O veneno está na mesa”.	2017
Participação na audiência sobre o Plano Plurianual da Prefeitura de Tabuleiro do Norte	Participar do processo de discussão sobre a regulamentação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC (Lei 13.019/2014) pelo Município de Tabuleiro do Norte.	2017
Contribuições na elaboração da Carta da Comissão Municipal de Convivência com o Semiárido, entregue ao Prefeito e Vice-prefeito municipal e à Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte - CE	Traçar as estratégias para fortalecer a Comissão, discutir o processo de convivência com o semiárido, a implantação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e as necessidades que passam a agricultura familiar camponesa. A carta foi lida no Plenário da Câmara Municipal pelo Conselheiro Administrativo da AEFAJA, Reginaldo Ferreira.	2017
Participação na Organização do Curso Básico de Agroecologia (Escola Camponesa)	Possibilitar aos camponeses e camponesas, especialmente a juventude, trocar experiências, adquirir conhecimentos, mudar a prática em vista da transformação das realidades de morte e destruição em realidades de vida com dignidade.	2017
Participação no Encontro da Juventude Camponesa realizado pela CPT Regional Ceará	Promover a troca de experiências da juventude camponesa de diversas regiões do Estado e a discussão sobre as perspectivas da juventude camponesa permanecer no campo.	2017
Integração nos GTs de Educação Contextualizada e de Sementes da Vida, do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido	Articular as organizações e animar as discussões e projetos no GT e discutir/encaminhar a proposta da realização de um Curso Técnico em Agroecologia e Convivência com o Semiárido, a ser realizado na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.	2018

Participação na mobilização Semiárido Pela Democracia	Relacionar a garantia de direitos como acesso à água, terra e outras políticas sociais na região à restauração da democracia no país.	2018
Festival do Mugunzá	Fortalecer os laços de colaboração e de partilha, primando pela valorização das pessoas e da história local.	2018
Integração ao Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe - CSBH	Atuar em defesa do direito à água às populações camponesas da região e contribuindo na formulação das políticas hídricas do Ceará e, especialmente, da região do Baixo Jaguaribe.	Desde 2019
Realização do Encontro de Agricultores e Agricultoras Experimentadores do Vale do Jaguaribe, junto ao Fórum Microrregional de Convivência com o Semiárido – Vale do Jaguaribe	Partilhar experiências de Convivência com o Semiárido, Agroecologia e Educação Contextualizada.	2019
Participação em Mesa Redonda e Oficina no XI Congresso Brasileiro de Agroecologia	Apresentar a EFA Jaguaribana e a síntese suas atividades.	2019
Participação no Simpósio Internacional e Nacional de Geografia Agrária - SINGA	Apresentar a EFA Jaguaribana e a síntese suas atividades.	2019
Educação Contextualizada para a superação da violência no campo	Desenvolver uma formação didática permanente em Educação do Campo e Saúde Popular/Medicina Caseira envolvendo educandos/as e famílias agricultoras da região.	2019
Escola de Música Sons da Terra	Fortalecer a cultura camponesa, tão rica e diversa, por meio da música.	2019-2020
Encontro das Áreas de Assentamento de Tabuleiro do Norte	Promover a articulação e o fortalecimento da luta contra os retrocessos que o governo federal está impondo sobre as áreas de assentamento, bem como reafirmar o compromisso com a Reforma Agrária.	2020
Distribuição de cestas básicas e máscaras	Realizar a distribuição de cestas básicas e máscaras durante a Pandemia do COVID-19.	2020
Projeto Sementes da Vida	Melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras, fortalecendo sua autonomia, segurança e soberania alimentar e nutricional por meio do resgate, recuperação e proteção de estoques tradicionais de sementes, construção de Casas de Sementes Comunitárias, formação em Agroecologia e fortalecimento da Rede de Intercâmbio de Sementes - RIS do Vale do Jaguaribe, uma rede de troca de sementes crioulas.	Desde 2020

Fonte: Memórias Institucionais da AEFAJA. Organizado pelo autor (2022).

Ao realizarmos breve análise sobre as atividades desenvolvidas pela AEFAJA, percebemos haver diversos indicativos da territorialização da Agroecologia no Baixo Jaguaribe e das contribuições para a organização e participação sociopolítica camponesa. A EFA Jaguaribana e sua Associação envolvem uma articulação da comunidade onde estão inseridas, mas também de outras comunidades por elas acompanhadas, incidindo, inclusive, no campo político municipal.

Ao retornarmos às dimensões da Agroecologia, apresentadas por Machado e Machado Filho (2017), evidenciamos na atuação da AEFAJA, cujas experiências foram sistematizadas e apresentadas no quadro anterior, o atendimento ao proposto neste enfoque teórico, científico e metodológico. A figura 9 explicita as dimensões da Agroecologia e como foram contempladas no trabalho da AEFAJA.

Figura 9 - As dimensões da Agroecologia no trabalho da AEFAJA



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A Agroecologia e suas dimensão são um todo articulado, logo, quando falamos de dimensão técnica, por exemplo, já assumimos as suas interfaces com as demais. A figura acima representa a principal dimensão concatenada ao grupo de atividades, no entanto, frisamos que as

atividades podem e devem contemplar mais de uma dimensão, uma vez que se trata de um processo holístico.

A organização das Festas da Colheita e do Festival do Mugunzá, as partilhas de experiências sobre eventos como os Festivais de Sementes e o Encontro de Agricultores Experimentadores dão bons indicativos sobre a articulação da EFA em torno da retomada e da afirmação da cultura camponesa; a organização e participação em atos e eventos, como os voltados a discutir as questões relativas ao acesso a recursos hídricos na região, e os Congressos de Agroecologia e Simpósio Internacional e Nacional de Geografia Agrária, indicam sua incidência política, na resistência coletiva por direitos e na luta por Reforma Agrária, mas também no compartilhamento de saberes e conhecimentos do cotidiano e científicos, tendo a comunidade como integrante deste processo.

A distribuição de cestas básicas e de máscaras em tempos pandêmicos e a articulação em rede por meio de Fóruns e Comitês, bem como a utilização da Plenária da Câmara para denunciar a negação e a violação de direitos às populações camponesas também nos fazem refletir sobre os processos educativos e políticos visualizados na atuação da EFA Jaguaribana e da sua Associação, mas também sua dimensão ética e solidária.

Os Projetos, como a Escola de Música, a Escola Camponesa, a Educação Contextualizada contra a violência no campo, explicitam que as atividades desenvolvidas são práticas educativas que trazem o cotidiano, a cultura, a arte e o combate às opressões para discussão, num movimento que é dialógico e transformador, perpassando gerações e gêneros diversos.

Por fim, o Projeto Sementes da Vida, que objetiva melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras, o fortalecimento de sua autonomia, a segurança e soberania alimentar e nutricional “por meio do resgate, recuperação e proteção de estoques tradicionais de sementes, construção de Casas de Sementes Comunitárias, formação em Agroecologia e fortalecimento da Rede de Intercâmbio de Sementes - RIS do Vale do Jaguaribe, uma rede de troca de sementes crioulas”, o qual terá maior aprofundamento em outra seção desta tese, promove a territorialização da Agroecologia no Baixo Jaguaribe e é potencial elemento transformador da prática e do cotidiano das comunidades por ele assistidas (AEFAJA, 2021, p. 40).

A Educação do Campo, como sabemos, extrapola o ambiente físico escolar; ela imerge nas comunidades camponesas, sem subjugar-las, e contribui em seus processos de resistência, na perspectiva da mudança e da transformação social. Muda-se a escola, mas também mudam-se os sujeitos. Ao extrapolar os muros solitários do ambiente escolar, compreendemos que se extrapola a dimensão do educar e ampliam-se quem são os educandos. No dizer de Paulo Freire, tornam-se

educandos-educadores e educadores-educandos; e, neste processo, afirmamos que as comunidades também educam e se educam.

No que concerne à importância da Associação neste processo, tomamos o argumento de Borges *et al.* (2012, p. 38-39) como reflexão:

Uma Associação bem gerida e atuante, pautada nos valores democráticos de participação efetiva, viabiliza a partilha do poder educativo no CEFFA e torna o centro educativo e o próprio Projeto Político Pedagógico um espaço de debate e articulação com as forças sociais e os projetos de desenvolvimento local.

A EFA Jaguaribana, com a AEFAJA, reafirma esta discussão e traz um elemento pertinente à sua atuação em nossa região: a convivência com o semiárido, que ocorre mediante as possibilidades de os camponeses desenvolverem seus territórios, de forma sustentável, buscando a subsistência e a existência, sobre a qual poderemos dialogar melhor nas seções que seguirão.

4.3 A territorialização da Agroecologia a partir do Curso Técnico em Agropecuária

Dentre as primeiras e principais iniciativas no âmbito da EFA Jaguaribana, cabe o Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio Habilitação em Agropecuária, que se dá em regime de alternância, seguindo os preceitos da Pedagogia da Alternância, com Sessões Escolares (SE) e Familiares e Socioprofissionais (SF), adotando a seguinte distribuição de dias letivos: 12 dias de SE e 18 dias de SF, em contato com a realidade do educando.

Sua carga horária total equivale a 4.410 horas/aulas, distribuídas nos três anos do ensino médio (1º ano – 1.335h/aula; 2º ano – 1.530h/aula; 3º ano – 1.545h/aula), em 12 disciplinas da Base Nacional Comum e 21 disciplinas da Parte diversificada (Educação Profissional), todas ministradas por voluntários(as) de perfis de formação, atuação, gênero e etnia diversos.

Figura 10 - Matriz Curricular - Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé
Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio Habilitação em Agropecuária
em Regime de Alternância

ÁREAS DE CONHECIMENTO / DISCIPLINA			Carga Horária 1º ANO			Carga Horária 2º ANO			Carga Horária 3º ANO		
			SE	SF	CR	SE	SF	CR	SE	SF	CR
BASE NACIONAL COMUM	Linguagem, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	100	70	12	100	65	11	100	65	11
		Espanhol	20	10	02	20	10	02	20	10	02
		Artes Regionais	20	10	02	10	20	02	10	20	02
		Educação Física	20	10	02	20	10	02	20	10	02
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	100	65	11	100	65	11	100	65	11
		Física	40	20	04	40	20	04	40	20	04
		Química	40	20	04	40	20	04	40	20	04
		Biologia	50	25	05	50	25	05	50	25	05
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	60	30	06	60	30	06	60	30	06
		História	60	30	06	60	30	06	60	30	06
		Filosofia	20	10	02	30	15	03	30	15	03
		Sociologia	20	10	02	30	15	03	30	15	03
TOTAL DA BASE NACIONAL COMUM			560	310	58	560	325	59	560	325	59
Parte Diversificada	Inglês	10	05	01	10	05	01	10	05	01	
	Acompanhamento Personalizado	30	45	05	30	45	05	30	45	05	
TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA			40	50	06	40	50	06	40	50	06
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária	Agricultura I	50	25	05	-	-	-	-	-	-
		Zootecnia I	50	25	05	-	-	-	-	-	-
		Educação Ambiental	30	15	03	-	-	-	-	-	-
		Sociologia Rural	30	15	03	-	-	-	-	-	-
		Administração Rural	40	20	04	-	-	-	-	-	-
		Agroecologia	30	15	03	-	-	-	-	-	-
		PVFC I	20	10	02	-	-	-	-	-	-
		Práticas e Convivência com o Semi-Árido	-	-	-	20	10	02	-	-	-
		Ciência do Solo	-	-	-	30	15	03	-	-	-
		Manejo e Mecanização do Solo	-	-	-	20	10	02	-	-	-
		Produção Vegetal I	-	-	-	60	30	06	-	-	-
		Desenho e Topografia	-	-	-	30	15	03	-	-	-
		Irrigação e Drenagem	-	-	-	30	15	03	-	-	-
		Produção Animal I	-	-	-	60	30	06	-	-	-
		PVFC II	-	-	-	20	10	02	-	-	-
		Produção Vegetal II	-	-	-	-	-	-	50	25	05
		Produção Animal II	-	-	-	-	-	-	50	25	05
		Agroindústria Familiar	-	-	-	-	-	-	60	30	06
		PVFC III	-	-	-	-	-	-	60	30	06
Economia e Comercialização Agrícola	-	-	-	-	-	-	50	25	05		
Extensão Rural e Associativismo	-	-	-	-	-	-	20	10	02		
TOTAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			230	145	25	240	165	27	250	170	28
ESTÁGIO			-	-	-	-	150	10	-	150	10
TOTAL PARCIAL			830	505	89	840	690	102	850	695	103
TOTAL GERAL DO CURSO			1.335	890	89	1.530	102	102	1.545	103	103

Siglas: SE = Sessão Escolar | SF = Sessão Familiar e Socioprofissional | CR = Créditos | TE = Tempo Escola | TF = Tempo Família

Fonte: Projeto Político Pedagógico – EFA Jaguaribana (2018).

Da carga horária total do curso (4.410 horas), são 2.640 para a Base Nacional Comum, 270 para Parte Diversificada, 1.200 para a Educação Profissional e 300 para Estágio, totalizando 294 créditos (cada crédito corresponde a 15 horas/aula), distribuídos nas SE e SF. Ou seja, em conformidade com as Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo e

com o Parecer CNE/CEB 1/2006, os Tempos relativos à sessão Familiar/Socioprofissional são computados como tempo letivo.

O público-alvo consiste em até 30 jovens e adultos camponeses/as do Vale do Jaguaribe (Médio e Baixo Jaguaribe), por turma. Recentemente, a EFA formou sua segunda turma e vem possibilitando a estes sujeitos o (re)conhecer de práticas sustentáveis de agricultura e pecuária na perspectiva da Agroecologia. A figura a seguir mostra a aula inaugural do Curso Técnico em Agropecuária da EFA Jaguaribana.

Figura 11 - Aula inaugural do Curso Técnico em Agropecuária



Fonte: AEFAJA (2021).

As duas turmas do Curso Técnico em Agropecuária somavam pouco mais de 30 educandos na fase inicial, todavia, por motivos diversos, concluíram 16 (dezesseis) educandos oriundos dos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, Iracema e Potiretama, localizados na região jaguaribana.

Como vemos, os primeiros passos desse projeto institucional contra-hegemônico começam com a EFA Jaguaribana e se voltavam à formação profissional camponesa, a partir do Curso Técnico em Agropecuária. Dado o contexto pandêmico, as sessões escolares presenciais foram interrompidas e passou-se a adotar o ensino remoto emergencial. Neste momento, a

execução da Pedagogia da Alternância em sua integridade foi comprometida, cabendo a adaptação para se adequar ao contexto.

Por exemplo, em sua proposta curricular baseada na Pedagogia da Alternância, existe um componente intitulado Projeto de Vida da Família Camponesa (PVFC), que deve ser desenvolvido no decorrer do curso. O PVFC objetiva explorar as potencialidades da comunidade de origem do educando, por meio de um trabalho junto a até dez famílias ou moradores, buscando desenvolver atividades de fortalecimento do trabalho comunitário e desenvolvimento do campo. Assim, esta também se configura numa etapa em que dialogam os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos dos educandos, bem como o desenvolvimento de estratégias de convivência com o semiárido, com vistas à execução de uma proposta agroecológica.

Havia um acompanhamento aos educandos, *in loco*, no contexto do PVFC, desde a implantação do Curso Técnico em Agropecuária; todavia, com a pandemia do COVID-19 e o isolamento social, houve interrupção de atividades presenciais, as quais somente foram retomadas ao final de 2020, apenas para o acompanhamento do PVFC.

Assim, paulatinamente, à medida que as estatísticas de contaminação e mortes por Covid-19 tiveram um decréscimo no Ceará, a escola tentou retomar as experiências do Curso Técnico em Agropecuária, com o Projeto de Vida da Família Camponesa, a partir de outubro de 2020, mas manteve a programação da EFAoVivo e as aulas remotas. Algumas visitas do PVFC de que participei foram realizadas em Morada Nova e Potiretama, nas quais pude perceber os desafios da Pedagogia da Alternância frente ao contexto pandêmico, mas sobretudo frente à negação aos educandos do acesso a direitos básicos fundamentais como água e terra.

Como pesquisadores, por sermos surpreendidos com a Pandemia do COVID-19, optamos por não realizar uma análise exclusiva da Pedagogia da Alternância nesse contexto. Sendo a pesquisa algo flexível, nossa solução foi substituir a observação direta da prática da PA em perspectiva agroecológica, pelas possibilidades de trazer a Agroecologia para a prática na PA. Consideramos uma alternativa mais segura para manter a nossa integridade física e mental, bem como o rigor científico do nosso estudo. Neste sentido, o tópico a seguir trata das entrevistas com educadoras da EFA Jaguaribana.

4.3.1 “O educando traz, mas também devolve; à medida que devolve, comunica. À medida que comunica e devolve, multiplica”: entrevistas com educadoras(es).

No que tange às educadoras e educadores (5), realizamos uma entrevista *online*, a fim de sistematizar algumas questões pertinentes ao estudo em questão. Por meio de questionário no *google forms*, enfocamos questões como gênero, cor, formação, instituição vinculada, disciplina e

ano de atuação na EFA Jaguaribana, como se deu a integração à escola, desafios da prática pedagógica na pedagogia da alternância e compreensões sobre a agroecologia e suas interfaces com a prática pedagógica no curso técnico em Agropecuária.

A opção pela entrevista, no lugar da observação direta da atividade docente e da prática pedagógica desenvolvida, considerou, sobretudo, o contexto pandêmico, que limitou a execução dos instrumentos didático-pedagógicos da PA. Trabalharemos, nesta pesquisa, com as possibilidades de trazer a Agroecologia para a sua atuação no contexto da PA, o que, evidentemente, isso não impediu as(os) educadoras(es) de relatarem suas experiências.

O perfil de entrevistados foi o seguinte: quatro educadoras e um educador, sendo três autodeclaradas pretas, uma autodeclarada parda e um educador branco, com idades entre 25 e 60 anos. No que concerne às formações acadêmicas, foram diversas, conforme explicita o quadro a seguir.

Quadro 4 - Perfil das(os) educadoras(es) entrevistadas(os)

ENTREVISTADA(A)	FORMAÇÃO	DISCIPLINA MINISTRADA NA EFA	ANO DE ATUAÇÃO
Educadora 1 – mulher cisgênero, autodeclarada preta	Licenciatura em Geografia (UECE).	Sociologia Rural	2018
Educador 2 - homem cisgênero, autodeclarado branco	Graduação em Ciências Sociais (UFF); Mestrado em Antropologia (UFF); Doutorado em Andamento em Educação (UFC).	Sociologia	2018
Educadora 3 – mulher cisgênero, autodeclarada parda, mãe	Bacharelado em Agronomia (UFERSA).	Biologia e Agricultura I	2018-2019
Educadora 4 - mulher cisgênero, autodeclarada preta, mãe	Tecnologia em Saneamento ambiental e recursos hídricos (IFCE); Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Gestão e Práticas de Ensino.	Prática e convivência com o semiárido	2018
Educadora 5 - mulher cisgênero, autodeclarada preta, mãe	Licenciatura em Pedagogia; Mestrado e Doutorado em Educação (UFC).	Produção Textual e Componente Curricular: PVFC	Desde 2018

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2024).

Dentre as(os) educadoras(es) entrevistadas, uma atualmente é professora da Rede Municipal e Estadual de Jaguaribara; duas trabalham com Assistência Técnica e Extensão Rural, acompanhando projetos da EFA Jaguaribana; uma é professora aposentada da Universidade Estadual do Ceará e, desde então, também atua na coordenação da escola e um professor entrevistado atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

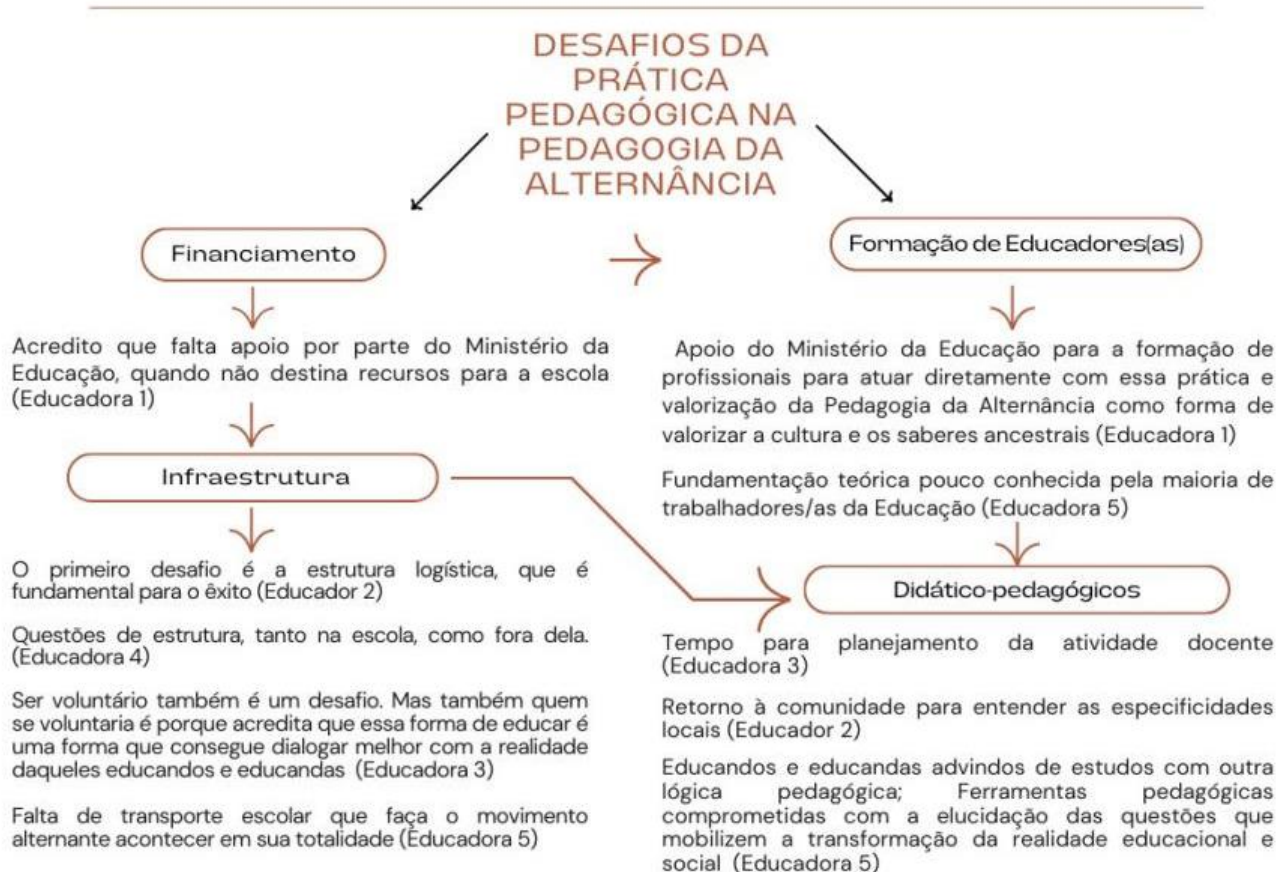
A Educadora 1 possui formação em Geografia (UECE/FAFIDAM) e ministrou a disciplina de Sociologia Rural. O Educador 2, que possui formação na área de Ciências Sociais (UFF) e, atualmente, está cursando Doutorado em Educação (UFC), trabalhou na disciplina de Sociologia. Por sua vez, a Educadora 3, bacharela em Agronomia (UFERSA), ministrou as disciplinas de Biologia e Agricultura I. Já a Educadora 4, Tecnóloga em Saneamento ambiental e recursos hídricos (IFCE) e Especialista em Gestão e Práticas de Ensino (Faculdade de Quixeramobim), ministrou a disciplina de Práticas e Convivência com o Semiárido. Por fim, a Educadora 5, Pedagoga e Doutora em Educação (UFC), era responsável pelas disciplinas de Produção Textual e Projeto de Vida da Família Camponesa – PVFC. Todas as entrevistadas atuaram na primeira turma da EFA Jaguaribana, no ano de 2018; a Educadora 3 atuou em 2018 e 2019 e a Educadora 5 está na escola desde a sua implantação.

Conheceram a escola por frentes diversas: a partir de uma aula de campo, quando cursava licenciatura na FAFIDAM/UECE (Educadora 1); mediante o diálogo com pessoas vinculadas à instituição (Educador 2 e Educadora 5); quando atuava com Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora em outra instituição (Educadora 4); por meio das redes sociais da escola (Educadora 3).

Por sua vez, integraram-se à escola pelos seguintes motivos: proximidade com a área de atuação da EFA (Educadora 1); a convite de pessoas vinculadas à escola, as quais consideraram pertinente a sua experiência em docência em Agroecologia e também por considerar importante manter interlocução com os movimentos sociais (Educador 2); por conta de sua experiência profissional como agrônoma e por ter se envolvido em projetos da agroecologia durante a graduação (Educadora 3); por gostar de trabalhar com educação e por receber o convite de pessoas ligadas à escola (Educadora 4); por ter sido convidada e por ser militante da Educação do Campo desde 2006 (Educadora 5). Como observamos, o convite e a experiência na área foram as formas mais recorrentes de fazer os educadores se integrarem, voluntariamente, à escola.

Indagada(o)s se compreendem haver desafios para a prática pedagógica na Pedagogia da Alternância, todas(os) as(os) entrevistadas(os) sinalizaram que sim. Solicitamos que apresentassem alguns desses desafios e, disso, resulta a figura a seguir.

Figura 12 - Desafios da Prática Pedagógica na Pedagogia da Alternância



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As respostas das educadoras e do educador denotam suas percepções sobre desafios da prática Pedagógica na Pedagogia da Alternância, compreendendo questões ligadas ao financiamento, que por sua vez tem impactos diretos, na infraestrutura e no campo de formação dos educadores. Este último também está intimamente vinculado aos desafios do campo didático-pedagógico.

Sobre o financiamento, destacamos ser fundamental à prática da Pedagogia da Alternância, como sinalizado pelas educadoras e pelo educador, por proporcionar o acesso a materiais didático-pedagógicos diversos que implicam numa melhor formação aos educandos ou por garantir seu traslado, acesso e permanência, alimentação e estadia; ou por assegurar remuneração a educadores, que, assim, teriam mais condições de desenvolver um trabalho de forma menos precarizada e voluntária. Isso implica em tempo de planejamento de atividades e execução dos instrumentos didático-pedagógicos, como o Plano de Estudo, as Colocações Comuns, Visitas de Estudo, Avaliação, dentre outros, os quais têm contribuições importantes para a territorialização da Agroecologia a partir da PA.

A formação inicial e/ou continuada dos educadores e educadoras das EFAs, para atuar na Pedagogia da Alternância, também foi trazida à baila como desafio à prática pedagógica. Em primeiro lugar, por ser uma fundamentação teórica ainda pouco conhecida pelos profissionais da educação (Educadora 5), ausente nos currículos de licenciaturas; e também por falta de apoio dos entes federativos no incentivo e na garantia de cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* destinado aos docentes (Educadora 1).

Alguns passos nesse sentido já foram dados no estado do Ceará, com cursos de formação continuada para educadores(as) das EFAs, a exemplo das “Oficinas Temáticas com as Escolas Família Agrícola (EFAs)” e do curso “Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido”, promovidos pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), por meio da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (CODIN), e em parceria com a Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância (CODED/CED). Trata-se de um avanço importante no tocante a aspecto, mas que precisa de continuidade e ampliação, uma vez que, assim como a garantia de infraestrutura e logística nas escolas e nas comunidades, a formação de educadores das EFAs é condição fundamental para praticar a PA (Begnami, 2003). Não obstante, conhecer a PA de forma ampliada também permitirá realizar um trabalho adaptativo com os educandos ingressantes que vêm do ensino regular, com outra visão sobre o processo de ensino-aprendizagem, arraigados em outra lógica pedagógica, como abordou a Educadora 5.

Na Pedagogia da Alternância, busca-se ação e reflexão, experimentação e síntese científica, e a comunidade é *locus* de Saberes do Cotidiano que são inseridos na formação integral do educando (Gimonet, 2007). Neste sentido, buscar formas de garantir a participação da comunidade neste processo é fundamental e imprescindível, para que se consiga chegar a uma alternância integrativa. Esta é uma das preocupações expressas pelo educador 2, quando aborda sobre o retorno à comunidade para entender as especificidades locais; este retorno se dá não apenas na alternância de tempos e espaços, mas nas implicações práticas da PA na territorialização da Agroecologia e no desenvolvimento local.

A propósito, qual a compreensão que essas Educadoras(es) têm sobre a Agroecologia? Uma indagação do questionário versava sobre esse aspecto.

Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar que o Educador 2 nos apresentou com um belo poema sobre e para a Agroecologia, de autoria de um colega seu, professor Julio Justino de Araújo (IFRN-Ipangaçu):

A Agroecologia vai além da ideologia
Os Gestores, os professores e os alunos
Precisam conhecer agroecologia

Não basta apenas a teoria
 Nem produzir com tecnologia
 A busca constante pela autonomia
 O rural merece crescer
 Atender aos princípios da sociologia
 O meio ambiente em equilíbrio e harmonia
 É isso que precisamos SER para FAZER agroecologia.
 Para FAZER Agroecologia Bem nutrido, com saúde e energia
 Planejar a produção que exceder
 Com entusiasmo e alegria
 Conhecer o mercado através da economia
 Se organizar para vender
 Satisfazer a freguesia
 É isso que precisamos SER para FAZER agroecologia.
 Para FAZER Agroecologia
 Além de estudar
 É preciso respeitar as questões raciais, etnias, costumes e a cultura popular
 É preciso pesquisar para poder inovar
 Diversificar, vivenciar e praticar
 Para poder acreditar
 É isso que precisamos FAZER

O poema em tela sistematiza e sintetiza uma visão ampliada da Agroecologia, considerando-a como ciência, estilo de vida e de produção e movimento político, tal como as educadoras e o educador entrevistados o fizeram.

A Educadora 1 vai na compreensão da Agroecologia como “um modelo de produção baseado no uso sustentável dos recursos naturais”. O Educador 2 ressalta outro aspecto: “Agroecologia como um movimento técnico-científico interdisciplinar que horizontaliza a tradição camponesa e o saber popular dos povos do campo”. Em ambos, há uma leitura bastante aproximada da visão de Caporal (2011) e Caporal e Costabeber (2009), que a definem, primeiramente, como um enfoque científico, o qual visa estabelecer bases para a “construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável”. O Educador 2 ainda salienta outro ponto pertinente: na Agroecologia, “aplica-se uma análise e sistematização em ações, técnicas, manejos, usos sustentáveis do solo, dentro de um contexto de escutar a ancestralidade e a tradição para realizar o movimento dialético de beneficiar a Ciência com esses saberes populares”.

Ou seja, partindo de uma compreensão alargada da Agroecologia, ancorada nos autores supracitados e em Machado e Machado Filho (2017), Guhur e Silva (2022) e Leff (2002), identificamo-la como algo que vai além da adoção de técnicas para a produção. Não que a técnica seja algo desprezado; pelo contrário, ela é essencial. No entanto, tratam-se de técnicas sustentáveis e uma construção em diálogo com os saberes das populações camponesas, quilombolas e indígenas, que já praticam Agroecologia, fundamentalmente como estilo de vida e movimento político.

Para a engenheira agrônoma, pesquisadora e professora universitária austríaca radicada no Brasil, Ana Primavesi, a Agroecologia se orienta pelo seguinte pilar: “Trabalhar a agricultura de forma sustentável, ou seja, ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável”. Deste modo, quando falamos de Agroecologia, também falamos de luta de classes e eliminação das desigualdades sociais para a construção de uma sociedade com justiça social e eliminação das opressões, ou seja, a Agroecologia como estilo de vida e movimento político. Isso vai ao encontro do que expressam as Educadoras 3 e 4:

Agroecologia pra mim vai além de um processo produtivo, onde se produz alimentos sem veneno. Ela é um estilo de vida, é uma filosofia, é um movimento que traz dentro desse movimento **muitas bandeiras de luta, como o feminismo, juventudes, acesso à água, luta contra os agrotóxicos, contra o racismo, soberania alimentar, saúde, Reforma Agrária, defesa da terra e dos territórios camponeses, quilombolas e indígenas, comunicação popular, e outros. É um processo de luta**, um movimento de luta em defesa de vida digna para os povos, comunidades e para as cidades também (Educadora 3 – entrevista realizada em 07 de dezembro de 2023, grifos nossos).

Agroecologia é mudança no campo. Aqueles termos: “**sem feminismo não há agroecologia**”, “**sem combate ao racismo não existe agroecologia**”, “**sem juventude não existe agroecologia**”, “**com agrotóxico não há agroecologia**”, **são esses pilares que a gente a todo momento tem que ir na fonte beber, porque nós somos resistência**, (re-re)existência, porque a gente tá resistindo e resistindo novamente. Porque a todo momento nos é posto isso: “Olha, você tem que mudar de ramo, sair de Agroecologia, porque você tá dando murro em ponta de faca, vocês são poucos, o mundo vai te engolir, o agronegócio vai te engolir, cuidado porque é perigoso você trabalhar com Agroecologia num território como o nosso, onde as pessoas resolvem no assassinato. Assassnam ambientalistas, assassinam pessoas que lutam pela agroecologia. Então você vive eternamente com medo. Não é a forma mais fácil, mas é a forma com que a gente se identifica, e é a nossa essência. Eu não tenho como fugir disso, eu não consigo fugir disso, na verdade (Educadora 4 – entrevista realizada em 28 de julho de 2023, grifos nossos).

A produção livre de agrotóxicos é um mote, um elo entre os grupos sociais com interesse em comum em torno da Agroecologia. Trata-se, portanto, de um ponto de partida. Mas não se resume a isso. Nas dimensões e princípios da Agroecologia mira-se, também, na valorização da cultura local, no equilíbrio ecológico, na soberania alimentar, na luta contra as opressões, quaisquer que sejam, na geração de renda, na participação sociopolítica e cidadã, dentre outros. Pressupõe-se um movimento que considera dimensões éticas, humanas, políticas, sociais e culturais, condições *sine qua non* para o êxito nos processos de transição agroecológica nos territórios.

As Educadoras 3 e 4 ainda destacam um ponto pertinente: a Agroecologia e sua interface com a Reforma Agrária e com a luta contra a violência no campo. Se tomarmos como referência o território de atuação da EFA Jaguaribana, veremos o quão árdua e, por vezes, dolorosa é a resistência para a existência camponesas, quando se assiste a comunidades sendo engolidas por empreendimentos agrícolas vinculados ao capital transnacional na Chapada do Apodi, numa

manifestação explícita da hegemonia do Agronegócio e da urgência da Agroecologia em defesa dos territórios camponeses.

Realizar essa análise, considerando tal aspecto, não se trata de polarizar a discussão, uma vez que polarização subentende colocar em igualdade de diálogo e de ação lados opostos. Isso não pode ser possível, se a realidade denota que a existência de empresas do Agronegócio promove o sufocamento de comunidades camponesas, impelindo-as a buscar formas de organização para a resistência ativa em defesa de seus territórios. A Agroecologia e a Pedagogia da Alternância, enviesadas pela Educação do Campo, são fundamentais para animar as comunidades em torno deste intuito de superação.

A Educadora 5 sintetiza as compreensões das(os) demais educadoras(es) quando define a Agroecologia como: “Ciência guardiã da vida comunitária e justiça social, de relações sociais respeitadas e da saúde baseada na alimentação saudável e na criatividade artística e filosófica”. Construir a transição Agroecológica é uma tarefa deveras desgastante, por colocar os sujeitos envolvidos em contato direto com o medo e a ameaça. Como pudemos presenciar em Limoeiro do Norte e em tantos outros municípios, tem sido crescente a violência no campo e o extermínio de lideranças comunitárias que tentavam construir esse mundo novo ou retomar práticas ancestrais diversas. A resistência camponesa é um esperar criativo nesse contexto – isso será retomado em seções posteriores desta tese; é a essência de quem pratica a Agroecologia, tal como ver uma escola reclamar a importância desses saberes e dessas vivências comunitárias para a mudança social.

Mesmo diante destes desafios, há possibilidades de abordar temáticas referentes à Agroecologia nas disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária? Esta foi outra questão abordada na entrevista, à qual todas(os) as(os) educadoras(es) responderam que sim. Antes de adentrar nessa parte, convém retomar um assunto.

Como vimos no tópico sobre a Pedagogia da Alternância na atualidade, a PA é composta por instrumentos didático-pedagógicos diversos, que, concatenados, constituem um modelo pedagógico de formação integral para a juventude camponesa, alternando momentos formativos nas comunidades e na escola. Uma Pedagogia da experiência, ativa e da complexidade, que permite partir do particular, buscando as suas conexões com o geral e pensando em implicações práticas no cotidiano das comunidades.

Um desses instrumentos é o Plano de Estudo (PE), que segundo Duffaure (2006, p. 37):

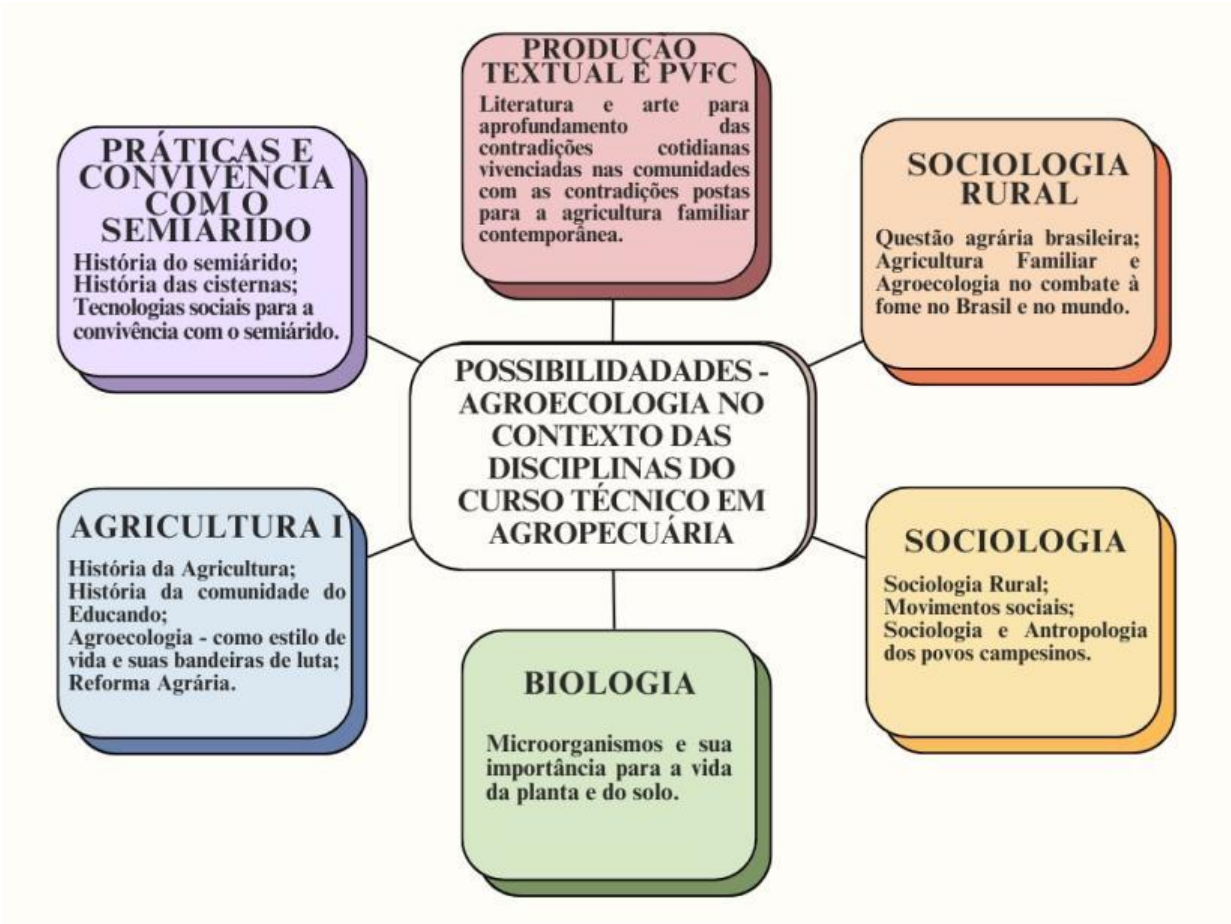
[...] é o instrumento de trabalho elaborado de forma conjunta entre jovens e monitores, que o jovem leva da MFR para sua residência, com o intuito de aprofundar e trabalhar com temas vinculados a sua realidade socioprofissional. Desta maneira, a partir da

interrogação de seus familiares durante a sua vivência familiar, o plano deveria provocar a observação e a investigação, levando o jovem a analisar sua realidade e refletir sobre: por que, como, onde, quando. É, portanto, um apelo para o jovem refletir sobre a sua realidade, expressando suas descobertas.

Grosso modo, o PE consiste em um guia/roteiro de pesquisa preparado pelos professores (monitores) e pelos educandos (alternantes), a partir de temas geradores diversos, definidos em coletivo com os sujeitos que compõem a Escola Família Agrícola, desenvolvido na sessão familiar e socioprofissional (família ou no meio profissional) e socializado no retorno à escola, durante a etapa de Colocação Comum.

Pensando na atuação das(os) educadores(as), solicitamos que dessem, ao menos, um exemplo de como trazer a Agroecologia para as suas disciplinas e reconhecemos aproximações e possibilidades dentro da dinâmica dos Planos de Estudo.

Figura 13 - Possibilidades de abordar temáticas referentes à agroecologia nas disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Compreendemos que essas possibilidades elencadas pelas educadoras e pelo educador, no âmbito do PE, são resultado não apenas de suas áreas de formação, mas também de suas

experiências na docência, suas visões de mundo e de sociedade e, consequentemente, da leitura que fazem sobre a Agroecologia. Assim, as possibilidades que ora tratamos neste trabalho podem ser revertidas em temas geradores para experiências futuras na EFA Jaguaribana e se replicarem em outras disciplinas ou de modo interdisciplinar.

Nas disciplinas de Sociologia Rural (Educadora 1), Sociologia (Educador 2), Agricultura I (Educadora 3) e Práticas de Convivência com o Semiárido (Educadora 4), por exemplo, temáticas como a Questão Agrária, Agricultura Familiar e Camponesa, Soberania Alimentar (e a questão do combate à fome), História da Agricultura, do Semiárido – das Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido -, da Reforma Agrária e da Agroecologia podem se constituir como temas geradores dos Planos de Estudo, a fim de localizar como foram se constituindo em paralelo à História Social do Campesinato e das comunidades camponesas do Vale do Jaguaribe.

Na disciplina de Biologia, como abordou a Educadora 3, pode-se discutir os microorganismos e sua importância para a vida da planta e do solo, implicando, por exemplo, na fertilidade e renovação natural do solo, no equilíbrio ecológico, aumento da biodiversidade, dentre outros. Por sua vez, a Educadora 5 destacou a Literatura e a Arte para aprofundamento das contradições cotidianas vivenciadas nas comunidades com as contradições postas para a agricultura familiar contemporânea, a partir da disciplina de Produção Textual. Um trabalho que pode ser feito como leitura do mundo, da palavra e construção de uma escrita crítica sobre a realidade na qual estão inseridos.

Para além do PE, essas possibilidades podem ser exploradas no âmbito do Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPVJ) ou, como denominado na EFA Jaguaribana, o Projeto de Vida da Família Camponesa. O PVFC é desenvolvido pelo alternante ao longo de seu processo formativo, com base nas suas experiências, aprendizados e constatações adquiridos em contato com o meio e com a escola; consiste na construção coletiva (alternante, família, comunidade e escola) de um projeto de intervenção que pode ser aplicado, por exemplo, na comunidade do educando. Ou seja, o PVFC tem implicações práticas no cotidiano das comunidades, como aborda Gimonet (2007).

Fraga (2019) destaca que a atual nomenclatura do PVFC compreende, de forma crítica, um sentido integrador educando-família-comunidade; não à toa, pois como os referenciais pertinentes ao campesinato destacam, a unidade familiar é fundamental para a reprodução social desta classe. Logo, o PVFC não deve ser apenas do educando, e se assim o fosse, assumiria o risco de desenvolver práticas solitárias, por vezes descontextualizadas e não aproximadas do seu cotidiano e, consequentemente, da comunidade e da Educação do Campo.

Outros estudos podem focalizar e aprofundar melhor as questões concernentes à Pedagogia da Alternância, no que concerne à execução dos instrumentos didático-pedagógicos para a territorialização da Agroecologia.

A propósito, dando prosseguimento à entrevista, indagamos sobre as contribuições da EFA Jaguaribana para a territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. A Educadora 1 destacou três pontos pertinentes a isso. A primeira é considerar “[...] a EFA [...] como uma das principais estratégias de convivência com o semiárido”, por ir de encontro à perspectiva de combate à seca, garantindo às populações camponesas, formas de aprender a conviver com ela, a partir da formação em diversos aspectos. Não obstante, ressalta a importância da EFA para a valorização das nossas raízes, cultura e respeito à ancestralidade nordestina.

A Educadora 5 também tratou da EFA Jaguaribana como estratégia para a territorialização da Agroecologia, sob outro olhar.

A abertura de uma Escola do Campo em si é uma grande estratégia. A AEFAJA com seus projetos para além dos muros escolares, com os manejos das casas de sementes, casas de vegetação, incentivo à preservação de polinizadores da Caatinga; Atividades sócio-culturais que acompanham todos os projetos e atividades comunitárias da AEFAJA; articulação com outras instituições que defendem a agroecologia (Educadora 5, entrevista realizada em 29 de novembro de 2023).

A representação da Educadora 5 trata de análise ampliada sobre a atuação da EFA Jaguaribana e da Associação, considerando elementos concernentes ao Curso Técnico em Agropecuária e aos projetos desenvolvidos em comunidades camponesas do Vale do Jaguaribe, como o Sementes da Vida, Quintais de saberes e sabores do semiárido, Mulheres camponesas e quilombolas do Vale do Jaguaribe, Assistência Técnica e Extensão Rural e Sementes crioulas, agrofloresta e sustentabilidade no ambiente semiárido. Estas diversas frentes da EFA têm sido imprescindíveis para promover a transição agroecológica nos territórios de sua atuação e terão aprofundamento em outras seções desta tese.

O Educador 2 e a Educadora 4 destacaram, dentre outras questões, como a EFA constitui uma rede em torno da defesa da Agroecologia:

[...] a EFA é de suma importância para o fortalecimento de uma rede de pesquisadores e estudantes engajados em movimentos como o MST, Pastorais, sempre em diálogo com a comunidade e com a Universidade, neste caso, o IFCE de Tabuleiro e Limoeiro (Educador 2, entrevista realizada em 8 de novembro de 2023).

Ela é de grande importância dentro dessa territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe, claro que contando com as parcerias de instituições da área técnica, como o Instituto Brotar, a Cáritas Diocesana e a COMTACTE, como as instituições de ensino – IFCE, FAFIDAM (Educadora 3 – entrevista realizada em 07 de dezembro de 2023).

As afirmações ora apresentadas denotam como, para os entrevistados, é importante a atuação da EFA Jaguaribana com vistas à territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe, que evidentemente, trata-se de uma territorialização camponesa e em rede, a qual pressupõe a resistência ativa e nunca solitária. O diálogo e ação junto a movimentos sociais, à Academia e a setores ligados à Igreja Católica – a exemplo da Cáritas Diocesana – tem sido fundamental para garantir a animação das comunidades para a organização e a participação sociopolítica camponesas, a partilha de saberes e experiências nos territórios, buscando incidir, também, no campo das políticas públicas.

Já a Educadora 4 considera a EFA pioneira na territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe:

Ouso dizer que a EFA é pioneira nisso, em trazer a questão da agroecologia pra região, essa territorialização da Agroecologia. Porque, até então, desenvolver Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido está dentro, faz parte da Agroecologia. A EFA veio para buscar junto às famílias. Porque elas fazem agroecologia, tem família que já faz agroecologia antes de conhecer a EFA. Elas são agroecológicas. Mas aí para se reconhecer como família que está trabalhando com Agroecologia, que está desenvolvendo projetos agroecológicos nas comunidades, é necessário um processo educativo (Educadora 4 – entrevista realizada em 28 de julho de 2023).

Em sua fala, ressalta a dinâmica educativa em torno do processo de territorialização da Agroecologia pela EFA Jaguaribana e como isto implica na conformação e no reconhecimento como camponeses que trabalham de forma agroecológica. A Educadora 4 ainda fez uma observação deveras pertinente sobre a dinâmica de atuação da PA e como a mesma contribui para a territorialização da Agroecologia.

Eu considero a EFA instrumento disso, de multiplicar, de territorializar. Quando **um educando vem pra EFA, um filho de agricultor, de agricultora, ele traz em si uma bagagem de vivência lá do seu quintal e se propõe a elaborar um projeto, um plano de ação na sua comunidade.** E ele traz a ideia do que fazer, eu já considero que parte daí. Você traz a sua vivência e, a partir desse momento, você consegue jogar pro mundo o que você sabe. **A gente começa a desenvolver com aquele educando um projeto e alguém lá da comunidade olha pra aquele jovem, vê aquilo ali, chega até lá, vai perguntar: “Ei, o que é isso mesmo que você tá fazendo? Onde você aprendeu?”. E esse jovem comunica que foi na EFA, que ele é estudante, fala o que é a EFA, ali já se multiplica. O educando traz, mas também ele devolve; na medida que ele devolve, ele comunica. Na medida que comunica e devolve, também multiplica. E isso é territorialização da agroecologia, ir além do espaço físico, ir pra rede, ampliar o que esse grupo social pensa e constrói.** A agroecologia contempla muitas vertentes. Você consegue perceber que **a EFA, em seu corpo de educandos, se constituem pessoas que estão debatendo agroecologia, feminismo, luta de classes em outros espaços e foi a partir, sim, dessa educação na escola, na pedagogia da alternância** (Educadora 4, entrevista realizada em 28 de julho de 2023, grifos nossos).

Embora extenso, o trecho transcrito da entrevista da Educadora 4 é bastante elucidativo e conclusivo sobre como promover uma junção entre a PA e a Agroecologia, enviesadas pela Educação do Campo. Observar os educandos e educandas como multiplicadores do conhecimento adquirido na escola e refletido no contato com a comunidade ou vice-versa é acreditar na função social de uma escola do campo, que é, dentre outras coisas, o diálogo de saberes e o respeito à ancestralidade, o desenvolvimento local sustentável e a construção de um outro projeto de sociedade e, conseqüentemente, de campo.

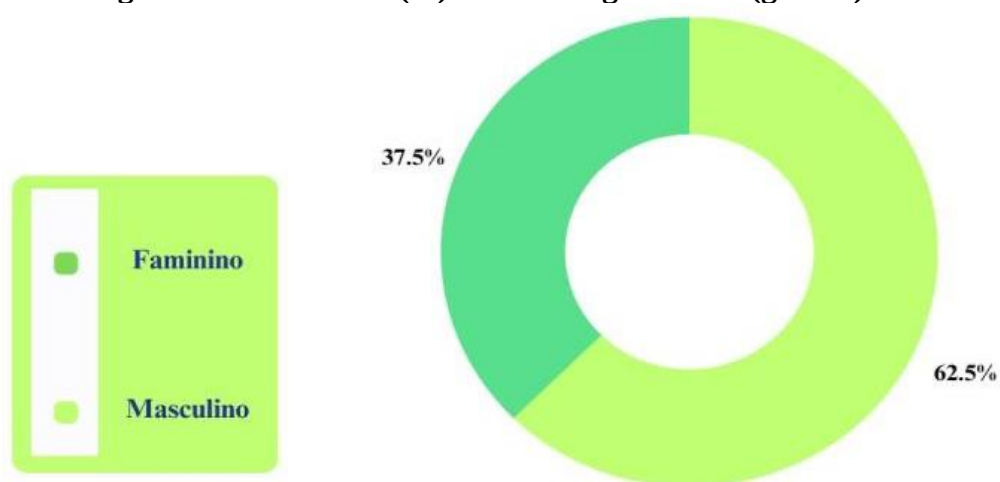
Concordamos com todas as avaliações das educadoras e do educador sobre a importância da EFA Jaguaribana para a territorialização da Agroecologia e percebemos haver significativas aproximações com os princípios e pilares dos CEFFAs, expressos por Gimonet (2007) e Begnami (2019). As questões ora focalizadas serão objeto de aprofundamento em outras seções desta tese. Assim, no próximo tópico, prosseguiremos com a análise das implicações da atuação da EFA Jaguaribana para os educandos.

4.3.2 “Quero um dia ser doutora, a primeira formada de toda minha família. Fiz da EFA meu laboratório”: entrevistas com egressos

A EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé já formou duas turmas, a saber: Asa Branca, iniciada em 2018, e a Turma Mandacaru, iniciada em 2019; as duas turmas somavam 16 (dezesesseis) educandos(as). Por questões de ordem de infraestrutura e logística e de reconhecimento junto ao Estado, acrescidas dos impactos da Pandemia do COVID-19 no cotidiano da escola e da Pedagogia da Alternância, a conclusão do curso pelas duas turmas ocorreu em 2022.

Um perfil básico dos educandos, considerando gênero e residência, traz dados importantes:

Figura 14 - Educandos(as) da EFA Jaguaribana (gênero)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Caatinga Grande, Serrote do Mato e Zona Urbana de Potiretama. Nas palavras de Maia, Lemos e Andrade (2024, p. 94-95):

É ampla a diversidade de aprendizados de educandas e educandos na EFA, no que se refere: à educação proposta pela escola; aos conteúdos dos momentos de ensino-aprendizagem; às vivências da Pedagogia da Alternância; às diferenças de idades; aos municípios de origem de quem lá aprende e ensina, bem como às experiências anteriores de cada sujeito.

Como também evidenciado nessa pesquisa, trata-se de um público diverso, dos pontos de vista de gênero e residência. Sobre o aspecto etário, identificamos que os(as) educandos(as) não são apenas adolescentes ou jovens adultos; parte destes são adultos, com famílias constituídas. Para fins desta pesquisa, tomando como critério a disponibilidade à participação, selecionamos egressos de dois (2) dos cinco (5) municípios alcançados pela EFA Jaguaribana, conforme o quadro a seguir.

Quadro 5 - Perfil dos egressos entrevistados

ENTREVISTADO	MUNICÍPIO	FORMAÇÃO
Egresso 1	Potiretama	Curso Técnico em Agropecuária (EFA Jaguaribana)
Egressa 2	Limoeiro do Norte	Curso Técnico em Agropecuária (EFA Jaguaribana) Licenciatura em Pedagogia em Andamento (FAFIDAM/UECE)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Adotamos os seguintes pseudônimos para identificá-los: egresso 1 e egressa 2. A disposição de apresentação dos entrevistados, no quadro acima, respeitou a ordem de realização das entrevistas.

O **egresso 1 (E1)** tem 25 anos, é homem cisgênero, autodeclarado branco, natural e residente em Potiretama; a **egressa 2 (E2)** tem 36 anos, é mulher cisgênero, autodeclarada preta, mãe, natural de Potiretama e residente em Limoeiro do Norte, já foi agente Cáritas e atualmente é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, acampada no Acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi e cursa Pedagogia na FAFIDAM/UECE e integrante do Laboratório de Estudos da Educação do Campo.

Outras informações pertinentes são:

- Os egressos 1 e 2 conheceram a EFA através de amigos, sendo que o E1 escolheu cursar o técnico também por influência de amigos e E2 “por ter a oportunidade de aprender para trabalhar na terra e colocá-la em primeiro lugar”, visão que sustenta em decorrência de sua trajetória como militante do MST;

- Todos os egressos entrevistados atuam na agricultura familiar e camponesa, em níveis e territórios diferentes.

Conforme Alentejano (2020), a Agroecologia tem se tornado uma referência pedagógica para a Educação do Campo. Como tal, em nosso entendimento, há capacidade de repercussões em campos diversos, quais sejam: nos territórios camponeses, na formação dos educandos ou no cotidiano de suas comunidades. Assim, a primeira pergunta do questionário versava acerca das compreensões dos egressos sobre o significado da Agroecologia e sua importância para os territórios camponeses, das quais destacamos pontos pertinentes:

A agroecologia é **preservação da natureza**. Ela é importante para os territórios camponeses, pois **preza preservar a natureza, sem fazer o uso de defensivos químicos, evita o uso de alguns maquinários para não compactar o solo**, mantém alguns **costumes tradicionais**, entre outras coisas. Com isso **a agroecologia ajuda a sociedade em todos os quesitos, como na saúde, cultural e social** (E1 – entrevista realizada em 26 de setembro de 2023, grifos nossos).

O Egresso 1 traz em sua compreensão sobre a Agroecologia a importância do desenvolvimento sustentável, sendo a preservação do meio ambiente um desses caminhos. Em sua abordagem também destaca um mote bastante significativo da Agroecologia, o qual consegue aglutinar diversos sujeitos e territórios nesse interesse comum: o não uso de agrotóxicos na produção e o trato do solo, a partir de maquinários que facilitem a implantação de agroecossistemas. Quando se fala em Agroecologia, a perspectiva de superação do uso de agrotóxicos na produção é algo que contribui para simbolizar e visualizar esse horizonte de possibilidades para o desenvolvimento sustentável, focalizando questões como a saúde e a preservação do meio ambiente.

De forma complementar, a compreensão de E2 sobre a Agroecologia denota algo bastante pertinente sobre o processo de transição agroecológica, por ela considerado vida, respeito e construção social – em nosso entendimento, mudança ou transformação social. A participação popular nesse processo é algo significativo para a Agroecologia. Quem vai participar? Quem vai construí-lo?

Agroecologia é **vida**, respeito para com todas as vidas. **Não é apenas um termo, nem uma forma de produção, é também a luta contra o machismo, o racismo, a LGBTfobia**; é respeito, então ela traz uma perspectiva de uma **outra construção social, traz novas personagens e novas histórias com valorização e qualificação**. Ainda temos muito a avançar [no campo], e **agroecologia é o caminho** (E2 – entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, grifos nossos).

O destaque ora apresentado remete aos sujeitos do campo, que não cabem apenas no homem branco, cisgênero, heterossexual e provedor. A agroecologia também é feita por mulheres, cis ou transgênero, de raças/etnias e orientação sexual diversas.

Com efeito, o olhar deste pesquisador para o território jaguaribano permite inferir que, para além da imersão da EFA Jaguaribana, há outras instituições e movimentos, cuja articulação feminina perpassa e fortalece a Agroecologia. Citamos, a título de informação, a experiência da CSA – Comunidades que Sustentam a Agricultura –, vinculada à Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, ainda pouco explorada em estudos acadêmico-científicos, e o Grupo de Mulheres Mãos que Criam, do Acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte, do qual E2 participa veementemente. A primeira, voltada à compra e à venda de produtos oriundos de territórios camponeses da Chapada do Apodi de Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte; a segunda, vinculada à organização feminina no contexto da Reforma Agrária. O ponto de encontro entre as duas experiências está na transição agroecológica que vem ocorrendo em territórios camponeses da Chapada do Apodi e na participação majoritariamente feminina em sua execução.

Segundo Carvalho, Silva e Barbosa (2020), o Grupo Mãos que Criam é um exemplo desta articulação que permite aprendizados e insurgências femininas no contexto de luta pela terra. Ainda no tocante a esse aspecto, Carvalho *et al.* (2021, p. 110) ressaltam: “Na perspectiva de transição agroecológica, algumas mulheres do Acampamento iniciaram seus quintais produtivos. À medida que se organizaram nas atividades produtivas, elas também passaram a participar das instâncias organizativas do Acampamento, como coletivos da coordenação e dos núcleos de base, assim como na luta pela posse da terra”. Ou seja, a luta em defesa da Reforma Agrária ocorre paulatinamente à superação das opressões de gênero, o que não se dá sem contradições.

A respeito dessa relação entre mulheres e Agroecologia, Siliprandi (2009, p. 09) destaca:

Essas mulheres, apesar das suas distintas origens e prioridades, vêm construindo identidades comuns enquanto agricultoras e militantes dos movimentos de mulheres, que têm como base o seu engajamento em ações questionadoras das desigualdades de gênero no meio rural e do modelo produtivo destruidor do meio ambiente. Sendo agricultoras familiares, estão submersas em realidades opressivas desde o interior das famílias, vivendo as contradições de buscar questionar aquele modelo produtivo e de organização familiar, ao mesmo tempo em que lutam também para a sua reprodução – exatamente porque o consideram o mais justo e adequado para um desenvolvimento rural equilibrado e equitativo.

Ancorados na visão de Siliprandi (2009), compreendemos que a Agroecologia, sendo ponto de encontro e de articulação de mulheres em defesa dos territórios camponeses, também coaduna-se com a contestação do patriarcado. A resistência em torno da construção de outro projeto de sociedade e, por consequência, de campo perpassa essa luta contra quaisquer formas de

opressão que se manifestem, de modo a instigar uma práxis, um agir questionador, que não se sustenta se não houver a participação e a organização sociopolítica das mulheres camponesas. Isso dialoga, significativamente, com as dimensões política e social da Agroecologia.

Dentre os egressos, embora todos atuem de alguma forma na agricultura, o E1 atualmente reside na zona urbana de Potiretama e desenvolve atividades na Secretaria Municipal de Esportes. Ao ser indagado sobre as contribuições da EFA Jaguaribana para a sua prática profissional, o destaque de E1 é: “A EFA transforma pessoas, com a Pedagogia da Alternância aprendemos desde o básico, como "simples" atividades domésticas, como também nos ensinou a ser excelentes profissionais, que sabem ouvir o outro [*agricultor/camponês*] e construir possibilidades no campo” (E1 – entrevista realizada em 26 de setembro de 2023, grifos nossos).

Questões como a partilha de responsabilidades na escola, a exemplo das atividades domésticas e cuidados com o próprio prédio escolar, são importantes para o convívio em sociedade e foram replicadas pelos educandos em seus lares, fato diversas vezes ressaltados por pais e/ou responsáveis ao núcleo pedagógico da EFA; ou questões relativas ao exercício da profissão e ao diálogo de saberes, para a construção de alternativas de desenvolvimento rural sustentável, foram destacadas pelo Egresso 1 em sua entrevista como pertinentes de destaque. Deste modo, compreendemos que se focaliza a formação humana, ética e solidária, como contribuição da EFA para sua atuação profissional e para além dela.

E1 também destacou contribuições da EFA Jaguaribana para a sua comunidade, localizada na zona rural de Potiretama: “[...] A EFA, junto com a Cáritas [*Diocesana de Limoeiro do Norte*], vem desenvolvendo excelentes trabalhos nas comunidades onde eu morava, como Casas de Sementes, Bio-água e alguns eventos como por exemplo a festa da colheita” (E1 – entrevista realizada em 26 de setembro de 2023, grifos nossos). O recorte de E1, como podemos perceber, vai para atividades dos projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana, como o Sementes da Vida, que promove a construção de Casas de Sementes Crioulas em 16 comunidades camponesas do Vale do Jaguaribe - sendo uma destas em Potiretama - e a retomada de uma prática comum nos nossos territórios, que é a conservação e distribuição de sementes crioulas entre os camponeses.

Da relação escola-comunidade ora destacada, construída na atuação da EFA, ressaltamos algumas características:

1 – Não é solitária e envolve, para além da comunidade, instituições como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, que desenvolve atividades em territórios camponeses, a partir de Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido Nordestino, dentre elas, o Bioágua, que permite o reuso

de águas “cinzas” – águas residuais, após uso doméstico, como de lavagem de louças, roupas e do banho.

2 - Transcende a ideia de currículo escolar, mediante projetos diversificados, a exemplo do Sementes da Vida, os quais serão aprofundados em outra seção desta tese.

3- É implicada no fortalecimento da ancestralidade e da cultura local. Exemplo disto, as Festas da Colheita, organizadas junto à Cáritas Diocesana e às Comunidades, questão que também será aprofundada em outra seção desta tese, focalizando a dimensão educativa desta atividade.

Por sua vez, a Egressa 2, militante do MST, destaca como contribuições da EFA Jaguaribana à sua atuação profissional, “[...] os conhecimentos acerca da Agroecologia, a forma de me[se] relacionar com o mundo e com o meu[seu] território, o olhar mais crítico sobre o agronegócio e uma compreensão sobre a questão agrária” (E2 – entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, grifos nossos). E2 dialoga com questões ligadas mais diretamente ao cotidiano da luta pela Reforma Agrária e à Agroecologia como superação ao *modus operandi* do Agronegócio. Acampada no Acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi, visualiza o campo como *lócus* de possibilidade de residência, resistência e reexistência.

Sua fala é atravessada pela leitura de um mundo, seu mundo, um território de conflitos e de resistência camponesa. Para ela, as contribuições da EFA Jaguaribana à sua comunidade são no sentido educativo da luta - seja formal ou não formal. Como escola, sua imersão também se dá “[...] na luta pelo acesso à água e à terra; já que passa [*extrapola*] as paredes da escola, traz novos sonhos para esta” (E2 – entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, grifos nossos). Devemos ressaltar que as problemáticas do acesso à água e à terra são representativas para as populações camponesas da Chapada do Apodi, as quais padecem com a expropriação destes direitos, em razão de um fortalecimento, por vias do Estado, do Agronegócio. Por isso, a ênfase de E2 sobre as contribuições da EFA Jaguaribana à sua comunidade considera estas problemáticas, que são presentes em diversas ações coletivas do Acampamento, como atos políticos, assembleias, ocupações, dentre outras.

A Egressa 2 ainda complementa: “A Educação no Campo tem um papel fundamental da existência de nossas comunidades” (E2 – entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, grifos nossos). Aqui lembramos a música de Construtores do Futuro, de Gilvan Santos, que tem um sentido político bastante significativo, quando se trata de Educação do Campo: “Eu quero uma escola do campo/ Que não tenha cercas que não tenha muros/ Onde iremos aprender/ A sermos construtores do futuro”. A escola do campo não cabe nos limites de quatro paredes da sala de aula ou do prédio escolar. Ela se constroi, também, na luta junto à comunidade, em seus processos de

organização coletiva e de participação popular. Daí as interrelações entre o formal e o não formal destacadas por E2.

Essa característica de uma escola do campo e sua problemática em torno da defesa Reforma Agrária tem sido frente de atuação da EFA Jaguaribana, seja na articulação em fóruns estaduais ou na resistência coletiva junto ao Acampamento Zé Maria do Tomé, onde está a egressa 2. Como ressalta Alentejano (2020, p. 36), sobre a educação do campo, trata-se de uma “[...] educação pensada para e a partir das populações do campo, suas lutas, sua cultura, suas formas de organização social”, que, deste modo, não se descola da realidade do território, de suas contradições, denúncias e anúncios. Muito pelo contrário, estes são trazidos à reflexão, com vistas a buscar formas de superação de desafios, de modo articulado e com participação social.

No tocante às contribuições da formação dos egressos do curso Técnico em Agropecuária para o fortalecimento ou construção da agroecologia em territórios camponeses, as respostas consideraram as seguintes repercussões, pontuais ou contínuas:

- Distribuição de mudinhas de plantas em comunidades camponesas;
- Aprendizado e conhecimentos na produção e na vivência, formas de cultivar e repelir insetos;
- Quem são os sujeitos do processo (homens e mulheres de idades, identidades e orientações sexuais, cores e etnias diversas).

O próximo enfoque do questionário era mais subjetivo. Tratamos de: sonho ou desejo que pretende realizar; se pode ser realizado na sua comunidade e as contribuições da EFA Jaguaribana para isso.

O egresso 1 destaca o desejo de por em prática o que aprendeu na EFA e construir uma agroflorestal em sua propriedade familiar, na zona rural de Potiretama: “Já tenho um local para iniciar, mas não tive como ainda. As contribuições da EFA foram excelentes para isso, principalmente as aulas sobre agricultura sintrópica com Alexandre Caique” (E1 – entrevista realizada em 26 de setembro de 2023). Um sonho construído, também, em comunidade.

Já a egressa 2 destaca sonhos a serem construídos de forma individual e coletiva.

São muitos e talvez muito distantes. **Sonhar com um mundo mais solidário e humano.** Enquanto não alcançamos, **sonho com a ocupação do saber, que nossas populações tenham direito a aprender, a serem doutores.** Meu sonho particular é **concluir a faculdade**, mas não quero parar. **Quero um dia ser doutora, a primeira formada de toda minha família.** Quero me especializar e **trabalhar com EJA**, para poder **ajudar aqueles que assim como eu viram seu sonho de estudar ser arrancado.** A EFA me proporcionou me preparar para um vestibular, me proporcionou acreditar e com ajuda de um anjo [*referência a um amigo*], que tanto amo, hoje sou universitária. Então **fiz da EFA meu laboratório, pois há muitos anos estava fora da sala de aula** (E2 - entrevista realizada em 24 de outubro de 2023, grifos nossos).

Os sonhos da egressa 2 perpassam a transformação ou a mudança social, o acesso a direitos sociais básicos, a exemplo do acesso, por ela e por outros, à educação escolar básica e ao ensino superior, bem como o respeito aos saberes populares e à sua ancestralidade. Fazer da EFA seu laboratório também significa levar para a sua vida social, as vivências e aprendizados a que teve acesso na escola, nas comunidades e no cotidiano de lutas e de resistência.

Na perspectiva da Educação do Campo, a garantia de escolarização básica e superior em seus territórios possibilitaria maior inserção destes sujeitos e, consequentemente, maior experimentação de experiências voltadas ao desenvolvimento local, por meio do trabalho familiar. Neste sentido, indagamos aos entrevistados se desejavam prosseguir os estudos, desta vez no ensino superior. E1 e E2 manifestam interesse no prosseguimento dos estudos: o primeiro quer cursar Educação Física (não especificou se bacharelado ou licenciatura) ou Fisioterapia; a segunda pretende concluir a licenciatura em Pedagogia e prosseguir os estudos na pós-graduação *stricto sensu*: “[...] Desejava Geografia, até conhecer a Pedagogia. Hoje me sinto bem nesse curso, me identifiquei e quero chegar longe, não quero ser apenas a preta que chora, quero ser a graduada, a mestre, a doutora”.

E2 é integrante do LECAMPO/FAFIDAM/UECE, como observado anteriormente, e participa do Projeto de Extensão *FORMAR - Formação, Mulheres, Juventude, Meio Ambiente e Resistência na Chapada do Apodi*, coordenado pela professora Sandra Maria Gadelha de Carvalho. Desta inserção universitária e de sua militância nos movimentos sociais vem a sua identificação com a Educação de Jovens e Adultos e com a Educação do Campo.

Isso, aliado à sua formação na EFA Jaguaribana, proporciona bons indicativos de possibilidades de atuação no âmbito da Reforma Agrária, seja como educadora, na perspectiva da Educação do Campo, seja como técnica em agropecuária. Em ambos os casos, há perspectivas de articulação teórico-prática entre educação (formal e não formal) e agroecologia no Vale do Jaguaribe e/ou na Chapada do Apodi, para a construção ou consolidação de territórios de resistência camponesa. Este último território, em particular, lembre-se, embora sua notável perseverança na agricultura familiar e camponesa, tem sido diversas vezes confrontado pela expropriação de comunidades e, consequentemente, pelo fechamento ou nucleação de escolas.

5 ESCOLA NAS REDES E TELAS: A COMUNICAÇÃO POPULAR NA EFA JAGUARIBANA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA

Historicamente, os grandes meios de comunicação têm projetado uma visão sobre o semiárido brasileiro como um lugar ruim, um lugar de não vida. Um semiárido onde o povo vive de cabeça baixa e que não é capaz. Nós queremos mudar esse modo de apresentar o semiárido. Nossa proposta é apresentar uma outra perspectiva. Um olhar que considera a Convivência com o Semiárido, através da Agroecologia como caminho para construção do Bem Viver. Para isso, **a comunicação é indispensável como ferramenta estratégica no debate das ideias**. A comunicação popular tem a capacidade de empoderar, dar tarefas e protagonismo (Alisson Chaves, Comunicador Popular da EFA Jaguaribana).

Essa seção busca discutir a Comunicação Popular como estratégia para promover uma disputa de ideias *online* e suas contribuições para a territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe.

Neste trabalho, argumentamos que a EFA Jaguaribana promove um processo de territorialização da Agroecologia na região do Vale do Jaguaribe, e em especial, no Baixo Jaguaribe, lançando mão de estratégias e práticas educativas diversas, as quais incidem no campo das ideias e, por consequência, na disputa de consciências e visões de mundo nos territórios camponeses ou para além destes.

Este processo, por nós compreendido como educativo, tem na Comunicação Popular uma forte aliada. Na abertura deste tópico, destacamos a afirmação de um dos membros da EFACom, equipe voluntária de Comunicadores Popular da AEFAJA, responsável pela confecção e divulgação de materiais como panfletos, *banners*, cartazes, fotografia, vídeos, *site*, boletins, transmissões ao vivo e presença nas redes sociais. Em suas palavras: “[...] a comunicação é indispensável como ferramenta estratégica no debate das ideias”. As Tecnologias da Educação e Comunicação, neste sentido, vêm se tornando aliadas nessa atuação no território jaguaribano, sobretudo a partir da Pandemia do COVID-19, quando a Escola precisou interromper as atividades, inicialmente por tempo indeterminado.

Ao tratar da Comunicação Popular, como afirma Peruzzo (2006, p. 02), algumas denominações podem ser identificadas, a saber: “[...] comunicação alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão”. No entanto, todas apresentam o mesmo sentido político, de comunicação *com* o povo, *do* povo e não *para* o povo, como ato de depositar conhecimentos de forma passiva. Identificamos, também, um laço entre a Comunicação Popular e a Educação Popular, na teorização de Peruzzo (2006,

2009). Mesmo que, em tese, a autora não faça menções diretas a autores pertinentes à última, algumas categorias no pensamento freiriano sobre a Educação Popular e sobre a Pedagogia do Oprimido, como diálogo contextualizado, práxis e conscientização, foram diversas vezes apresentadas como centrais na Comunicação Popular, com sentido político e transformador.

Como afirma Peruzzo (2009, p. 132), a Comunicação Popular representa, assim:

[...] uma contracomunicação, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social.

A definição de Peruzzo (2009) sobre a Comunicação Popular é importante para o nosso trabalho, uma vez que explicita o sentido político e dialógico do ato de comunicar, que em si é um ato diálogo (com o contexto, sujeitos, memórias, paradigmas e visões de mundo) numa perspectiva freiriana, que produz denúncias e anúncios.

Um de nossos entrevistados representou a equipe de Comunicação Popular da EFA Jaguaribana, com o qual tratamos de dois assuntos, especificamente. O primeiro deles era o motivo de estabelecer um setor dedicado à Comunicação da/na/para a escola: “Porque a gente entende que uma escola não é só as paredes, não é só o prédio, é a ideia, as pessoas juntas. Então quanto mais pessoas juntas nessa ideia, melhor. Então quanto mais a gente pudesse conversar com mais pessoas, melhor. Mais pessoas precisavam vir” (Comunicador Popular – Entrevista realizada em 28 de julho de 2023). A Comunicação popular assume esse papel de promover diálogo e interação entre pessoas e grupos sociais. Para além de um setor, uma equipe, a Comunicação é um ato. Para o nosso entrevistado:

Quando a gente fala “a comunicação”, a sua importância e função social, **eu tento entender a comunicação como o processo** e não como o setor comunicação, aquelas pessoas ali, sabe? Aquelas pessoas ali, os comunicadores, as comunicadoras. **Comunicação, para mim, é a ideia do comunicar, o sentido do comunicar.** Então, isso é bem presente no nosso trabalho da EFA. Além de, claro, a produção do material gráfico, a produção do vídeo, dos produtos de comunicação. Se comparar comunicar com divulgar, comunicar é algo bem mais do epistemológico, né? No sentido de conhecimento é bem mais complexo (Comunicador Popular da EFA Jaguaribana – Entrevista realizada em 28 de julho de 2023).

Ao tratarmos da Comunicação Popular, vemos no trabalho da EFACom, a representação deste sentido epistemológico, político e dialógico, abordado via redes sociais, o qual também é indicativo da territorialização da Agroecologia na região Jaguaribana, visto que o respectivo enfoque teórico, científico e metodológico subentende um processo formativo

constituído não apenas junto aos camponeses, mas à sociedade em geral, dada a relação de interdependência campo-cidade (Machado e Machado Filho, 2017). Neste sentido, as redes sociais, quando utilizadas a favor deste processo formativo, podem se tornar territórios insurgentes (Aderaldo, 2017), permeados de práticas educativas, em nossa consideração.

Para a construção deste tópico, vamos destacar: a TV EFA Jaguaribana, o Programa EFAoVivo e o Seminário a Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire, realizado em junho de 2021, na ocasião do Centenário do Patrono da Educação Brasileira (Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012).

5.1 LIVES e eventos: um levantamento

Desde 2018, a EFA já vinha desenvolvendo e diversificando as atividades no Curso Técnico em Agropecuária; no entanto, em 2020, quando ingressou a sua segunda turma, houve a interrupção de atividades presenciais em decorrência de uma nova realidade que se anunciara, intempestivamente, no Brasil e no mundo. O contexto de pandemia do Covid-19 exigiu dos sujeitos e instituições o isolamento e o distanciamento social, o que impactou, de forma direta, na execução da Pedagogia da Alternância.

Naquele momento, a proposta educativa da escola ganhou outros caminhos, uma vez que a EFA Jaguaribana, tal como muitas instituições de ensino, precisou de um tempo para refletir e avaliar as possibilidades de desenvolvimento de seu trabalho frente à realidade posta, que impelia dos sujeitos uma luta em defesa da vida, e isto significaria, dentre outras ações, manter-se em casa. Mas como levar a Pedagogia da Alternância e a Educação do Campo adiante nesse contexto que distancia escola e comunidade?

Pensando contexto pandêmico, em que também prevalecem narrativas negacionistas e a difusão de notícias falsas (*fake news*), o processo de adaptação da escola seguiu uma aposta na ampliação dos seus braços de atuação e alcance, com vistas à promoção da educação como ferramenta de compreensão da realidade e transformação social. Se o contexto pedia distanciamento e isolamento social, a comunicação popular, naquele momento, poderia representar uma aproximação e interação entre a escola e os educandos, ao passo em que também poderia ampliar o raio de atuação da EFA e da AEFAJA, em formato virtual, expandindo as discussões e o diálogo para outros territórios.

Estes dilemas e tomadas de decisões ocorreram num momento em que a maioria das instituições educacionais encontravam-se em processo adaptativo, em muitos casos sem formação/capacitação específica para o trabalho com as Tecnologias Digitais da Educação, no

ensino remoto. Não obstante, o acesso à *internet*, a celulares e computadores por parte dos educandos também configurava/configura um desafio para a execução das atividades da escola, como anunciado em reportagem realizada pelo Jornal Brasil de Fato em maio de 2021.

Mesmo assim, a sala de aula ganhou novo lugar de intervenção, não mais presencial, e entrou em diversos lares. Em suas redes sociais, a exemplo do *facebook*, *instagram* e *youtube*, o setor de Comunicação Popular iniciou em março de 2020 um projeto de *lives*, intitulado EFAaoVivo, com programação semanal, sempre às quartas-feiras. Mesmo assim, é importante salientar que, paralelamente, os educandos tiveram aulas remotas nesse período, logo a experiência mencionada no EFAaoVivo consistia numa opção aos educandos, não como obrigação, pois as aulas remotas já dariam conta do currículo.

Em junho de 2021, na ocasião do “Seminário A contemporaneidade do pensamento de Paulo Freire”, organizado pela instituição de ensino como programação do EFAaoVivo, foi lançada a TV EFA, canal da escola no *youtube* administrados por sua equipe de Comunicação Popular, os quais serão melhor apresentados adiante. Além das 111⁴¹ *lives*, conforme o nosso levantamento (Apêndice A), foram publicados vídeos e *podcasts* sobre temáticas diversas, bem como um Boletim Carnaúba, com periodicidade trimestral. Este último tem sido uma fonte fundamental para reunir informações sobre o Projeto Sementes da Vida.

As *lives*, desde então, buscavam/buscam dialogar sobre o contexto de pandemia e seus diversos impactos na educação, na saúde e no social; problematizar o cotidiano do território jaguaribano, com seus desafios e processos de resistência, promover a discussão de temas voltados à formação integral dos educandos e de diversos sujeitos que passaram a conhecer a Escola e Associação via redes sociais, uma vez que a formação técnica não se desvincula da política. Neste tópico, realizaremos uma breve síntese sobre o quantitativo de *lives* e eventos organizados pelo setor de Comunicação Popular, bem como as temáticas e sua importância para a dinâmica educativa da EFA Jaguaribana.

As *lives*, via-de-regra semanais, aconteciam às quartas-feiras - salvo algumas exceções -, com temáticas, participantes e instituições diversas. Parte das referidas atividades compunham a Programação de eventos acadêmicos ou vinculados a setores da Igreja Católica⁴², em parceria com o EFACom, ou eram iniciativas próprias do setor de Comunicação.

Os eventos realizados em rede, ora destacados, foram o **I Seminário de Saúde e Agroecologia para a Convivência com o Semiárido**, organizado em março de 2021 pelo Núcleo

⁴¹ Conforme o nosso levantamento, o Programa EFAaoVivo realizou 111 *lives*, sendo 38 no ano de 2020, 46 no ano de 2021 e 27 em 2022.

⁴² Parte da programação do mês de agosto de 2020 fez alusão ao Grito dos Excluídos, organizado pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Fortaleza, e o **Seminário Questão Agrária e Resistência Camponesa**, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com apoio da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, em maio de 2020; por fim, como iniciativa própria da EFA Jaguaribana em parceria com a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, *campus* da Universidade Estadual do Ceará, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Limoeiro do Norte, houve a realização do **Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire**, em junho de 2021. Dada a participação direta do autor desta tese na organização deste último evento, o mesmo será melhor apresentado em outro tópico.

No que tange às **temáticas** do EFAaoVivo nos eventos em parceria ou em *lives* semanais, consideramos que compõem cinco eixos, apresentados na figura que segue.

Figura 16 - Eixos temáticos das *lives* do EFAaoVivo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em nosso agrupamento de temáticas, não consideramos a data de realização da *live*, logo, não aparecerão em ordem cronológica. De pronto, percebemos que os eixos de Educação e Agroecologia e Convivência com o Semiárido foram os mais recorrentes na Programação do EFAaoVivo. Segue a síntese.

No **eixo de Educação**, a temática de Educação do Campo perpassou duas *lives*, em diálogo com a Agroecologia e, posteriormente, nos desafios das Escolas do Campo no contexto de Pandemia do Covid-19; a Educação Popular no campo também foi um dos assuntos abordados no EFAaoVivo. No que tange a temáticas concernentes às Escolas Família Agrícola, identificamos que estas foram contempladas na programação de quatro *lives*, voltadas à Educação contextualizada e convivência com o semiárido, desafios das EFAS cearenses e da EFA Jaguaribana, socialização de experiências entre os educandos da EFA Jaguaribana, Intercâmbio Virtual entre EFAs no Ceará e no Rio Grande do Sul.

O centenário de nascimento de Paulo Freire também foi abordado na ocasião do EFAaoVivo, com diálogos voltados à sua Vida e Obra, Educação Libertadora, Pesquisa, Teatro do Oprimido, Lutas do Baixo Jaguaribe e Comunicação Popular. Outras temáticas, como o papel da educação no âmbito das questões climáticas e atos em defesa da Educação Pública e do fortalecimento do Movimento Sindical também foram abordadas no decorrer dos meses em que realizamos o mapeamento de *lives* realizadas.

No **eixo de Agroecologia e Convivência com o Semiárido**, as temáticas voltavam-se à soberania e segurança alimentar e nutricional, sementes crioulas; Agroecologia e Educação do Campo, Comunicação e Agroecologia, agricultura familiar; produção agroecológica, mulheres e Agroecologia; conquistas e perspectivas, projetos de Convivência com o Semiárido, Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido e Sistemas Agroflorestais; atenção à saúde das populações do campo, das florestas e das águas na Convivência com o Semiárido; reconexão e interação do ser humano com a natureza; experiência do Projeto Comunidades que Sustentam a Agricultura.

No **eixo denominado Etnias e Povos**, houve debates sobre o NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, bem como, de forma particular, sobre povos indígenas do Ceará, vidas negras e Dia da Consciência Negra.

Por sua vez, no eixo de **Resistência por Direitos Sociais**, as temáticas tratadas foram: a negação do direito à água no Vale do Jaguaribe, acesso à água e soberania hídrica; luta pela terra e reforma agrária no Vale do Jaguaribe, bem como a desertificação da região. Questões, como a luta por direitos - trabalho, terra, moradia e participação - dos trabalhadores do campo e da cidade e trabalho e sociabilidade na pandemia foram tratados em diversas *lives*. Outras temáticas, como envolvendo a Saúde mental e Saúde do Trabalhador, a partir da experiência do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Ambiente (CERESTA) também foram discutidas.

Por fim, no eixo de **Movimentos Sociais**, contemplaram-se discussões acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a formação humana, Movimentos Sociais do Vale do Jaguaribe, Movimentos de Mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+ e as contribuições da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na formação da juventude camponesa e de EFAs no Ceará.

Observando o apanhado geral das temáticas das *lives* realizadas no EFAaoVivo, identificamos: a) a diversidade e complementaridade, bem como o diálogo e a significância para o contexto do território jaguaribano, diversas vezes apresentado na argumentação desta tese; b) trazem diversas experiências sobre o que a EFA Jaguaribana, a AEFAJA e outras instituições vêm desenvolvendo em torno da territorialização da Agroecologia no Baixo Jaguaribe, em suas várias dimensões, sobretudo a Técnica, Política, Social, Ambiental, Cultural e Ética; c) denotam uma politicidade e apresentam conhecimentos populares e científicos, por vezes em diálogo numa mesma atividade.

De forma complementar, vemos que os participantes das *lives* também foram diversos (em suas formações e territórios de atuação) e representavam: a própria EFA Jaguaribana (coordenação, educadores e educandos), a AEFAJA e/ou a Comunicação Popular, bem como EFAs no Ceará e em outros estados; camponeses e camponesas, povos indígenas e quilombolas, movimentos sociais, associações comunitárias, coletivos, fóruns e sindicatos; instituições ligadas à Igreja Católica, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra - CPT e a Cáritas Diocesana; educadores populares; professores e pesquisadores de universidades e institutos federais; e outras instituições ligadas ao Estado.

Neste sentido, consideramos que esse trabalho extrapolou a dimensão escolar na socialização do conhecimento, mas também extrapolou os muros da própria escola, ao promover atividades em parceria com instituições, movimentos sociais, comunidades e outros sujeitos históricos, identificados com a resistência camponesa.

Esta característica mobilizadora e coletiva da EFA Jaguaribana tem sido recorrente em nossos achados. Isto nos faz perceber que a territorialização da Agroecologia não se faz de forma solitária, assim como a resistência em torno da construção de outro paradigma de campo e, conseqüentemente, de educação compreende, antes de tudo, um processo horizontal de formação humana no campo e na cidade, com diversas frentes e sujeitos igualmente diversos.

Na construção compartilhada e na socialização do conhecimento, a EFA Jaguaribana também afirmou seu lugar como instituição que defende um projeto de sociedade; a referida afirmação é acompanhada da defesa de um paradigma de educação crítico, contextualizado e empenhado com a mudança e a transformação social. Notadamente, trata-se da Educação

Libertadora de Paulo Freire, cujo legado é referenciado na atuação da escola e figurou como temática do EFAAoVivo, a partir da organização de um evento, sobre o qual dissertaremos a seguir num relato de experiência.

5.2 Seminário a Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire

Em sua trajetória no EFAAoVivo, como vimos, o setor de Comunicação promoveu eventos voltados à discussão de temáticas diversas. Neste tópico, tratamos do Seminário A contemporaneidade do pensamento de Paulo Freire, realizado de 02 a 30 de junho de 2021, em formato virtual, a partir das redes sociais⁴³ da escola, e em alusão ao Centenário do Educador Brasileiro, Paulo Freire, o qual inspira tantos sujeitos comprometidos com a transformação social da escola. O evento se deu numa construção colaborativa entre a coordenação da Escola e educadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campi* Limoeiro do Norte, no qual se inclui o autor desta tese, e Horizonte, com a professora Madalena Silva.

O evento teve 169 inscritos e 115 participantes no decorrer dos cinco dias de atividades, realizadas sempre às quartas-feiras, como parte da EFAAoVivo. Em levantamento realizado pelo autor, a partir do formulário de inscrição⁴⁴, e disponibilizado à escola posteriormente, foi possível identificar que o perfil dos participantes era bastante diverso, do ponto de vista de gênero, etnia, residência e formação.

Dentre os 169 inscritos, destacamos, conforme o gráfico que segue, que 130 eram do sexo feminino, 38 do sexo masculino e 1 não identificou, o que representa os percentuais de 76,9%, 22,5% e 0,6%.

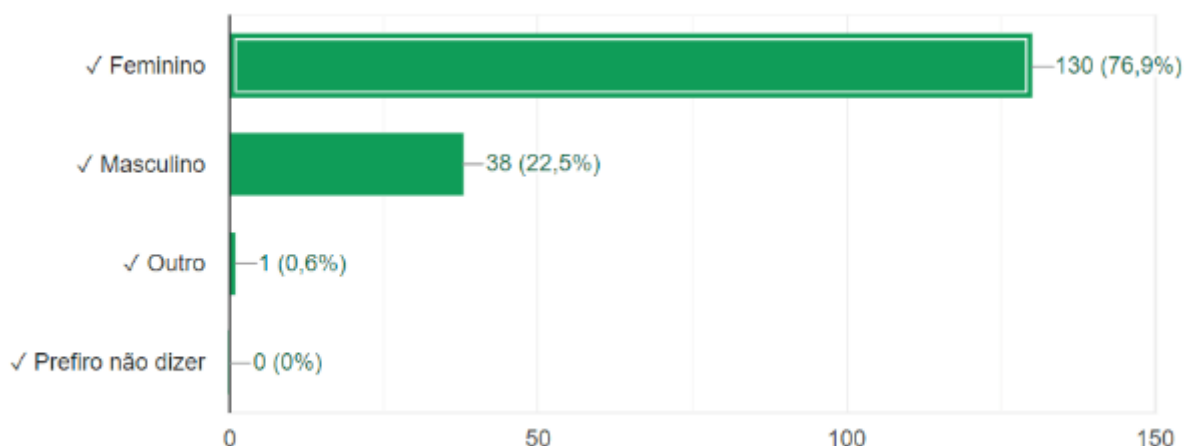
⁴³ Redes Sociais:

Instagram - <https://www.instagram.com/efajaguaribana>

Facebook - <https://www.facebook.com/efajaguaribanazemariadotome>

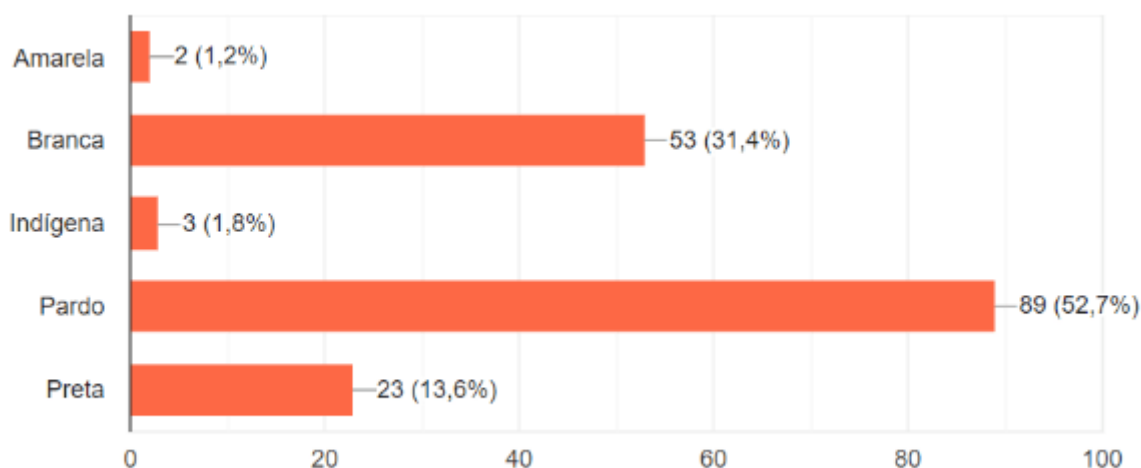
Youtube - <https://www.youtube.com/channel/UCWFUDVxbqJyUEqhW5Gpowmg>

⁴⁴ Informações solicitadas no formulário: E-mail; nome; local de residência; formação; instituição; participação em movimento social; como ficou sabendo do evento; sugestões de temas para os próximos eventos e/ou lives.

Gráfico 1 – Perfil dos participantes do evento - gênero

Fonte: Formulário de inscrição do evento. Elaborado pelo autor (2021).

Do ponto de vista da cor/etnia, merece destaque a quantidade de pessoas pretas e pardas, que juntas representaram 112 inscritos. Também houve três participantes declarados indígenas e vinculados ao Movimento Indígena do Estado do Mato Grosso. O gráfico a seguir ilustra esses dados.

Gráfico 2 – Perfil dos participantes do evento – cor/etnia

Fonte: Formulário de inscrição do evento. Elaborado pelo autor (2021).

No que concerne à residência dos inscritos, frise-se que se encontram em 75 cidades do Brasil e em 20 estados, conforme o quadro a seguir.

Quadro 6 – Perfil dos participantes do evento – residência

ESTADO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Alagoas	1
Amapá	1
Bahia	5
Ceará	94
Goiás	2
Maranhão	2
Mato Grosso	5
Mato Grosso do Sul	1
Minas Gerais	8
Pará	3
Paraíba	8
Paraná	4
Pernambuco	4
Rio de Janeiro	3
Rio Grande do Norte	7
Rio Grande do Sul	1
Santa Catarina	2
São Paulo	9
Sergipe	2
Tocantins	1

Fonte: Formulário de inscrição do evento. Elaborado pelo autor (2021).

O quadro a seguir ilustra os temas e os componentes de cada mesa do evento.

Quadro 7 - Síntese das atividades do Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire

DATA	TEMA	COMPONENTES DA MESA
02/06/2021	A educação libertadora em diálogo com os povos da Chapada do Apodi (ANEXO 2)	▪ Rafael Santos – Professor da Universidade Federal do Ceará; ▪ Padre Júnior Aquino – Diocese de Limoeiro do Norte; ▪ Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
09/06/2021	Paulo Freire e a escrita contextualizada para a libertação dos povos (VER ANEXO 3)	▪ Sandra Gadelha – Professora da Universidade Estadual do Ceará, Coordenadora do Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO; ▪ Madalena Silva – Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE <i>campus</i> Horizonte; ▪ João Paulo Guerreiro – Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE <i>campus</i> Limoeiro do Norte e colaborador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
16/06/2021	Paulo Freire e a pesquisa acadêmica (VER ANEXO 4)	▪ Diana Nara – Professora da Universidade Estadual do Ceará, Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO; ▪ Ernandi Mendes – Professor da Universidade Estadual do Ceará, Coordenador do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE; ▪ João Paulo Guerreiro – Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE <i>campus</i> Limoeiro do Norte e colaborador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
23/06/2021	A Pedagogia e o Teatro do Oprimido: um diálogo mais que necessário (VER ANEXO 5)	▪ Rômulo Soares – Professor da Universidade Estadual do Ceará; ▪ Regina Coele - Pedagoga/Professora da Universidade Estadual do Ceará/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
30/06/2021	Experiências e Movimentos de Libertação: reflexão com Paulo Freire (VER ANEXO 6)	▪ Lourdes Vicente - Professora do IFCE <i>campus</i> Cratêus e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; ▪ Reginaldo Ferreira - Técnico agrícola e coordenador do Projeto Comunidades Vivas no Instituto Brotar, Tabuleiro do Norte; ▪ Eula Martins - Cáritas Diocesana de Iguatu; ▪ Lucenir Jerônimo - Professora da UECE/FAFIDAM;

		▪ Márcia Xavier – Coordenação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CERESTA; ▪ Regina Coele - Professora da UECE e da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

No dia 02 de julho de 2021, o evento fez diálogos bastante provocativos sobre a atualidade do pensamento de Paulo Freire em consonância com as lutas e resistências enfrentadas pelos povos da Chapada do Apodi, contando com a presença do professor Rafael Santos da Universidade Federal do Ceará; Padre Júnior Aquino, da Diocese de Limoeiro do Norte, o qual se articula bastante na resistência ativa que se dá no território; e Thiago Valentim, que compõe a equipe gestora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e também é agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

De forma incisiva, os participantes foram convidados a refletir sobre o contexto de opressão que se anuncia a nível local e global, bem como ampliar a ideia de oprimido, dos pontos de vista de gênero, sexualidade e etnia. Não obstante, o diálogo também tratou do contexto de luta na Chapada do Apodi, bastante necessário para o processo de conscientização com os presentes.

Dentre as avaliações dos participantes, expressas no formulário disponibilizado, destacamos: “É uma atividade importantíssima, uma vez que, promove reflexões sobre a Educação Popular, como ferramenta de educação legítima e que fortalece a luta dos povos camponeses. Que em conjuntos são capazes de se libertarem da conduta do opressor” (Participante 1).

Dando prosseguimento à programação do Seminário, a atividade do dia 09 de junho foi voltada à atualidade da produção teórica de Paulo Freire, com a roda de diálogo intitulada “Paulo Freire e a escrita contextualizada para a libertação dos povos”, tendo como participantes a professora Sandra Gadelha, da Universidade Estadual do Ceará, a professora Madalena, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE *campus* Horizonte e o autor desta tese, professor João Paulo Guerreiro, do IFCE *campus* Limoeiro do Norte e colaborador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

Na oportunidade refletiu-se sobre as obras *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança* e *Pedagogia da Autonomia*, tecendo diálogos formativos sobre os desafios diversos da atualidade, a exemplo do avanço de narrativas e práticas neofascistas no Brasil, as quais implicam de forma direta no campo da formação e da prática docentes. A educação libertadora, bastante requerida na atualidade, como asseveram Almeida e Silva (2021), mostra-se alternativa também no contexto de luta e resistência que se construiu e vem se construindo no Brasil, de forma geral, e especificamente no território Jaguaribano.

Trazer para o EFAoVivo as reflexões teóricas sobre a atualidade de Paulo Freire é deveras relevante para afirmar seu legado, mas além disso, construir possibilidades de resistência com a educação, particularmente a Educação do Campo em diálogo com a Agroecologia no território.

As avaliações de participantes denotam as contribuições do debate para a sua formação acadêmica e prática social.

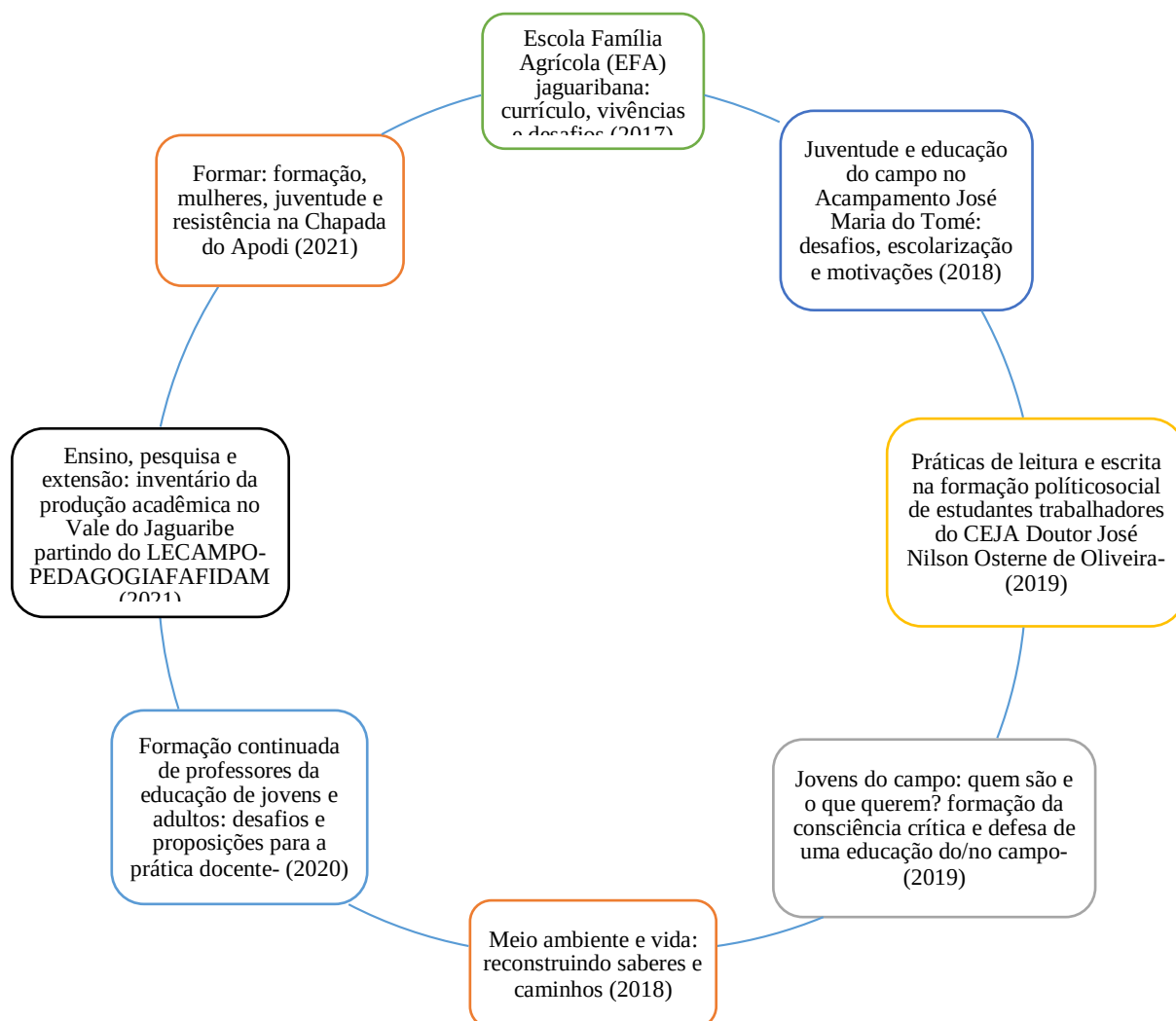
1. Excelente! Com propriedade acadêmica, fortalecedor do espírito de luta e resistência!
2. Uma ótima discussão, muito relevante para nós que seremos futuros pedagogos.
3. Foi um diálogo muito interessante, os palestrantes fizeram excelentes pontuações que ajudaram a compreender a obra de Paulo Freire.
4. Debate com importante conteúdo formativo, ajuda o espectador a construir um pensamento crítico sobre a educação atualmente.
5. Excelentes pontuações abordadas pelos palestrantes. É riquíssimo para nós enquanto discentes.
6. Excelente debate proposto pelos palestrantes acerca do tema. Falar de Paulo Freire, ainda mais nesses tempos, é importante para entendermos muito do que acontece em nossa sociedade.
7. Excelentes pontuações de todos os palestrantes! Meus parabéns por essa iniciativa, não imaginam o quanto ajuda a nós todos participantes a compreender a obra freiriana.
8. Assunto muito bem abordado, e para os professores reforçarem suas idéias, através de Paulo Freire.

A atividade seguinte, no dia 16/06, foi voltada às contribuições de Paulo Freire para a pesquisa acadêmica, a qual teve como participantes os professores Ernandi Mendes e Diana Nara, da Universidade Estadual do Ceará, com mediação feita pelo autor desta tese, João Paulo Guerreiro.

Em sua fala, a professora Diana Nara destacou a importância da politicidade e da dialogicidade na educação e na pesquisa acadêmica; também apresentou um levantamento feito sobre as possibilidades de trazer Paulo Freire, de forma direta ou indireta, para a pesquisa nas licenciaturas da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE, onde atua. Para tanto, fez um recorte sobre o Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO e sobre os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Educação do Campo.

Quanto ao Lecampo, vinculado ao curso de Pedagogia, este possui estreita relação com a EFA Jaguaribana e desenvolve atividades de pesquisa e extensão voltadas à Educação Popular, educação de jovens e adultos, Educação do Campo, educação e movimentos sociais, categorias que atravessam de forma direta o pensamento freiriano (Almeida; Carvalho; Oliveira, 2022; 2024). A imagem a seguir traz a sistematização sobre os projetos de extensão desenvolvidos no Laboratório.

Figura 17 - Projetos de Pesquisa e Extensão desenvolvidos pelo LECAMPO/FAFIDAM/UECE (2021)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As temáticas dos projetos são diversas, a exemplo de currículo, formação de professores, educação de jovens e adultos - EJA, juventudes, meio ambiente, gênero, ensino-pesquisa-extensão, e dialogam com o pensamento de Paulo Freire e com a Educação Popular, mas sobretudo com o contexto do território jaguaribano, uma vez que são projetos desenvolvidos na própria EFA Jaguaribana e no Acampamento Zé Maria do Tomé – Chapada do Apodi e englobam sujeitos também diversos.

No que concerne aos cursos de Pedagogia e Educação do Campo da Fafidam, a professora identificou 47 trabalhos que dialogam com a Pedagogia Libertadora, a partir das seguintes temáticas: Formação de professores, juventude camponesa, Paulo Freire, EJA, movimentos sociais, gênero, infância, Educação do Campo. Estes achados corroboram com o que

Almeida e Silva (2021b, p. 985) identificaram sobre a atualidade de Paulo Freire nas produções intelectuais acerca dos 50 anos da Pedagogia do Oprimido.

A partir de breve análise, percebemos que as temáticas abordadas nos eventos, livros e dossiês em alusão aos 50 anos da Pedagogia do Oprimido tratam de: motivos para estudar Paulo Freire; a atualidade da pedagogia freiriana; a reinvenção da obra; bases teóricas de Freire; encontros entre a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Esperança; “Escola Sem Partido”; movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, feminismo; tecnologias da informação e comunicação –TICs; informática educativa; educação ambiental; prática pedagógica; currículo; educação em direitos humanos; extensão universitária; novos olhares sobre o oprimido, destacando os refugiados e juventudes periféricas como tal; educação popular; educação popular em saúde; educação de jovens e adultos; educação integral; hip hop como prática da liberdade; educação cidadã; arte-educação e teatro do oprimido.

Neste sentido, a apresentação da professora foi bastante pertinente para afirmar que o legado de Paulo Freire é constantemente ressignificado na contemporaneidade.

O professor Ernandi Mendes, por sua vez, mostrou o cenário das contribuições de Paulo Freire para a pesquisa na pós-graduação no Vale do Jaguaribe, especificamente no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE, vinculado à Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE. O MAIE funciona desde 2013 e até 2021 já havia formado 87 mestres. O Programa é composto por duas linhas de pesquisa, a saber: **1 - Educação, Escola, Ensino e Formação Docente e 2 - Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.**

Em seu levantamento, das 65 dissertações defendidas no MAIE no quadriênio 2017-2020, chamou-nos a atenção o pequeno quantitativo de dissertações com as temáticas da EJA/Educação Popular, correspondente a somente 3,08%; currículo, somente 4,6%; situação crítica, a também constatada na temática de gênero e educação, somente um trabalho genuíno nesta temática e outro que era atravessado por ela. São três temáticas importantes, para a contestação de uma realidade predominantemente patriarcal e colonial. Destas 65 dissertações, apenas 22 citam Paulo Freire de forma direta. Foi uma atividade desveladora da realidade.

Nas avaliações dos participantes, há destaque para as contribuições do diálogo para a formação acadêmica e para a ciência comprometida com a resistência e consequentemente, com a mudança social.

1. Atividade excelente! Muito formativa sobre as pesquisas com base na teoria pedagógica de Freire! Parabéns EFA, o mediador, a Profa. Diana e o Prof. Ernandi.
2. Gostei bastante da *live* de hoje, falaram sobre a importância da ciência não ser neutra.
3. Uma atividade que está contribuindo para minha formação acadêmica e também contribuindo sobre os conhecimentos de Paulo Freire

4. Muito produtiva, conduz o aluno ao pensamento crítico sobre a importância da educação contextual que temos em nossa região.
5. Este encontro foi muito importante para compreender o valor da pesquisa na perspectiva de Paulo Freire.
6. Oportunidade única de conhecer experiências reais entre comunidade x universidade x movimentos sociais
7. Precisa quanto ao tema, de teor crítico e incentivador ao estado de luta!! Parabéns.

No dia 23 de junho, a temática do Seminário foi voltada para a Pedagogia e o Teatro do Oprimido, com participação do professor Rômulo Soares, da Universidade Estadual do Ceará, mediado pela professora Regina Coele, também da Uece e da Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

O diálogo perpassou as contribuições da Educação Popular para a arte e voltou-se ao viés político do Teatro do Oprimido, um modelo cênico-pedagógico para a denúncia da realidade posta. O teatrólogo Augusto Boal foi diversas vezes lembrado com suas experiências na criação de um teatro latino-americano e explicitamente criticizador.

Nas avaliações dos presentes na atividade, destaca-se, com recorrência, a importância da arte em nossas vidas e como esta pode ser essencialmente política e contributiva para a resistência na atualidade.

1. Parabéns aos profissionais da EFA, enquanto sujeitos do campo sempre precisamos levantar e combater as questões de opressão vivenciadas especialmente no contexto atual em que vivemos.
2. Debate construtivo, sobre um tema de grande importância, mas bastante silenciado na sociedade atual.
3. Não imaginava como o teatro poderia ser algo essencial para o cotidiano. Uma forma de resistência.
4. Excelente oportunidade de perceber a ARTE como fonte de RESISTÊNCIA!!
5. Cada encontro tem sido cada vez mais construtivo, foi e é muito bom conhecer um pouco mais de Paulo Freire!!!
6. O encontro de hoje está sendo muito proveitoso, o diálogo sobre o teatro do oprimido está sendo muito esclarecedor, principalmente trazendo para o âmbito da educação.
7. A live foi maravilhosa e de grande aprendizado, pois é sobre falar da arte como o teatro e enfatizar que ela é muito importante na nossa vida.
8. Encontro maravilhoso de extrema importância para a nossa atualidade e para a aquisição do conhecimento e reconhecimento da importância da arte em nossas vidas e prática docente.

Por fim, no dia 30 de junho, houve a roda de conversa de encerramento sobre “Experiências e Movimentos de Libertação: reflexão com Paulo Freire”, com participação de Lourdes Vicente, professora do IFCE *campus* Cratéus e militante do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Reginaldo Ferreira, técnico agrícola e coordenador do Projeto Comunidades Vivas no Instituto Brotar, em Tabuleiro do Norte; Eula Martins, da Cáritas Diocesana de Iguatu; Lucenir Jerônimo, professora da UECE/FAFIDAM; Márcia Xavier, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CERESTA, e Regina Coele, professora da UECE e coordenadora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

O diálogo teve como foco contexto de luta e resistência do Vale do Jaguaribe e suas experiências, assim como pode-se refletir sobre a importância da pedagogia libertadora para articulação entre instituições, movimentos e coletivos sociais no território, a fim de promover uma visão sistêmica desse processo, que implica diretamente em projetos de sociedade.

1. O encontro foi muito proveitoso, nele pudemos conhecer a vivência dos palestrantes e como Paulo Freire influenciou suas vidas.
2. Uma roda de conversa baseada na troca de experiências, enriquecedor e nos mostrar que estamos no caminho certo mesmo com as nossas pequenas revoluções. Como diz a música da mística final "vamos escrever o mundo, juntos fazer a nossa história acontecer..."
3. Muito proveitosa em conhecimentos, as professoras mostrando cada vez mais a nossa realidade que é lutar sempre pelos direitos iguais. Professora Lurdes Vicente explicando com clareza sobre Paulo Freire que suas palavras são cada vez mais realistas e atuais
4. Um momento enriquecedor, com várias falas marcantes que nos lembrar que nunca devemos parar de lutar.

Conforme podemos observar a partir da programação, da execução e das avaliações, o Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire foi bastante diverso dentre os inscritos, motivador para os presentes e trouxe, de forma atualizada, como é imprescindível e necessária a Pedagogia Libertadora nesses tempos. Pensar a partir do e com o território, partindo da realidade que cerca o sujeito e das denúncias e anúncios do cotidiano, buscando a transformação social, é reafirmar que Paulo Freire e a Educação Popular (re)vivem de diversas formas no Vale do Jaguaribe.

As experiências apresentadas no decorrer do evento denotam que desde o campo da formação de professores, perpassando pelas práticas de pesquisa e de extensão, pelas práticas artísticas, bem como nas articulações entre instituições, coletivos e movimentos sociais, a Educação Popular resiste e se reinventa no território, na dinâmica social e comunitária. Assim, trazer à baila essas experiências também consiste num ato educativo, dialógico, político e contra-hegemônico que merece bastante destaque para a atuação da escola em se tratando da sua opção histórica pelos silenciados, pelos oprimidos, nesse processo de democratização do conhecimento.

6 SEMENTES DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO VALE DO JAGUARIBE

Sementes da Vida

No Vale do Jaguaribe,
A Agroecologia caminha,
Resgatando as Sementes Crioulas,
Pelas famílias no dia-a-dia.

A semente conta história,
E garante autonomia,
Gera fartura e não fome,
Transforma miséria em soberania.

Na terra de Zé Maria
Há um grito sempre a ecoar...
Não ao veneno na Chapada,
Ou o Agronegócio irá nos matar!

Na luta contra o Capitalismo,
por nenhum direito a menos,
e pela ancestralidade esquecida,
Cultivar sementes sem Veneno,
É gerar Sementes da Vida!

Renata Paula
Colaboradora na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé

Dialogando com Begnami (2003; 2019), compreendemos que os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), nos quais se incluem as Escolas Família Agrícola, são novas/outras escolas, com princípios e finalidades diferentes de uma escola regular. São escolas *da e para* a comunidade, que por sua vez, agrupada em Associação, promove a gestão de recursos e ações diversas. Assim, para a criação da EFA Jaguaribana, criou-se, em primeiro lugar, a Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA), sua instituição mantenedora. Isso é algo que constitui a identidade dos CEFFAs. Para Gimonet (2007, p. 24):

Essa escola nova deve ser a da pequena região, não uma escola agrícola a mais, como as outras, mas uma escola para formar os agricultores e contribuir para o desenvolvimento do país. Uma escola que seja a sua e da qual assumem a gestão e todas as responsabilidades, agrupando-se em associação, uma forma jurídica que confere uma força e um poder. *Uma escola para as famílias e os agricultores, e, além disto, para homens e mulheres da região.* Deste modo, aquilo que estariam semeando ou plantando, através de um enraizamento profundo num território, teria alguma perenidade. Surge a consciência dos múltiplos serviços que esta “nova escola” deve oferecer e dos papéis multidirecionais e interdependentes que deve desempenhar em relação aos adolescentes rurais, às famílias, à agricultura, à ruralidade e, de maneira mais ampla, em relação à educação e à sociedade. O discurso é amplo e possui grandeza. É sistêmico, global, portador de uma ética, de um projeto para o homem nestes períodos de grandes transformações, até mesmo de mutação.

Em seção anterior, apresentamos como se dá a atuação da EFA Jaguaribana e suas contribuições para a formação de educandos e educandas, mas também para as suas famílias e comunidades, em perspectiva agroecológica. Se esta é uma escola para famílias e agricultores, homens e mulheres da região, a qual promove um enraizamento - ou melhor dizendo, a defesa de territórios camponeses - e a oferta de múltiplos serviços, que extrapolam as paredes do prédio escolar, como se dá a territorialização da Agroecologia neste processo?

Essa escola é uma semente e a Associação lhe impulsiona e dá sentido. Para além de ser instituição mantenedora da EFA Jaguaribana, a AEFAJA é responsável por diversos projetos desenvolvidos com camponeses e camponesas do território jaguaribano; são projetos que não possuem relação direta com a Pedagogia da Alternância e sua prática educativa, mas constituem e alicerçam a identidade dessa escola, que se coaduna com as lutas populares, com a defesa da Reforma Agrária, da Educação do Campo, da Educação Popular, da Agroecologia e do Bem Viver. Merece, portanto, destaque neste trabalho, a fim de destacar as potencialidades das EFAs e da Associação, com vistas à inserção em territórios camponeses, mediante a ação prática de promover a transição agroecológica.

Assim, nesta seção, discutimos a territorialização da Agroecologia a partir dos Projetos desenvolvidos pela AEFAJA junto a comunidades camponesas no Vale do Jaguaribe, observando as diversas práticas educativas e comunitárias realizadas no decorrer de sua execução. Tratamos, em especial, das dimensões da agroecologia identificadas nas atividades desenvolvidas nos projetos, as quais foram sistematizadas e analisadas à luz de referenciais pertinentes à Agroecologia. No desenvolvimento desta seção, combinamos técnicas da pesquisa documental à realização e análise de entrevistas, na intenção de atingir aos objetivos propostos.

6.1 Projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana junto a comunidades camponesas

No contexto pandêmico, embora adverso, percebemos a centralidade da EFA Jaguaribana neste processo de territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. As frentes de atuação, antes voltadas, especificamente, à escola e à Pedagogia da Alternância, foram se ampliando, e como resultado houve a criação do EFAoVivo, já mencionada, e a execução de diversos projetos.

Quando nos referimos a projetos, compreendemos que estes são intimamente ligados ao devir e à capacidade de os envolvidos, uma vez alinhando condições objetivas e subjetivas, planejarem e executarem determinada ação previamente pensada e objetivada, com vistas ao alcance de uma intencionalidade (Alves e Dayrell, 2015). No caso de projetos voltados à

agroecologia, devem ser pensados de modo a articular o desenvolvimento do campo com o respeito e à valorização da cultura camponesa e dos sujeitos que a fazem, considerando, ainda, um projeto de sociedade.

Assim, percebemos que os projetos desenvolvidos pela AEFAJA seguem esta perspectiva e têm um devir que considera o campo e os(as) camponeses(as), a sua organização e participação sociopolíticas e os modos de vida que almejam construir. De forma sintética, a figura 18 trata dos projetos desenvolvidos pela AEFAJA, os quais serão pormenorizados no decorrer desta seção.

Figura 18 - Projetos desenvolvidos pela AEFAJA



Fonte: Apresentação AEFAJA (2022).

Uma de nossas entrevistadas, representante da AEFAJA, é neta de famílias camponesas de Tabuleiro do Norte, Agrônoma (UFC), Pedagoga (UECE) e militante em defesa da Agroecologia. Contribuiu com a Escola, como educadora, monitora e na coordenação pedagógica e, paralelamente, com projetos.

Em sua avaliação: “[...] os projetos têm essa função de fazer com que as pessoas voltem a se reunir, com que elas entendam a importância desses espaços coletivos, de decisões coletivas, das associações, e buscar fortalecer, nesse sentido, para que esses processos não ficassem abandonados e a própria comunidade se fortalecesse nesse sentido organizativo” (Representação da AEFAJA, entrevista realizada em 10 de outubro de 2023).

Considerando essa visão, em nossa pesquisa documental, identificamos que os projetos desenvolvidos pela AEFAJA apresentam objetivos, público-alvo e alcance distintos, mas complementares, se considerarmos os diversos territórios de atuação. Para a discussão acerca da territorialização da Agrecologia, destacaremos alguns destes projetos a seguir.

Quadro 8 - Projetos em Execução pela AEFAJA

Projeto	Objetivo	Público-alvo	Ano de execução	Dimensão da atuação/Alcance
EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Facilitar os meios e os instrumentos de formação adequados à juventude camponesa, possibilitando o crescimento dos educandos e educandas e favorecendo o seu protagonismo, através de uma formação integral: Profissional, Intelectual, Humana, Social, Econômica, Ecológica e Espiritual.	Juventude camponesa	Desde 2018	Vale do Jaguaribe
Sementes da Vida	Melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras, fortalecendo sua autonomia, segurança e soberania alimentar e nutricional, por meio do resgate, recuperação e proteção de estoques tradicionais de sementes, construção de Casas de Sementes Comunitárias, formação em Agroecologia e fortalecimento da Rede de Intercâmbio de Sementes - RIS, uma rede de troca de sementes crioulas.	Agricultores e agricultoras do Vale do Jaguaribe	Desde 2020	Vale do Jaguaribe
Quintais de saberes e sabores do semiárido e Mulheres camponesas e quilombolas do Vale do Jaguaribe	Potencializar a qualidade de vida e a capacidade produtiva de famílias agricultoras camponesas do semiárido através do fortalecimento de quintais de produção agroecológica, troca de saberes tradicionais e práticas de sustentabilidade ambiental. Fortalecer quintais produtivos de famílias agricultoras de Tabuleiro do Norte, tendo à frente mulheres camponesas, possibilitando maior diversidade na produção e aumento da produtividade. Estimular a recuperação, a partilha e a multiplicação de saberes tradicionais sobre os diversos aspectos da vida e da cultura camponesa através das Conversas de Quintal realizadas nos quintais de produção agroecológica, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Avançar nos processos de sustentabilidade ambiental em comunidades rurais que sofrem com desmatamento, queimada, acúmulo de resíduos e uso de agrotóxicos, através de ações de formação, de produção de mudas e de Reflorestamento da caatinga, com o apoio do Viveiro de Mudas e da Agrofloresta da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé.	Mulheres camponesas e quilombolas do Vale do Jaguaribe	2022	Baixo Jaguaribe e Litoral do Aracati (Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Aracati) Quintais Tabuleiro e São João (Lima) Assentamento lagoa grande e groelândia, santo estavao, currais de cima e baixa do juazeiro, olho dagua dos curraismtapuio Mulheres Aracati Limoeiro Russas Sjj Tabuleiro

Escola de Música Sons da Terra	Fortalecer a cultura camponesa, por meio da música.	Juventude camponesa	2019 a 2020	Tabuleiro do Norte – Comunidade Olho D’água dos Currais
Assistência Técnica e Extensão Rural (realizado pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte em parceria com a AEFAJA)	Oferecer serviços de ATER visando apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar-camponesa através de assistência técnica e extensão rural com foco na comercialização da produção.	Agricultores e agricultoras do Vale do Jaguaribe	2021 e 2022	Tabuleiro do Norte Lagoa grande groenlandia e donato e Mulungu (Norte Cearense) São joao charneca
Sementes crioulas, agrofloresta e sustentabilidade no ambiente semiárido	Contribuir no combate aos impactos ambientais negativos que vêm sofrendo as comunidades camponesas da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte – CE, atuando no fortalecimento das mesmas.	Agricultores e agricultoras do Vale do Jaguaribe	2022	Tabuleiro do Norte
Fortalecendo a Educação do Campo através da Inclusão Digital	Fortalecer e impulsionar ações formativas voltadas, especialmente, para as pessoas do campo, mulheres e homens, sejam elas crianças, jovens, adultas ou idosas, as quais, historicamente, estiveram excluídas do acesso a direitos, básicos ou não. Assim, o projeto busca fortalecer ações educativas em andamento, como a formação em Ensino Médio e Técnico em Agropecuária, com enfoque na Agroecologia e na Convivência com o Semiárido, bem como, impulsionar o acesso às tecnologias da informação e comunicação pelos sujeitos acima citados, através da construção de um laboratório de informática, onde ocorrerão aulas de informática básica e aplicada.	Homens e mulheres, independente da faixa etária	Desde 2023	Tabuleiro do Norte – Comunidade Olho D’água dos Currais e comunidades da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

6.1.1 Projeto Sementes da Vida

O primeiro projeto de que trataremos nesta seção é o *Sementes da Vida*, iniciado em 2020, o qual possui a maior abrangência e tem como objetivo:

[...] melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras, fortalecendo sua autonomia, segurança e soberania alimentar e nutricional, por meio do resgate, recuperação e proteção de estoques tradicionais de sementes, construção de Casas de Sementes Comunitárias, formação em Agroecologia e fortalecimento da Rede de Intercâmbio de Sementes - RIS, uma rede de troca de sementes crioulas (AEFAJA, 2022, p. 20).

Para atingir este objetivo, o projeto vem promovendo diversas atividades próprias que contemplam parte considerável de dimensões da Agroecologia, bem como outras atividades em conjunto com os demais projetos desenvolvidos pela AEFAJA. Esta articulação é importante, sobretudo dada a abrangência de sua atuação.

O Projeto Sementes da Vida é desenvolvido em colaboração com a Cooperativa Mista de Trabalho, Assessoria e Consultoria Técnico Educacional (COMTACTE) e 16 (dezesesseis) associações comunitárias, tem como estimativa que seja desenvolvido com aproximadamente 400 pequenos agricultores do Vale do Jaguaribe e beneficie cerca de 1.330 pessoas diretamente e 6.650 pessoas indiretamente, ampliando seus estoques de sementes crioulas, para desenvolver 16 novas Casas de Sementes nativas (mandioca, feijão, arroz, milho, inhame, entre outros).

Quando tratamos de sementes crioulas, nos referimos a uma:

[...] diversidade de espécies que foram selecionadas, cuidadas, melhoradas e preservadas pelos seres humanos e que hoje se encontram nas mãos de agricultoras e agricultores camponeses, diversos povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, vazanteiros e outros, que são também guardiães e guardiões de sementes (Maronhas, Silva e Görden, 2022, p. 684).

As sementes crioulas pertencem a comunidades e famílias que foram preservando-as durante anos e décadas, coletando e armazenando, a partir de uma seleção visual, aquelas que melhor se adaptavam às características de determinado ambiente. Para o desenvolvimento do Projeto Sementes da Vida pela EFA Jaguaribana, houve compra de sementes crioulas oriundas do território da Borborema, na Paraíba, onde são denominadas Sementes da Paixão.

O Projeto Sementes da Vida tem abrangência regional e contempla nove municípios do Vale do Jaguaribe, a saber: Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Russas, São João do Jaguaribe, Potiretama, Aracati, Fortim, Itaiçaba e Palhano. A partir das Casas de Sementes e do

acompanhamento técnico às comunidades, retoma uma prática por vezes esquecida, que é o armazenamento e distribuição de sementes crioulas (AEFAJA, 2021).

Dentre as atividades de destaque do referido projeto, podemos destacar: a) a articulação com comunidades camponesas com vistas à construção das Casas de Sementes; b) reuniões para planejamento e avaliação de atividades do projeto; c) rodas de conversa sobre temáticas diversas; d) vivências em bioconstrução e intercâmbios com outras comunidades que desenvolvem projetos semelhantes; e) realização de oficinas sobre Gestão das Casas de Sementes e reuniões sobre funcionamento do Fundo Rotativo Solidário; f) participação em *lives* realizadas pela equipe de Comunicação da AEFAJA para divulgar o projeto e suas ações; g) busca de parcerias com Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional no Vale do Jaguaribe; h) realização e participação em encontros que tratem de temáticas como agroecologia e convivência com o semiárido; i) e, mais recentemente, oficinas de fantoches que abordaram, junto a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, as temáticas anteriormente citadas.

A figura a seguir destaca as Casas de Semente do Vale do Jaguaribe e as comunidades onde estão localizadas.

Figura 19 - Casas de Semente do Vale do Jaguaribe e respectivas comunidades onde estão localizadas



Fonte: Apresentação AEFAJA (2022).

Como explicitado, o Projeto Sementes da Vida vem sendo desenvolvido em 9 (nove) municípios do Vale do Jaguaribe, contemplando 16 (dezesseis) comunidades camponesas, uma destas é a Baixa do Juazeiro, localizada na Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte. É uma das diversas comunidades da Chapada impactadas pela territorialização do agronegócio do setor de algodão, que ocorre, principalmente, a partir de 2020. Em atividade de campo em junho de 2022 e em abril e maio de 2023, identificamos alguns destes impactos, a saber: a expropriação camponesa e o cercamento de comunidades, o envenenamento de abelhas e a injustiça hídrica.

A territorialização da Agroecologia nestas comunidades ocorre paralelamente à territorialização do Agronegócio, numa dissimetria de poderes incalculável. Neste processo, camponeses(as), articulados do seu modo, vêm promovendo a resistência, sobretudo, em defesa de seus direitos de (sobre)viver no território, buscando formas de garantir a sua reprodução social. O Projeto Sementes da Vida, para além de intencionar a construção das Casas de Sementes, vêm animando as comunidades a se inserirem nessas lutas populares, usualmente travadas no território.

A Figura a seguir ilustra a fachada da Casa de Sementes Antônio Rodrigues dos Santos, da comunidade Baixa do Juazeiro, em Tabuleiro do Norte.

Figura 20 - Casa de Sementes Antônio Rodrigues dos Santos



Fonte: O autor (2023).

A Casa de Sementes Antonio Rodrigues dos Santos, da comunidade Baixa do Juazeiro, Tabuleiro do Norte, é a que fica mais próxima da sede da EFA Jaguaribana, por isso, foi a escolhida para representar as outras 16 existentes. Ela carrega a ancestralidade de diversas formas: seja pelo seu nome, em alusão a um camponês da Chapada do Apodi, seja por incentivar o resgate de uma prática bastante comum no nosso semiárido, que é o armazenamento e a troca de sementes crioulas entre camponeses, ano a ano. A Casa de Sementes divide o prédio com uma Associação Comunitária, onde acontecem reuniões para tratar de assuntos pertinentes ao projeto relativas às organizações internas da comunidades – muito embora se busque uma articulação entre as duas experiências.

Na parte interna, há duas estantes, onde ficam armazenadas, em garrafas *pet*, as sementes selecionadas para o projeto e outras que já foram compartilhadas pelas comunidades. A figura 21 ilustra o interior da Casa de Sementes.

Figura 21 – Interior da Casa de Sementes Antônio Rodrigues dos Santos



Fonte: O autor (2023).

Na figura acima, vemos o guardião responsável pela Casa em questão segurando sementes de milho; ao fundo, há, também, feijão, fava, coentro e gergelim, comuns às culturas

de parte significativa dos(as) camponeses(as) da região. Em diálogo, o guardião destacou um pouco a importância da Casa de Sementes e seu *modus operandi*.

Aqui, a gente está na nossa Casa de Sementes, que foi inaugurada há pouco mais de um mês... dois meses, talvez. Aí está em fase de início de seus trabalhos, da sua atividade. Nós já formamos o Comitê Gestor da casa, são quatro pessoas. É um projeto que veio pra nós através da EFA (AEFAJA). [...] E a gente quer o resgate do que os nosso pais tinham, que é as sementes crioulas. Hoje, nós, mais novos, não temos o cotidiano, de nós selecionarmos nossas sementes. Hoje nós esperamos. Cada produtor espera que o governo venha com a semente. Nossos pais não esperavam por isso, não. Tinham sua própria semente. Então hoje aqui foi inaugurada essa Casa de Sementes, Antonio Rodrigues dos Santos, que é o nome batizado da casa. E aí essa Casa de Sementes, a nossa associação abrange 7 comunidades. Então, pessoas dessas 7 comunidades que faz parte da nossa associação, se quer fazer parte da Casa de Sementes, fica à vontade, vem aqui, faz o seu cadastro. A gente vai fazer aqui os cadastros dos associados dessas comunidades, a carteirinha, o cartão. E a pessoa vai poder ter acesso ao fundo rotativo e às sementes (Guardião – Casa de Sementes, entrevista em 5 de maio de 2023).

Na atividade de campo, em maio e abril de 2023, conhecemos o guardião responsável pela Casa de Sementes Antonio Rodrigues dos Santos. Trata-se de um líder comunitário, o qual também tem uma importante inserção política na Chapada, acalorando os camponeses para a organização e a participação sociopolítica, necessária aos enfrentamentos e busca por garantia de direitos básicos, como acesso à água pelas comunidades, por exemplo.

Em sua fala, o guardião destacou a abrangência da Casa de Sementes em questão, que beneficiará 7 (sete) comunidades camponesas da Chapada e sua gestão compartilhada; também manifestou o apreço pela prática ancestral de armazenamento de sementes crioulas, que vem sendo retomada no trabalho da EFA Jaguaribana, principalmente com relação a como esta gera autonomia aos camponeses, que não necessitariam mais ficarem limitados ao calendário do estado para a distribuição e o acesso a sementes para o plantio, como costuma ocorrer desde a implantação de programas como o Hora de Plantar.

Segundo uma das técnicas do projeto, entrevistada para fins desta pesquisa:

[...] com o programa do governo, que é o Hora de Plantar, que as pessoas começaram a receber *[do estado]* outras sementes *[geneticamente modificadas]*. E aí, meio que viciou o agricultor a perder essa prática de plantar e guardar a semente. Então a Casa de Sementes vem com esse intuito de dar autonomia pras famílias, porque às vezes a semente chega numa época que já passou a época de plantio, é uma semente que só tem um ciclo de produção, não pode guardar. Mesmo que eles quisessem guardar, próximo ano o vigor vegetativo dessa semente é quase zero, pode ser também que ela venha contaminada (Técnica 1 - Entrevista realizada em 31 de agosto de 2023, grifos nossos).

O programa citado, Hora de Plantar, tem como objetivo “fortalecer a agricultura familiar, utilizando sementes e mudas de elevado potencial genético que propiciem o aumento da produtividade das culturas e melhorem o nível de renda dos(as) beneficiários(as)” (Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará - SDA, 2014). Segundo a entrevistada, por vezes havia atrasos na entrega das sementes no Hora de Plantar, acarretando em perda de autonomia das famílias para o início do plantio anual e, por consequência, atrasos na colheita, fato que seria mitigado com a retomada da prática de seleção e armazenamento das sementes crioulas.

Consideramos o Projeto Sementes da Vida uma iniciativa fundamental para a territorialização e fortalecimento da Agroecologia no Vale do Jaguaribe, seja pela sua abrangência, seja pela diversificação de atividades e teor conscientizador e articulador das mesmas. O referido projeto traz indicativos importantes sobre o potencial comunitário e sobre a organização e participação sociopolítica camponesa nesse processo.

6.1.2 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

O projeto *Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER* foi realizado pela Cáritas Brasileira Regional (Ceará) em parceria com a EFA Jaguaribana, tendo apoio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Ceará. O objetivo deste projeto era oferecer serviços de ATER visando apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar-camponesa através de assistência técnica e extensão rural com foco na comercialização da produção. Deste modo, o público beneficiado tratava-se de agricultores e agricultoras de Tabuleiro do Norte e Mulungu.

Em Tabuleiro do Norte, as atividades do projeto abrangem os Assentamentos Lagoa Grande II, Groelândia, Charneca e Donato, e contemplaram 244 famílias; por sua vez, no município de Mulungu, a ATER chegou a 33 famílias, de seis comunidades, a saber: Souza, São Roque, Catolé, Couros, Jardim e João Lopes, perfazendo um total de 277 famílias acompanhadas na comercialização de suas produções. No desenvolvimento do projeto, ainda no período pandêmico, foram realizadas capacitações, cursos, oficinas e orientações técnicas às famílias atendidas, versando sobre as temáticas de produção e comercialização – em especial, o Manejo Ecológico da Agricultura e Fundos Rotativos Solidários -, a partir dos enfoques da Agroecologia e da Economia Popular Solidária (AEFAJA, 2022, p. 32).

Assim, neste projeto, há um importante enfoque nas dimensões técnica e administrativa da Agroecologia, mas também um diálogo de saberes que merece ser discutido, considerando a finalidade desta tese. Em texto publicado na Memória Institucional da EFA

Jaguaribana de 2022, acerca da ATER, o Engenheiro Florestal e Biólogo, Daniel de Souza Lemos, educador da EFA, destaca:

Os processos de comunicação são importantes, pois possibilitam a construção de novos conhecimentos envolvendo os saberes técnicos científicos integrados às experiências que as famílias possuem. Diante disso a Agroecologia serve como referência através de seus princípios que envolvem desde técnicas de produção sustentáveis e também a organização comunitária e no Bem Viver (AEFAJA, 2022, p. 32).

Essa afirmação nos possibilitou dialogar com a obra *Extensão ou Comunicação*, de Paulo Freire, na qual o autor traça um paralelo pertinente entre a relação do agrônomo com os camponeses; uma relação de doação de conhecimento, numa hierarquia, em que o primeiro traz prontas as fórmulas para o trabalho do segundo, que docilmente as acata.

Ou seja, quando Daniel sugere a importância da comunicação neste processo, defende-se a necessidade de uma síntese que abrigue a eficácia e a necessidade dos conhecimentos que a universidade pode proporcionar ao agrônomo ou técnico em agropecuária, que em contrapartida pode buscar, junto aos camponeses, formas de aplicá-los ou adaptá-los à sua realidade, num diálogo intersubjetivo com os saberes da experiência e das vivências dos agricultores/camponeses.

No que tange à agroecologia, o respeito à cultura camponesa e ao seu modo de viver e produzir deve estar calcado às nuances deste processo, considerando, ainda, a produção sustentável, a organização comunitária, o associativismo e o Bem Viver, como defendido na passagem ora destacada. Neste sentido, não cabe nesta relação um diálogo de saberes desinteressado e falsamente preocupado com a transformação social; este diálogo deve subentender um olhar atento, contextualizado e atravessado pela realidade, pelos conflitos que cercam o território e pelas possibilidades de resistência e superação.

Como impactos do projeto, a EFA Jaguaribana destacou:

A partir da ATER é constatado a importância da Agricultura Familiar Camponesa para a produção de alimentos inclusive em sua diversidade. Nas unidades de produção das famílias podemos encontrar milho, feijão, jerimum, melancia, gergelim, caju, cajarana, ata, tamarindo, acerola, limão, laranja, banana, mamão hortaliças, legumes e ervas medicinais, enfim uma diversidade de plantas que contribuem para a segurança alimentar da região. Ainda podemos encontrar uma forte aptidão na criação de animais contribuindo na produção de carne, leite, ovos e mel (AEFAJA, 2023, p.32).

Diante do exposto, o projeto de ATER mostrou-se imprescindível para a territorialização da Agroecologia, uma vez que possibilitou a formação camponesa e a construção de estratégias, do ponto de vista técnico, para a produção e comercialização das

culturas. Por isso, sua metodologia e enfoques merecem discussão, socialização e reprodução em outros territórios, dados os impactos ora apresentados.

6.1.3 Projetos “Quintais de saberes e sabores do semiárido” e “Mulheres camponesas e quilombolas do Vale do Jaguaribe”

Optamos por discutir, de forma conjunta, importantes projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana, voltados às mulheres camponesas e quilombolas do Vale do Jaguaribe, quais sejam: *Quintais de saberes e sabores do semiárido* e *Mulheres camponesas e quilombolas do Vale do Jaguaribe*, iniciados em 2022, os quais possuem objetivos diversos e complementares, a saber:

Potencializar a qualidade de vida e a capacidade produtiva de famílias agricultoras camponesas do semiárido através do fortalecimento de quintais de produção agroecológica, troca de saberes tradicionais e práticas de sustentabilidade ambiental.

Fortalecer quintais produtivos de famílias agricultoras de Tabuleiro do Norte, tendo à frente mulheres camponesas, possibilitando maior diversidade na produção e aumento da produtividade.

Estimular a recuperação, a partilha e a multiplicação de saberes tradicionais sobre os diversos aspectos da vida e da cultura camponesa através das Conversas de Quintal realizadas nos quintais de produção agroecológica, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Avançar nos processos de sustentabilidade ambiental em comunidades rurais que sofrem com desmatamento, queimada, acúmulo de resíduos e uso de agrotóxicos, através de ações de formação, de produção de mudas e de Reflorestamento da caatinga, com o apoio do Viveiro de Mudas e da Agrofloresta da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé (AEFAJA, 2023, p. 28).

Seu público alvo consiste em mulheres camponesas do Baixo Jaguaribe, particularmente dos municípios de Tabuleiro do Norte e São João do Jaguaribe, e quilombolas do litoral do Aracati. Para fins desta tese, daremos enfoque às atividades desenvolvidas nos dois primeiros municípios, tendo em vista abrangerem mulheres camponesas. Mesmo assim, consideramos pertinente que estudos posteriores ampliem esta discussão, inserindo análises sobre a importância destes projetos no âmbito dos quilombos, a partir dos olhares das próprias integrantes e pertencentes às comunidades, a fim de tratarem, dentre outros aspectos, da construção e afirmação de uma identidade negra e da defesa de seus territórios pelas participantes.

As atividades principais destes projetos foram as conversas de quintal, as quais ocorriam nas casas das participantes do projeto. A metodologia consiste na discussão inicial de

uma temática relativa ao cotidiano das comunidades, com posterior intervenção dialogada pelas participantes do projeto. Destacamos que, para além da importância da articulação feminina neste processo de territorialização da Agroecologia nos municípios contemplados, as temáticas focalizam temáticas pertinentes à organização e participação sociopolítica camponesa nos territórios.

Um dos encontros projeto foi realizado na comunidade Santo Estevão, Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte. Trata-se de uma das diversas comunidades impactadas negativamente pelo *modus operandi* do agronegócio do algodão. Logo, o enfoque inicial da conversa de quintal foi a discussão de uma matéria publicada no jornal Diário do Nordeste, cuja manchete destacava: “Produção de algodão no Ceará deve gerar 4 mil empregos e R\$ 60 milhões em 2022”. A problematização inicial girou em torno do impacto da territorialização do Agronegócio.

Como forma aprofundamento da questão inicial e de leitura do mundo com conscientização, a conversa de quintal seguiu-se, abordando as seguintes temáticas, mediante trabalho em grupo: 1) *Direito de Acesso à Terra e ao Território*; 2) *Direito à água e os cuidados com as águas dos reservatórios e fontes*; 3) *Uso de agrotóxicos pelas e empresas e consequências nas unidades de produção familiar*; 4) *Importância do cultivo e do uso de plantas medicinais para a saúde familiar e comunitária*; 5) *Sementes Tradicionais e as Casas de Semente Comunitárias*. Este momento foi marcado pela reunião dos grupos, discussão da temática e construção de uma síntese, posteriormente apresentada em assembleia.

A figura a seguir destaca o registro deste momento:

Figura 22 - Conversa de quintal



Fonte: EFA Jaguaribana (2022).

Podemos identificar a apresentação do cartaz elaborado por um dos grupos, acerca das consequências do uso de agrotóxicos pelas empresas do agronegócio. Na síntese de suas leituras de mundo, as mulheres destacaram: poluição da água, do solo e do ar, bem como a palavra MATA, cujo significado não ficou explícito em texto, mas inferimos se referir a morte, dada a figura ao lado, uma caveira, representar o alerta para o risco de contaminação por veneno. O registro desta atividade foi publicado nas redes sociais da EFA Jaguaribana, de onde pudemos recolher o comentário de uma participante do projeto: “Amei, foi maravilhoso. Espero nos encontrar mais vezes, a gente aprende muito nesses encontros de conversas; ganha experiências. É muito bom mesmo!”.

6.1.4 Projeto Sementes crioulas, agrofloresta e sustentabilidade no ambiente semiárido

Outro projeto desenvolvido pela EFA Jaguaribana é o *Sementes crioulas, agrofloresta e sustentabilidade no ambiente semiárido*, cujo objetivo consiste em “contribuir no combate aos impactos ambientais negativos que vêm sofrendo as comunidades camponesas da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte – CE, atuando no fortalecimento das mesmas”. Trata-se de um projeto desenvolvido em 2022, com apoio da Embaixada da Suíça no Brasil, destinado a agricultores e agricultoras da Chapada do Apodi e de Tabuleiro do Norte (AEFAJA, 2023).

O referido projeto possibilitará a construção de um Sistema Agroflorestal, um viveiro de mudas nativas e a construção de uma cisterna calçadão no terreno da EFA Jaguaribana. Não obstante, promoveu reuniões para produção comunitária de sementes crioulas e mudas nativas que serão usadas em mutirões de reflorestamento do terreno.

Neste sentido, de acordo com os proponentes e executores, o projeto “Sementes Crioulas/Tradicionais, Sustentabilidade e Agrofloresta” fortalecerá as comunidades da Chapada do Apodi e as Casas de Sementes Comunitárias de Tabuleiro do Norte.

6.1.5 Fortalecendo a Educação do Campo através da Inclusão Digital

O projeto *Fortalecendo a Educação do Campo através da Inclusão Digital*, iniciado em 2023, busca “fortalecer e impulsionar ações formativas voltadas, especialmente, para as pessoas do campo, mulheres e homens, sejam elas crianças, jovens, adultas ou idosas, as quais, historicamente, estiveram excluídas do acesso a direitos, básicos ou não” (AEFAJA,

2023, p. 30). Seu público alvo é bastante diverso em perfis de gênero, moradia e instrução; contempla educandos do curso Técnico em Agropecuária da EFA Jaguaribana e camponeses(as) das comunidades Olho D'água dos Currais e da Chapada do Apodi (Tabuleiro do Norte), independentemente da faixa etária.

O projeto vem sendo concretizado após a construção, pela EFA Jaguaribana, de um laboratório de informática, onde atualmente ocorrerem aulas do curso de informática básica e aplicada, destinado às comunidades do entorno da escola.

O projeto também estabelece conexão com ações educativas em andamento, como a formação em Ensino Médio e Técnico em Agropecuária, apresentando enfoque na Agroecologia e na Convivência com o Semiárido. Consideramos que o laboratório de informática implica em um espaço de mediação pedagógica utilizado pelos educandos do Curso Técnico em Agropecuária, a fim de facilitar o desenvolvimento de atividades escolares, produção de material, acesso a conteúdos em *sites* de pesquisa, dentre outros.

O acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICS) é um dos enfoques dados pelo projeto, uma vez que caminha lado a lado com a comunicação popular e a produção e socialização de conhecimento. Consideramos, também, que, mediante o acesso às TDICs, o projeto possibilita a interação entre comunidades-educandos-escola, de forma híbrida, fazendo-as visualizar, discutir e apresentar seu cotidiano *online*.

Não obstante, permite aos camponeses atendidos pelo curso de informática básica, o acesso a conhecimentos utilizados para compartilhamento, via redes sociais, das culturas de seus quintais produtivos, possibilitando, ainda, a comunicação para negociação e venda dos mesmos. De acordo com Borges (2008, p. 147):

A inclusão digital ocorre quando o indivíduo utiliza a informática como um meio de acesso à educação, ao trabalho, às relações sociais, à comunicação e ao exercício de sua cidadania. Portanto, incluir o indivíduo digital e socialmente requer ações que lhe ofereçam condições de autonomia e habilidade cognitiva para compreender e atuar na sociedade informacional.

De posse desse entendimento sobre a função pedagógica da inclusão digital, identificamos que o fortalecimento da educação do campo ocorre concomitantemente com esse processo de democratização do conhecimento e comunicação social. Assim, consideramos uma importante e necessária iniciativa da EFA Jaguaribana, sobretudo por se tratar de inclusão digital no campo, com impactos no cotidiano e no trabalho dos beneficiados pelo projeto.

6.1.6 Consórcios Agroecológicos

Por último, dentre o recorte dos projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana, destacamos o mais recente deles, intitulado “Consórcios Agroecológicos no Vale do Jaguaribe”, integrante do Projeto Sementes da Vida, cujas atividades tiveram início ao final de 2022 e voltam-se à produção de algodão agroecológico por famílias de Limoeiro do Norte e Potiretama.

A ideia de consórcio agroecológico consiste na produção de uma cultura em consonância com outras culturas distribuídas em faixas, no mesmo local; ou seja, mesmo que haja foco na produção de determinada cultura, isto deve ocorrer de forma diversificada no agroecossistema (Almeida, Oliveira e Bezerra, 2009). Dentre os pontos positivos desta prática, destacamos: sua adequação a pequenas áreas produtivas, como característico das propriedades de famílias camponesas; baixo custo de capital despendido pelos produtores; diversificação de culturas; equilíbrio do ecossistema e controle de pragas; e aumento de produtividade na propriedade (Tavella *et al.*, 2011).

Na proposição deste projeto da EFA Jaguaribana, destaca-se:

Os consórcios agroecológicos visam a produção de algodão junto a produção diversificada de alimentos que inclui culturas como o milho, feijão, gergelim, macaxeira, caju, entre outras que garantem a segurança alimentar sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químico-industriais (AEFAJA, 2022, p. 16).

A produção referente a esse projeto é adquirida pela *Vert-Veja Fair Trade*, empresa francesa que atua na confecção de tênis, cuja matéria prima é o algodão agroecológico produzido no semiárido brasileiro e no Peru. No Vale do Jaguaribe, participam deste projeto famílias camponesas de Limoeiro do Norte, precisamente da comunidade Cabeça da Vaca, e de Potiretama, as quais já se encontram em fase de produção e colheita do algodão e de outras culturas realizadas em consórcio.

Além do acompanhamento da produção de algodão agroecológico, a EFA Jaguaribana tem promovido encontros de intercâmbio de experiências entre os participantes do projeto e comunidades camponesas do Ceará e do Rio Grande do Norte que produzem em consórcio agroecológico, bem como tem incentivado a participação em eventos que tratam desta temática, a exemplo do “Encontro das Famílias do Algodão Agroecológico Semeando Relações, Unindo Territórios”, realizado em Martins (RN), de 30/11 a 01/12/2022, que teve

articulação e representações de diversos estados brasileiros, a fim de fortalecer iniciativas em execução e incentivar a promoção de outras, no território nordestino.

Por ser um projeto que ainda se encontra em execução, nos limitaremos a esta breve descrição de suas atividades iniciais e em andamento, ao passo que destacamos a importância de outros estudos enfocarem a dinâmica de atuação no território, impactos socioambientais e econômicos, considerando a vida das famílias camponesas envolvidas direta ou indiretamente.

Considerando os demais projetos apresentados e as atividades gerais da Associação, publicadas nas redes sociais e nas Memórias Institucionais da AEFAJA, conseguimos quantificar 124 ações realizadas no período compreendido entre janeiro de 2020 e dezembro de 2022, conforme o quadro a seguir.

Quadro 9 - Síntese de Atividades da AEFAJA (Janeiro/2020 a julho/2023)

NÚCLEO/PROJETO	2020	2021	2022	Total
Atividades Gerais	44	11	38	49
Sementes da Vida	2	15	34	51
Mulheres Camponesas e Quilombolas do Vale do Jaguaribe	-	-	6	6
Quintais de Saberes e Sabores do Semiárido	-	-	5	5
Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	-	2	2	4
Sementes Crioulas, Agrofloresta e Sustentabilidade no Ambiente Semiárido	-	-	9	9
Fortalecendo a Educação do Campo Através da Inclusão Digital	-	-	-	-
Projeto Piloto de Algodão em Consórcio Agroecológico	-	-	-	-
Total (ano)	2	28	94	
Total (2020 a 2022)	124			

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As ações ora sistematizadas serão pormenorizadas no tópico a seguir, observando como se aproximam e contemplam as dimensões da Agroecologia.

6.2 Dimensões da Agroecologia nos projetos desenvolvidos pela AEFAJA

Todos os projetos desenvolvidos pela AEFAJA têm como objetivo principal melhorar as condições de vida das comunidades rurais e promover a Agroecologia, a Convivência com o Semiárido, fortalecer a soberania e segurança alimentar e a preservação das sementes crioulas (Memória AEFAJA, 2022)

Neste tópico, tratamos das dimensões da Agroecologia presentes nos projetos desenvolvidos pela AEFAJA. Devemos lembrar que, segundo Machado e Machado Filho (2017), as dimensões da Agroecologia envolvem a escala (produção em larga escala), questões políticas, sociais, econômicas, ambientais, culturais, éticas, administrativas e técnicas, que se coadunam em torno da soberania alimentar. Compreendemos, também, que estas dimensões compõem um todo estruturado, o qual não pode ser visto em partes isoladas; evidentemente, isso não significa ignorar suas particularidades, mas buscar os pontos de encontro entre as mesmas.

Ao realizar a sistematização de atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos da EFA Jaguaribana (apêndice F), percebemos momentos cuja intencionalidade, mesmo que despretensiosamente, direcionava-se a determinadas dimensões da agroecologia, mas também identificamos que estas dimensões facilmente se imiscuem neste processo. Ressaltamos que todas as dimensões da agroecologia, apresentadas didaticamente nesta tese sob o olhar de Machado e Machado Filho (2017) e Caporal e Costabeber (2004), foram contempladas pelos projetos desenvolvidos.

Destacamos, ainda, que, em nossa compreensão, as dimensões ambiental e da soberania alimentar perpassam quaisquer atividades desenvolvidas pela EFA Jaguaribana. A primeira, por considerar o processo de produção sustentável de alimentos (mediante a aplicação de procedimentos agrícolas que eliminem e minimizem a contaminação ambiental) e a nossa relação com a natureza; a segunda, por corresponder à distribuição e ao consumo desses alimentos, à segurança alimentar e à erradicação da fome. Neste sentido, não haverá tópicos exclusivos a elas dedicados.

Para facilitar a catalogação de atividades e identificá-las em consonância com as dimensões da agroecologia, o quadro a seguir apresenta os projetos⁴⁵ da AEFAJA e as suas respectivas siglas, as quais doravante serão retomadas nos demais quadros.

Quadro 10 - Siglas dos projetos da EFA Jaguaribana

NÚCLEO/PROJETO	SIGLA
Atividades Gerais	AG
EFAaoVivo	EFAV
Sementes da Vida	SV
Mulheres Camponesas e Quilombolas do Vale do Jaguaribe	MCQVJ
Quintais de Saberes e Sabores do Semiárido	QSSS
Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	ATER
Sementes Crioulas, Agrofloresta e Sustentabilidade no Ambiente Semiárido	SCASAS
Fortalecendo a Educação do Campo Através da Inclusão Digital	FECAID
Projeto Piloto de Algodão em Consórcio Agroecológico	PPACA

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

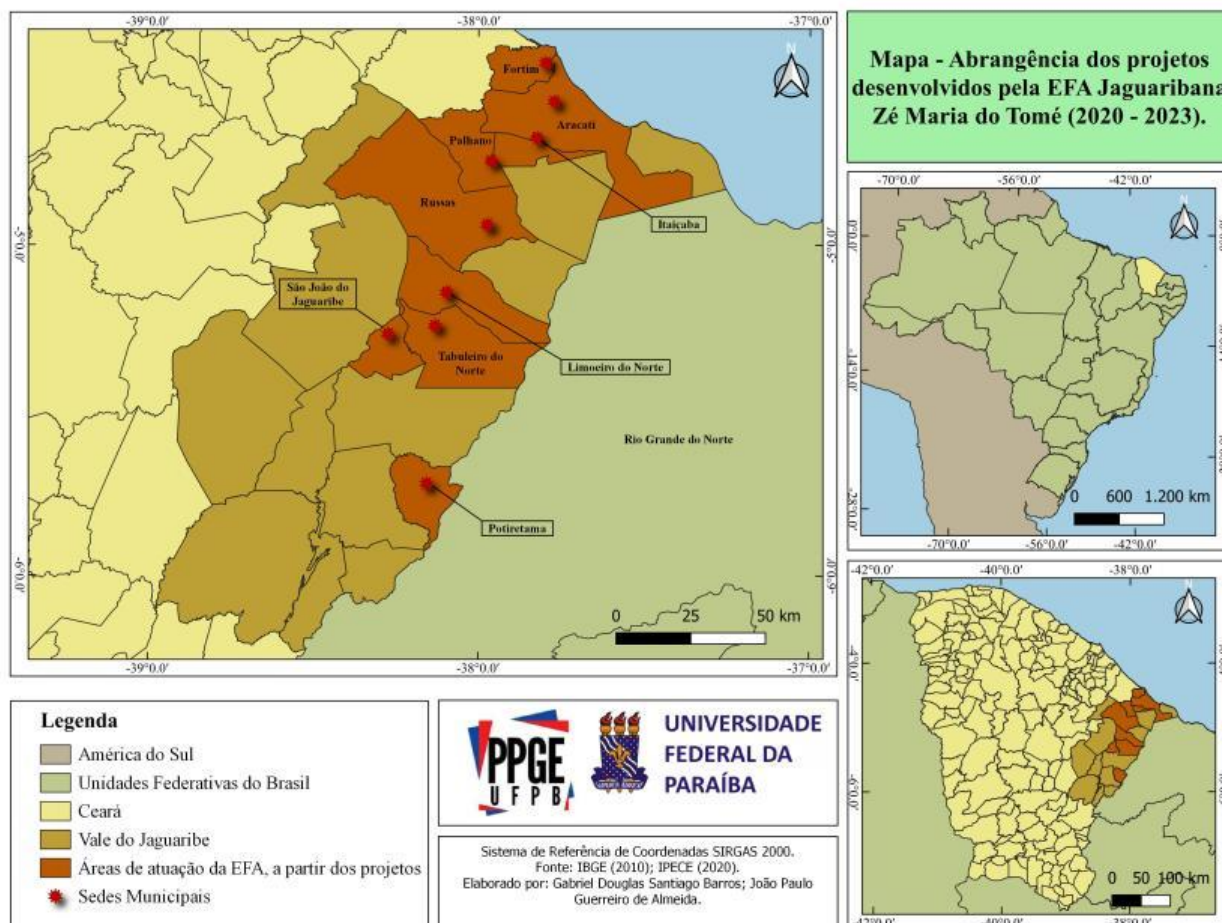
A seguir, por meio de quadros, trataremos desta sistematização das atividades dos projetos da EFA Jaguaribana.

6.2.1 Dimensão da Escala

A primeira dimensão que apresentamos é a *escala*, que diz respeito à abrangência/alcance da produção agroecológica. O mapa a seguir explicita o alcance dos projetos da EFA Jaguaribana, a nível regional.

⁴⁵ No mesmo quadro, inserimos as atividades gerais da Associação, uma vez que estas também contemplam dimensões da agroecologia.

Mapa 7 – Abrangência dos Projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé (2020-2023)



Fonte: Elaborado por Gabriel Douglas Santiago Barros em colaboração com o autor desta tese (2024).

Observando o mapa, percebemos que a abrangência dos projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana é diversa, a qual sintetizaremos da seguinte forma:

- ✓ Todos os projetos contemplam o município de origem da escola (Tabuleiro do Norte). Considerando isso, identificamos, neste município, a maior diversificação de abordagens e contempla significativamente as dimensões da agroecologia. Pensando a nível municipal, pode-se encontrar vários indicativos de como e por que é importante pensar a agroecologia neste território ora desafiado pelo *modus operandi* do agronegócio na Chapada do Apodi.
- ✓ Embora enunciado o fato no destaque anterior, é importante mencionar que os projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana não se restringem a Tabuleiro do Norte. Exemplo disso é o Projeto Sementes da Vida, que possui maior abrangência, totalizando nove municípios atendidos.

Assim, como diversas vezes salientado no decorrer desse texto, consideramos que a Agroecologia tem uma perspectiva de classe e se manifesta como contraponto à produção predatória do Agronegócio. A dimensão da escala compreende que, sob um enfoque agroecológico, deve-se ser capaz de produzir na mesma proporção do Agronegócio, ou seja, em larga escala, mesmo que modificadas as suas finalidades. Desta forma, produzir o suficiente para alimentar a população mundial, também lançando mão de tecnologias sustentáveis e compatíveis com a referida produção. Ou como trazem Rosset e Barbosa (2019, p. 47), “[...] levar a agroecologia à grande escala, conseguir sua massificação ou territorialização significa que, ao invés de ser praticada por poucas famílias em um território pequeno, torna-se uma prática de muitas famílias em um território grande”.

De tal modo, pensando no escalamento, vemos que a EFA Jaguaribana tem dado bons indicativos sobre como promover a territorialização da agroecologia no Vale do Jaguaribe de forma abrangente e não restrita a poucas famílias. Estas últimas, por sua vez, podem ser capazes de compartilhar experiências com outras famílias e comunidades, sensibilizando-as a se inserirem neste movimento pensado para garantir a massificação destes estilos de agriculturas sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2009) de base ecológica. Trata-se de uma dimensão que orienta para um olhar ampliado: partindo do local, para o regional e o nacional.

6.2.2 Dimensões técnica e administrativa

As dimensões da administração e da técnica são importantes para pensar a agroecologia, uma vez que se depende da técnica para construir os sistemas de produção diversificada, a exemplo das agroflorestas, cultivos em consórcio e criação de animais, ou para a redução da dependência de externos, como fertilizantes químicos e pesticidas, ou para o desenvolvimento de tecnologias sociais para a convivência com o semiárido. Neste sentido, a técnica, a tecnologia e o profissional que as propõe são fundamentais na produção agroecológica; não como sinônimo de intervenção e doação de um conhecimento aos camponeses, mas como formas de construção coletiva e dialógica de saberes. Uma boa técnica, alinhada ao diálogo entre pares (técnico ou agrônomo-camponeses e camponeses-camponeses) pode influenciar na socialização de experiências exitosas, consequentemente, na produção das unidades familiares, possibilitando, ainda a ampliação da escala neste processo.

O quadro a seguir versa sobre as atividades voltadas à dimensão técnica da Agroecologia nos projetos da EFA Jaguaribana.

Quadro 11 - Atividades voltadas à dimensão técnica da Agroecologia

ATIVIDADE	PROJETO
Parceria entre AEFAJA e Cáritas Regional Ceará para realizar o projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e respectivas reuniões com as comunidades beneficiadas com o Projeto.	ATER
Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de ATER, de acompanhamento aos agricultores.	ATER
Visita à Casa de Vegetação no quintal produtivo de Dona Graça, na Comunidade de Santo Estevão, em Tabuleiro do Norte - CE, com objetivo de conhecer a estrutura de sua unidade de produção familiar.	SV, MCQVJ e SCASAS
Aquisição de Tecnologia poupadora de mão-de-obra (motocultivador) que auxilia famílias nos Consórcios Agroecológicos.	SV
Construção da cisterna calçadão da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	SCASAS

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Sobre as atividades dos projetos da EFA Jaguaribana que contemplam a exclusivamente a dimensão técnica da agroecologia, destacamos a importância de projetos como o de *Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)* para o acompanhamento aos camponeses em suas atividades no campo, do *Sementes da Vida (SV)*, que possibilitou a aquisição de ferramentas para atividades no campo, promoveu intercâmbios com unidades produtivas de territórios diversos e, junto aos projetos, como o *Mulheres Camponesas e Quilombolas do Vale do Jaguaribe (MCQVJ)* e o *Sementes Crioulas, Agrofloresta e Sustentabilidade no Ambiente Semiárido (SCASAS)*, incentivou a socialização e a implantação de tecnologias sociais para a convivência com o semiárido⁴⁶ em quintais produtivos de camponeses participantes dos projetos.

No que concerne à parte administrativa, destacamos duas atividades desenvolvidas com finalidade exclusiva para tal e que, portanto, compõem este tópico.

Quadro 12 - Atividades voltadas à dimensão administrativa da Agroecologia

ATIVIDADE	PROJETO
Realização de Oficinas de Gestão de Casas de Sementes Crioulas	SV
Realização de Oficinas sobre o fundo rotativo das Casas de Sementes Crioulas	SV

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No campo administrativo, o projeto Sementes da Vida teve duas atividades importantes, a saber: as oficinas sobre gestão e sobre o fundo rotativo das Casas de Sementes Crioulas. Do ponto de vista da gestão, destacamos que cada Casa de Semente deve ter administração comunitária e, preferencialmente, estar vinculada a uma associação comunitária; neste sentido, as oficinas versaram sobre os meandros de tais características e finalidades.

⁴⁶ Como exemplos de implantação de tecnologias sociais, destacamos as Casas de Vegetação - para o cultivo protegido de plantas e hortaliças - e a cisterna calçadão - utilizada como reservatório de água em formato cilíndrico, a qual fica coberta e semienterrada, permitindo a captação/armazenamento de águas das chuvas a partir de um calçadão de aproximadamente 200 m² (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, 2017).

No que concerne ao fundo rotativo, trata-se de um recurso da Casa de Sementes, administrado por uma comissão, designado a financiar atividades agrícolas de associados. Estes devem sinalizar interesse por meio de projeto a ser analisado pela comissão e, uma vez aprovado, serão discutidas questões como prazo para pagamento, taxas juros e outras condições pertinentes. Grosso modo, o fundo rotativo é uma poupança comunitária, gerida coletivamente, a fim de fortalecer a agricultura camponesa e incentivar práticas agroecológicas.

Para ilustrar esta questão, destacamos a fala de um entrevistado para esta tese, presidente da Associação da Comunidade Baixa do Juazeiro, Tabuleiro do Norte, responsável pela Casa de Sementes Antônio Rodrigues dos Santos, a qual abrange sete comunidades da Chapada do Apodi.

Nós temos um fundo rotativo, com uma comissão do fundo rotativo. Porque às vezes, um sócio quer desenvolver uma atividadezinha, mas não tem dinheiro. Ele chega: “Ah, eu preciso de uma ajudazinha pra alavancar o meu negócio, comprar isso, comprar aquilo”. Vem aqui na casa de sementes, manifesta o interesse, faz a proposta, nós da comissão vamos lá, analisamos, conhecemos o produtor, damos nosso aval, pronto. Aí vamos só estudar: “Ah, ele vai pagar com quantas parcelas? Vai pagar com quantos por cento a mais?”, que é pra que aumente, pra que o fundo não fique só no que tá, vá sempre aumentando. Aí estando cadastrado na Associação, vamos: “Quem tem interesse de acessar o fundo?”. Tranquilo, estamos aqui pra isso. Aqui todos têm acesso à Associação, todo mês tem reunião da Associação, nós temos uma máquina agrícola que presta serviços pro associado. Nosso trabalho é esse, nossa representatividade é essa e a nossa luta é essa (Guardião – Casa de Sementes, entrevista em 5 de maio de 2023).

Para além do ato de financiamento, consideramos que, dadas as suas finalidades e metodologia participativa, o fundo rotativo solidário é uma estratégia importante para incentivar a autonomia dos participantes do projeto e a organização comunitária para o desenvolvimento de territórios camponeses, pois retira, em partes, a dependência de bancos tradicionais, cujos juros abusivos são desproporcionais à situação econômica dos camponeses e podem impactar no endividamento e no comprometimento da renda familiar.

Compreendemos e destacamos, ainda, que as referidas atividades são fundamentais ao processo de pensar e fazer a agroecologia, pois possuem uma inter-relação direta. Ligam-se ao processo produtivo e à administração e otimização de recursos (financeiros e naturais), ao associativismo e à organização comunitária, ao planejamento de atividades, adoção de técnicas e práticas agroecológicas, bem como à formação para aplicá-las.

6.2.3 Dimensões Política e Social

Estas duas dimensões têm intrínseca relação entre si e entre outras; são indissociáveis e vêm acompanhando toda a atuação da EFA Jaguaribana, perpassada pela territorialização da

Agroecologia, que também é uma construção coletiva de contestação do *status quo* e proposição de alternativas.

A agroecologia, como asseveram Ruas e Schommer (2020), é um campo científico e sociopolítico. Sobre este último aspecto, compreendemos que o social está intimamente ligado ao ser no mundo e aos direitos civis e sociais da sociedade, e o político pressupõe a participação cidadã no exercício da democracia. De igual modo, ambas subentendem a articulação e a organização da sociedade civil na tomada de decisões coletivas sobre o curso da sociedade, garantindo isonomia, inclusão e pluralidade ao processo de territorialização da Agroecologia.

No campo da agroecologia no Brasil, tem sido bastante difundida a ideia da incidência política como este caminho de articulação entre o político e social.

Uma definição possível para a ideia de incidência política seria vê-la como um processo permanente de fazer política, onde um conjunto de ações orienta-se para influenciar o ciclo das políticas públicas e outras ações políticas, normalmente direcionadas a tomadas de decisão. Na verdade, é a própria incidência política que, muitas vezes, garante espaços e mecanismos de participação social (Jomalinis, 2021, p. 7).

Busca-se, neste sentido, garantir repercussões no campo das políticas públicas, pois estas implicam na atuação do Estado num processo que, por vezes, começa restrito e solitário, e paulatinamente se amplia por meio da integração entre sujeitos, movimentos e territórios. Ou seja, a participação social, mediante a articulação e a organização sociopolítica camponesa, é que garante a territorialização da Agroecologia, sendo essa precedida de momentos de construção coletiva nas comunidades, para a análise do cotidiano do território, com seus desafios, demandas sociais e possibilidades.

É com este entendimento que apresentamos a síntese das atividades da EFA Jaguaribana ligadas diretamente ao político e ao social. Importante, também, mencionar que não é nossa intenção encaixotar as dimensões e atividades. Muito pelo contrário, mais adiante tornaremos a identificá-las em diálogo com outras dimensões que perpassam o trabalho da EFA Jaguaribana. Ou seja, trata-se apenas de um exercício para tornar mais didáticos os achados desta tese, conforme o quadro a seguir.

Quadro 13 - Atividades voltadas às dimensões política e social da Agroecologia

ATIVIDADE	PROJETO
Assembleias ordinárias da AEFAJA	AG
Reunião para apresentação de demandas da EFA e da AEFAJA - Entre as demandas da EFA Jaguaribana, estavam: perfuração e instalação de poço; cerca e construção das estruturas físicas da Escola, no terreno de 33ha doado à EFA pelo senhor Jesus Moreira, advogado, ambientalista e sócio da AEFAJA.	AG

Perfuração de um poço profundo bem próximo ao terreno da Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana – AEFAJA, onde funcionará a sede definitiva da Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, como resultado de articulações anteriores	AG
Encontro com lideranças comunitárias participantes do Projeto Sementes da Vida	SV
Reunião sobre fortalecimento de parcerias em torno da Agroecologia, Educação do Campo Contextualizada, Literatura, Cordel, Convivência com o Semiárido e Bem Viver.	AG
Reunião entre AEFAJA e IFCE Tabuleiro do Norte para buscar parcerias utilização de laboratórios, parcerias para realização de estágios, formação pedagógica, dentre outros assuntos.	AG
Participação na reunião do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido (FCVSA) para avaliar as ações do ano de 2021 e planejar o ano de 2022	AG
Participação na I Assembleia da Teia dos Povos Ceará	AG
Participação da AEFAJA e da EFA Jaguaribana no Encontro de criação do Fórum Estadual de Educação do Campo, Indígena, Quilombola, das Águas e do Semiárido	AG
Participação no Encontro de Comunicadoras e Comunicadores da CPT	AG
Participação no Encontro de 15 anos da Rede de Sementes do Xingu	AG
Participação no Encontro Estadual de Saneamento Ecológico Rural	AG
Participação no Encontro das Famílias do Algodão Agroecológico Semeando relações, unindo territórios	AG
Discussão de parcerias com Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional no Vale do Jaguaribe	SV
Encontro da Rede Municipal de Intercâmbio de Sementes– RIS de Limoeiro do Norte	SV
Intercâmbio Virtual de Educação Contextualizada para conhecer o Projeto Contexto - Plataforma Marco Zero, que discute temas diversos em escolas públicas de 21 municípios do interior do Estado do Ceará de 2017 a 2021. Dentre os temas, destacamos: Educação contextualizada, pedagogia da alternância, gênero, enfrentamento à violência contra a mulher, práticas restaurativas e cultura de paz.	AG
Participação no VI Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Tabuleiro do Norte (STRAAF)	AG
Participação no Encontro Estadual de Incidência Política, organizado pelo Fórum Cearense pela Vida no Semiárido	AG
Participação no EFAoVivo para dialogar sobre a importância do Projeto Sementes da Vida	SV
Participação na oficina de planejamento da “Campanha de olho aberto para não virar escravo”, organizada pela Comissão Pastoral da Terra e em demais atividades da Campanha.	AG
Participação em oficina desenvolvida pela Caravana de Vigilância Popular da Saúde, Ambiente e Trabalho, da Fiocruz no território da Chapada de Tabuleiro do Norte	AG
Participação em ato em defesa do Quilombo Córrego de Ubaranas	AG
Participação em ato organizado pelas comunidades da Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte - CE, para garantir perfuração de poço profundo	AG
Participação em Audiência na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em defesa da Comunidade Quilombola do Córrego de Ubaranas	AG
Conversa de quintal na casa de Dona Graça, na Comunidade Santo Estêvão, em Tabuleiro do Norte-CE	MCQVJ e QSSS
Conversa de Quintal na Casa de Sementes "Plantando Resistência"	MCQVJ e QSSS
Conversa de Quintal na Casa de Sementes "Sementes da Terra"	MCQVJ e QSSSate
Realização do Curso de Juristas Populares e organização do Seminário Direitos Humanos e Lutas Populares, para a abertura do curso.	AG

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na atuação da EFA Jaguaribana, de forma explícita e direcionada, as dimensões política e social da Agroecologia perpassam, principalmente, as atividades gerais da Associação (AEFAJA) e algumas atividades dos projetos executados. São exemplos destas:

- ✓ Assembleias gerais – que além de manter a organização e a participação, incitam na comunidade a construção de uma identidade coletiva, fundamental à tomada de decisões e à construção de momentos diversos de interação e de resistência;
- ✓ Realização ou participação em reuniões para a busca de parcerias e ampliação da rede em defesa da agroecologia no Vale do Jaguaribe ou para apresentação de demandas da EFA Jaguaribana, uma vez que a territorialização da Agroecologia não é um processo solitário nem restrito, pelo contrário, pressupõe uma práxis educativo-política;
- ✓ Articulação em Fóruns, Comissões e Movimentos Sociais - por defender um projeto de sociedade e de campo, a EFA Jaguaribana possui o entendimento de que essa resistência construída no território jaguaribano também se dá na articulação e na participação sociopolítica com territórios indígenas e quilombolas. No campo dos Movimentos Sociais, embora não expresso no quadro 13, é importante lembrar que a EFA Jaguaribana compõe o Movimento 21 (M21), fato que será analisado na última seção desta tese.
- ✓ De igual modo, cabe a realização de intercâmbios com diversos territórios, a fim de construir essas parcerias e promover a troca de experiências e compreensões sobre o processo de territorialização da Agroecologia;
- ✓ Participação em eventos (Congresso do Sindicato e Encontro Estadual de Incidência Política) e EFAoVivo, os quais facilitam a interação e expandem o alcance das experiências;
- ✓ Participação em oficinas (Campanha de Olho No Trabalho Escravo e da Vigilância Popular da Saúde, Ambiente e Trabalho), atos reivindicatórios e audiências públicas (em defesa do Quilombo Córrego de Ubaranas e das comunidades camponesas da Chapada do Apodi), tendo em vista a necessidade de incidir no campo dos direitos e das políticas públicas;
- ✓ Conversas de quintal – rodas de conversa, a fim de debater temas diversos relativos ao cotidiano das comunidades, processos de conscientização e práxis, para a libertação;
- ✓ Realização do Curso de Juristas Populares, que trata noções de todas as áreas do direito e de cidadania para lideranças populares, as quais socializarão os conhecimentos junto às suas comunidades.

As dimensões política e social envolvem a mudança de um regime, ou seja, a mudança ou a transformação social, a partir da participação cidade, rompendo com a concentração de renda para uns e pobreza para outros. Para além de um processo de inclusão social, “[...] conforma um sujeito camponês histórico-político” (Rosset e Barbosa, 2019, p. 46). Estas dimensões também dizem respeito ao processo articulatório e mobilizador para o rompimento com diversas situações

de opressão no campo, a exemplo das opressões de gênero, sexualidade e raça/etnia, por isso são fundamentais ao processo de territorialização da Agroecologia.

6.2.4 Dimensão cultural

Compreende a cultura do território/comunidade e os conhecimentos/saberes que os agricultores ou camponeses trazem em suas experiências na produção, mas também os valores e tradições das comunidades camponesas, transmitidas ao longo das gerações. Ainda, compreende uma dinâmica educativa vinculada ao acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, bem como à produção de conhecimentos que considerem as particularidades do campo e das comunidades.

Quadro 14 - Atividades voltadas à dimensão cultural da Agroecologia

ATIVIDADE	PROJETO
Diálogo sobre fortalecimento de parcerias em torno da Agroecologia, Educação do Campo Contextualizada, Literatura, Cordel, Convivência com o Semiárido e Bem Viver.	AG
Participação no edital do Poliniza Buzz, que tinha por objetivo selecionar histórias sobre comida que pudessem inspirar a criação de livros infantis. A EFA Jaguaribana foi contemplada	AG
Oficina de Fotografia Básica com Celular com famílias agricultoras da Comunidade que Sustenta Agricultura – CSA	AG
Oficinas de fantoches	SV

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dentre as atividades ora apresentadas, destacamos as oficinas de cordeis e o teatro de fantoches, como estratégias de produção e socialização de conhecimentos a diferentes públicos, a partir de um olhar atravessado pelo seu cotidiano.

Ainda, podemos destacar a participação da EFA Jaguaribana no edital do Poliniza Buzz, cujo objetivo era selecionar histórias sobre comida que pudessem inspirar a criação de livros infantis. Na ocasião, enviou-se a história “O Mungunzá e a comunidade de Olho d’Água dos Currais”, a qual foi selecionada para integrar o livro “Ivan e Zuzá”, elaborado em colaboração com a EFA Jaguaribana.

IVAN E ZUZÁ:

O Ivan é um menino que gosta muito de milho, muito mesmo, tanto que os amigos zombam dele por causa disso... Já a Zuzá é uma abelha que não aguenta mais o veneno que espalham pelo ar. E buscando um lugar para si, acabam esbarrando suas histórias pelo caminho. Amizade, parceria, essa história inspiradora nos mostra que o caminho pode até ser incerto, mas que é bem importante percorrê-lo junto.

O livro Ivan e Zuzá está disponível em áudio e imagem em:
<<https://www.comidadoamanha.org/ivanezuzaz>>.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O mugunzá é uma comida típica, feita à base de grãos de milho, em versões doces e salgadas. Há diversas receitas e formas de produzi-lo e saboreá-lo. Mais que um alimento, o mugunzá carrega tradições e ensinamentos de famílias e territórios camponeses. De tal modo, na perspectiva da Educação do Campo, transformar essas histórias em livro infantil, é uma forma de resistência, de afirmação da cultura camponesa, fundamental à sucessão e à reprodução social do campesinato; também de promover uma aproximação entre o campo e a cidade, a partir da literatura infantil, uma vez que a referida obra poderá ser distribuída em escolas da rede municipal⁴⁷, a fim de fazer as crianças reconhecerem, desde a mais tenra idade, o campo como permeado por conhecimentos, saberes, vivências e histórias.

Ressaltamos outro ponto dessa relação entre cultura e comunidade. Mediante a atuação e a articulação da EFA Jaguaribana, em 2018, a comunidade do Olho D'água dos Currais realizou o primeiro Festival do Mugunzá, com intuito de “[...] fortalecer os laços de colaboração e de partilha, primando pela valorização das pessoas e da história local. A EFA Jaguaribana propôs e o Olho d'Água dos Currais aceitou tornar visível e festejar o alimento que faz parte de sua história e cultura, transformando em festa o que já foi sinônimo de preconceito e rejeição” (EFA Jaguaribana, 2023).

Como identificamos, a valorização da cultura e da história locais é imprescindível nesse processo de territorialização da Agroecologia, que também a permeado pela construção de uma identidade camponesa. Junto a isso, a valorização dos saberes e estratégias de produção que os camponeses trazem ao longo de sua relação com a terra e a produção também se mostra fundamental para o caminhar. Trata-se, dentre outras questões, de compartilhar e trocar conhecimentos e/ou técnicas, sem invadir ou subjugar-los. Conforme Machado e Machado Filho (2017, p. 197): “[...] o respeito e adequação à cultura dos produtores é atributo inerente à Agroecologia”. Neste sentido, compreendemos haver aqui dois encontros: o primeiro entre as dimensões da técnica e da cultura, sob o viés agroecológico; o segundo é o encontro da Agroecologia com a Educação Popular, na perspectiva de promover uma síntese cultural e uma ecologia de saberes.

6.2.5 Dimensões que se imiscuem no processo

Em nossa sistematização de atividades realizadas pela EFA Jaguaribana, pudemos perceber o alcance e a diversificação de sua atuação, em consonância com o paradigma

⁴⁷ Os diálogos entre a EFA Jaguaribana e a Escola Pública regular já vêm ocorrendo, a exemplo de sua participação na Semana do Chicão, realizada em alusão ao aniversário da Escola Francisco Moreira Filho, em Tabuleiro do Norte. Na oportunidade, debateu-se sobre Educação e questões ambientais.

epistemológico da Educação do Campo e da Agroecologia. Quanto à última, conforme realizamos os levantamentos para a sistematização, fomos desafiados a identificar, neste emaranhado de ações, uma forma de apresentação dos achados que pudesse ser compreensiva e didática, ao passo que nos permitisse detalhar as dimensões da agroecologia presentes nesse processo.

Percebemos, ainda, que essas dimensões facilmente se imiscuem nas atividades realizadas pela EFA Jaguaribana. Ou seja, determinada ação poderia contemplar mais de uma dimensão da agroecologia, o que é importante. Mesmo assim, como proceder diante desse desafio do processo de escrita da tese e análise do material? Consideramos como melhor forma de apresentação, distribuir as atividades em 4 (quatro) grupos, a saber:

- ✓ Grupo 1: Organização ou participação em Feiras Agroecológicas e Festas.
- ✓ Grupo 2: Arrecadação de fundos para a escola e organização de mutirões.
- ✓ Grupo 3: Intercâmbios e apresentação da escola para instituições parceiras.
- ✓ Grupo 4: Planejamento e execução de atividades diversas dos projetos.

No grupo 1, destacamos a organização e/ou participação em Feiras Agroecológicas e Festas nas comunidades.

Quadro 15 - Organização ou participação em Feiras Agroecológicas e Festas

ATIVIDADE	PROJETO	DIMENSÕES
Participação na organização da 1ª Feira Agroecológica da Reforma Agrária e Agricultura Familiar do Baixo Jaguaribe	AG	Política e social, ambiental, econômica e cultural
Participação na organização da Festa da Colheita	AG	Política e social, ambiental e cultural
Participação na Feira Estadual Agroecológica e Solidária da Rede Bodega	AG	Política e social, ambiental, econômica e cultural

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Neste grupo, há destaque para as dimensões política e social, ambiental, econômica e cultural da Agroecologia. Isso se dá por diversos aspectos. Em primeiro lugar, porque as feiras agroecológicas, em especial no Vale do Jaguaribe, são espaços e momentos marcados não apenas pelo processo de compra e venda das produtos oriundos da agricultura familiar e camponesa, mas também convergem em resistência, precedidos pela denúncia de desafios diversos enfrentados pelos camponeses do território jaguaribano, e do anúncio da Reforma Agrária como imprescindível à garantia de justiça social e defesa do meio ambiente.

As Feiras ocorrem aos sábados, no campo e/ou na cidade, com exposição e venda de produções diversificadas, que vão de frutas e hortaliças, plantas medicinais, comidas típicas, bebidas, bazares e artesanatos; com forró pé-de-serra e plenária aberta para discussões.

As Festas nas comunidades, principalmente aquelas organizadas com apoio da EFA Jaguaribana, são momentos em que as dimensões da Agroecologia se encontram; um exemplo já foi citado, o Festival do Mugunzá, mas também podem ser citadas as Festas da Colheita, construídas em parceria com Associações Comunitárias, Cáritas Diocesana e EFA Jaguaribana. Na última seção desta tese, há um tópico específico à temática, o qual trata de um relato de experiência.

No grupo 2, voltado às atividades de arrecadação de recursos e organização de mutirões com finalidades diversas, conforme explicitado no quadro a seguir.

Quadro 16 - Arrecadação de fundos para a escola e organização de mutirões

ATIVIDADE	PROJETO	DIMENSÕES
Realização de diversas edições da Feijoada Solidária e bazares solidários	AG	Política e social, econômica
Mutirões de reforma do Escola José Felipe da Costa Gadelha da comunidade dos Currais, onde será a sede definitiva da EFA Jaguaribana	AG	Política e social, ética
Mutirão de limpeza do terreno onde será construída a Casa de Sementes da Comunidade Preá II – Fortim, CE	SV	Política e social, ética
Mutirão de limpeza realizado na Agrofloresta da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	SCASAS	Política e social, ética

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Durante diversas edições, a EFA Jaguaribana promoveu Bazares e Feijoadas Solidárias, que se constituem como formas de arrecadação de recursos, combinadas a momentos de participação e socialização. Uma vez que a escola não possui financiamento estatal para o desenvolvimento de suas atividades, vem cabendo à comunidade e aos proponentes desse projeto a busca por alternativas de sustentação e mobilização de recursos.

Por sua vez, os mutirões, como mobilização de indivíduos, de forma coletiva e não remunerada, com vistas à execução de um serviço que beneficie a comunidade, também propõem a participação na construção coletiva desse projeto agroecológico. Eles foram fundamentais para a reforma da sede definitiva e limpeza da agrofloresta da EFA Jaguaribana, no Olho D'água dos Currais, ou para diversas atividades do Projeto Sementes da Vida, e contaram com a participação das comunidades no desenvolvimento. Quando tratamos de mutirões, vemo-los como ações comunitárias importantes a este processo. Como destaca Fabrini (2007, p. 29):

As ações comunitárias entre os camponeses são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas. O mutirão, por exemplo, é movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação estrutural da sociedade.

Embora o autor destaque que nem sempre os mutirões expressam um sentido de projeto transformador isso não exclui sua potencialidade de articulação coletiva. Como pudemos evidenciar, na atuação da EFA Jaguaribana, há uma articulação intrínseca entre as dimensões ética, política e social nesse processo, o qual pressupõe um trabalho intimamente ligado à participação social, à solidariedade, ao respeito e à cordialidade entre os seres humanos e a natureza, observando, ainda, a ruptura com quaisquer situações de opressão que se lancem no cotidiano. Ou seja, essas dimensões caminham lado a lado com a equidade social e política e são fundamentais ao processo de territorialização da Agroecologia.

No âmbito do grupo 3, temos a compreensão de que a EFA Jaguaribana extrapola os limites territoriais das comunidades e do Vale do Jaguaribe, ao realizar intercâmbios (e outros momentos de apresentação da escola a instituições parceiras) e trocas de experiência, as quais estão sistematizadas no próximo quadro.

Quadro 17 - Intercâmbios e apresentação da escola para instituições parceiras

ATIVIDADE	PROJETO	DIMENSÕES
Intercâmbio virtual de Sementes: Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe e Rede de Sementes do Xingu	SV	Política e social, cultural, ambiental
Intercâmbio de Sementes e Saberes do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe	SV	Política e social, cultural, ambiental
Intercâmbio sobre bioconstrução no Quilombo Córrego de Ubaranas, município de Aracati – CE	SV	Técnica, cultural e ambiental
Intercâmbio de saberes no Assentamento Professor Maurício de Oliveira, município de Assú-RN	SV	Técnica, cultural e ambiental
Intercâmbio de experiências em plantios em consórcios agroecológicos	SV	Técnica, cultural e ambiental
Troca de experiências sobre algodão agroecológico	SV	Política e social, ambiental, técnica
Trocas de experiência sobre algodão em consórcio agroecológico (virtual ou presencialmente) com o Centro de Pesquisa e Assessoria – ESPLAR, a Laudes Foundation e a Veja Fair Trade.	SV	Escala, política e social, ambiental, técnica, administrativa
Visita de representante da Embaixada da Suíça no Brasil, para conhecer um pouco da atuação da associação no município de Tabuleiro do Norte – CE	AG	Política e social, cultural
Visitas de David Fleischer e Matthew Clausen, ambos integrantes da Fundação Interamericana – IAF, organização que apoia a realização do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe, às instalações da EFA Jaguaribana e a territórios de atuação	AG	Política e social, cultural

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Essa questão é deveras pertinente aos campos da Agroecologia e da Educação Popular, na perspectiva da Educação do Campo, uma vez que esse processo dialógico entre sujeitos e territórios também é educativo, pois pressupõe a troca de saberes e experiências sobre o cotidiano, a produção e a resistência camponesa, que, portanto, compreendem dimensões como a cultural, a

ambiental, a técnica, a política e a social. Por esse motivo, os intercâmbios e suas finalidades educativas serão melhor explorados no próximo tópico.

No grupo 4, elencamos ações de planejamento e/ou execução de atividades diversas dos projetos.

Quadro 18 - Planejamento e execução de atividades diversas dos projetos

ATIVIDADE	PROJETO	DIMENSÕES
Planejamento do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe - CE. Visita a Eco Aldeia Flecha da Mata para conhecer experiência de Bioconstrução	SV	Política e social, ambiental, técnica
Participação no EFAoVivo: Lives: 1 - Sementes da Vida - Resgate Histórico e Cultural das Sementes Tradicionais no Vale do Jaguaribe; 2 - Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe - Casas de Sementes Crioulas.	SV	Política e social, cultural, ambiental
Roda de conversa virtual: Vivências em Bioconstrução	SV	Política e social, ambiental, técnica
Entrega de sementes crioulas para armazenamento na Casa de Sementes Renascer no Sertão, na comunidade Caatingueirinha, município de Potiretama*. As sementes de feijão preto, fava rajada, feijão macassa branco, feijão macassa misturado, feijão rosinha e coentro foram levadas da sede da AEFAJA para a Casa de Sementes Renascer do Sertão, até que o isolamento social cessasse e pudessem ser distribuídas em outros municípios e comunidades.	SV	Técnica e ambiental
Reuniões para tratar da construção de Casas de Sementes e posterior execução Projeto Sementes da Vida	SV	Política e social, ética
Reunião para planejamento da construção da Casa de Sementes Comunitária na Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, em Aracati. Nesse caso, foi apresentada a técnica de bioconstrução, adotada pela Comunidade.	SV	Política e social, ética, ambiental e técnica
Bioconstrução de Casa de Sementes na Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas	SV	Política e social, ética, ambiental e técnica
Vivência em Fotografia no Quilombo Córrego de Ubaranas	SV	Política e social, Cultural
Inauguração das Casas de Sementes	SV	Política e social
Reunião com famílias agricultoras e a Associação de Certificação Participativa Agroecológica – ACEPA para produção de Algodão Agroecológico	SV	Política e social, ambiental, técnica, administrativa
Oficina de Cartografia Social para refletir o Bem Viver no Vale do Jaguaribe	SV, MCQVJ e SCASAS	Política e social, cultural, ambiental e ética
Realização de conversas de quintal	SV, QSSS, ATER, MCQVJ e SCASAS	Política e social, cultural, ambiental e ética
Reunião da AEFAJA e da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte com os Assentamentos da Reforma Agrária de Tabuleiro do Norte, a fim de apresentar o projeto de ATER e dialogar sobre demandas dos assentamentos.	ATER	Técnica, econômica e ambiental
Reunião da Equipe Técnica com a comunidade dos Currais e Assentamento Groelândia, em Tabuleiro do Norte, para apresentação do Projeto Sementes Crioulas, Agrofloresta e Sustentabilidade no Ambiente Semiárido e para conversar sobre questões ambientais e desmatamento	SCASAS	Política e social, ambiental

Visita ao Terreno da EFA Jaguaribana Zé Maria Do Tomé para demarcar o primeiro Sistema Agroflorestal, um Viveiro de Mudas, a cisterna calçadão e a Casa de Sementes Crioulas	SCASAS	Técnica e ambiental
--	--------	---------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Dada a diversificação dos projetos, muitas dessas atividades se repetiram no decorrer da execução, uma vez que nos projetos houve atividades em comum, a exemplo da “Oficina de Cartografia Social para refletir o Bem Viver no Vale do Jaguaribe” e conversas de quintal, desenvolvidas no âmbito dos projetos *Sementes da Vida (SV)*, *Mulheres Camponesas e Quilombolas do Vale do Jaguaribe (MCQVJ)* e o *Sementes Crioulas, Agrofloresta e Sustentabilidade no Ambiente Semiárido (SCASAS)*; seja pela abrangência do SV, o qual está espalhado por 9 municípios da região jaguaribana.

Sobre esse último, suas atividades envolviam a participação das comunidades camponesas em: reuniões, planejamentos, participação em *lives* sobre discussões diversas, construção e inauguração de casas de sementes, oficinas de gestão e entregas de sementes crioulas; ou vivências em Bioconstrução e em fotografias, mais visíveis no Quilombo do Córrego de Ubaranas, em Aracati.

Em síntese, as atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos da EFA Jaguaribana têm expressa contribuição no atendimento às dimensões da Agroecologia, por permitirem uma inserção educativo-política nos territórios, respeitando e fortalecendo a identidade e a cultura camponesas, bem como vínculos solidários e comunitários. Não obstante, também são educativas, seja para os camponeses participantes dos projetos, seja para a equipe que compõe os diversos núcleos de atuação da escola, seja para outros territórios, sujeitos e movimentos sociais que têm objetivos em comum. E é sobre essa questão que versa o próximo tópico.

6.3 Práticas educativas e momentos formativos desenvolvidos em comunidades camponesas

Uma vez apresentados os projetos desenvolvidos pela EFA Jaguaribana, neste tópico tratamos, especificamente, das práticas educativas identificadas no âmbito destes. Não intencionamos, no entanto, analisá-las, projeto a projeto, pois compreendemos que as mesmas podem se repetir neste processo. Apresentamos, assim, um apanhado geral e conciso.

Para compreendermos a etimologia da expressão prática educativa, é necessário mencionar que, como condição *sine qua non* ao processo de humanização, a educação perpassa diversos espaços e ocorre de diversas formas. Embora reiteremos a importância da escola como promotora do acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, distribuídos nos currículos escolares e submetidos a um sistema e à política educacional, e dos

professores como mediadores do processo de ensino-aprendizagem, devemos destacar que esta não é a única forma ou lugar para tal. Ou seja, a prática educativa não é restrita à sala de aula.

Autores como Bandeira e Ibiapina (2014) e Sacristán (1999) destacam que a prática educativa deve ser considerada como multidimensional, incorporando em seus meandros a prática pedagógica e prática docente - mais direcionadas à educação escolar -, mas também processos educativos para além do espaço formal, sobretudo por considerarem que a escola é um fenômeno mais recente nas sociedades e anteriormente a ela existia uma educação assistemática.

Por identificarmos que a EFA Jaguaribana extrapola os limites dos muros escolares e adentra às comunidades, seja a partir da Pedagogia da Alternância – como apresentado na seção anterior -, seja mediante os demais projetos, consideramos pertinente destacar que, ao utilizarmos a expressão prática educativa para nos referirmos às atividades ora apresentadas, estamos incluindo no ato de educar e aprender, o assistemático, o não formal e o informal.

A entrevista com uma das representações da AEFAJA foi reveladora sobre o aspecto da dinâmica educativa e comunitária no processo de territorialização da Agroecologia.

Quando a gente está atuando com as comunidades, a gente sempre busca não fazer aquela coisa assim, de que a gente que sabe e a gente que vai dizer como é que as coisas são e como têm que ser feitas. A gente busca incentivar, até pela própria prática da escola, sempre aquela coisa de que todo mundo tem a voz e a voz de todo mundo é importante. A gente sabe que é um processo às vezes lento e demorado para que as pessoas se apropriem da sua própria fala, que elas superem a timidez, a vergonha, porque é algo que a gente não é ensinado. Ainda tem muito aquela prática só de absorver, nas escolas e em demais espaços que nos educam. E a gente busca o contrário disso, fazer com que as pessoas também se apropriem da sua participação, da sua forma de falar, que tragam, compartilhem as suas opiniões. Eu entendo muito isso. A gente vai percebendo, tanto na escola como nos projetos, que no começo as pessoas falam bem pouquinho, mas à medida que a gente vai trazendo as atividades, que a gente está junto à comunidade, que a gente conversa, dialoga, incentiva e estimula, as pessoas vão se apropriando disso também. A gente percebe, consegue ver e também questionar a comunidade se a comunidade também percebe quem é que está falando mais, quem é que despertou para algo que não fazia antes e agora faz. É a partir dessa aproximação, de estar construindo os projetos junto. E aí, a própria comunidade fala também, apontando as pessoas que mudaram algo, que já estão falando mais, que já estão entendendo mais sobre algum tema, que desenvolveram novas práticas, novas atuações. E eu acho que é uma Educação Popular que dialoga com a educação do campo, com a Agroecologia (Representação da AEFAJA, entrevista realizada em 10 de outubro de 2023).

Incentivar e fortalecer esses atos de fala é uma prática educativa; não se trata de dar a voz ao oprimido ou à oprimida, trata-se de promover situações dialógicas, de reflexão, análise e busca por mudanças ou por transformação social. Para Freire (2019), a palavra implica diálogo, que por sua vez implica falar e ouvir, mas também refletir e construir sínteses sobre o mundo. De acordo com Bandeira e Ibiapina (2014):

São diversas as modalidades que assumem a prática educativa, sejam intencionais ou não intencionais, formais ou não formais, escolares ou extraescolares, mas todas se interpenetram, a atividade educativa é sempre situada e tributária do modelo de sociedade que lhe faz exigência e determina suas finalidades (Bandeira e Ibiapina, 2014, p. 112).

Considerando este pensamento, percebemos que a educação popular e educação do campo perpassam esse processo, o qual ocorre paralelamente e como consequência da territorialização da agroecologia no Vale do Jaguaribe, ou seja, é algo situado e pertinente à sociedade que lhe exige. As práticas educativas desenvolvidas pela EFA Jaguaribana no âmbito dos projetos anteriormente apresentados, por se inserirem num contexto conflituoso e de resistência, ensejam, para além da ideação e execução dos projetos, a construção de processos de resistência coletiva, a defesa dos territórios camponeses e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dito isto, as práticas educativas e momentos formativos aqui sistematizados são perpassados por um diálogo de saberes e estão reunidas em oito grupos de atividades, conforme a figura a seguir:

Figura 23 – Práticas Educativas nos projetos da EFA Jaguaribana



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Com relação às *Assembleias Gerais* da Associação ou reuniões dos projetos, consideramos que compreendem momentos formativos com finalidades e repercussões diversas para: a) relatos de experiências; b) informes, levantamento e discussão de pautas relativas ao funcionamento da escola e execução dos projetos ou pertinentes ao cotidiano das comunidades, seus desafios e formas de superação; c) planejamento e/ou avaliação de atividades; d) promover e manter a articulação, a organização e a participação sociopolítica camponesa no território; e) construção de atos políticos, momentos culturais, dentre outros.

Estes momentos formativos contemplam um olhar, uma leitura do mundo - ou do território onde estão inseridos -, suas vivências, denúncias e anúncios. No mesmo campo, as participações ou construções de *atos reivindicatórios*, mesas de negociação, fóruns de articulação, seja pela Associação e pela comunidade ou por participantes dos projetos da EFA Jaguaribana, revelam uma dinâmica educativa que vai além dos muros da escola e, por esse motivo, entendemos como essencial à sua concepção como escola do campo, que não se encerra em quatro paredes.

A participação e organização de *eventos* também se mostram formativas e educativas, tendo em vista que promovem o encontro, a interação, a troca e a compreensão de que a luta é ampla e, deste modo, não pode ser solitária nem restrita ao âmbito local. Neste sentido, os eventos, sejam culturais ou acadêmico-científicos, têm a finalidade de reunir pessoas e/ou territórios que possuem objetivos específicos em comuns.

Quanto aos primeiros, compreendemos serem essenciais para a afirmação e a defesa da cultura camponesa, de seus saberes e ancestralidades. No trabalho da EFA Jaguaribana, neste tocante, os Festivais do Mugunzá ou as Festas da Colheita são demonstrativos de como articular a defesa dos territórios, à socialização e à vivência comunitária. Nestes momentos, na comunidade, partilham-se os saberes e sabores acumulados dentre as décadas nas sucessões familiares. Na última seção desta tese, destacamos um relato de experiência na participação de uma Festa da Colheita, em junho de 2022, identificando seu viés formativo, educativo e comunitário. De tal modo, por ora, não trataremos do aprofundamento deste debate.

Por seu turno, os eventos científicos promovem, dentre outros aspectos, a interação e a comunicação de conhecimentos científicos, assim como rodas de conversa e relatos de experiência, os quais consideramos necessários neste processo de territorialização da Agroecologia. A aproximação entre academia, movimentos sociais e comunidades é fundamental para a construção de uma rede de mobilização em torno desta finalidade, mas também para o fortalecimento da educação do campo. Em suas participações em eventos, a EFA Jaguaribana pode compor mesas redondas, participar ou ministrar minicursos, num diálogo ampliado e/ou comum

com outros territórios, acerca de experiências agroecológicas a partir dos projetos ou da dinâmica educativa no contexto da Pedagogia da Alternância e da Educação do Campo.

Outrossim, estes momentos de interação, frise-se, consistem em exemplos de momentos formativos e, portanto, educativos, porque promovem a conscientização e subentendem um ato de ação-reflexão-ação, uma práxis para libertação. Construir a Agroecologia no contexto da Educação do Campo perpassa esse processo político e educativo de articulação, participação e organização, para conscientização e sensibilização; um processo que, por si, pressupõe a construção de uma identidade camponesa, logo, uma identidade de resistência.

Por sua vez, os *intercâmbios* são fundamentais para promoverem trocas de experiências entre camponeses(as) de diversos territórios, possibilitando, nestas interações, vivências necessárias a uma articulação teórico-prática para a construção de práticas agroecológicas.

Os intercâmbios são demonstrativos de como podem ser exitosos os diálogos de saberes e as trocas de vivências - exitosas ou não - entre camponeses, uma vez que possibilitam o olhar reflexivo e atento à experiência, observando seus limites e possibilidades de reprodução em outros territórios. Mediante momentos de *observação* e *escuta* de experiências nas unidades produtivas, pode haver a *validação* de um conhecimento técnico apresentado aos camponeses ou novos aprendizados, os quais permitirão a *experimentação* das mesmas, *a posteriori*, em outros agroecossistemas, de forma adaptada e pensada considerando as particularidades locais. Neste sentido, a tríade observação/escuta-validação-experimentação promove a articulação e diálogos de saberes na territorialização da Agroecologia, extrapolando os limites da adoção ou prática de receitas prontas e verticalizadas, determinadas por técnicos aos camponeses.

Prosseguindo a discussão sobre a dinâmica educativa da EFA Jaguaribana, ressaltamos que, em projetos como o *Quintais de saberes e sabores do semiárido* e *Mulheres camponesas e quilombolas do Vale do Jaguaribe*, desenvolvidos com o público exclusivamente feminino, as *conversas de quintal* foram uma prática educativa bastante recorrente, que também contempla *vivências comunitárias*.

Conforme evidenciado anteriormente, as conversas de quintal consistem em rodas de conversas desenvolvidas nas residências das participantes dos projetos supracitados, as quais tratam de temáticas pertinentes ao cotidiano dos territórios onde são desenvolvidos projetos da EFA Jaguaribana e promovem uma leitura de mundo e uma práxis libertadora. De tal modo, permitem às participantes identificar contradições e impactos decorrentes do *modus operandi* do agronegócio em suas comunidades, ao passo que também remetem à importância da organização

e da participação sociopolítica dessas mulheres no processo de resistência camponesa, paulatinamente em construção.

Compreendemos que as conversas de quintal, dado seu viés educativo e político, implicam numa releitura dos círculos de cultura característicos da educação libertadora de Paulo Freire, pois possibilitam um diálogo horizontal, crítico, reflexivo e contextualizado da realidade e de seus desafios (temas geradores), denúncias e anúncios, portanto, não fogem à práxis.

É importante mencionar, contudo, que as rodas de conversa não são práticas educativas (ou estratégias) exclusivas dos projetos acima representados, pois ocorrem em diversas atividades da EFA Jaguaribana, por permitirem a partilha de saberes e experiências, bem como a participação de todos os envolvidos na construção deste processo.

Em *oficinas* diversas, as rodas de conversa foram estratégias para alcançar determinada finalidade. Quando mencionamos as oficinas, compreendemos que estas são momentos formativos de articulação teórico-prática. Como destaca o Pedagogo e Consultor de Movimentos Populares, Domingos Corcione: “Quem pensa em oficina lembra logo, por associação de idéias, de peças, trabalho, conserto, reparo, criatividade, transformação, processo de montagem... São todas idéias que compõem o significado da oficina, que se constitui num espaço privilegiado de criação e descobertas” (Corcione, 2007, p. 20).

Seja no âmbito dos projetos da EFA Jaguaribana ou como parte do processo de ensino-aprendizagem no curso Técnico em Agropecuária, as oficinas foram fundamentais para promover a articulação teórico-prática de temáticas e experiências diversas, das quais mencionamos algumas:

- ✓ Manejo do solo;
- ✓ Produção e uso de defensivos naturais;
- ✓ Produção de repelentes à base de citronela;
- ✓ Produção de palma forrageira consorciada com a pitaia;
- ✓ Pintura com solo;
- ✓ Conversa desenhada;
- ✓ Cartografia social para refletir o bem viver no Vale do Jaguaribe;
- ✓ Fotografia básica com celular com famílias agricultoras da Comunidade que Sustenta Agricultura – CSA;
- ✓ Vigilância Popular em Saúde do Trabalhador (VPSAT)
- ✓ Gestão das casas de sementes e reuniões sobre o funcionamento do fundo rotativo solidário;
- ✓ Teatro com fantoches, dentre outras.

São momentos de partilhas de saberes e encontro de experiências, sob vieses técnico, ambiental, cultural, humano ou político. As oficinas, assim, consistem numa “[...] forma de

construir conhecimento a partir da ação e da reflexão” (Paviani e Fontana, 2009, p. 77), portanto, compõem o arcabouço de práticas educativas desenvolvidas pela EFA Jaguaribana nesse processo de territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe.

No relato destas oficinas, percebemos que, em alguns casos, podem articular um diálogo entre o lúdico e a arte-educação. Sobre este aspecto, destacamos o potencial educativo do *Teatro de fantoches* ou *Teatro de bonecos* - como se costuma denominar em algumas comunidades -, no processo de territorialização da Agroecologia.

Em se tratando do lúdico, Rampasso *et al.* (2011, p. 784) discorrem que se trata da “[...] melhor forma de transmissão de conhecimentos; auxilia no interesse, motivação, engajamento, avaliação e fixação do conteúdo apresentado”. Articulado a uma intencionalidade, o lúdico pode promover um encontro entre teoria e prática, bem como estimular a curiosidade epistemológica e a autonomia do sujeito na aquisição do conhecimento, numa interação com o mundo real. Por sua vez, do ponto de vista da arte-educação, o teatro de fantoches perpassa a dramatização e o cômico, ao abordar situações do cotidiano dos presentes, numa linguagem acessível e adaptada ao público.

Dois personagens bastante presentes nessa atuação da EFA Jaguaribana, a partir do teatro de fantoches, são a Cotinha e o Seu Antão, que surgiram de visitas técnicas a uma comunidade que tinha duas pessoas com esses nomes, um casal de camponeses cujo quintal produtivo era/é muito rico. Essas personagens dialogam sobre contextos, temáticas e desafios diversos, unindo o lúdico e a arte à leitura de mundo.

Para uma de nossas entrevistadas, que é técnica do Projeto Sementes da Vida, Graduada em Tecnologia de Saneamento ambiental e recursos hídricos, pós-graduada em gestão e práticas de ensino e, também, arte-educadora, o trabalho de criar o teatro de fantoches muitas vezes é compartilhado com o público presente:

Você vai construir um personagem, você vai usar o fantoche, a voz que você quer ter. Essa questão de você deixar livre a criação, seja do jovem, do adulto, do senhor, da senhora. Pra montar um fantoche você precisa ter isso, ser livre. Livre de qualquer tipo de direcionamento. O que a gente pede é que monte o fantoche. Você escolhe cabelo, escolhe cor de olho, escolhe voz, escolhe jeito, se ele é bravo, alegre, se é uma pessoa triste. Se ele tem algum tipo de deficiência, seja visual, física, se ele é autista, como nas oficinas a gente já verificou e identificou muitos. O fantoche não é só fazer o fantoche. As pessoas mergulham mesmo em vivências e memórias. Traz pra algumas pessoas uma lembrança afetiva. O fantoche é isso, ele consegue buscar lá no interior, no subconsciente, lembranças afetivas, e ele consegue conversar, dialogar com quem está no palco, na plateia, qualquer tipo de assunto. Assunto alegre, assunto triste; assunto que se a gente for fazer uma palestra sobre o uso de agrotóxicos, a gente sabe que os agricultores vão dormir, porque eles estão cansados, a dinâmica de trabalho é outra, não é ficar sentado pra alguém falar e passar *slide*. Mas quando vem o fantoche, ele meio que vira essa chave. E todo mundo contribui, todo mundo quer falar. Nada é um roteiro engessado. Nós temos

um roteiro, mas ele muda de acordo com cada público (Técnica 2 - Entrevista realizada em 28 de julho de 2023).

A convergência entre o lúdico e a arte-educação no teatro de fantoches vem se mostrando fundamental para abordar temáticas relativas aos territórios atendidos por projetos da EFA Jaguaribana, de forma crítica e reflexiva, contando com a participação de crianças, jovens e adultos, que não apenas ouvem, mas também contam suas histórias, utilizando os bonecos. Para além da importância da interação geracional, os fantoches promovem a leitura do mundo, a partir de temas geradores explorados, ora de forma livre, ora de forma direcionada para atingir determinada finalidade. Um exemplo de utilização do teatro de fantoches como estratégia de formação de uma consciência crítica em territórios camponeses será apresentado ao final na seção a seguir, quando do relato de experiência sobre a Festa da Colheita de Tabuleiro do Norte, realizada em junho de 2022.

Para finalizamos esta seção, apresentamos a avaliação de uma de nossas entrevistadas, representante da AEFAJA, sobre a importância da Associação para a territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. Em suas palavras:

É super-importante a ação da Associação, no sentido de que essa é a única EFA no território [*Jaguaribano*] e é uma EFA que tem uma ação diferenciada. Ela não é só escola, quando a associação se propõe a realizar outras atividades e de estar nas comunidades, para além do processo da EFA em si [*Pedagogia da Alternância*], da escola em si. E a gente percebe que ainda é algo pontual; que frente aos nossos inimigos a gente ainda é algo incipiente, mas que nesse curto espaço de tempo, a gente conseguiu fazer muita coisa e já tem muitas pessoas envolvidas, muitas pessoas tocadas e que mudaram algumas coisas nas suas dinâmicas, a sua percepção de mundo, a partir da ação tanto da escola, quanto da associação (Representação da AEFAJA, entrevista realizada em 10 de outubro de 2023).

Reiteramos nossa concordância com a avaliação ora apresentada, sobretudo no que tange à atuação da Associação nesse processo e aos impactos para as comunidades camponesas e para os envolvidos nos projetos, no entanto, chamamos atenção para um aspecto: por mais que a experiência da EFA Jaguaribana tenha certa pontualidade, por motivos diversas vezes relatados nesse trabalho, julgamos necessário salientar a urgência de políticas públicas e de financiamento do Estado, justamente para garantir que o pontual se torne contínuo e duradouro. Neste sentido, esperamos que as reflexões ora realizadas possam, também, vir a fundamentar estudos técnicos e ações governamentais para o fortalecimento da Agroecologia, da participação popular, da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância em nosso território.

7 DINÂMICAS DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO: MOVIMENTOS SOCIAIS, COLETIVOS E INSTITUIÇÕES DO VALE DO JAGUARIBE

“Vamos continuar com a nossa boa teimosia em defesa da Agroecologia” (Regina Coele, Coordenação da EFA Jaguaribana)

Unir as palavras/ações teimosia e Agroecologia nunca me pareceu tão necessário. A frase, mais que frase, o esperar de Regina Coele foi escolhida para abrir esta seção, por dialogar com a temática que nos propomos a apresentar nesse momento, mas sobretudo por expressar, de forma contundente, o que significa construir a Agroecologia no contexto do Vale do Jaguaribe.

No sentido freiriano, a teimosia também combina com rebeldia dos oprimidos no processo histórico de libertação: “Prefiro a rebeldia que me confirma como gente e que jamais deixou de provar que o ser humano é maior do que os mecanismos que o minimizam” (FREIRE, 1996). A rebeldia é fruto desse processo de conscientização e busca por ser mais. Rebeldia e teimosia se encontram e dão tônus à Agroecologia nesse enfrentamento de camponeses e instituições ao *modus operandi* do Agronegócio no Vale do Jaguaribe, que pode ser hegemônico, mas não é exclusivo.

A categoria resistência, embora ampla, tem importantes significados à nossa pesquisa. A princípio, por ser um ato individual, um “[...] processo humano que acontece quando a pessoa se encontra sob algum tipo de ameaça” (Ribeiro, 2007, p. 73) e busca formas de mitigá-la; posteriormente, ganha uma dimensão coletiva, quando a ameaça é exercida sobre/a um grupo social, a uma comunidade, a um território, e requer, de igual modo, uma articulação em torno de sua superação.

Em nosso contexto, a resistência é camponesa, logo, uma resistência coletiva, apresentada como uma forma de rebeldia, que pressupõe a organização coletiva, os atos reivindicatórios e os momentos formativos, mas também formas cotidianas de resistência para a reprodução social do campesinato, como a luta pela/na terra, por condições de (sobre)vivência e sucessão familiar, por possibilidades de produção sustentável e geração de renda. É feita, assim, de ações, ora individuais, ora coletivas, que vão criando micro-resistências. Nas palavras de Scott (2002, p. 24):

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores

Como vemos, a resistência pode ser individual ou coletiva. Neste último caso, não necessariamente ocorre junto aos movimentos sociais, mesmo que seja uma articulação necessária e ainda a sua principal forma. Fabrini (2007, p. 30) destaca que: “O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território”.

Considerando isso, a seção em tela busca refletir sobre a inserção da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé e da AEFAJA no contexto de resistência camponesa no Vale do Jaguaribe, a partir de um relato reflexivo acerca de algumas das diversas experiências contra-hegemônicas em que há participação da EFA Jaguaribana junto ao Movimento 21, ao Acampamento Zé Maria do Tomé e à Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Aqui, destacamos como essas experiências dialogam, significativamente, com as dimensões humana e política da Agroecologia, que subentendem a ética e a solidariedade nas relações de comunidade.

7.1 Inserção no Movimento 21: passos de uma caminhada coletiva

“Companheiro Zé Maria, aqui estamos nós, falando por
você, já que calaram a sua voz!”.

No processo de resistência camponesa ocorrido na Chapada do Apodi, há diversas denúncias e anúncios de transformação social, ecoadas por sujeitos diversos, histórico e geograficamente situados neste território e em outros - com problemáticas semelhantes e complexas e, por isso, em resposta, lança-se mão de uma resistência unificada. Frise-se: aqui compreendemos a resistência camponesa como um fenômeno coletivo, ou seja, não ocorre de forma solitária ou individualizada. Neste processo, um só grito e várias vozes expressam o sentido político da denúncia e do anúncio quando trazem à tona a vida e a morte de Zé Maria do Tomé, cuja memória se faz viva e presente na reprodução social do campesinato e nas lutas dos camponeses e camponesas do território em questão.

A frase que abre esse tópico, na verdade esse grito que ecoa, traz diversos sentidos que, combinados e situados, expressam como se fez e se faz a resistência camponesa no território da Chapada do Apodi, em decorrência da territorialização do agronegócio em Limoeiro do Norte. No cenário global, vemos a Revolução Verde na década de 1970, como motriz para a modernização agrícola no campo; a nível de Brasil, destacamos a Política Nacional de Irrigação na década de 1990, mediante a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), cujos desdobramentos e impactos socioambientais no Vale do Jaguaribe, em especial

na Chapada do Apodi, puderam ser percebidos quando da implantação de Perímetros Irrigados, particularmente o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA) (Freitas, 2018).

De acordo com Almeida, Silva e Carvalho (2023, p. 8):

A Chapada do Apodi, situada na divisa dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, compõe esse cenário de modernização agrícola e abriga, simultânea e conflitivamente, dois modelos de produção: o do agronegócio, localizado no PIJA, caracterizado por emprego de mão de obra assalariada, produção de commodities em monocultura com o uso massivo de defensivos agrícolas e sementes transgênicas, contando para isso com incentivos financeiros do Estado para os latifundiários; e a agricultura familiar e camponesa, caracterizada pela produção diversificada de culturas com pouco ou sem uso de agrotóxicos, empregando o núcleo familiar em pequenas propriedades, mesmo sem receber o devido amparo do Estado.

A implantação do PIJA no final da década de 1980 marcou o início da territorialização do agronegócio, que se sucederia aos dias atuais na Chapada do Apodi, com incentivos do Estado, ou conforme Freitas (2018, p. 28), “[...] mediante estratégias político-econômicas de ‘parceria’ com o capital privado, negou direitos aos camponeses; estes, por sua vez, têm lutado por políticas de reforma agrária, inclusive no âmbito dos projetos de irrigação, por meio de ocupação, territorialização e resistência, porém numa relação conflituosa, contraditória e de bastante dissimetria de poderes”.

Trazer a memória de Zé Maria do Tomé para o início deste tópico é rememorar quem foi este líder ambiental que, junto a tantos outros sujeitos e instituições, realizava um incipiente (porém, vindouro) processo de resistência unificada no território da Chapada do Apodi, desde meados de 2006. Atualmente, Zé Maria dá nome à Escola Família Agrícola *lócus* desta investigação, a um Acampamento vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a um Centro de Referência à Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental e a uma Lei (Lei Estadual n.º 16.820/2019, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará),

Em 21 de abril de 2010, José Maria Filho, conhecido como Zé Maria do Tomé, foi assassinado em face da violência no campo e dos litígios entre agricultora camponesa e agronegócio. O assassinato de Zé Maria se deu em virtude das denúncias que este fazia acerca do *modus operandi* do agronegócio na Chapada do Apodi, marcado pela expropriação de camponeses, pela produção em monocultura com uso abusivo de agrotóxicos, ocasionando a poluição do ar, do solo e de mananciais; o envenenamento, adoecimento e morte da população e de animais, dentre outras problemáticas apresentadas em diversos estudos, a exemplo de Almeida e Silva (2021), Freitas (2018), Mendes, Carvalho e Freitas (2016), Sousa (2015) e Rigotto (2011).

Ao tratarmos como litígios, não significa promover uma polarização nesta tese; pelo contrário, significa afirmar a importância da resistência camponesa na reprodução social do

campesinato no referido território. Polarizar compreende colocar-se em extremos opostos, todavia em se tratando da Chapada do Apodi - ou demais territórios onde coexistem de forma simultânea e conflitiva estes dois modelos de agricultura –, há uma dissimetria de poderes (Freitas, 2018), logo, uma sobreposição da agricultura patronal à agricultura familiar e camponesa.

Neste contexto conflituoso e de resistência, compreendemos que a morte de Zé Maria do Tomé não significou o cessar das vozes que ecoavam na Chapada do Apodi. Após certo momento de temeridade, precisamente no decorrer de 2010, essa rede unificada passou a autodenominar-se Movimento 21 (M21), em alusão à data do assassinato de Zé Maria do Tomé (ARAÚJO, 2020a). Desde então, seja por ações coletivas, como passeatas e atos políticos, seja por práticas educativas diversas desenvolvidas em territórios camponeses e na cidade (a exemplo das Semanas Zé Maria, elaboração de cordeis e cartilhas), seja pela atuação ou diálogo com o Estado e o Legislativo, o M21 vem atuando para manter viva a memória de Zé Maria e, consequentemente, anunciar a agroecologia como resposta teórico-prática de um estilo de agricultura sustentável, o qual consideramos fundamental à reprodução social do campesinato.

No campo da legislação, este pequeno movimento social jaguaribano incidiu sobre a criação de uma Lei Municipal que proibia a pulverização aérea de agrotóxicos em Limoeiro do Norte (revogada seis meses após a morte de Zé Maria em 2010) e uma Lei Estadual Cearense, de igual teor em nível de estado, desde 2019. Esta última foi objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6137, pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), todavia o referido instrumento foi rejeitado, de forma unânime, pelo Supremo Tribunal Federal, no ano de 2023, após intensa mobilização nacional.

Em artigo publicado por Almeida, Silva e Carvalho (2023), discorre-se sobre a atuação do M21 no território da Chapada do Apodi à luz da Teoria dos Movimentos Sociais de Gohn (2014) e, mediante a metodologia de sistematização de experiências (Holliday, 2006), apresentam diversas iniciativas e fases que lhe caracterizam como movimento social do campo.

Como afirmam Almeida, Silva e Carvalho (2023, p. 9), o Movimento 21 constitui uma rede política *sui generis* que articula segmentos diversos. A figura 24 ilustra parte das representações que compõem o M21.

Figura 24 – Composição do Movimento 21



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

São integrantes do M21: o MST, o Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe, Associações de Moradores da Chapada do Apodi, a Organização Popular (OPA), Sindicatos, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP); bem como professores(as), pesquisadores(as) e discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), da Universidade Federal do Ceará (UFC) – particularmente, o Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS) – e da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO) e o Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA); da Associação Escola Família Agrícola

Jaguaribana (AEFAJA), da Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Jaguaribe (FEMAJE) e setores da Igreja Católica do Vale do Jaguaribe vinculados à Teologia da Libertação, como a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Identificar o M21 como articulador de sujeitos, coletivos, movimentos sociais e instituições é importante para situar desde quando e de que forma ocorre essa resistência camponesa em defesa e afirmação da agroecologia no território jaguaribano. Como podemos identificar, a Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA) e, por consequência, a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, compõem o Movimento 21.

Dada essa inserção, a EFA Jaguaribana e a AEFAJA contribuem de diversas formas: na organização e na execução das Semanas Zé Maria⁴⁸ (apêndices I, J e K), seja compondo mesas redondas ou rodas de conversa sobre temáticas diversas, como análise de conjuntura (apêndice I) e impactos do agronegócio do algodão/soja nas comunidades da Chapada do Apodi (apêndice K), seja apresentando experiências de Educação Popular e Movimentos Sociais (apêndice J), Educação do Campo, Educação Contextualizada e Pedagogia da Alternância em defesa da Agroecologia (apêndice I), seja com atividades desenvolvidas nas comunidades atendidas ou junto aos educandos (apêndice I); na participação em atos e protestos, animando, também, a participação dos camponeses e camponesas dos seus territórios de atuação; na moção de notas de repúdio; na organização e na participação das Feiras Agroecológicas da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Vale do Jaguaribe, em novembro de 2021 e abril de 2023⁴⁹, respectivamente, dentre outras.

De tal modo, percebemos que ambas fomentam a resistência camponesa unificada no território jaguaribano, ou seja, mais do que se articular aos movimentos sociais – o que em si já é um fato bastante importante a ser destacado –, a AEFAJA/EFA Jaguaribana são parte de um movimento social; elas se movimentam, clamam à resistência no território e mantêm viva a

⁴⁸ De acordo com Almeida e Silva (2021, p. 02), as Semanas Zé Maria são “[...]eventos realizados anualmente, no intuito de problematizar as lutas da Chapada e mobilizar os sujeitos históricos deste território”, cuja primeira edição foi realizada em 2011 e a 12ª no ano de 2023.

⁴⁹ Como programação da XII Semana Zé Maria do Tomé. Em todas as três edições, a Feira Agroecológica da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Vale do Jaguaribe ocorreu em Limoeiro do Norte, precisamente em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com forró pé-de-serra, barraquinhas, bazares solidários, dentre outros. Para além das questões que envolvem diretamente a compra e a venda de produtos oriundos da agricultura familiar e camponesa, as Feiras Agroecológicas têm um importante papel de promover a aproximação campo-cidade, bem como consistem em atos políticos, com intervenções de sujeitos diversos - a exemplo de representantes das Secretarias Municipais de Agricultura, acampados e acampadas da Reforma Agrária e agricultores e agricultoras de comunidades camponesas de Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte -, acerca dos desafios cotidianos da produção agroecológica e da importância de políticas públicas para o desenvolvimento agrário no território jaguaribano. Frise-se, também, que a EFA Jaguaribana e a AEFAJA estiveram presentes em todas as edições da Feira, seja na participação, organização ou em barraquinhas.

indignação e o esperar nas comunidades, logo, incentivam a organização e a participação sociopolítica camponesa.

Não obstante, compreendemos que todas estas atividades, como explicitado mais recentemente por Almeida e Silva (2021) e Almeida, Silva e Carvalho (2023), são precedidas ou ocorrem concomitantemente a práticas educativas de caráter libertador e voltado à mudança ou à transformação social. Neste sentido, tal articulação confere à AEFAJA e EFA Jaguaribana uma característica peculiar, pouco observada em outras EFAs tradicionais, que lhes aproximam do paradigma epistemológico da educação do campo com interfaces na educação popular.

Destacamos, ainda, que o Movimento 21 tem uma maior atuação no território de Limoeiro do Norte, dado o histórico de territorialização do Agronegócio ora mencionado. No entanto, o *modus operandi* destrutivo e segregador da agricultura patronal, bem como seus respectivos impactos socioambientais, não se restringem ao referido município. As comunidades da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte, *locus* de atuação da EFA Jaguaribana, da AEFAJA, da Cáritas Diocesana e, mais recentemente, do M21, também vêm enfrentando os mesmos desafios e impactos socioambientais, desta vez com os cultivos de algodão e soja em monoculturas.

O objetivo de discuti-las e buscar a organização e a participação sociopolítica camponesa neste território foi levado a cabo pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e pelo Movimento 21, quando da Oficina de Vigilância Popular em Saúde do Trabalhador (VPSAT), em parecia com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sobre a qual dissertaremos em outro tópico desta seção.

7.2 Resistência junto ao Acampamento Zé Maria do Tomé – Chapada do Apodi, Limoeiro do Norte

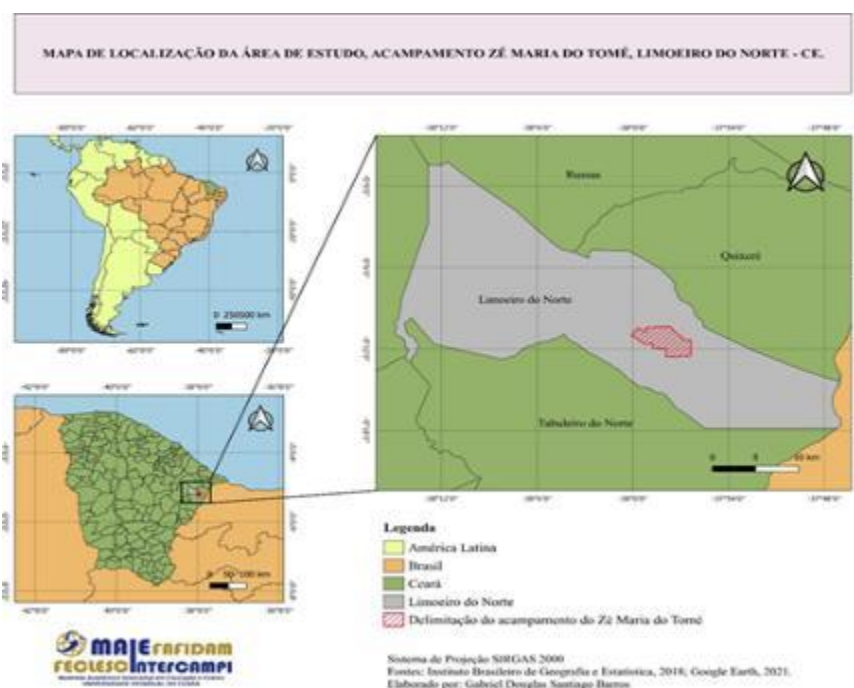
Como por vezes salientado no decorrer dessa tese, a Política Nacional de Irrigação da década de 1990 teve seus desdobramentos no estado do Ceará e promoveu a criação de Perímetros Irrigados no Vale do Jaguaribe, dentre eles o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi – PIJA, em Limoeiro do Norte, a partir de um processo de expropriação camponesa e sujeição de sua renda ao capital agrícola (Freitas, 2018). No entanto, pode-se perceber que isto não se deu sem a resistência no território.

Experiências como as do Movimento 21, que será explorada no tópico a seguir, e do Acampamento Zé Maria do Tomé são evidências da organização e participação sociopolítica camponesa no Baixo Jaguaribe e são construídas diariamente com a participação da EFA Jaguaribana.

A 05 de maio de 2014, cerca de 1070 famílias camponesas da Chapada do Apodi ocuparam terras do PIJA, antes destinadas aos pequenos produtores das comunidades, mas apropriadas pelas empresas de fruticultura. De tal articulação resultou o Acampamento Zé Maria do Tomé (AZMT), que até então (re)existe e tenta fortalecer a Agroecologia no território, mesmo que esteja localizado geograficamente nos “quintais das empresas”.

O Acampamento Zé Maria do Tomé (AZMT) localiza-se na Chapada do Apodi, na parte pertencente a Limoeiro do Norte, e é fruto da construção coletiva que ocorre na região. Vamos nos referir ao mesmo como mais uma semente de resistência do território jaguaribano. O mapa a seguir trata da localização do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Figura 25 - Localização do Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: Elaborado por Brito (2021), com colaboração de Gabriel Dias.

Desde 2014, quando da ocupação de terras no Perímetro Irrigado Jaguaribe - Apodi, o campesinato da região vem experimentando a organização no referido território, por meio da inserção no AZMT. Atualmente, o Acampamento Zé Maria do Tomé abriga cerca de 150 famílias e encontra-se num processo de transição agroecológica (Caporal e Costabeber, 2004); possui uma organização feminina (Grupo de Mulheres Mãos que Cria), desenvolveu atividades formativas com os acampados, participou de Feiras Agroecológicas na região e busca redesenhar as práticas de agricultura camponesa por meio da Agroecologia.

A transição agroecológica vem apresentando alguns desafios, sobretudo em se tratando da formação dos(as) camponeses(as) para a produção agroecológica e o trato com as “pragas”, ocasionadas por superpopulação de certos insetos ou germes, dado o desequilíbrio do ecossistema advindo do cultivo em monocultura das empresas e uso massivo de agrotóxicos; a venda dos cultivos também é um desafio, pois ainda é bastante evidente a sujeição ao capital, a partir das vendas para atravessadores, os quais barganham os frutos dos acampados a preços irrisórios (Freitas, 2018; Almeida e Silva, 2021).

Em sua relação com a universidade, com grupos acadêmicos como TRAMAS (UFC), LECAMPO e NATERRA (UECE), os quais agregam docentes, estudantes e servidores identificados com a luta e vinculados ao Movimento 21, puderam ser desenvolvidos diversos projetos de pesquisa e de extensão. Destacamos o Programa de extensão Escola Meio Ambiente e Vida, vinculado ao Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO/FAFIDAM/UECE, que já promoveu junto aos (às) acampados(as) experiências de formação em Agroecologia e permacultura (Almeida *et al.*, 2020). Um diálogo intersubjetivo entre os saberes populares e o conhecimento científico

No que concerne à pesquisa científica desenvolvida por diversos Laboratórios e Grupos de Pesquisa no âmbito do AZMT, resultaram em estudos monográficos e dissertações na área da educação e da geografia, a exemplo de Carvalho, Silva e Barbosa (2020) que enfocaram a resistência feminina no AZMT e os processos de educação das mulheres; Sousa (2020), cuja pesquisa versa sobre as territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada Do Apodi/CE; e Brito (2021) que desenvolveu um estudo sobre a luta pela terra como princípio educativo no AZMT e sistematizou os saberes sentipensantes construídos na luta do território.

A Educação Popular foi bastante presente nestes processos, uma vez que quaisquer atividades desenvolvidas tinham a participação dos acampados/camponeses na construção e na execução, partiam de seus territórios, suas demandas e buscavam a problematização da realidade com vistas à transformação social. Evidentemente, em seus oito anos de existência, também pudemos perceber diversas tensões para a sua permanência no território. Como construção coletiva, a resistência também o é.

No contexto, sempre fez sentido a importância da escola na construção da comunidade e em seus processos de resistência (Molina e Freitas, 2011). Tendo em vista que uma nova ameaça de reintegração de posse se aproximava do Acampamento Zé Maria do Tomé, estivemos em vários dos atos organizados pelo AZMT e, em todos, encontramos a EFA Jaguaribana construindo a resistência junto aos acampados, pois a comunidade tem duas educandas matriculadas na Escola.

Entre 02 e 05 de setembro de 2021, o Acampamento Zé Maria do Tomé - MST realizou diversas tarefas em conjunto com as organizações parceiras, a exemplo da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Central Sindical e Popular - CSP Conlutas, Movimento - M21, Laboratório de Estudos da Educação do Campo - LECAMPO, Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território - NATERRA e a EFA Jaguaribana. Inicia-se durante a passagem do então Governador do Ceará, Camilo Santana, pelo Vale do Jaguaribe, ao qual os presentes entregaram uma cesta de produção de alimentos e pautaram sobre a situação da reintegração de posse pela qual o Acampamento passa.

Também houve reuniões com a coordenação do Acampamento e os acampados, bem como foram realizadas visitas a famílias com fins de aplicação do Questionário Social para atualizar o perfil dos acampados que atualmente residem no território. Outras atividades, a exemplo de reuniões de Núcleos de Bases - NB, Atividades Culturais e café compartilhado com o Grupo de mulheres Mãos que criam também fizeram parte do encontro.

A meu ver, foi um momento de grande importância para conhecer mais a fundo a realidade do Acampamento, os desafios cotidianos e as possibilidades de resistência junto aos acampados. Na oportunidade, apliquei o questionário social à família de uma Acampada e educanda da EFA Jaguaribana, a qual relatou seus anseios e perspectivas. Dada a influência da EFA Jaguaribana em seu percurso formativo, a acampada vem tentando fazer um agroflorestamento na sua terra, tem culturas diversas com uso mínimo de insumos químicos e criação de animais. Trata-se de uma perspectiva agroecológica (Altieri, 2012).

Do trabalho no campo, advém o sustento da família e a ração dos animais; ela relata que para além de viver da terra, a sua perspectiva e expectativa é viver na terra. Por isso, está disposta a resistir pelo Acampamento no processo de reintegração de posse que se anuncia. Aqui compreendemos, a partir de Shanin (2012) e outros citados neste trabalho, como o campesinato coloca o seu modo de vida e de produção. A acampada relatava seu apego à terra, sua inserção nos movimentos sociais, sobretudo o Movimento de Atingidos Por Barragem (MAB) anteriormente à vida no AZMT. Sua identidade camponesa, de resistência, se construiu de várias formas.

Figura 26 - Diagnóstico realizado na casa de uma Acampada e educanda da EFA Jaguaribana



Fonte: O autor (2021).

Neste dia, a participação da EFA Jaguaribana nas atividades foi diversa: desde a aplicação dos questionários sociais, atividades culturais e visitas ao governador do Estado.

Em 01 de outubro de 2021, como atividade de resistência do Acampamento Zé Maria do Tomé, houve um ato político organizado pelo MST, que contou com a presença de Acampados e diversos apoiadores, a exemplo da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Movimento 21, CSP Conlutas, Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe, Comissão Pastoral da Terra, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé. A imagem a seguir ilustra a composição da mesa redonda.

Figura 27 - Mesa redonda no ato em apoio ao Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: O autor (2021).

Zé Maria estava presente nesse momento de três formas: como Escola Família Agrícola, como Acampamento e como ideia viva. O pedido de terra para as famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé encontrava-se explícito na faixa de ornamentação da mesa redonda, mas também nas falas dos presentes, representando suas identidades com o território e com a luta do AZMT. A plenária apresentava bandeiras de movimentos sociais, coletivos e instituições identificadas com esses processos de resistência camponesa na Chapada do Apodi. Ao chão, a representação da produção de frutas e hortaliças do AZMT, simbolizando a partilha e os sabores da agricultura camponesa.

Em sua fala, a representante da Coordenação da EFA Jaguaribana, Adelita Chaves, anuncia a canção: *não vou sair do campo pra poder ir pra escola/educação do campo é direito e não esmola*. A primeira questão que devemos citar neste caso é a fala engajada com a defesa da Educação do Campo neste território.

Como já salientamos, no Acampamento Zé Maria do Tomé residem e resistem duas educandas da EFA Jaguaribana. Compreendemos que a resistência junto ao AZMT caminha lado a lado com a defesa da Educação do Campo, posto que esta última idealiza a inserção dos sujeitos no campo, com vida digna, saúde, escola e soberania alimentar.

Neste sentido, a fala de Adelita é potente, viva e rica em significados para a luta que vem se construindo e explicita a dimensão comunitária assumida pela EFA Jaguaribana, numa prática educativa que extrapola o espaço meramente geográfico de uma escola, pois educa e se educa com a(s) comunidade(s) e suas memórias. Em trabalho anterior, Almeida e Silva (2021, p. 20) já anunciavam o potencial articulador da EFA:

[...] a atuação da EFA, ao articular a formação em agropecuária ao trabalho com pequenos agricultores através do Projeto Sementes da Vida, bem como na construção desta rede de resistência junto ao M21, pode se constituir num elemento fundamental para redesenhar as práticas de agricultura no território.

Muito embora não houvesse presença massiva da EFA Jaguaribana, considerando professores, gestores e educandos, em decorrência do contexto pandêmico, houve representação simbólica, tão importante quanto. Em outros momentos de resistência, como atos em defesa do AZMT, e em especial, em 27 de junho de 2022, na Assembleia sobre a situação do Acampamento, promovida pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, nas dependências da FAFIDAM/UECE, a representação da EFA esteve presente.

Neste sentido, ressaltamos e reafirmamos a contra-hegemonia nestas atividades em que houve a participação de representações da escola, as quais evidenciam uma perspectiva colaborativa, dialógica e transformadora e sinalizam que os processos e dinâmicas educativas não se restringem ao ambiente escolar, mas que transcendem este espaço e podem/devem chegar às comunidades de origem dos educandos, que muito padecem pela negação e violação de direitos.

7.3 O cotidiano de lutas da Chapada de Tabuleiro: oficina de vigilância popular em saúde do trabalhador

A Oficina de Vigilância Popular em Saúde do Trabalhador (VPSAT) foi realizada de 6 a 7 de junho de 2023, em parecia com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Ceará. A referida atividade compõe a pesquisa⁵⁰ “Vigilância Popular da Saúde, Ambiente e Trabalho: organizações comunitárias, serviços públicos de saúde e instituições de pesquisa atuando na defesa da vida de

⁵⁰ Chamada pública Nº02/2021, de março de 2021, visando “[...] selecionar propostas de pesquisa interdisciplinares voltadas para as Emergências em Saúde Pública com ênfase em sistemas de vigilância participativa, controle e prevenção de doenças endêmicas ou de surtos prévios na zona de desastre e saúde nas fronteiras do país” (FIOCRUZ, 2021, p. 1). A referida chamada integra o Programa Inova Fiocruz (Emergências em Saúde Pública/Encomendas Estratégicas), o qual visa “[...] incentivar ambientes favoráveis à Pesquisa Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde em todas as áreas de atuação da Fundação Oswaldo Cruz” (FIOCRUZ, 2021, p. 1). Está disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/edital-emergencias-em-saude-publica>>.

populações vulnerabilizadas por meio de um Participatório”, coordenada pelo pesquisador Fernando Ferreira Carneiro, da FIOCRUZ Ceará.

O primeiro dia de atividade foi marcado pelo reconhecimento do território da Chapada do Apodi pela equipe da Fiocruz Ceará, acompanhada da Cáritas Diocesana de Limoeiro, do M21 e do Lecampo. Na oportunidade, houve deslocamento para observar, mesmo que de forma breve, parte da propriedade de uma empresa voltada ao cultivo de algodão em monocultura.

Ainda realizaram-se visitas às comunidades da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte e aos quintais produtivos de alguns(mas) camponeses(as) da região, a fim de conhecer os desafios da produção em transição agroecológica, que se dá, sobretudo, influenciada e incentivada pela atuação da Cáritas Diocesana - com o desenvolvimento de Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido e experiências de Economia Popular Solidária – e da AEFAJA com os projetos desenvolvidos, os quais foram apresentados na seção anterior. A figura a seguir capta este momento:

Figura 28 - Visita aos quintais produtivos dos camponeses (as) da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte



Fonte: O autor (2023).

A figura acima trata de uma Tecnologia Social para a Convivência com o Semiárido conhecida como Casa de Vegetação, estrutura construída com aproveitamento de madeira e uso de alumínio, coberta por uma rede transparente que permite a passagem de luz solar para o crescimento e desenvolvimento de algumas culturas, como cheiro verde, coentro, salsinha, couve manteiga, alface e outras. As Casas de Vegetação da Chapada de Tabuleiro foram construídas nos quintais produtivos de alguns camponeses, mediante articulação entre a AEFAJA e a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, para a realização de projetos citados na seção anterior desta tese. A figura representa apenas um dos diversos quintais visitados e, consequentemente, representa parte da diversidade de culturas.

No ensejo das visitas aos quintais produtivos, também instigaram-se os camponeses a relatar os impactos socioambientais por eles percebidos a partir da territorialização do Agronegócio na Chapada do Apodi (Tabuleiro do Norte).

Figura 29 - Roda de conversa com camponeses(as) da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte



Fonte: O autor (2023).

Os diversos relatos, os quais pudemos conhecer no dia de reconhecimento do território, expressaram como o *modus operandi* do Agronegócio na Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte combina a sujeição da renda ou a expulsão dos camponeses de suas comunidades, a barganha de propriedades, o uso abusivo de agrotóxicos na produção e o medo de permanecer ao lado dos empreendimentos agrícolas neste contexto insalubre. Os olhares dos camponeses para este território identificavam seu cotidiano e vínculos com a terra, com os animais e a comunidade, as relações de boa vizinhança, a vida sossegada que até então tinham no campo e a ameaça de perda desta identidade camponesa, em decorrência do desenvolvimento.

Dito isto, observando o território em questão, compreendemos que, ao passo que a agricultura patronal busca o desenvolvimento do campo, gera-se (des)envolvimento, ou desenraizamento do território, a expulsão de comunidades ou a inserção dos camponeses como trabalhadores assalariados do agronegócio. Isso não ocorre por acaso. Conforme análise de Freitas (2018) e Cosme (2020), apresentada na terceira seção desta tese, evidenciamos que, paralelamente à negação e à violação de direitos aos camponeses - a exemplo da garantia efetiva políticas públicas, acesso à terra e à água para o plantio ou direito à vida em sentido pleno -, há um dispêndio de incentivos financeiros e fiscais para o agronegócio, corroborando, assim, para desterritorialização camponesa. Na Chapada do Apodi não vem sendo diferente.

O primeiro dia da Oficina de Vigilância Popular da Saúde teve esse caráter dialógico e contextualizado com os camponeses e instituições apoiadoras, a fim de construir estratégias de resistência camponesa para a garantia da qualidade de vida no território. Como atividade, orientou-se para a mística do dia seguinte: levar algo que simbolize a experiência do território e informar qual a sua bandeira de luta. Participaram das atividades do segundo dia de Oficina, conforme o quadro que segue:

Quadro 19 - Instituições participantes da Oficina de VPSAT

Instituições participantes da Oficina
Equipe da Fiocruz Ceará – Coordenação
Movimento 21 – Apoio
Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte - Apoio
Moradores(as) das comunidades da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte
Agentes de saúde das comunidades da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte
Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA)
Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Jaguaribe (FEMAJE)
Acampamento Zé Maria do Tomé
Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
Centro de Referência à Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental (CERESTA Zé Maria do Tomé)
Centro de Referência à Saúde do Trabalhador (CEREST)
Defensoria Pública de Limoeiro do Norte
Secretarias de Saúde de Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O segundo dia de oficina, como esperado, teve início com uma mística voltada à apresentação dos participantes, os quais representaram sua experiência com o território e as bandeiras de luta que empunhavam. Pudemos perceber identidades de luta diversas, como a *defesa da Chapada do Apodi*, por moradores das comunidades presentes, *do Sistema Único de Saúde* pelas agentes de saúde participantes, pela representante do CERESTA Zé Maria do Tomé e pelos membros da Fiocruz, *da Reforma Agrária* pelos integrantes do MST, *da educação e justiça social* por pesquisadores e educadores do LECAMPO, *da agroecologia e da comunicação popular* por integrantes da EFA Jaguaribana/AEFAJA, *contra a LGBTfobia* por integrantes da Fiocruz e *contra a violação de direitos humanos*, expressa na apresentação da defensora pública de Limoeiro do Norte, dentre outras bandeiras de luta. Nestas, há um importante significado à territorialização da Agroecologia na Chapada do Apodi, por denotarem identidades de luta diversas e em construção, que articuladas podem representar uma resistência ativa em defesa do território, ao passo que também explicitam dimensões da Agroecologia, em especial: a política, a humana, a social e a ambiental, fundamentais neste processo de transição agroecológica.

Em seguida, partiu-se às “Trilhas para a construção da experiência em VPSAT”, com a divisão dos participantes em cinco grupos, os quais se revezariam dentre as cinco trilhas para discorrer, de forma escrita ou desenhada, sobre algumas pautas importantes para a leitura do cotidiano do território e dos impactos socioambientais ali vivenciados, bem como para a organização e a participação sociopolítica camponesa.

Para facilitar a análise deste momento do segundo dia de Oficina, identificamos as trilhas e seus enfoques, bem como tecemos algumas considerações sobre os desdobramentos na execução de tal metodologia.

Trilha 1 - Por que e para que fazemos? – Neste momento, compreendemos haver uma leitura do território e dos desafios identificados/vivenciados.

Trilha 2 - Quem está fazendo e para quem fazemos? – Nesta trilha, percebemos uma finalidade de identificação dos sujeitos envolvidos neste processo.

Trilha 3 - Com quem fazemos? Como é a relação com o SUS e a academia? – Nesta trilha, pudemos perceber a identificação inter-relacionada entre os diversos sujeitos envolvidos neste processo, incluindo os que não habitam o território. Ou seja, falou-se das redes de resistência na Chapada do Apodi, as quais também estavam presentes na Oficina.

Trilha 4 - Como fazemos (como sistematizou e desenvolveu as ações?) e como nos comunicamos? – Momento voltado à sistematização de algumas experiências desenvolvidas no território e a forma como são comunicadas à sociedade no geral e à comunidades da Chapada do Apodi.

Trilha 5 - Como nos organizamos? E como essa experiência se relaciona com as lutas pela transformação social? – A última trilha tratou de um convite à organização sociopolítica camponesa à instituições, coletivos e movimentos sociais presentes na Oficina e identificados nas trilhas 2 e 3, a fim de mobilizar e incentivar a resistência junto às comunidades, com vistas à superação dos desafios expressos na trilha 1.

A partir do que foi escrito em cada trilha, os grupos fizeram a socialização dos principais resultados em plenária. À medida que iam relatando e debatendo, as temáticas expressas eram sistematizadas em desenho pelo arte-educador Ricardo Wagner, numa técnica chamada “Conversa Desenhada”, que conforme o próprio considera, trata-se de “[...] um jeito didático e lúdico de sistematizar um diálogo enquanto ele acontece” (FIOCRUZ, 2021). Consideramos uma expressão forte da Educação Popular, como forma de produzir, didática e acessivelmente, a sistematização de conteúdos pertinentes ao território. A figura 30 tratou desta sistematização das representações do grupo.

Figura 30 - Conversa desenhada



Fonte: O autor desta tese (2023).

A representação em desenho denota um olhar atento e sensível do arte-educador Ricardo Wagner às falas dos presentes acerca das questões pertinentes aos impactos socioambientais do *modus operandi* do Agronegócio na Chapada do Apodi. As temáticas representadas na “Conversa Desenhada” tratavam de uma leitura do território, com enfoque na participação e organização sociopolítica camponesa (“Essa ciranda não é minha só, é de todos nós”/Consciência social traz transformação), das denúncias sobre a morte de abelhas e expropriação camponesa, mas também de anúncios como a Agroecologia enquanto ciência, prática e luta e da Reforma Agrária para “romper cercas” e garantir a reprodução social do campesinato. No campo dos direitos, a discussão em grupo problematizou a importância de garantia do acesso a água, saúde, educação, direito à vida, defesa ambiental, melhoria da Chapada, bem estar de todos, direito de permanência na terra, agroecologia, comunicação, justiça social, redução de desigualdades sociais, promoção de direitos humanos, dentre outros.

Posteriormente, os grupos desenharam uma expressão – uma arte visual – dos textos produzidos pelos participantes das Trilhas. Essa arte visual foi preenchida num pano branco, que

paulatinamente ganhou cores e significados mediante os desenhos e representações dos presentes, com denúncias e anúncios. Na apresentação da bandeira ao Grupo, representou-se a síntese de diversas bandeiras de luta em defesa do território expressas no início da Oficina, quando o grupo puxou a música “Bandeira de Luta”, de Pedro de O. Silva.

“Traga a bandeira de luta
Deixa a bandeira passar
Essa é a nossa conduta
Vamos unir pra mudar”

A figura 31 capturou o momento em que a Educadora da EFA Jaguaribana, Regina Coele, de posse da bandeira construída na Oficina, a mostra aos presentes como síntese das temáticas, denúncias e anúncios do grupo e do território.

Figura 31 - Bandeiras de luta dos participantes da Oficina de VPSAT



Fonte: O autor desta tese (2023).

Após esse momento, os presentes foram convidados a desenvolver um Plano de ação, abordando: a) Quais foram as principais dificuldades enfrentadas; b) Como essas dificuldades foram ou poderiam ser superadas?; c) Quais foram as principais conquistas alcançadas até agora?; d) O que pode ser feito pela comunidade e poder público para ajudar a consolidar as experiências nos territórios?; e) O que pode ser feito para expandir e dar continuidade às estas experiências para outros territórios?. Para além de propor a leitura do mundo, um processo de conscientização, era necessário caminhar em organização e em rede para construir caminhos para uma práxis revolucionária no território. De forma unânime, o grupo representou ser pertinente buscar caminhos para garantir acesso a água e tecnologias sociais para a convivência com o semiárido, a defesa da Lei Zé Maria do Tomé, a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) na Chapada do Apodi, a mobilização e organização das comunidades, coletivos, instituições e movimentos sociais.

É importante salientar que, embora não se trate de um momento promovido pela EFA Jaguaribana ou pela AEFAJA, a participação destas neste processo é fundamental para garantir as condições de funcionamento da Escola e da Associação. Sem comunidades na Chapada do Apodi, a EFA Jaguaribana não existe, e a ideia da Oficina versava sobre esta sensibilização dos camponeses e camponesas para a luta em defesa do território, conseqüentemente, da permanência e manutenção dos vínculos e identidades por tempos construídos. A propósito, a ideia de articulá-las não se dá ao acaso, pois a Escola depende das comunidades (tratamos como comunidades, pois o alcance da EFA Jaguaribana extrapola os limites municipais) para seguir em atividade, uma vez que, na perspectiva da Pedagogia da Alternância e no contexto da Educação do Campo, a comunidade é fundamental como *lócus* de saberes e resistência.

A Oficina de VPSAT marcou a minha inserção no território da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte e me fez compreender o processo de resistência que ali se iniciava após a instalação de empresas do Agronegócio do algodão e da soja, as quais, como manifestado, têm impactado negativamente no cotidiano das comunidades e na sociabilidade camponesa. Em outra oportunidade⁵¹, pude alargar a minha compreensão sobre essa dinâmica conflituosa, quando participei dos preparativos da Festa da Colheita, realizada em junho de 2022, em uma das comunidades da Chapada do Apodi, com apoio de Associações Comunitárias, da Cáritas

⁵¹ Em outras oportunidades, estive no mesmo território da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte acompanhando uma visita de campo do curso de Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará, coordenada pela professora Maria Inês Escobar da Costa, como atividade da disciplina Trabalho Integrado de Campo; acompanhando visita de campo de uma equipe do Greenpeace da Brasil e da Alemanha; e em um momento de avaliação de atividades realizadas pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

Diocesana e da AEFAJA/EFA Jaguaribana, as quais possuem maior inserção no território. Esta discussão será objeto do próximo tópico desta seção.

7.4 Festa da colheita: partilha de saberes e sabores na Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte

Celebrar e agradecer pela produção do ano e pela vida, ao passo que socializa com a comunidade saberes e sabores, esta foi a proposta da Festa da Colheita. Em Tabuleiro do Norte, não é algo recente; em outros momentos já houve tal momento de ócio e socialização com e entre as comunidades.

Em junho de 2022, no clima junino e após dois anos de Pandemia do COVID-19, socializar mostrava-se algo imprescindível. Nesse cenário, as Associações Comunitárias da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte, com apoio da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, organizaram a Festa da Colheita, na Comunidade Santo Estevão. Embora realizada no referido local, contemplou as diversas comunidades que compõem aquele território.

A figura a seguir apresenta o *card* com as informações acerca da programação, data, horário e local de realização da Festa da Colheita de Tabuleiro do Norte.

Figura 32 - Card da Festa da Colheita de Tabuleiro do Norte - CE



Fonte: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (2022).

Celebrar a vida, naquele contexto, também significa resistir aos ataques do capital no campo, em particular, o Agronegócio do algodão, instalado no território desde 2019. Mas vejamos: é possível articular estes dois atos inerentes ao ser humano - socialização e resistência? De que forma pode ocorrer esta articulação?

Desde 2016, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte vem desenvolvendo atividades voltadas à convivência com o semiárido no Baixo Jaguaribe, em especial, na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte. Este contato com os agricultores familiares da região se dá a partir da implantação de Tecnologias Sociais, como o bioágua e as cisternas, bem como por meio de experiências de Economia Solidária, a exemplo da “Comunidade que sustenta a agricultura – CSA”, os quais permitem a esta instituição uma inserção maior e mais efetiva no território. Neste contexto, onde é o ponto de encontro da Cáritas Diocesana com a EFA Jaguaribana e de que forma isto impacta no cotidiano das comunidades?

A territorialização da Agroecologia e da Educação do Campo no Vale do Jaguaribe, sobretudo no Baixo Jaguaribe, vem ocorrendo de diversas formas, e uma delas é o Projeto Sementes da Vida, realizado pela EFA Jaguaribana, discutido na seção anterior desta tese. Na Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte, as mesmas comunidades atingidas pelo Agronegócio e atendidas pela Cáritas Diocesana têm experimentado a possibilidade de acesso a sementes crioulas, ou seja, não transgênicas, voltadas a uma produção sustentável e alicerçada na Agroecologia, com o uso das Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido. Neste cenário de injustiça hídrica, ocorre o encontro entre a EFA Jaguaribana e Cáritas Diocesana, um encontro não-acidental, pelo contrário, articulado a um contexto que o pede.

Não obstante, a territorialização da Agroecologia por meio destas diversas frentes de atuação da EFA Jaguaribana e de outros coletivos, instituições e movimentos sociais na Chapada do Apodi, também é acompanhada de práticas educativas. Outro encontro ocorreu aqui: a defesa da vida e da produção com a resistência ativa no território.

A Festa da Colheita, ocorrida em 25 de junho de 2022, foi precedida de um ato dialógico realizado de casa em casa, comunidade em comunidade, na perspectiva de conhecer os moradores não atendidos pela EFA Jaguaribana ou pela Cáritas, identificar suas dificuldades de sobrevivência no território, convidá-los a participar da atividade, bem como compreender, mesmo que de forma objetiva, como estes veem a territorialização do Agronegócio na região, a partir da empresa Nova Agro.

Esta atividade teve duração de três dias e, concomitantemente ao convite, solicitamos que os participantes levassem algum alimento para partilhar durante o jantar coletivo na Festa.

Distribuídos em duplas e acompanhados de moradores das comunidades, na ocasião houve sondagens sobre a disponibilidade de articulação comunitária para construir ações de enfrentamento aos impactos negativos do Agronegócio na região.

Uma das possibilidades já levantadas pela Cáritas Diocesana é a maior adesão das comunidades à organização e participação nas Associações de Moradores, a fim de, dentre outras reivindicações, lutar pela transformação da Chapada do Apodi em uma Área de Preservação Ambiental. Esta questão foi levantada em cada residência na qual passamos, como forma de sensibilização, mas também provocação ao debate.

As figuras a seguir ilustram alguns momentos de convite para a Festa da Colheita.

Figuras 33 e 34 - Convite porta a porta para a Festa da Colheita



Fonte: O autor (2022).

Casa a casa, comunidade a comunidade, havia três problemáticas relatadas que se sobressaíam: o acesso precário à água, o medo de envenenamento por agrotóxicos e a “expulsão” de moradores de suas residências. Durante estes três dias de sensibilização e (re)conhecimento das comunidades e de seus moradores, pudemos perceber que há um processo grave de injustiça hídrica na Chapada de Tabuleiro do Norte, posto que em sua maioria, as únicas formas de acesso são: o armazenamento de água da chuva em cisternas, quando há boas precipitações na quadra invernal; carros pipa, que não apresentam frequência no abastecimento; e adutoras. Já existe um processo de escavação de poços profundos, a partir da demanda das comunidades, mas ainda bastante incipiente e em análise de vazão de água.

Para o primeiro caso, existe um agravante levantado por muitos moradores, o qual merece ser analisado em outros estudos, por não ser o foco da pesquisa em tela: a água da chuva pode conter agrotóxicos. Novamente salientado, as comunidades agora dividem terreno com a

empresa do algodão, cuja produção em larga escala depende de insumos químicos e agrotóxicos, segundo os moradores, pulverizados no intervalo de 7 ou 8 dias.

A água das cisternas, por sua vez, dado o seu contato com o telhado das residências expostas aos resquícios de agrotóxicos na atmosfera, pode ser armazenada sem o devido controle e de forma inapropriada para o consumo humano. Isto não seria novidade, uma vez que Sousa (2015), em sua pesquisa de mestrado, constatou altos níveis do agrotóxico glifosato na atmosfera de Limoeiro do Norte, em determinadas localidades da Chapada do Apodi e na Zona Urbana do município.

Outra problemática levantada pelos moradores durante a nossa passagem em suas residências foi o medo de contaminação por agrotóxicos. Em suas falas, voluntariamente ou por nós instigados, mas de forma unânime, manifestavam a compreensão da gravidade da situação e o receio de que os moradores vendessem suas propriedades para a Nova Agro – como já o fizeram outros⁵²-, que assim, cercaria ainda mais as comunidades, expulsando mais moradores e colocando a outros a possibilidade de convívio conflituoso, simultâneo, precário e abandonado pelo Poder Público.

Quando utilizamos o termo expulsão, consideramos importante frisar que se trata de um processo simbólico, permeado pelo medo de permanência junto às empresas e com os impactos negativos de sua atuação na Chapada. Esta expulsão vem se mostrando algo corriqueiro e já atingiu diversas pessoas que ali residiam há muito tempo. Segundo relatos, um casal de idosos fazia uso de máscaras diuturnamente para se proteger da exposição aos agrotóxicos pulverizados pela empresa, tendo abandonado sua propriedade em seguida e se mudado para o município de Potiretama. Este caso será retomado adiante.

Por sua vez, o apego à vida no campo e ao território não se trata de algo unânime nas comunidades, todavia, isto não significa o abandono total de suas residências. Embora alguns moradores, principalmente os adolescentes e os jovens, já anunciassem se encontrar em trânsito entre o rural e o urbano, por motivos diversos e válidos, outros, sobretudo os adultos e os idosos, mostravam-se instigados a permanecer em suas comunidades e dispostos a construir a resistência.

Na esteira deste pensamento, consideramos importante fazer uma breve discussão sobre juventudes, sobretudo a juventude rural e suas especificidades. Em se tratando da categoria teórica juventude, é imprescindível compreendê-la em suas vicissitudes e determinantes históricos e culturais. Numa perspectiva histórico-cultural, amparada em Vygotsky, entendemos tal categoria como resultado do enfoque nas relações sociais às quais os sujeitos estão submetidos. Neste

⁵² Segundo relatos nas visitas, houve moradores persuadidos a venderem suas propriedades, recebendo como alegação das empresas que estas seriam utilizadas para preservação, fato que não ocorreu quando da efetuação da compra.

sentido, partimos a uma abordagem que sustenta uma concepção de juventude contemplando a totalidade na qual está inserida e que lhe dá sentido.

Diante do exposto, importa entender que não se pode tratar esta categoria como singular: opta-se por designar ‘juventudes’, que Segundo Reis (2006, p. 64), incorporam esta multiplicidade de expressões dos jovens, nos diversos contextos sociais em que estão inseridos, do ponto de vista da residência, classe social, gênero e etnia. Desta forma, ao se fazer referência a juventudes, atenta-se a universos geográficos, vivências, trajetórias, núcleos familiares, identidades, escolarização de vários sujeitos: histórias. Logo, ratifica-se a importância de se reconhecer a categoria juventudes como essencial para compreensão destes sujeitos em suas singularidades.

No que concerne à juventude rural, a discussão contempla algumas características deste espaço. Segundo Sales (2006, p. 139), o jovem rural está cercado de dilemas:

[...] o campo é o lugar onde estão enraizadas as suas relações afetivas, onde encontram a proteção da família, a companhia dos amigos, onde tem mais tranquilidade, mais segurança e menos violência. Eles pensam ainda que no campo há mais facilidade de possuir uma casa. Faltam, contudo, escola, universidade, emprego e, apesar de ter sempre trabalho, não é rentável e eles despendem muito esforço físico.

Entre o “ficar” e o “partir” encontra-se o dilema enfrentado pela juventude rural. De um lado, o êxodo rural e migração; do outro, sucessão ou reprodução da agricultura familiar e camponesa (Castro, 2005). Aqui cabe um aprofundamento sobre este dilema. Kuhn (2015, p. 14) corrobora esta afirmação:

Quanto aos principais fatores que influenciam a saída das pessoas do campo para a cidade [...] são: ilusão de que as coisas são mais fáceis; facilidade para estudar; frustrações com safras (secas ou preço baixo dos produtos); dificuldade de acessar recursos para investir na agricultura; a busca por trabalho ou disponibilidade de serviços (bicos); possibilidade de ter uma renda mensal fixa com menor esforço físico; facilidade e proximidade de acesso à tecnologia; influência dos meios de comunicação; preconceito com quem é do campo; desvalorização dos produtos alimentícios; mudanças climáticas; baixa renda familiar; falta de acesso a pontos comerciais; falta de infraestrutura como estradas, saúde, educação, cultura e lazer.

Diante dos processos de expropriação da juventude rural, ocorre o movimento migratório campo-cidade. Todavia, deve-se entender que este fenômeno acontece dentro de um determinado contexto histórico, econômico e político, o qual vem impulsionando o avanço do Agronegócio e consequente expropriação de comunidades rurais. Silva (2013, p. 21) corrobora tal afirmação:

Para compreender o processo dinâmico da expansão do capital no território e de sua territorialidade, é necessário investigar as relações econômicas, políticas e culturais determinadas pelas forças hegemônicas que atuam no território. O capital, representado pelas empresas de mineração, do Agronegócio e hidronegócio, invade os territórios, destrói a biodiversidade, desarticula os sistemas agrícolas e as formas de reprodução do espaço exercido no território camponês, dos povos originários, dos extrativistas e dos quilombolas.

Nesta desterritorialização, as relações sociais ali constituídas também são minadas, uma vez que cada território compreende uma territorialidade, definida por Haesbaert (2007, p. 3) como “[...] as relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Neste sentido, o “partir” torna-se alternativa, em virtude das condições adversas às quais a juventude rural está submetida (Castro, 2005), pois esta já não se vê mais como parte daquele território.

Dentre vários fatores resultantes do êxodo rural, destacamos as problemáticas da educação e do trabalho. Sua garantia torna-se imperativa, pois privar a juventude de frequentar as escolas rurais implica na imposição de um currículo urbanocêntrico e secundarização de uma proposta de Educação do Campo, a qual, como explicitado anteriormente, segundo Caldart (2004) e Molina (2018), difere da Educação Rural por vislumbrar um currículo voltado à realidade do campo e seu desenvolvimento territorial sustentável.

Na perspectiva da Educação do Campo, a juventude deve se apropriar dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, a fim de compreender a realidade que vivenciam, fortalecendo uma identidade camponesa e impulsionando a luta por uma nova sociabilidade no campo. Todavia, torna-se um desafio, dadas as condições então apresentadas. De acordo com Caldart (2004a, p. 09):

Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração, ou seja, pensando em termos de formação das gerações. A Educação do Campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como reconstruir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas, humanas.

Todavia, fomentar na juventude rural uma identidade camponesa - historicamente uma identidade de resistência - configura-se um desafio. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006), dentre a população empregada em estabelecimentos agropecuários, aproximadamente 2% são jovens de 25 anos, corroborando com a ideia do campo como o lugar do atraso. Assim, impulsionar experiências em Educação do Campo é fundamental para romper com

este paradigma (Carvalho, 2006), uma vez que sua proposta político-educativa subentende uma nova forma de ser e estar no campo.

Este trânsito entre o rural e o urbano se dá de diversas formas: no percurso formativo do ensino médio (as comunidades não têm escola de nível médio) ou no superior, no trabalho na zona urbana do município. Em todos os casos, o trânsito no território da Chapada de Tabuleiro tem como ponto de chegada Tabuleiro do Norte ou demais municípios da região e do Ceará, bem como outras unidades federativas. Em alguns casos, existe o retorno à comunidade por não lograr êxito em outros territórios; em outros, a partida é definitiva. Ou seja, as possibilidades de convivência com o semiárido ainda são escassas e pouco levadas a cabo pelo Poder local, estadual ou federal, e dependentes do apoio da Cáritas Diocesana e da EFA Jaguaribana.

Outras problemáticas, como a misoginia, a LGBTfobia e a identificação conservadora puderam ser percebidas durante a nossa passagem em algumas residências. Embora não fossem recorrentes nem unânimes, expressam que há diversos desafios no que concerne à formação humana destes camponeses.

Levantar estas problemáticas em nosso estudo é fundamental para a compreensão do contexto em questão, de suas particularidades e da importância da articulação camponesa no território, bem como a importância da Festa da Colheita nessa sensibilização das comunidades. Acreditamos que as diversas práticas educativas que vão se construindo no território são pertinentes e, se contínuas, podem ensejar processos de aprendizados e rupturas.

A figura a seguir apresenta o banner da Festa da Colheita, parte da ornamentação do seu local de realização.

Figura 35 - Banner da Festa da Colheita



Fonte: O autor (2023).

A Festa da Colheita ocorreu ao lado da Igreja da Comunidade Santo Estevão, num corredor amplo, com várias árvores que facilitaram a ornamentação do espaço. A construção foi coletiva, se deu nos períodos da manhã e da tarde na data da Festa, e contou com a participação de moradores e moradoras das comunidades, como a figura a seguir explicita:

Figura 36 - Moradoras da Comunidade realizando a ornamentação da Festa da Colheita



Fonte: O autor (2023)

Na figura acima, vemos a construção de uma fogueira; trata-se de uma representação simbólica, acordada por alguns moradores da comunidade Santo Estevão, para evitar que seja levada fumaça para as suas casas. Embora neste registro existam apenas mulheres, houve participação masculina em outras atividades, como a instalação de lâmpadas e refletores no pátio, assim como no transporte de conjuntos⁵³ de mesas e cadeiras para a acomodação dos participantes da Festa da Colheita.

A essa ornamentação do local da Festa da Colheita se dividia entre a temática junina, com as bandeirolas tradicionais e as bandeiras da Agroecologia, com suas diversas estruturas. A figura a seguir enfoca a ornamentação da Festa. Tratam-se de temáticas que se relacionam a

⁵³ Foram emprestados por moradores das comunidades que possuem restaurantes e pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

diversas dimensões da Agroecologia, em sua maioria já retratadas neste trabalho à luz de Machado e Machado Júnior (2017).

Figura 37 - Bandeiras temáticas da Agroecologia



Fonte: O autor (2022).

A figura 37 apresenta um varal com bandeirinhas temáticas da Agroecologia, montado pela EFA Jaguaribana no local onde aconteceu a Festa da Colheita. Compõe a identidade da escola fomentar este debate sobre a Agroecologia em suas dimensões social e política. Como explicitado no decorrer de nossa escrita de tese, Agroecologia está para além de uma nova forma de agricultura, uma vez que compreende a terra e as relações sociais entre os sujeitos que nela habitam. Compreendemos, assim, que a produção em respeito à natureza e à sociobiodiversidade é fundamental.

Pensando nestas dimensões humana, política e social da Agroecologia, Reiniger, Wizniewsky Kaufmann (2017, p. 40), compreendem que:

Isso significa que deve ser garantido a todos, um nível mínimo de qualidade de vida, de ambiente, de direitos, a que todos devem ter acesso igual aos recursos e oportunidades da comunidade, e que, por fim, nem indivíduos nem grupos devem ter de suportar maiores sacrifícios ambientais ou sociais que o resto da comunidade.

Percebemos que essas dimensões da Agroecologia expressavam-se nas bandeiras de ornamentação da Festa da Colheita, cujos conteúdos carregavam um viés educativo e político, com denúncias e anúncios sobre: comunicação popular, saúde pública, questão indígena e quilombola, acesso a água, gênero e etnia. Outras bandeiras também compunham a ornamentação do Teatro de Fantoques e serão apresentadas mais adiante. Todas expressavam uma postura humana, sócio-cultural, ética e, também, política assumida pela Agroecologia, que não se restringe à produção sem uso de agrotóxicos.

Pensando no contexto em questão, mostraram deveras relevantes, posto que, há diversos desafios⁵⁴ relativos à formação humana dos camponeses que habitam esse território, os quais merecem ser superados neste processo. Isto faz sentido quando se trata da ação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, pois a Educação do Campo tem forte influência da Educação Popular, a qual pressupõe a retomada ao seu cotidiano, problematizando-o, buscando a superação

⁵⁴ Para além das investidas do Agronegócio do algodão na Chapada do Apodi, compreendemos que dentre camponeses e camponesas que se indignam com essa violência simbólica do cercamento das comunidades, existem alguns que reproduzem situações de opressão em seu cotidiano. Aqui citamos o caso de uma moradora da comunidade, a qual não mantém relações de proximidade nem de afeto com a irmã lésbica, por ter sido impedida pelo companheiro. Evidenciamos duas faces do patriarcado: a LGBTfobia e o machismo estrutural. Ao fazer menção à Agroecologia em suas dimensões política, humana e social trazemos à baila estas questões, cujo rompimento é determinante para democratizar esse processo de resistência a ser construído no território. Neste sentido, trazer estas bandeiras para a ornamentação da Festa da Colheita mostrou-se fundamental para, ao menos, dar indícios sobre qual projeto de sociedade e de campo se quer construir, e para além disso, anunciar quem vai participar dessa construção.

das adversidades a partir da articulação e mobilização das comunidades, a fim de construir territórios de resistência e mudança social.

Na parte da noite, teve início a Festa da Colheita, com a apresentação da programação por uma moradora da comunidade Santo Estevão, nossa anfitriã durante esses dias em que estivemos convidando as comunidades e organizando o espaço da atividade. A figura a seguir ilustra este momento.

Figura 38 - Apresentação da Programação da Festa da Colheita



Fonte: O autor (2022).

A programação apresentada tinha as seguintes atividades: uma apresentação inicial sobre o que significa a Festa da Colheita e a sua importância para a região; teatro de fantoches, com um diálogo sobre os impactos dos agrotóxicos no cotidiano das comunidades da Chapada de Tabuleiro do Norte; cine-debate, com apresentação da experiência do CSA e de um vídeo sobre a Chapada.

Em sua fala sobre a Festa da Colheita, um dos gestores da EFA Jaguaribana destacou o histórico da Festa em Tabuleiro do Norte, que teve edições⁵⁵ em 2017, 2018 e 2019, antes da

⁵⁵ Ver as memórias institucionais da EFA Jaguaribana: **2016-2017** (<https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-0/750/415750/eieorokm/44a5a420870c4e189ef791f5fc42f41e?fileName=Mem%C3%B3ria%20Institucional%20EFA%202016-2017%20-%20FINAL.pdf>); **2018-2020** (<https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-0/750/415750/eieorokm/e4e82b93f1434402975944c035f77587?fileName=MI%20-%20EFA%20-%20FINAL%20-%202014-07-2021%20-%20site.pdf>).

Pandemia do Covid-19; e destacou a importância desse evento para proporcionar momentos de socialização e encontro entre as comunidades. Por fim, pediu que os quase 100 moradores presentes rememorassem pessoas importantes para as comunidades, “as sementes”, que possibilitaram a sua construção e povoamento. À esquerda, uma mística simbolizando a partilha de alimentos a ser realizada naquele dia. A figura 39 apresenta o momento da fala inicial sobre a Festa da Colheita.

Figura 39 - Fala da representação da EFA Jaguaribana sobre o significado da Festa da Colheita



Fonte: O autor (2022).

Nesse momento, vários nomes foram citados e compreendiam moradores antigos - já falecidos – ou os primeiros moradores, bem como pessoas próximas, parentes e amigos. Para além da memória, aqui percebemos um espaço para a representação dos afetos e de reconhecimento sobre a importância daquelas pessoas para a construção do território, mas também, com as atividades seguintes, percebemos (e a comunidade foi convidada a perceber) a importância dos moradores atuais na manutenção dessas comunidades a partir de sua organização em defesa.

Por meio do teatro de fantoches, lançou-se mão do humor para a problematização de questões do território, bem como para a interação com os presentes na Festa da Colheita. A figura a seguir traz a configuração do espaço onde foi realizada esta atividade.

Figura 40 - Teatro de Fantoche



Fonte: O autor (2022).

Houve um diálogo com a Eliete (fantoche) e uma representante da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte acerca de fatos ocorridos nas comunidades com a chegada da empresa. A seguir, um trecho transcrito desse diálogo.

Eliete: Mulher, na semana passada nós fomos para um negócio da Fiocruz lá no João! O povo da Fiocruz falou dos agrotóxicos. Eles são o povo da saúde, né?

Apresentadora: Sim, é verdade! O pessoal da Fiocruz cuida da saúde! Mas o que eles disseram?

Eliete: Que esse negócio de agrotóxico é igual a veneno! E veneno mata gente também! Então, deixe eu contar... Quando nós vínhamos do encontro da Fiocruz nós fomos todas envenenadas!

Apresentadora: Como assim, vocês beberam veneno?

Eliete: Não, mulher! Nós tomamos uma chuva de veneno quando a gente ia passando pela estrada! Um trator grandão, parecia um dragão cuspidor fogo, no caso ele cuspia água! Ele cobriu nós todinha de veneno!

Apresentadora: Isso é muito sério!

Eliete: Ai, Jesus, será que eu já vou morrer? Tem algum doutor aí?

Apresentadora: Tenha calma! Também não é assim, de repente, não!

Eliete: O homem da Fiocruz, ele disse que entre 2000 e 2010, foram pulverizados 4.000.000 litros de agrotóxicos nas Comunidades da Chapada do Apodi.

Apresentadora: Nossa! É realmente muito veneno!

Eliete: Ou Vânia, você tá bem? Eu acho que eu vou morrer!

Apresentadora: Calma, Eliete! Você vai ficar bem!

Eliete: Como? Se a gente não fizer nada esse veneno vai matar todo mundo.

Apresentadora: Mas não foi só a chuva de veneno? Não pegou só em vocês?

Eliete: Ai Jesus... Sabe o que foi que o homem da Fiocruz disse?

Apresentadora: Não, e tem mais coisa?

Eliete: Você sabe que tem água aqui debaixo da terra, né?

Apresentadora: Sim, sei! Tem uma grande bacia de água aqui embaixo, eles chamam de Aquífero Jandaíra!

Eliete: Pois é! Essa bacia é bem grande e lá do lado de Limoeiro a COGERH encontrou agrotóxicos em 23 amostras da água dessa bacia.

Apresentadora: Mas isso é do lado de lá!

Eliete: Mas tu é burra, é? Olha... Estão cavando um poço na Baixa do Juazeiro, vão cavar outro no Santo Antônio dos Alves, nos Currais... Estão prometendo. Vai atrás que lá também tem veneno!

Apresentadora: Sim, tão prometendo.

Eliete: Aí quando nós formos beber a água, se ainda tiver né?, ela pode também estar contaminada com veneno! O Veneno cai nas plantas e no chão, e vai sendo carregado para a bacia de água debaixo dos nossos pés! E ainda tem o vento que leva o veneno. Thiago das abelhas tá aí?

Apresentadora: Sim, ele tá bem ali.

Eliete: Então, Thiago disse que as abelhas saíram no mesmo dia da pulverização e quando voltaram chegaram, eram tudo morrendo perto das caixas! Ai Jesus, eu vou morrer! O agrotóxico matou as abelhas!

Fonte: O autor (2022).

O que nos causou mais espanto foi o caso de duas moradoras atingidas por agrotóxicos enquanto transitavam a caminho de suas residências. Outras questões como o Aquífero Jandaíra – que compõe o território, mas seu acesso é negado às comunidades – e o envenenamento de abelhas na Chapada, denunciado por apicultores locais foram abordadas na oportunidade do Teatro de Fantoches. Mesmo que, por vezes, a narrativa do ocorrido se aproximasse do cômico numa tentativa de manter a atenção da comunidade, tratou-se de uma situação real e grave.

Tais problemáticas, relacionadas às consequências do uso indiscriminado de agrotóxicos na região, não são recentes: elas se repetem, mudando apenas o território. Rigotto (2011), pesquisadora vinculada ao curso de Medicina e ao Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde – TRAMAS da Universidade Federal do Ceará - UFC, constatou que nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova, onde estão localizados os Perímetros Irrigados Jaguaribe-Apodi (PIJA), Tabuleiro de Russas e o de Morada Nova, a incidência de casos de câncer e de abortos, respectivamente, é 38 % e 40% maior, se comparados a outros 12 municípios da região jaguaribana (Freitas, 2018).

No caso específico de Limoeiro do Norte, foi por meio desse diálogo entre a Cáritas Diocesana e as comunidades que surgiram os primeiros estudos científicos que analisaram as implicações dos agrotóxicos na saúde da população, desencadeando, também, outros estudos, de áreas diversas, que apontaram novas evidências dos impactos negativos da implantação de Perímetros Irrigados na região.

Ao observamos a figura 40, ao fundo, por trás da agente da Cáritas, há uma faixa na qual estava escrito “A Chapada é do povo”, como representação da luta camponesa que já ocorre no território da Chapada de Limoeiro do Norte e que pode ser construída junto às comunidades de Tabuleiro do Norte; à esquerda, próximo à fantoche Eliete, três bandeiras que remetem as denúncias e demandas dos camponeses(as) da região: “Agrotóxico mata”, “Água não é mercadoria” e “Reforma Agrária”. Estas bandeiras também simbolizam suas identidades em

defesa do território; são uma marca distintiva de tal identidade (que compreendemos em construção) e não compunham este cenário à toa.

Seguiu-se o Teatro de Fantoques, com uma fala da agente da Cáritas Diocesana sobre o líder comunitário Zé Maria do Tomé e sobre a Lei estadual 16.820/19 - Lei Zé Maria do Tomé - (Ceará, 2019), a qual proíbe a pulverização de agrotóxicos no Ceará, uma conquista que se deu a partir da luta das comunidades de Limoeiro do Norte e que ganhou repercussão nacional. Atualmente, o referido instrumento legal encontra-se ameaçado, pois setores ligados à agricultura patronal no estado alegam sua inconstitucionalidade e pedem a revogação. Segue o trecho:

Apresentadora: Mas eu soube que tem uma Lei Zé Maria do Tomé, que é contra a pulverização aérea!

Eliete: Sim, é verdade! Ela é muito importante! Mas sabe o que está acontecendo?

Apresentadora: Não, o quê?

Eliete: Os empresários que fabricam veneno estão se organizando e pressionando o governo para derrubar essa lei! Aí se eles conseguirem vão liberar tudo!

Apresentadora: Então, Eliete, estamos mesmo tudo num beco sem saída. Vão nos expulsar da terra das Chapadas, aqui onde crescemos há mais de 50 anos!

Eliete: É tá bem difícil. Pra nós, pobres, é mais difícil ainda. Mas, Jesus disse que o povo unido tem força. A gente precisa se juntar e cobrar dos governos proteção das nossas comunidades. Ainda tem jeito. Nós não estamos sozinhos... Tem um bocado de instituição do nosso lado também... Tem a diocese, tem a Cáritas, tem a EFA, tem as Faculdades, tem o IFCE, tem a Femaje...

Fonte: O autor (2022).

Neste momento, enveredou-se no diálogo para a importância da articulação dos povos da Chapada de Tabuleiro junto a instituições e movimentos sociais identificados com esta luta, para a manutenção de suas comunidades. Seguiu-se com o grito provocativo em forma de canção: “A Chapada é nossa/ A Chapada é do povo/ É só lutando que será nossa de novo”. Houve interação dos presentes e a manifestação do viés político que pode compor esses momentos de socialização camponesa em suas comunidades. São estratégias de problematização da realidade, alternando o lúdico com as questões simbólicas e concretas do território. Aqui identificamos que se mantém viva a Educação Popular, através da arte, numa circularidade de conhecimentos: do acadêmico (adaptado à realidade do território) ao popular.

Seguindo a programação, houve o Cine Debate, com a exibição de um vídeo sobre a experiência do CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura e outro vídeo sobre as questões concernentes ao território da Chapada do Apodi.

O CSA trata-se de uma iniciativa de Economia Solidária realizada pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte voltada à compra e venda quinzenal de produtos. Participam desta experiência agricultores familiares das comunidades da Chapada do Apodi de Tabuleiro do Norte e de Limoeiro do Norte – precisamente do Acampamento Zé Maria do Tomé -, os quais produzem a partir das Tecnologias Sociais, como cisternas e bioágua, e em transição agroecológica. O CSA possibilita aos(as) co-agricultores(as) (compradores) a compra direta com

os produtores, mas também a sua inserção no território, a promoção de intercâmbios e a tomada de conhecimento sobre os desafios desta produção.

Na oportunidade do Cine Debate, a comunidade pode conhecer esta experiência, identificar-se no vídeo e identificar os moradores. Como afirmou uma das agentes da Cáritas Diocesana: “É uma forma de eles [*a comunidade*] se verem ali, se verem como capazes de produzir tanta coisa, sem veneno, e mesmo com tantos problemas com [*o acesso*] à água”.

Na figura que segue, temos a apresentação do vídeo do CSA. Em tela, alguns agricultores relatando a sua experiência.

Figura 41 - Apresentação do vídeo sobre a experiência de Economia Solidária CSA



Fonte: O autor (2022).

Dando prosseguimento, houve a exibição do segundo vídeo, intitulado “A Chapada está sob ameaça⁵⁶”, organizado pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, no qual moradores das comunidades da Chapada do Apodi relatam sobre seu cotidiano no território, suas principais dificuldades, como o acesso à água, e implicações da chegada da empresa Nova Agro, que vem ocasionando, como afirmam no vídeo, muita “poeira, veneno” (sic.). Outras problemáticas, a exemplo do cercamento dos arredores das comunidades, onde anteriormente “[...] tinha estrada pra todo canto, hoje não tem mais. Tá tomando tudo. Tinha mata solta pra criar. Todo mundo criava

⁵⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rwLhLbr67hc&t=170s>.

seus bichos soltos, no inverno e verão. Hoje não tem mais, tudo cercado” (sic.) também foram levantadas pelos moradores.

Ainda há no vídeo o depoimento de um ex-morador da comunidade Lagoa do Zé Alves, na Chapada, que se mudou para o município de Potiretama. Segue a transcrição deste trecho que nos chamou bastante atenção:

Não aguentava com a poeira. Toda hora é os trator mexendo, mexendo. E ficava aqui na frente, pertinho da casa, aí nós recebia aquela poeira quente. A gente ficava imprensado lá. Compraram assim na frente e foram comprando ao redor, e a gente ficando no meio. Aí já tava com 42 anos que eu tinha comprado essa terra pra lá e eu tava morando pra lá. Mas aí agora foi obrigado eu sair de lá e vir pro meio de minha família.

Estes depoimentos trazem a percepção de quem vem vivenciando os agravamentos de problemáticas concernentes à chegada da empresa Nova Agro na região, julgando-se obrigado a deixar suas terras para resguardar a saúde. Já existe a tentativa de articulação das comunidades no levantamento de pautas e denúncias a esta realidade que se põe aos moradores da Chapada, a saber: a exigência de distanciamento da empresa, através de uma área verde; evitar a pulverização de agrotóxicos nas proximidades e, conseqüentemente, a poluição dos solos.

A proposta de realizar o Cine Debate consiste na exibição de determinado vídeo, seguido de um debate acerca da experiência e das problemáticas abordadas. Um debate direcionado, intencional, mas que ocorre de forma pactuada com os envolvidos. Para Barros (2014, p. 19), “[...] O cinema não é apenas uma forma de expressão cultural, mas também um ‘meio de representação’. Por meio de um filme representa-se algo, seja uma realidade percebida e interpretada, seja um mundo imaginário livremente criado pelos autores de um filme”. A representação no vídeo “A Chapada do Apodi está sob ameaça” é real: o cotidiano de abandono das comunidades e de expropriação camponesa no território; é essa a realidade que as comunidades partilham, refletem e se indignam. No entanto, apenas isso não é suficiente.

Em nosso entendimento, a proposta de Cine Debate consiste numa leitura da realidade, que no paradigma da Educação Popular resulta em um processo de problematização e conscientização para a libertação dos povos (Freire, 2019). Algumas questões-problema foram lançadas após a exibição do vídeo. A seguir, na nota de campo, a problematização realizada pela agente da Cáritas Diocesana e as respostas das comunidades.

- | |
|---|
| <p>- Quem aqui é da Chapada? – Houve diversas respostas: pessoas que ali nasceram ou que vieram morar em algum momento de suas vidas, mas que se consideram, atualmente, parte do território.</p> <p>- Quem quer ir embora? – As respostas foram unânimes: Não.</p> |
|---|

- ***Quem quer vender a terra? Eu quero comprar a terra de vocês*** – Apenas uma pessoa, em tom de ironia, respondeu querer vender a sua terra.
- ***Querem ir morar em Limoeiro ou Tabuleiro? Ou querem ficar?*** – Sair das comunidades não apareceu como resposta dos presentes.
- ***Querem ficar com veneno?*** – Querem ficar, mas sem veneno. A partir de então, abriu-se espaço para inserir na discussão a necessidade da resistência camponesa no território.
- ***Vamos lutar com quem? Vamos lutar sozinhos?*** – Neste momento, a agente da Cáritas falou dos diversos parceiros nesse processo de resistência, a exemplo do MST, M21, UECE, UFC, IFCE, Cáritas, EFA Jaguaribana, dentre outros.
- ***Quem vai pra essa luta comigo?*** – A problematização se encerra de forma oportuna com essa última pergunta do debate. Apesar de terem diversos parceiros dispostos a resistir de forma coletiva junto à Chapada de Tabuleiro, ressaltou-se a importância da articulação interna nas comunidades a partir das Associações, para construir essa mobilização contínua no território. Ou seja, como afirmou a agente da Cáritas: “Nós vamos caminhar juntos com vocês, mas não por vocês. Vamos estar com vocês”. Nota de Campo (29 de junho de 2022).

Fonte: O autor (2022).

A caminhada junto é a resistência coletiva, ou seja, os caminhos para a libertação dos povos, que não podem ser percorridos sem a participação dos oprimidos. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2019) alerta que esta libertação, objeto de sua teoria e de sua práxis, não se trata de uma imposição ou doação. Assim, a Libertação ocorre mediante este processo de diálogo para transição das consciências e para a conscientização, mediada pela práxis dos sujeitos históricos. Ao final de sua fala, a Agente da Cáritas Diocesana trouxe a seguinte provocação: “Tem um dragão bem grande aqui comendo as terras de vocês. E sabem quem vence o dragão? A gente. Nós todos, juntos”.

Como frisado nos diálogos ocorridos diante das diversas estratégias de problematização do território identificadas na oportunidade da Festa da Colheita, a articulação para vencer o dragão é constantemente requerida e incentivada pela Cáritas Diocesana e pela EFA Jaguaribana, como a sensibilização dos moradores para se inserirem nas Associações Comunitárias e buscarem a transformação da Chapada do Apodi em uma Área de Preservação Ambiental. E aqui encontramos novamente a importância dessas articulações para a organização e participação sociopolítica camponesa, a qual ocorre paralelamente à territorialização da Agroecologia.

Feito este momento dialógico, os presentes puderam realizar a partilha de alimentos e o jantar coletivo entre as comunidades. A figura a seguir apresenta a mesa de jantar compartilhado.

Figura 42 - Jantar comunitário e partilhado



Fonte: O autor (2022)

As partilhas foram diversas e demarcavam a cozinha regional, mas em sua maioria dos quintais produtivos dos agricultores das comunidades: carne caprina, suína, galinha caipira, capote (galinha d'angola), arroz de leite, baião de dois, sopas, saladas diversas, doces, bolos, sucos, dentre outros. A territorialização da Agroecologia na Chapada do Apodi de Tabuleiro não poderia ocorrer de outra forma, sem considerar o que a comunidade tem a oferecer em forma de alimento e de resistência. Nas palavras de Fabrini (2007, p. 28):

As festas e a ajuda mútua também surgem como exemplos da territorialização camponesa. A ajuda mútua não consiste apenas na troca de dias de serviço, mas também na partilha de produtos da unidade de produção como sementes, alimentos, utilização de máquinas, prestação de serviço de transporte, enfim uma variedade de trocas realizadas no bairro rural não regulada por relações mercadológicas.

A partilha (diálogo) de saberes sobre o território findou com a partilha de sabores e de afetos entre os presentes, com música junina, crianças correndo no terreiro e adultos e idosos proseando. A socialização também é fundamental neste processo. O diálogo é permeado de afetos. Esta construção da resistência também o deve ser. Uma vez finalizada a Festa da Colheita, boa parte dos presentes contribuiu na (re)organização do espaço, no desfazer da ornamentação, seguindo no retorno às suas respectivas comunidades.

A reflexão final sobre esta atividade é que, embora curta e anual, percebemos o quão reveladora foi do potencial de articulação entre a EFA Jaguaribana e a Cáritas Diocesana, e mais do que isso destacou o potencial de inserção, articulação e mobilização comunitária destas instituições. A resistência coletiva por tais incentivada consiste, sobretudo, numa experiência por elas vivenciada. Ou seja, um discurso coerente com a prática e voltado à transformação social.

Trata-se de uma nova constatação sobre como a atuação da EFA Jaguaribana, na perspectiva da Educação do Campo, no território do Vale do Jaguaribe é engajada e permeada por experiências que se nutrem na Educação Popular, que têm o território como ponto de partida nesta problematização, conscientização, práxis e libertação, direcionadas à mudança ou transformação social. Evidentemente, esta atividade em si não será a única responsável por tal empreitada, no entanto, poderá lançar as bases para novas experiências compartilhadas entre as instituições que a promoveram e as comunidades.

São possibilidades construídas, coletiva e colaborativamente, com vistas à organização e à participação sociopolítica camponesa, na territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe. As nuances da reprodução social do campesinato ora apresentadas nesta seção destacam como a resistência camponesa tem sido fundamental para esta manter vivas as comunidades, suas tradições, ancestralidades, modos de (con)viver e seus vínculos mediados por relações comunitárias e coletivas.

8 PARA FINALIZAR, SEM CONCLUIR...

“Meu pai, quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado para seu interior, para decidir o que usar, o que fazer, onde avançar, onde recuar. Como um médico à procura do coração.” (Torto Arado – Itamar Vieira Júnior)

Chegamos ao fechamento desta pesquisa com uma passagem do Livro Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior, cuja abordagem explícita, dentre outras questões, uma crítica social ao latifúndio e às relações de servidão e de violência no campo brasileiro no século XX, mas também, à sua maneira, focaliza formas de reprodução social do campestinato. Essa realidade tensionada e conflituosa perpassa diversas comunidades rurais, levando, geração a geração, os camponeses e as camponesas a enfrentarem a expropriação e a violação/negação de direitos, bem como a resistir enquanto classe social que possui um modo de vida e de produção peculiar. No Vale do Jaguaribe, não é diferente.

É nesse contexto de resistência e (re)existência do campesinato que se forja a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, a qual carrega em seu nome a demarcação de um território (jaguaribano) marcado pelas contradições do *modus operandi* do agronegócio e pela morte/vida de um camponês atuante e combativo (Zé Maria do Tomé), assassinado em 2010. Como tantos(as) camponeses e camponesas, Zé Maria virou semente de luta para que outras sementes pudessem ser semeadas em diversos territórios. É aqui que começa a história da EFA Jaguaribana e sua perspectiva agroecológica, uma vez que a escola se fez na resistência e, hoje, também o é.

O primeiro ponto que precisamos apreender neste debate final é que a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé tem um modo particular de atuação e inserção no território camponês, que pode diferir de outras EFAs. Neste sentido, para a análise, é necessário considerar elementos concernentes à Pedagogia da Alternância, mas também o seu entrelaçamento com os Paradigmas da Educação do Campo e da Educação Popular e o encontro com a Agroecologia. Isso é algo que foi se construindo, em decorrência do contexto de resistência camponesa no Vale do Jaguaribe. Estar nesse território, que tem a Agroecologia como elemento irradiador de um projeto de sociedade, permitiu à EFA Jaguaribana ser o que é e agir como age.

Como pudemos identificar, as atividades da EFA Jaguaribana são diversificadas e abrangentes. Inicialmente, voltavam-se à formação da juventude camponesa no curso Técnico em Agropecuária e, posterior e paralelamente, se ampliaram e materializaram em frentes diversas, como o debate de ideias (Comunicação Popular), a execução de projetos agroecológicos e a resistência coletiva junto a instituições, coletivos e movimentos sociais no território do Vale do Jaguaribe, numa perspectiva de totalidade.

A pesquisa em tela partiu do seguinte questionamento: Como a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, por meio de diversas frentes de atuação, constroi estratégias comunitárias de resistência ao Agronegócio, na perspectiva da Educação do Campo e da Educação Popular, com vistas à territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe?

No discorrer de nossa argumentação, discutimos o território, como categoria imprescindível, capaz de articular e dialogar com as pessoas e suas vivências, a Escola/Associação e suas práticas formais e comunitárias, a comunidade e suas experiências. Como evidenciado, o território e seus espaços se refazem no contexto das dimensões sociais e políticas construídas socialmente por indivíduos, grupos, comunidades, escola e organizações sociais em defesa da Agroecologia como ciência, movimento político e estilo de vida.

Considerando o território de atuação da EFA Jaguaribana, identificamos que o curso Técnico em Agropecuária foi o primeiro elo com as comunidades camponesas, para a construção desse debate agroecológico, uma vez que, para a criação da Escola, também era necessária a fundação de uma Associação, cuja função como instituição mantenedora pode extrapolar limites burocráticos, incidindo no cotidiano das comunidades de diversas formas. Essa compreensão é fundamental para realizar a leitura acerca de como e por que ocorre a territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe, mediante o trabalho da EFA Jaguaribana e da AEFAJA.

Em nossa pesquisa, constatamos que, na prática pedagógica na Pedagogia da Alternância, há caminhos diversos para a construção, junto aos educandos e suas comunidades, de discussões acerca da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido Nordeste, a partir dos instrumentos didático-pedagógicos da PA. Ou seja, considerando o currículo escolar como território em disputa, com potencial crítico e criticizador, e a prática pedagógica na Pedagogia da Alternância, enviesada na Educação do Campo, podemos identificar possibilidades concretas de inserção do debate agroecológico na formação dos educandos do curso técnico.

Ao retomarmos a fala de uma educadora, sobre o potencial da EFA para a territorialização da Agroecologia, teremos uma síntese dessa compreensão, que em muito coube aos nossos argumentos no desenrolar da pesquisa: O educando traz, mas também ele devolve; à medida que devolve, comunica. À medida que comunica e devolve, também multiplica. E isso é territorialização da agroecologia, ir além do espaço físico, ir para a rede, ampliar o que esse grupo social pensa e constrói.

Ao ponderarmos essa lógica, visualizamos uma potencial estratégia de territorialização da Agroecologia a partir da Pedagogia da Alternância, seja pela constituição dos vínculos entre os educandos, suas famílias e comunidades, seja pela iminente atuação dos mesmos, quando técnicos, se assim desejarem, em territórios camponeses. Uma vez atuantes, esses educandos poderão ser

multiplicadores não apenas do debate, mas da construção comunitária e coletiva de práticas agroecológicas.

Mesmo assim, devemos trazer à baila, que há diversos desafios à prática pedagógica no campo da Pedagogia da Alternância, pesando, em especial, a ausência de recursos do Estado destinados às EFA comunitárias, cujo funcionamento procede do voluntariado; infraestrutura e formação de educadores e educadoras. As potencialidades seriam ampliadas, se superados estes desafios.

Mediante a Pedagogia da Alternância, enviesada na Educação do Campo, no trabalho da EFA Jaguaribana junto ao Curso Técnico em Agropecuária, bem como na atuação contra-hegemônica, assumida pela AEFAJA em seus projetos desenvolvidos nas comunidades camponesas, identificamos a Agroecologia como um elemento articulador entre os grupos, as pessoas, as universidades, ONGs, comunidade e escola, entre outras, numa lógica que organiza e alimenta a resistência contra o agronegócio; atravessando o território, a escola e a luta pela vida. Logo, concluímos que essa escola não didatiza a vida, ela é a vida.

De tal modo, neste aspecto, se inicialmente, com a Pedagogia da Alternância e o trabalho com o Curso Técnico em Agropecuária, houve uma aglutinação/convergência de grupos, universidades, ONGs, pessoas diversas, comunidade e escola, para a criação e consolidação da EFA Jaguaribana. Em decorrência deste fato, posteriormente, houve a expansão de sua atuação, uma vez que, paralelamente, ocorria a construção de uma rede de articulação no território jaguaribano, no estado do Ceará e em outras unidades federativas.

Esse contexto de expansão pode ser vivenciado em paralelo à precarização da atuação como EFA comunitária e ao isolamento social provocado pela Pandemia do Covid-19. Ao passo que a população enfrentava o negacionismo e o genocídio mais de 700 mil brasileiros e brasileiras, bem como lutava-se por vacinação em massa, a EFA Jaguaribana, dentro das suas limitações e possibilidades, desenvolveu um trabalho educativo via redes sociais (em particular, o EFAoVivo), a tratar, de forma remota e contínua, sobre temáticas pertinentes ao campo da Agroecologia, à formação humana e ao esperançar. De tal modo, uma constatação merece ser reiterada: a EFA Jaguaribana utilizou as redes sociais e telas para formar e articular pessoas de territórios diversos, tomando como pauta a Agroecologia e um projeto de sociedade e de campo.

Também nesse momento pandêmico, coube à Associação (AEFAJA) a captação de recursos mediante participação em editais e inscrição de projetos, os quais, como podemos perceber nessa pesquisa, foram a principal e mais concreta estratégia da EFA Jaguaribana para a territorialização da Agroecologia no Vale do Jaguaribe, especialmente no que tange à abrangência

de municípios e comunidades camponesas, à diversificação de atividades e, por consequência, ao atendimento das dimensões da Agroecologia.

Mediante os projetos, também enviesados pela Educação do Campo, pudemos sistematizar práticas educativas intrinsecamente identificadas com a Educação Popular, num debate agroecológico, perpassando os camponeses e camponesas como oprimidos que realizam a leitura de seus mundos (territórios), com vistas à conscientização, à práxis e à busca por mudança ou transformação social, a partir da resistência, da organização e da participação sociopolítica do campesinato. Ou seja, há nessa atuação da EFA Jaguaribana, um potencial importante e ainda pouco explorado, que consiste na articulação entre Educação do Campo-Educação Popular-Agroecologia para a construção de processos de resistência em territórios camponeses. Assim, trata-se de uma escola que se articula com um projeto de campo e de sociedade em todas as dimensões da vida cotidiana.

Sobre este último aspecto, compreendemos a Agroecologia como elemento articulador que promove a luta contra a concentração de terras no domínio do agronegócio no Brasil e está pautada na agenda dos Direitos Humanos, no direito fundamental à terra para viver, trabalhar e manter o grupo familiar. No caso específico do Vale do Jaguaribe, a territorialização da Agroecologia ocorre de forma simultânea e conflitiva com a territorialização do Agronegócio, cujos impactos impelem a resistência camponesa como resposta contínua, dados os ataques frequentes. Nesse sentido, a Agroecologia não cabe na sociedade capitalista, pois subentende a transformação social, acompanhada da justiça social. Ou seja, ao tratarmos de tal aspecto, julgamos que há uma moldura estrutural a ser superada, a qual tolhe a classe trabalhadora do campo e da cidade de acessar quaisquer direitos fundamentais à cidadania e ao bem viver.

Por fim, como identificamos no decorrer da tessitura desse texto, a EFA Jaguaribana tem uma imersão bastante fecunda nos territórios camponeses, sobretudo a considerar as dimensões política e social da Agroecologia. Essa imersão ocorre em articulação com movimentos sociais, coletivos e instituições; não é solitária nem restrita, por isso consegue tamanha abrangência, como ilustrado na seção anterior dessa tese. A propósito, mais do que se articular a movimentos sociais, a escola compõe um movimento social – Movimento 21 -, cuja inserção na Chapada do Apodi tem incidido na construção de novos/outros sujeitos políticos e, também, na legislação do estado do Ceará, que atualmente é o único no país a proibir a pulverização aérea de agrotóxicos.

Por isso, reiteramos: 1) existe em todo esse processo uma territorialização da Agroecologia na região, atravessada pela Educação Popular e pela Educação do Campo, conseqüentemente, formas de educação libertadora; 2) a EFA Jaguaribana, por meio destas ações,

ratifica a função social de uma escola do campo, diminuindo a distância escola-comunidade, mediante a sua expansão às comunidades camponesas com o Curso Técnico e com os Projetos desenvolvidos, numa perspectiva agroecológica; 3) essa dinâmica de inserção no território camponês implica numa forma de ampliar as possibilidades de atuação/formação na Pedagogia da Alternância, conferindo características e demandas particulares do semiárido e do território jaguaribano; 4) a EFA Jaguaribana e a AEFAJA têm uma relação orgânica e, portanto, são elos motivadores do anúncio de experiências contra-hegemônicas articuladas a um projeto de sociedade.

A hipótese desse estudo foi assim desenhada: a Escola, em sua atuação, apresenta uma proposta educativa contra-hegemônica que promove a territorialização da Agroecologia, numa dinâmica permeada por práticas educativas e comunitárias na perspectiva da Educação do Campo e da Educação Popular, incidindo na organização e na participação sociopolítica camponesa. Mediante os argumentos e análises expressos na construção desse texto, consideramos que há elementos suficientes para a sua confirmação.

Consideramos que construir a Agroecologia nesses territórios em transição é uma tarefa árdua, contínua e solidária (nunca solitária), que cativa o esperar nos diversos sujeitos nela envolvidos. Toma muitos caminhos e contornos, numa trajetória ousada e rebelde. No caso da EFA Jaguaribana, sistematizar essa experiência foi deveras desafiador, sobretudo, pela sua ampla atuação nos territórios camponeses - a partir da qual se constroem diversas estratégias comunitárias de resistência. Em que pese a discussão ora apresentada, compreendemos relevante mencionar que outros estudos podem dialogar sobre questões não aprofundadas, dado o direcionamento de seu problema de pesquisa. O debate apenas foi iniciado nessa tese.

Nesse sentido, novas investigações poderão cotejar: a prática pedagógica na Pedagogia da Alternância, considerando os instrumentos didático-pedagógicos ou o voluntariado; a formação inicial e continuada de educadores e monitores da EFA; o papel da Associação como motivadora da incidência política, em abrangência municipal, regional e estadual; a resistência feminina em torno da Agroecologia no território jaguaribano, particularmente, na Chapada do Apodi, e as contribuições da EFA Jaguaribana neste processo; as contribuições das Casas de Sementes e sua gestão coletiva, para a articulação das comunidades camponesas e para seus processos de resistência.

Zé Maria vive!

REFERÊNCIAS

ADERALDO, Guilherme. Territórios, mobilidades e estéticas insurgentes. Refletindo sobre práticas e representações coletivas de realizadores visuais nas metrópoles contemporâneas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 31-48, 2017.

AEFAJA, Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana. **Memória Institucional**, 2022. Tabuleiro do Norte, 2023. Disponível em: < https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-0/750/415750/eiorokm/3a0090b7aa8444d9a4d2c320d8db88a6?fileName=Mem%C3%B3ria%20Institucional%202022%20-%20p%C3%A1g%20individuais%20-%20FINAL_compressed.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. **Memória Institucional**, 2021. Tabuleiro do Norte, 2022. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-0/750/415750/eiorokm/44f838a591c4458ea350d22e7245df1f?fileName=Mem%C3%B3ria%20Institucional%20AEFAJA%202021%20-%20vers%C3%A3o%20final%20corrigida%20-%20p%C3%A1ginas%20individuais_compressed.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. **Memória Institucional**, 2018, 2019, 2020. Tabuleiro do Norte, 2021. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-0/750/415750/eiorokm/a933c96d1869412a9bbcf90369561502?fileName=MI%20-%20EFA%20-%20FINAL%202018-2019-2020_compressed.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. **Memória Institucional**, 2016 e 2017. Tabuleiro do Norte, 2018. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-0/750/415750/eiorokm/41c5164c029c40daa02ee8bcb932a872?fileName=Mem%C3%B3ria%20Insitucional%20EFA%202016-2017%20-%20FINAL_compressed.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e; PÁSSARO, Eloísa Rodrigues; FIGUEIRÊDO, Tatiane de Araújo. Educação do Campo: percalços na construção do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Regional do Cariri. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 2, p. 472-501, 29 jul. 2017.

ALENCAR, Claudiana Nogueira; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha; MENDES, José Ernandi. Práxis educativa e discursiva no Movimento 21: transgressões de fronteiras e hibridismo emancipatório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 160-175, 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. *Revista Tamoios*, v. 16, n. 1, 2020.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. **As ações de ensino, pesquisa e extensão do Laboratório de Estudos da Educação do Campo no Vale do Jaguaribe**. In.: CAVALCANTE, Leandro Vieira et al. Educação popular e educação do campo: diálogo de saberes e resistência em territórios camponeses. Fortaleza: Editora da UECE, 2024.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; SILVA, Severino Bezerra da; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. Educação popular e movimentos sociais do campo: a experiência do Movimento 21. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 29, p. e47285, 2023. DOI: 10.26512/lc29202347285. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/47285>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. O Laboratório de Estudos da Educação do Campo-LECAMPO e suas repercussões no ensino, pesquisa e extensão no Baixo Jaguaribe, Ceará. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, p. e256111031953-e256111031953, 2022.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de Almeida; SILVA, Severino Bezerra da. Movimento 21 (M-21): Da violação de direitos à mobilização na Chapada do Apodi - interrelações com a Educação Popular. **Revista Cocar**, v.15 n.32, p.1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4412>. Acesso em: 10 out. 2021.

_____. Pedagogia do Oprimido 50 anos depois: a atualidade de Paulo Freire. **Revista Inter-Ação**, v.46, n. ed.especial, p. 977-992, set. 2021b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46ied.especial.68486>>.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. O Mobral em São João do Jaguaribe/Ceará (1972-1979). **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, 2021.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de; MOREIRA, Lunian Fernandes; BRITO, Ângela Thaís da Silva; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi Mendes; OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. Acampamento Zé Maria do Tomé: lutas sócio-ambientais e saberes que se constroem na Chapada do Apodi – CE. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e277997378, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7378. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7378>. Acesso em: 17 dec. 2020.

ALMEIDA, João Paulo Guerreiro de Almeida. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBREAL: memórias e práticas pedagógicas no município de São João do Jaguaribe/CE (1972-1979)**. 2017. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2017.

ALMEIDA, Maria Valdenira Rodrigues de; OLIVEIRA, Teogenes Senna de; BEZERRA, Antônio Marcos Esmeraldo. Biodiversidade em sistemas agroecológicos no município de Choró, CE, Brasil. **Ciência Rural**, v. 39, p. 1080-1087, 2009.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 375-390, 2015.

ALVES, Maria Zenaide. **Ser alguém na vida: condição juvenil e projetos de vida de jovens moradores de um município rural da região de Governador Valadares-MG**. 2013. 213 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004a.

ANDRADE, Márcia Regina *et al.* **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004b.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves; MACHADO, Maria Zélia Versiani. Tempos e espaços formativos no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFMG. In.: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Territórios educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

ARAUJO, Aline Praxedes de; SILVA, Severino Bezerra da. Educação Popular e os movimentos sociais do campo: por uma Pedagogia Decolonial. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 20, n. 3, p. 4-23, set.-dez. 2021.

ARAÚJO, Alexandre Fraga de. **Representações sociais de educadores das Escolas Família Agrícola (EFAs) do Brasil e da Argentina sobre o uso pedagógico das tecnologias**. 2020. 203f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ARAÚJO, Reginaldo Ferreira de. **Pedagogia libertadora do Movimento 21: em defesa da terra, da água e da vida na Chapada do Apodi**. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Limoeiro do Norte, 2020a.

ARAÚJO, Sergiano de Lima. **O gosto amargo das frutas nas terras do senhor: a territorialização da produção capitalista e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato na região do Baixo Jaguaribe (CE)**. 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

ARAUJO, Albertina Maria Ribeiro Brito de. **Educação do campo - campos de disputas: um estudo de caso nas comunidades rurais de Ribeiro, Lagedo e Gameleira**. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cadernos Cedes**, v. 27, p. 157-176, 2007.

_____. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: **Por uma Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

BANDEIRA, Hilda Maria Martins; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. Prática educativa: entre o essencialismo e a práxis. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, p. 107-117, 2014.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Movimentos sociais e políticas públicas no contexto das reformas em curso no Brasil. **O Público e o Privado**, n. 30, jul./dez., 2017.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: Aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 705-724, 2017.

_____. Movimentos Sociais e Educação do Campo na América Latina: aprendizagens de um percurso histórico. **Revista Práxis Educacional**, v. 13, n. 26, p. 22-48, set./dez., 2017b.

BARROS, José D'Assunção. Cinema-História: Múltiplos aspectos de uma relação. **Dispositiva**, v. 3, n. 1, p. 17-40, 2014.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Da luta às Políticas de Educação do Campo: caracterização da educação e da Escola do Campo**. In.: XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Natal, 2014.

BEGNAMI, João Batista. **Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo: possibilidades e limites do diálogo com a Pedagogia da Alternância**. 2019. 402f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

_____. **Formação pedagógica de monitores das escolas famílias agrícolas e alternâncias: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia & Université François Rabelais de Tours, Département des Sciences de l'Éducation et de la Formation, Lisboa, 2003.

BEZERRA, Cristina Simões; RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi; PIZETTA, Adelar João. A parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e a produção de conhecimentos do curso de especialização em estudos latino americanos. **Libertas**. Juiz de Fora, edição especial, p.1-23, fev., 2007.

BOGO, Ademar. A escola do campo a procura do campo para ser escola. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, v. 3, n. 2, p. 175-202, 2020.

BORGES, Idelzuith Sousa *et al.* A Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs. In.: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Territórios educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BORGES, Márcia de Freitas Vieira. Inserção da Informática no Ambiente Escolar: inclusão digital e laboratórios de informática numa rede municipal de ensino. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO**. 2008. p. 146-155.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

_____. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão 1, 5 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 07 maio de 2022.

_____. **Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 05 maio 2022.

_____. **Resolução CNE/CEB 2, de 28 de abril de 2008, estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2022.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 1/2006, dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

_____. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

_____. **Lei 9394/96, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 9 ago. 2022.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Decreto-Lei nº 9.613/46, Lei Orgânica do Ensino Agrícola**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 8 ago. 2022.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 5 ago. 2022.

BRITO, Angela Thais Da Silva. **A luta pela terra como princípio educativo no Acampamento Zé Maria do Tomé - Chapada do Apodi/Ce**. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2021. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=104820>> Acesso em: 12 de outubro de 2022.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área. **Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências piloto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo: Campo- Políticas Públicas-Educação**. Brasília: Incra; MDA, 2008. p. 67-86.

_____. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 2004a.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: **Por uma Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002, p. 25-36.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 10, n. 10, 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. In. CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (org.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

_____. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA, 2009.

CARDOSO, Aurenice. **Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire**. In. FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. cap. 12, p. 161-172.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Educação do campo: Pronera, uma política pública em construção**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; OLIVEIRA, Diana Nara da Silva; RIBEIRO, Luís Távora Furtado. A licenciatura em Educação do Campo da FAFIDAM/UECE: semeadura de resistência na formação docente. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 546–562, 2022.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; BRITO, Célia Maria Machado de. Educação do Campo e PRONERA: Paulo Freire, presente! **Interritórios**, v.7, n.14, p. 1-18, 2021.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; MENDES, José Ernandi Mendes; AMORIM, Jamira Lopes de. Universidade, Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo no Vale do Jaguaribe. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 30, n. 61, p. 52-67, jan./mar., 2021.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de *et al.* Mulheres camponesas, lutas e aprendizados no Acampamento Zé Maria do Tomé—CE. **REIN-REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, v. 4, n. 3, p. 106-118, 2021.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; SILVA, Mila Nayane da; BARBOSA, Lia Pinheiro. Enfrentamentos e aprendizados: a insurgência feminina no Acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi-CE. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 67, 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, Alfonso; LATAPI, Carlos. **Educação de adultos na América Latina**. Campinas: Papirus, 1985.

CASTRO, Elisa Guaraná de **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná *et al.* **Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político**. V. 1. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2009.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. UM NOVO MAL ANUNCIADO: A TERRITORIALIZAÇÃO DO Agronegócio DO ALGODÃO TRANSGÊNICO NO CEARÁ. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 22, n. 3, p. 145-169, 2021.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**, v. 2, p. 1-8, 2005.

CEARÁ. Lei n.º 16.820, de 08 de janeiro de 2019, inclui dispositivo na Lei Estadual nº 12.228, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins bem como sobre a fiscalização do uso de consumo do comércio, do armazenamento e do transporte interno desses produtos. Fortaleza, 2019. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2019/03/16820.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CEARÁ, Secretaria das Cidades do Estado do Ceará. **Atualização do Plano de Desenvolvimento Regional do Vale do Jaguaribe**. Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2015/12/P8_Sum%C3%A1rio-Executivo_Vale-Jaguaribe.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CHAVES, Cláudia Régia Damasceno. **Memória e resistência em performances-narrativas de sujeitos participantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UECE**. 2022. 179 f. Tese (Doutorado em 2022) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=107966>> Acesso em: 28 de novembro de 2023

CORCIONE, Domingos. Fazendo oficina. **VER-SUS**, p. 20, 2007.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueredo e. “Agro sem Partido”? Coerção e consenso - a investida do Agronegócio na educação brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 01-22, 29 mar. 2022.

COSME, Claudemir Martins. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário 2017. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 84-109, 2020.

_____. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano**. 523 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

_____. **A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará**. 292p. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPB, João Pessoa, 2015

COSTA, Alexandre *et al.* Expedição científica ao alto curso do Rio Jaguaribe, Estado do Ceará: identificação da exata nascente do possivelmente maior rio efêmero do mundo. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 63, p. 956-956, 2020.

COSTA, Maria Inês Escobar. Educação do Campo e Agroecologia: um enlace histórico. **Boletim EcoEco**, n. 39, edição especial, 2019.

COSTA, Maria Lemos; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 2, p. 177-203, 2016.

COSTA CASIMIRO, Maria Inês Escobar da. **A pesquisa na pós-graduação das ciências agrárias (1995-2010): uma história de expansão e controle capitalista**. Tese (Doutorado em

Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Vol. 28, no. 100 Campinas, 2007.

_____. **A escola como espaço sociocultural**. In: DAYRELL, Juarez (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DELGADO, Nelson Giordano. **Commodities agrícolas**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

DUARTE, Clarissa Nascimento. **A prática da escola família agrícola e suas interfaces com a Educação do Campo: uma análise da experiência da EFA Paulo Freire**. 2018. Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública), Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2018.

DUFFAURE, André. **Education milieu et alternance: Textes choisis et présentés**. In. Daniel CHARTIER. Education milieu et alternance, p. 1-296, 2006.

EFA JAGUARIBANA. **Projeto Político-Pedagógico**. Tabuleiro do Norte, 2018. Disponível em: <<https://www.efajaguaribana.com.br/>>. Acesso em: 12 jul.2019.

EFA Jaguaribana. **Festival do Mugunzá**. Disponível em: <<https://efajaguaribana.org.br/festival-do-mugunza>>. Acesso em: 7 out. 2023.

FABRINI, João Edimilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 11, p. 8-32, 2007.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Fortaleza: Realce, 2008.

FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura e Educação Popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In. FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura e Educação Popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. cap. 9, p. 99-126.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e desenvolvimento territorial rural. **REVISTA NERA**, n. 18, p. 125-135, 2012.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 344f. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

FERREIRA, Aline Guterres. **A Construção do Conhecimento na Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha e das Casas Familiares Rurais do Rio Grande do Sul**. 2019. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FIOCRUZ. **Live de lançamento em Conversa Desenhada**. 2021. Disponível em: <<https://ceara.fiocruz.br/serpovos/2021/09/13/live-de-lancamento-em-conversa-desenhada/>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

FRAGA, Regina Coele Queiroz. **Pedagogia da Alternância na prática educativa da Escola Família Agrícola Dom Fragoso no Ceará**. 2019. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FRAGA, Regina Coele Queiroz; SOUZA, José Ribamar Furtado de. Pedagogia da Alternância e prática educativa na Educação do Campo: experiência da Escola Família Agrícola Dom Fragoso no Ceará. **Revista Práxis Educacional**, v. 13, n. 26, p. 196-216, set./dez., 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Extensão ou comunicação?**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS-JUSTINO, Érica Fernanda. **Movimento das representações sociais sobre campo de professores que atuam na educação por alternância no Peru e no Brasil**. 2021. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Geografia camponesa e o encontro com a Educação do Campo. **Cadernos Cajuína**, v. 5, n. 3, 2020.

_____. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2018, 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREITAS, Gilmar Vieira. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: HISTÓRIAS CONSTRUÍDAS A PARTIR DE UMA IDEIA. **Revista Educação e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 132-153, 2018a.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Materialismo Histórico-Dialético: pontos e contrapontos**. Cadernos do ITERRA. Campinas, SP, v. 7, n. 14, p. 56-78, dez., 2007.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade na perspectiva da Música Popular Brasileira. **Anais das Semanas de Geografia da Unicamp**, p. 51-57, 2013.

FUNCEME, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Portal Hidrológico do Ceará. **Volume armazenado - reservatórios**. Disponível em: <<http://www.funceme.br/hidro-cezend/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

G1. **GOVERNO libera o registro de 22 agrotóxicos genéricos para uso de agricultores**. In: Globo.com. São Paulo, 12 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/Agronegócios/noticia/2020/05/12/governo-libera-o-registro-de-44-agrotoxicos-genericos-e-2-biologicos-ineditos-para-uso-dos-agricultores.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GABARRÓN, Luis R.; LANDA, Libertad Hernandez. O que é a Pesquisa Participante? In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, n. 120, p. 153-162, 1989.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAS**. São Paulo: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas e clássicos contemporâneos**. 11. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. Sentidos da Educação Popular na história brasileira. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 7, n.12, p.30-53, jan/abr., 2020.

GRANEREAU, Abbé. **O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância**. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

GUEDES, Camila Guimarães... [et al.] (organizadoras). **Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. cap. 6, p. 36-45.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. In.: DIAS, Alexandre Pessoa et al. **Dicionário da Agroecologia e Educação**. São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2022.

GUHUR, Dominique Michèle Perito; TONÁ, Nilciney. **Agroecologia**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?**. São Paulo, 23 jun. 2016. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é? - Índice de Gini**. Ano 1 . Ed. 4, 1 de nov. 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IPECE. Sistema Ceará em Mapas. Disponível na internet: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/> Acesso em: 15 jun. 2022.

JOMALINIS, Emilia. **Caderno 2: incidência política e participação social e popular**. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Proposta, 1980.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araujo. **Análise da política de Educação do Campo no Brasil: meandros do PRONERA e do PRONACAMPO**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

LE GOFF, Jacques *et al.* **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, Sergio Pereira, MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Agronegócio**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LIMA, Camila. Comunidades camponesas denunciam violações de direitos na Chapada do Apodi (CE). **Brasil de Fato**. Fortaleza, 05 maio 2022.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO JÚNIOR, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MAIA, Adelita Chaves; LEMOS, Daniel de Souza; ANDRADE, Thiago Valentim. **Educação do campo na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé: contextualização, agroecologia e Paulo Freire**. In.: CAVALCANTE, Leandro Vieira et al. Educação popular e educação do campo: diálogo de saberes e resistência em territórios camponeses. Fortaleza: Editora da UECE, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARONHAS, Maitê Edite Sousa; SILVA, Ana Cláudia de Lima; GÖRGEN, Sergio. **Sementes**. In.: DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário da Agroecologia e Educação. São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2022.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária brasileira: da Colônia ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARTINS, Ícaro Amorim; BASTOS, José Romário Rodrigues; NETO, Patrícia (orgs.). Educação do Campo no Ceará: conceitos, dimensões e práticas. Fortaleza: SEDUC, 2022.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: . Acesso em: 9 jul. 2015.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Caderno Territorial-Vale do Jaguaribe**. 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MEDEIROS, Emerson Augusto de. **Formação Interdisciplinar de professores: estudo pedagógico-curricular sobre a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; AMORIM, Jamira Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. Licenciaturas em Educação do Campo da Região Nordeste: estudo curricular sobre a formação de professores por áreas de conhecimento. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-22, 19 abr. 2020.

MEDEIROS, Evandro Costa de; MORENO, Glaucia de Sousa; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Territorialização nacional da Educação do Campo: marcos históricos no Sudeste paraense. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020.

MELZER, Ehrick Eduardo Martins. **O movimento da política educacional PROCAMPO: uma análise das Licenciaturas em Educação do Campo na Região Sul do Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MENDES, Débora Mate; WANDERLEY, Kamila Karine dos Santos; SOUZA, Karla Fornari de. Práticas comunitárias e currículo: Educação do Campo, das águas e florestas na Região Norte e Nordeste. **Revista e-Curriculum**, v. 20, n. 1, p. 279-301, 2022.

MENDES, José Ernandi; CARVALHO, Sandra Gadelha de; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência do Movimento 21. In: DA FONTOURA, Jara Lourenço *et al.* **Vozes do campo: ressignificando saberes e fazeres**. 2. ed. – São Leopoldo: Oikos, 2016. cap. 4, p. 87-105.

MENDES, José Ernandi. **Com que roupa eu vou para o samba que você me convidou? Reflexões de iniciativas metodológicas em pesquisa sobre o trabalho docente**. In: MATOS, Kelma S. L. de; VASCONCELOS, J. Gerardo (Orgs.). *Registros de pesquisas na educação*. Fortaleza: LCR – UFC, 2002b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Ciência Social**. In.: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu e MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água. **Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 21**. Brasília, Distrito Federal. 2017. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/cisternas_marcolegal/tecnologias_sociais/Cisterna_Calcadao_de_52mil_21/Anexo_IO_N15_1912%202017.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MOLINA, Mônica Castagna. **20 anos do PRONERA e da Educação do Campo**. In.: GUEDES, Camila Guimarães... [*et al.*] (organizadoras). *Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA*. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. cap. 6, p. 36-45.

_____. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Fonec: a construção de um intelectual orgânico coletivo dos (as) camponeses (as) no Brasil. **Roteiro**, v. 47, p. e29623-e29623, 2022.

MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Formação em Alternância nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo desenvolvidos na UnB e na UFMG: articulando universidade, campo e escola numa perspectiva socioterritorial. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, e11856, 2021.

MOLINA, Mônica Castagna; HAGE, Salomão Mufarrej. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. **Revista Educação em questão**, v. 51, n. 37, p. 121-146, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Isabel. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores—reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. **Licenciatura em Educação do Campo**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MONTEIRO, Dandara Martins. **Caracterização da atuação de caminhoneiros autônomos no município de Tabuleiro do Norte/CE**. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção), Universidade Federal Rural do Semiárido, Angicos, 2019.

MOREIRA, Amanda Gonçalves. **Apropriação desigual da água na Chapada do Apodi: espoliação, privatização e exportação**. 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, Érica Nayara Santana do; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. A mercantilização da educação pública nos moldes do capital: Agronegócio na escola. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas - (ISSN 1808-2653)**, v. 1, n. 34, p. 49-68, 24 dez. 2021.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NOSELLA, Paolo. Apresentação do livro - Ao leitor. In.: GRANEREAU, Abbé. **O Livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância**. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

_____. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2012.

OLIVEIRA, Diana Nara da Silva. **Formação de educadores do campo: o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Estadual do Ceará**. Orientador: Luís Távora Furtado Ribeiro. 2023. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 185-206, 2001.

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Educação do Campo: nexos e relações. In.: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

PETERSEN, Paulo. **Agriculturas sustentáveis**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Educação no meio rural: diferenças entre o rural e o urbano**. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**, n. 17, p. 131-146, 2009.

_____. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2006. p. 1-17.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia, ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

RAMPASO, Débora Alves de Lima *et al.* Teatro de fantoche como estratégia de ensino: relato da vivência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, p. 783-785, 2011.

RANGEL, Mary; CARMO, Rosângela Branca. Da Educação Rural à Educação do Campo: revisão crítica. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 20, n. 36, 2011.

REINIGER, Lia Rejane Silveira; WIZNIEWSKY, José Geraldo; KAUFMANN, Marielen Priscila. **Princípios da Agroecologia**. Santa Maria: UFSM, NTE, UAB, 2017.

REIS, Vânia. Juventude e Juventudes. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). **Jovens e crianças: outras imagens**. Fortaleza: UFC, 2006. cap. 5, p. 62-74.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. A resistência olha a resistência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, p. 73-78, 2007.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Edições UFC: Expressão popular, Fortaleza, 2011.

ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. **Fundamentos da Educação do Campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ROSSET, Peter Michael; BARBOSA, Lia Pinheiro. Territorialização da agroecologia na Via Campesina. **Boletim EcoEco**, n. 39, edição especial, 2019.

RUAS, Rafael Beghini; SCHOMMER, Paula Chies. A relação entre incidência política e mobilização de recursos na agroecologia. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 81, 2020.

SABOURIN, Eric Sabourin. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SALES, Celecina Maria de Veras. Jovens nômades, jovens da terra. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org.). **Jovens e crianças: outras imagens**. Fortaleza: UFC, 2006. cap. 11, p. 136-150.

SALINAS, Carlos Enrique Tupino *et al.* A escassez de água, o açude Castanhão e o desenvolvimento no semiárido brasileiro: os obstáculos temáticos de uma experiência prática não bem-sucedida. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, 2021, vol. 3, no 3, p. e337169-e337169.

SANTANA, Jullyane; GONÇALVES, Marli; CRUZ, Rosana. Estado e Movimentos Sociais: um olhar sobre o PRONERA. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 61, p.85-102, 2021.

SANTOS, Clarice Aparecida... [et al.] (organizadoras). **Dossiê Educação do Campo: documentos 1988-2018**. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

SANTOS, Fernanda Ferreira. **O Projeto Político Pedagógico Da Escola Família Agrícola Do Alto Rio Pardo Norte De Minas Gerais: um projeto de campo em disputa**. 2018. 106f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2018a.

SANTOS, Clarice Aparecida dos Santos. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SCOTT, James C.; De MENEZES, Marilda A.; GUERRA, Lemuel. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ – SDA. **Programa Hora de Plantar**. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2014/08/21/programa-hora-de-plantar-hpnet/>. Acesso em: 14 ago 2023.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2012.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILVA, Maria Madalena da. **Políticas Públicas para a Educação do Campo**. In: MARTINS, Ícaro Amorim; BASTOS, José Romário Rodrigues; NETO, Patrícia (orgs.). Educação do Campo no Ceará: conceitos, dimensões e práticas. Fortaleza: SEDUC, 2022a.

SILVA, Francisca Do Nascimento. **Atravessamentos de teoria e prática na práxis educativa do centro familiar de formação por alternância Manoel Monteiro, em Lago do Junco, Maranhão**. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2022b. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=106714>> Acesso em: 26 de dezembro de 2023

SILVA, Diego Gonzaga Duarte da; SILVA, Lourdes Helena da; MIRANDA, Élide Lopes. A alternância na Licenciatura em Educação do Campo: a perspectiva dos monitores de Escolas Família Agrícola. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 26, n. 46, jan./abr., 2021.

SILVA, Kize Arachelli de Lira. **Concepções e práticas da Educação do Campo: um estudo com professores em formação**. Natal: IFRN, 2020.

SILVA, Severino Bezerra da. Educação do Campo: entre a escola e o contexto local. In: OLIVEIRA, Ailza de Freitas. **Educação Popular: autoras e autores da Paraíba**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020a. Cap. 6, p. 377-394.

SILVA, Diego Gonzaga Duarte da. **A Licenciatura em Educação do Campo da UFV e a Formação dos Monitores de Escolas Família Agrícola**. 2018. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SILVA, Diego Gonzaga Duarte da; SILVA, Lourdes Helena da. Licenciatura em Educação do Campo: contribuições à formação de monitores de Escolas Família Agrícola. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 3, p. 891-910, 2018.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE**. 2014, 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2014.

SILVA, Gilvânia Ferreira da. **As disputas territoriais no Maranhão**. In: Ensaios sobre a questão agrária. REIS, Ana Terra; BATISTA, Andréa Francine (org.). São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SIQUEIRA, Leonardo de Miranda. **As representações sociais dos educadores dos Centros Familiares de Formação em Alternância sobre Agroecologia**. 2020. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SIQUEIRA, Leonardo de Miranda; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; RIBEIRO, Luiz Paulo. Agroecologia no Contexto da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 3, n. 4, 2020.

SOUSA, Rafaela Lopes De. **“Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência”: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE**. 2020. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=96033>> Acesso em: 12 de outubro de 2022

SOUSA, Maria Gizeuda de Freitas. **Avaliação do herbicida glifosato presente na atmosfera. Estudo de caso: município de Limoeiro do Norte – CE**. 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado Tecnologia e Gestão Ambiental) – Curso de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2015.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo, desigualdades sociais e educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul./set. 2012.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In.: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* Dicionário da Agroecologia e Educação. São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2022.

_____. **Questão Agrária**. In.: Caldart ... [et al.] (organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STRECK, Danilo Romeu. Pesquisar é pronunciar o mundo: notas sobre método e metodologia. In.: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2020.

TAVELLA, Leonardo Barreto *et al.* Consórcio agroecológico entre alface, cenoura e rabanete cultivado nas condições de Rolim de Moura, RO. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 6, n. 2, p. 28, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação do Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educar para nunca mais: memória e resistência camponesa em Mari, PB, Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 113-130, 2014.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento**. San Marcos: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Comunicação Popular – Lives

DATA	TÍTULO	CONVIDADOS
31/03/2020	A EFA Jaguaribana e os desafios diante da pandemia de COVID-19	- Thiago Valentim – Presidente da AEFAJA/Agente da CPT; - Adelita Chaves – Agrônoma/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
03/04/2020	As EFAs do Ceará e os desafios em tempos de crises	- Thiago Valentim – Presidente da AEFAJA/Agente da CPT; - Rosângela Sá – Coordenação pedagógica da EFA Danilo Almeida, Quixeramobim/Ceará.
15/04/2020	Soberania e segurança alimentar e nutricional: um debate necessário	- Malvinier Macedo – Presidenta da CONSEA/Ceará e Diretora Adjunta do Esplar; - Adelita Chaves – Agrônoma/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
21/04/2020	Casa e quintal: produção agroecológica e prevenção ao coronavírus no campo	- Thiago Valentim – Presidente da AEFAJA/Agente da CPT; - Cristina Nascimento - Coordenadora do CETRA e do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido.
29/04/2020	Exercitando o corpo e cuidando da saúde em casa, em tempos de pandemia	- Thiago Valentim – Presidente da AEFAJA/Agente da CPT; - Hecilandio Macedo – Educador Físico.
30/04/2020	Reunião virtual do GT de Educação Contextualizada do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido. Não foi uma live, mas publicaram o registro da reunião	Representações diversas.
06/05/2020	Educação contextualizada e convivência com o semiárido: os desafios e as possibilidades para os dias atuais	- Idelzuith Borges – Monitora da EFA Dom Frago;so; - Leandro Cavalcante – Geógrafo/ Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
13/05/2020	Alimentação e saúde em tempos de isolamento social	- Malena Brito – nutricionista/Colaboradora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Adelita Chaves – Agrônoma/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
20/05/2020	Tecnologias sociais de convivência com o semiárido: autonomia, saúde, renda e garantia de direitos no campo	- Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT; - Aline Maia – Geógrafa/Agente da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.
27/05/2020	Sementes crioulas no Vale do Jaguaribe: soberania alimentar e biodiversidade	- Damiana Moizéis – Tecnóloga em Recursos Hídricos/Saneamento ambiental e Educadora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Gracinha Moura – Coordenadora da Casa de Sementes de Caatingueirinha – Potiretama; - Daniel Lemos – Engenheiro Florestal e Coordenador Pedagógico da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
03/06/2020	Mulheres e Agroecologia - Participando sem medo de ser mulher	- Renata Paula – Engenheira Agrônoma e colaboradora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Damiana Moizéis – Tecnóloga em Recursos Hídricos/Saneamento ambiental e Educadora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

10/06/2020	Educação Popular no campo: a experiência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das EFAs no Ceará	- Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT; - Regina Coele – Pedagoga/Professora da Universidade Estadual do Ceará/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
17/06/2020	Trabalho e Sociabilidade na Pandemia	- Leandro Cavalcante – Geógrafo/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Robson Campanerut – Cientista Social, professor do IFCE Campus Tabuleiro do Norte.
24/06/2020	Intercâmbio Virtual: a experiência da EFA Jaguaribana/CE e a EFA Santa Cruz do Sul/RS e desafios a partir da pandemia	- Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT; - Cristina Vergutz – Pedagoga, Mestre e Doutoranda em Educação, coordenadora pedagógica da EFASC; - Adair Pozzebon – Monitor da EFASC e Secretário executivo da AGEFA.
01/07/2020	Educandos e educandas compartilhando experiências	- Junior Freires – educando do 2º ano do curso técnico em agropecuária da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Breno Albino - educando do 2º ano do curso técnico em agropecuária da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Nayane Bizerra - educanda do 3º ano do curso técnico em agropecuária da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
08/07/2020	Sistemas agroflorestais no semiárido	Alexandre Caíque – agroflorestor.
14/07/2020	Roda de conversa: Educação do Campo, Escola e COVID-19 Não foi live, ocorreu pelo <i>google meet</i> .	- Lourdes Vicente – Professora do IFCE Campus Crateús, Escolas do Campo do MST; - Lia Pinheiro Barbosa – Professora da UECE, Rede de Educação Camponesa na América Latina; - Francisco de Assis Pereira da Silva – Professor da EFA Dom Fragoso.
15/07/2020	Diálogo sobre o NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - IFCE	- Daniel Lemos – Engenheiro Florestal e Coordenador Pedagógico da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Adelita – Agrônoma/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
22/07/2020	Povos indígenas do Ceará	Rosa Pitaguary – Coordenadora do Museu Pitaguary e de Projetos com Crianças e Idosos.
29/07/2020	MST e a formação humana	Iris Carvalho – Educadora popular e dirigente do MST.
05/08/2020	Águas para a vida: a negação do direito à água no Vale do Jaguaribe	- Anjerliana Souza - Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; - João Vandi - Comunidade de Santo Antônio dos Alves - Tabuleiro do Norte; - Maninha - Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP.
12/08/2020	A luta pela terra no Vale do Jaguaribe	- Jota Gomes – Comunidade Ariza Icapuí; - Maria de Jesus – Dirigente do MST/Ceará; - Renato Pessoa – militante do MST/ Acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
19/08/2020	Nenhum trabalhador e nenhuma trabalhadora sem direitos: queremos trabalho digno *Preparação para o Grito dos Excluídos	- Consola - Catadora de recicláveis; - Lilian Teixeira - Presidente da Rede de Catadores do Ceará e do Movimento Nacional de Catadores; - Patrícia Freitas - Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.

26/08/2020	Vidas negras importam: a luta contra o racismo deve ser luta de tod@s *Preparação para o Grito dos Excluídos	- Padre Marcos – Lagoinha, Quixeré-Ceará; - Irmã Alcilene – Uiraúna, Paraíba.
28/08/2020 Live em parceria com o Instituto Antônio Conselheiro (IAC)	Casas de Sementes Crioulas: Conquistas e Resistências	- Livia Vanessa (IAC), assessora técnica do IAC; - José Maria Gomes / Zootecnista e mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, atua como assessor técnico da Cáritas Sobral (CE) e compõe o GT de Sementes da Vida do FCVSA; - Adelita Maia /Engenheira Agrônoma, Especialista em Agroecologia e Meio Ambiente, compõe a coordenação pedagógica da EFA Zé Maria do Tomé e o GT de Sementes da Vida do FCVSA.
02/09/2020	Movimentos Sociais no Vale do Jaguaribe: Essa luta é nossa! *Preparação para o Grito dos Excluídos	- Jovelina Santos – Professora da UERN, Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe; - João – Quilombo do Cumbe, Aracati/Ceará.
05/09/2020	Vida em primeiro lugar – Basta de miséria. Preconceito e repressão! Queremos trabalho, terra, teto e participação	- Jocélia Ribeiro – OPA e CEBs, Aracati; - Padre Júnior Aquino – Diocese de Limoeiro do Norte; - Leandro Cavalcante – Geógrafo/ Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
09/09/2020	Vida no semiárido: conquistas e perspectivas	Antonio Barbosa – Sociólogo e coordenador do Projeto Daki-Semiárido Vivo.
23/09/2020	Centenário de Paulo Freire	- Leandro Cavalcante - Geógrafo/ Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Regina Coele - Pedagoga/Professora da Universidade Estadual do Ceará/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Maria de Jesus – Dirigente do MST/Ceará; - Sandra Gadelha - Doutora em Educação, professora da FAFIDAM/UECE.
30/09/2020	Educação, nós e o clima	- Regina Coele - Pedagoga/Professora da Universidade Estadual do Ceará/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Adelita Chaves – Agrônoma/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Paulo Giovani Andrade Rodrigues – Rede de educação do semiárido no Brasil; - Reginaldo Ferreira – Professor, Movimento 21.
07/10/2020	Por que quanto mais fazemos, mais sentimos que não é suficiente?	- Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT; - Tatiana Ribeiro – Psicóloga, Mestre em saúde coletiva.
14/10/2020	Mudanças climáticas: o que temos a ver com isso?	- Jesus Moreira – Educador ambiental, Parque Ecológico dos Currais; - Regina Coele - Pedagoga/Professora da Universidade Estadual do Ceará/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
20/10/2020	Desertificação no Vale do Jaguaribe: causas, consequências e desafios	- Érika Brito – Professora do curso de geografia da UECE/Fafidam; - Luis Ricardo Costa – Professor do curso do departamento de Geociências da Unimontes; - Leandro Cavalcante - Geógrafo/ Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

28/10/2020	O Projeto Comunidades Vivas e a Convivência com o Semiárido no Vale do Jaguaribe	- Reginaldo Ferreira – Técnico do Instituto Brotar; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
04/11/2020	Ser educadora: na vida e na universidade dos sertões	- Regina Coele - Pedagoga/Professora da Universidade Estadual do Ceará/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Madalena da Silva – Professora do IFCE campus Horizonte.
18/11/2020	Agricultura familiar	- Dona Santa – Agricultora; - Navegantes Reis – Secretária de Políticas Sociais e Terceira Idade da FETRAECE; - Adelita Chaves – Agrônoma/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
25/11/2020	Cadê a sua consciência negra? *Discussão realizada junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFCE campus Tabuleiro do Norte	- Adelita Chaves – Agrônoma/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Representação do NEABI – Tabuleiro do Norte.
09/12/2020	Comunicação e Agroecologia	- Nelzilane Oliveira – Geógrafa, Comunicadora Popular, Diretoria da ACB, Rede de Comunicadores/as do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
10/02/2021	Comunicação em Paulo Freire: Legado de Resistência	- Regina Coele - Pedagoga/Professora da Universidade Estadual do Ceará/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
17/02/2021	A contribuição da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na formação da juventude camponesa e de EFAs no Ceará	- Lucimar Dios – Agente da CPT e membra da Associação Escola Família Agrícola Padre Zé Maria Cavalcante; - Irmã Divani Siebra – Agente da CPT e Assessora Pedagógica da EFA Dom Frágoso; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
24/02/2021	Bate papo sobre o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e Ambiente (CERESTA) Zé Maria do Tomé – Limoeiro	- Márcia Xavier – Diretora do CERESTA Zé Maria do Tomé – Limoeiro do Norte; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
03/03/2021	EFAoVivo em Rede*: Atenção à Saúde das populações do campo, das florestas e das águas: Convivência com o Semiárido, experiências e possibilidades *Parte da Programação do I Seminário de Saúde e Agroecologia para a Convivência com o Semiárido das populações do campo, das florestas e das águas	- João Paulo – Cacique Kauá Pitaguary; - Vanira Matos Pessoa – Doutora em Saúde Coletiva, Pesquisadora em Saúde Pública da FIOCRUZ Ceará; - Lúcia Conde de Oliveira – Doutora em Saúde Coletiva, Professora da UECE; - Danielle Rodrigues da Silva – Doutora em Geografia, Professora do IFCE – Campus Quixadá.
10/03/2021	Reconexão e interação do ser humano com a natureza	- Lise Mary Soares Souza – Doutora em Educação, Coordenadora do projeto de extensão RECONNECTAR - Experiências agroecológicas e ecopsicológicas - educação ambiental humanitária na UECE; - Adelita Chaves – Agrônoma/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

17/03/2021	Campanhas em Defesa da Educação Pública e do Fortalecimento do Movimento Sindical	▪ Edjane Rodrigues – Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; ▪ Navegantes Reis – Secretária de Políticas Sociais e Terceira Idade da FETRAECE; ▪ Daniel Lemos – Engenheiro Florestal e Coordenador Pedagógico da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
31/03/2021	Agroecologia e educação	▪ Professor Sobodê – Consultor e Educador Popular em Agroecologia, Soberania Alimentar e Etnoecologia; ▪ Daniel Lemos – Engenheiro Florestal e Coordenador Pedagógico da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
07/04/2021	Um ano de EFAoVivo nas redes	▪ Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT; ▪ Daniel Lemos – Engenheiro Florestal e Coordenador Pedagógico da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
13/04/2021	Aula <i>online</i> de ginástica* * Projeto Ativa Tabuleiro, realizado pelo Instituto Brotar	▪ Hecilandio Macedo – Educador Físico.
14/04/2021	EFACom – A Comunicação na EFA Jaguaribana	▪ Andressa Chaves - Universitária (Geografia - UECE) e artista independente; ▪ Malena Maia - Nutricionista, professora e colaboradora da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; ▪ Thalysson Santiago - Técnico contábil e colaborador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; ▪ Alisson Chaves - Comunicador popular e assessor de comunicação na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
21/04/2021	EFAoVivo Especial – Memórias das romarias da Chapada (como parte da programação da X Semana Zé Maria do Tomé)	▪ Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.
28/04/2021	Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe	▪ Ivoneide Sena – Coordenadora do Projeto Sementes da Vida (Território Praia); ▪ Jader Silva – Agrônomo e Técnico no Projeto Sementes da Vida; ▪ Alisson Chaves - Comunicador popular e assessor de comunicação na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e no Projeto Sementes da Vida.
05/05/2021	EFAoVivo* Luta pela terra e reforma agrária *Como parte do Seminário Questão Agrária e Resistência Camponesa, realizado pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	▪ Nilton Júnior, CPT do Rio Grande do Norte; ▪ Maria de Jesus – Dirigente do MST/Ceará; ▪ Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
19/05/2021	EFAoVivo* Acesso à água e soberania hídrica *Como parte do Seminário Questão Agrária e Resistência Camponesa, realizado pela EFA Jaguaribana Zé	▪ Anjerliana Souza - Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; ▪ Alexandre Henrique - Articulação do Semiárido – ASA; ▪ Silvana Azevedo - Cáritas Diocesana de Caicó-RN.

	Maria do Tomé e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	
20/05/2021	EFAaoVivo* Agroecologia e Educação do Campo *Como parte do Seminário Questão Agrária e Resistência Camponesa, realizado pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	▪ Iris Carvalho – Educadora popular e dirigente do MST; ▪ Rosa Negra - Militante do MST-RN; ▪ Adelita Chaves – Agrônoma/Coordenação pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
26/05/2021	EFAaoVivo* Sementes da Vida e Soberania Alimentar *Como parte do Seminário Questão Agrária e Resistência Camponesa, realizado pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	▪ Luís Eduardo Sobral - Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA); ▪ Naiara Bittencourt - Movimento Terra por Direitos; ▪ Daniel Lemos – Engenheiro Florestal e Coordenador Pedagógico da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
02/06/2021	A educação libertadora em diálogo com os povos da Chapada do Apodi *Como parte do Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire, organizado pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	▪ Rafael Santos – Professor da Universidade Federal do Ceará; ▪ Padre Júnior Aquino – Diocese de Limoeiro do Norte; ▪ Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT.
09/06/2021	Paulo Freire e a escrita contextualizada para a libertação dos povos *Como parte do Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire, organizado pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	▪ Sandra Gadelha – Professora da Universidade Estadual do Ceará, Coordenadora do Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO; ▪ Madalena Silva – Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE campus Horizonte; ▪ João Paulo Guerreiro – Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE campus Limoeiro do Norte e colaborador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
16/06/2021	Paulo Freire e a pesquisa acadêmica *Como parte do Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire, organizado pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	▪ Diana Nara – Professora da Universidade Estadual do Ceará, Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO; ▪ Ernandi Mendes – Professor da Universidade Estadual do Ceará, Coordenador do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE; ▪ João Paulo Guerreiro – Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE campus Limoeiro do Norte e colaborador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
22/06/2021	EFAaoVivo Especial: CSA Meu quintal em sua cesta: experiência de comercialização da agricultura familiar camponesa	▪ Márcia Silva – Articuladora da experiência; ▪ Anjerliana Souza - Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; ▪ Néria – Agricultor;

		- João Vândir – Agricultor; - Paulo Lima – Co-agricultor; - Hyngrid Gonçalves – Co-agricultora; - Zeusa Freitas – Co-agricultora; - Silmaria Katiúscia – Co-agricultor.
23/06/2021	A Pedagogia e o Teatro do Oprimido: um diálogo mais que necessário *Como parte do Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire, organizado pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.	- Rômulo Soares – Professor da Universidade Estadual do Ceará; - Pedagoga/Professora da Universidade Estadual do Ceará/Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
29/06/2021	EFAoVivo Especial Lançamento da Cartilha de Plantas Medicinais da Comunidade de Lagoa dos Cavalos.	- Osarina Lima; - Jucélio Silva (Coletivo Bem Viver); - Lara Braga (pesquisadora).
30/06/2021	Experiências e Movimentos de Libertação: reflexão com Paulo Freire *Como parte do Seminário A Contemporaneidade do Pensamento de Paulo Freire, organizado pela EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.	- Lourdes Vicente, professora do IFCE e militante do MST; - Reginaldo Ferreira, técnico agrícola e coordenador do Projeto Comunidades Vivas no Instituto Brotar; - Eula Martins, da Cáritas Diocesana de Iguatu; - Lucenir Jerônimo, professora da UECE/FAFIDAM; - Márcia Xavier, do Centro de Referência em Saúde, Trabalho e Ambiente - CERESTA; - Regina Coele, professora da UECE e EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
07/07/2021	Agronegócio e destruição da natureza: como surgem as pandemias	- Allan Rodrigo, Doutor em Geografia Humana pela USP e membro do Fórum Popular da Natureza; - Thiago Valentim, agente da CPT e Coordenador Executivo da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
14/07/2021	Lançamento da Memória Institucional 2018-2019-2020 da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Thiago Valentim, agente da CPT e Coordenador Executivo da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
21/07/2021	Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo Brasil - 2020 - CPT Ceará	- Danielle Rodrigues da Silva, Geógrafa, professora do IFCE, Assessora da CPT Ceará; - Camila Dutra, Professora de Geografia da UECE e Coordenadora do Grupo NATERRA; - Andreia Silvério, Membro da Coordenação Nacional da CPT e Advogada Popular; - Zé Vicente, Lavrador, Poeta e da Caminhada Popular; - Thiago Valentim, Agente da CPT e Coordenador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
28/07/2021	Conhecendo o Programa Estadual de Sementes Crioulas do Estado do Rio Grande do Norte	- Alessandro Nunes, Coordenador de Agroecologia e Convivência com o Semiárido na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - SEDRAF – RN; - Gracinha Moura, Coordenadora de Casa de Sementes na comunidade de Caatingueirinha, Potiretama – CE; - Aline Maia, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; - Thiago Valentim, Coordenador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e do Projeto Sementes da Vida.

04/08/2021	FEMAJE – 20 anos em defesa da vida	▪ Silmaria Katiúscia, professora do IFCE; ▪ Jesus Moreira, advogado e ambientalista; ▪ Carolina Noronha, integrante da Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Vale do Jaguaribe – FEMAJE; ▪ Carlos André, integrante da FEMAJE; ▪ Daniel Souza, Educador na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
11/08/2021	Dia Internacional dos Povos Indígenas	▪ Weibe Tapeba, Liderança Indígena, Advogado e Assessor Jurídico da Federação dos Povos Indígenas do Ceará; ▪ Geovana Mendes, Geografia UECE/FAFIDAM e Grupo NATERRA; ▪ Daniel Souza, Educador na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé
18/08/2021	Teia dos Povos - Por Terra e Território	▪ Mestre Joelson, da Teia dos Povos – Bahia; ▪ João do Cumbe, da Teia dos Povos – Ceará; ▪ Daniel Souza, Educador na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
25/08/2020	Retransmissão do Círculo de Cultura - O legado de Paulo Freire para Educação Hoje, em parceria com o Serviço de Assistência Rural e Urbano - SAR - RN.	▪ Prof. Paulo Roberto Palhano (UFPB); ▪ Profª Dra. Josineide Oliveira (UFRN); ▪ Pe. Antônio Murilo; ▪ Dra. Bernardina Freire (UFPB).
01/09/2021	Diálogo sobre o projeto Vozes da EFA	▪ Samuel Carvalheira, educador da EFA Jaguaribana e da Universidade Estadual do Ceará; ▪ Adelita Chaves, coordenadora pedagógica e educadora da EFA Jaguaribana.
07/09/2021	Retransmissão do 27º Grito dos Excluídos e Excluídas	▪ Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e PASCOM de Russas.
15/09/2021	Conversa sobre a Casa do Cordel em Tabuleiro do Norte	▪ Francinilto Almeida, Educador e Fundador da Casa do Cordel; ▪ Kênia Diógenes, Educadora e Autora de Córdeis; ▪ Alisson Chaves, Comunicador na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
22/09/2021	Emergência Climática e Proteção ao Território onde vivemos.	▪ Jesus Moreira, ambientalista (FEMAJE); ▪ Regina Coele, educadora na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé; ▪ Oscar Índio, Ambientalista; ▪ Carlos André, estudante de História (FAFIDAM) e membro da FEMAJE.
29/09/2021	O Setembro Amarelo e a Reconexão com a Natureza: reconstruindo novas primaveras.	▪ Mary Soares Souza, Coordenadora do Projeto RECONNECTAR - Experiências Agroecológicas e Ecopsicológicas - Educação Ambiental Humanitárias na UECE; ▪ Adelita Chaves, Camponesa Agroecológica, Educadora e Coordenadora Pedagógica na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

06/10/2021	Em defesa do Acampamento Zé Maria do Tomé	▪ Luzia Costa (MST/Acampamento Zé Maria); ▪ Renato Pessoa (MST/Acampamento Zé Maria); ▪ Maria de Jesus (MST); ▪ Camila Dutra (NATERRA-UECE); ▪ Rameres Régis (M21/FAFIDAM); ▪ Thiago Valentim (CPT/EFA); ▪ Leandro Cavalcante (EFA Jaguaribana/UFRN).
13/10/2021	Em defesa da Lei Zé Maria do Tomé	▪ Renato Roseno -Deputado Estadual/PSOL; ▪ Ada Pontes - Núcleo TRAMAS; ▪ Márcia Xavier – CERESTA; ▪ Reginaldo Araújo - Movimento 21; ▪ Fernando Carneiro - Fundação Fiocruz; ▪ Maria Socorro - Comunidade Tomé; ▪ Leandro Cavalcante (EFA Jaguaribana/UFRN).
20/10/2022	Em defesa da mobilização política no Vale do Jaguaribe	▪ Zeuza Freitas - Movimento 21; ▪ José Odahi – OPA; ▪ Regina Coele - EFA Jaguaribana e FEMAJE; ▪ Lucenir Chaves - UECE/FAFIDAM; ▪ João do Cumbe - CPP/OPA; ▪ Damiana Bruno - EFA Jaguaribana; ▪ Leandro Cavalcante - EFA Jaguaribana e UFRN.
27/10/2021	Em defesa da Agroecologia no Vale do Jaguaribe	▪ Aline Maia - Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e Projeto CSA - Meu quintal em sua cesta; ▪ Cristina Feitosa - MST e Projeto Ana Primavesi; ▪ Ivoneide Sena - COMACTE e Projeto Sementes da Vida; ▪ Osarina Lima - Coletivo Bem Viver e Projeto Plantas Medicinais; ▪ Leandro Cavalcante - EFA Jaguaribana e UFRN.
03/11/2021	Juventudes - Quem somos e vivemos (?) em Tabuleiro do Norte - Ceará	▪ AKATUS Companhia de Dança; ▪ Coletivo Nós por Nós; ▪ FEMAJE.
10/11/2021	Bicicleta? Por que pedalamos? O ciclismo em Tabuleiro do Norte	▪ Meire Oliveira - Ciclista, Técnica em enfermagem e Mãe; ▪ Carlina Freire - Ciclista, Professora pós-graduada em Educação; ▪ Michael Jades - Ciclista, Operador de automação, Pai; ▪ Edineide Maia - Ciclista, Técnica em Manutenção Automotiva, Pós-graduada em Educação; ▪ Regina Coele - Educadora na EFA Jaguaribana e UECE.
17/11/2021	Agronomia e Educação: Comunicação e Residência Agroecológica	▪ Carlos Jardel - Agrônomo e Educador do Campo no Semiárido Brasileiro; ▪ Eliane Dayse - Doutora em Educação, Pedagoga e Educadora do Campo com Inserção na Educação de Jovens e Adultos; ▪ Hagarbenio Batista Maia - Estudante de Agronomia do IFCE - Campus Limoeiro do Norte; ▪ Ydávila Vasconcelos - Pedagoga e Mestranda do MAIE/UECE; ▪ Regina Coele - Educadora na EFA Jaguaribana e UECE.

24/11/2021	Veneno Não! Comida rima com Agroecologia: Zé Maria do Tomé vive!	- Reginaldo Araújo - Movimento 21 - Professor da Educação Básica; - Deyfson Mota - NATERRA/UECE - Mestre em Geografia - Professor da Educação Básica; - Regina Coele - Educadora na EFA Jaguaribana e UECE.
08/12/2021	Trabalho, Capitalismo, Globalização e Crise Migratória	- Prof. José Deribaldo Gomes dos Santos - UECE/FECLESC - líder do Lapps e integrante do GPTREES; - Adelita - Coordenação Pedagógica na EFA Jaguaribana; - Regina Coele - Educadora na EFA Jaguaribana e UECE.
15/12/2021	Educação Popular, Educação do Campo e Escola: Projetos Contra-hegemônicos	- Margarete Sampaio – Professora da UECE; - Amâncio Pimental – Professor da Educação Básica no município de Crato; - Andreia Castro – MST; - Regina Coele – EFA Jaguaribana e UECE; - Ivanilde Fidelis – estudante do MAIE/UECE; - Diana Nara Oliveira – professora da UECE.
16/02/2022	A EFA Jaguaribana e os desafios da Educação do Campo	- Regina Coele – EFA Jaguaribana e UECE; - Adelita - Coordenação Pedagógica na EFA Jaguaribana; - Alisson Chaves, da Comunicação da Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana – AEFAJA.
23/02/2022	Sementes da Vida - Resgate Histórico e Cultural das Sementes Tradicionais no Vale do Jaguaribe.	- Ivoneide Sena, Coordenadora do Projeto Sementes da Vida no território Praia; - Jader Silva, Agrônomo e técnico do Sementes da Vida; - Manoel e Renato, agricultores da comunidade Volta Grande, município de Fortim – CE; - Alisson Chaves, da Comunicação da Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana - AEFAJA.
09/03/2022	Mulheres nas lutas	- Gema Esmeraldo, professora aposentada da UFC e ex-coordenadora do Programa de Residência Agrária; - Damiana Bruno, do Acampamento Zé Maria do Tomé e educanda da EFA Jaguaribana; - Adelita Chaves, da Coordenação Pedagógica da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé.
23/03/2022	Retransmissão do evento: Diálogos da Mineração de Urânio e Fosfato	ADUFC-Sindicato.
30/03/2022	Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe - Casas de Sementes Crioulas	- Tiquinha, da comunidade Tapuio, Tabuleiro do Norte; - Biu de Bentivi, da comunidade Baixa do Juazeiro, Tabuleiro do Norte – CE; - Thiago Valentim – Coordenação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé /Agente da CPT

06/04/2023	Pré-lançamento da XI Semana Zé Maria do Tomé - A luta é todo dia! A resistência ativa em defesa do Vale do Jaguaribe!	▪ Damiana Bruno, do Acampamento Zé Maria do Tomé, educanda da EFA Jaguaribana e estudante de Pedagogia na UECE/FAFIDAM; ▪ Rafaela Lopes, do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA/UECE) e Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS/UFC); ▪ Camila Dutra, professora de Geografia na UECE e integrante do Grupo NATERRA.
13/04/2022	Comunidades Vivas - Bioágua e Biodigestor	▪ Rafael, Sítio Lima, São João do Jaguaribe - CE, beneficiário da tecnologia Bioágua; ▪ Neutânia, do Sítio Cajueiros, em Tabuleiro do Norte - CE, beneficiária também da tecnologia Bioágua; ▪ Reginaldo Ferreira, técnico agrícola e coordenador do Projeto Comunidades Vivas.
20/04/2022	Retransmissão da Live: Em defesa da vida, contra o uso de agrotóxicos, realizada na XI Semana Zé Maria do Tomé	▪ Márcia Xavier, coordenadora do CERESTA Zé Maria do Tomé; ▪ Renato Roseno, deputado estadual (PSOL); ▪ Saulo Diógenes, pesquisador do Núcleo TRAMAS/UFC e TRASSUS/UFC e médico do trabalho; ▪ Renato Senna, diretor estadual do MST-CE; ▪ Fernando Carneiro, da Fiocruz Ceará e GT de Saúde e Ambiente da ABRASCO; ▪ Zeuza Freitas, da Resistência Feminista e Educação e Movimento 21 de Abril.
27/04/2022	Casas de Sementes - Bioconstrução na Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas	▪ Dona Ana, quilombola de Córrego de Ubaranas; ▪ Seu Dedé, presidente da Associação Comunitária de Córrego de Ubaranas; ▪ Filipe Andrade Lima, bioconstrutor/permacultor.
04/05/2022	Conversando com o Caróá, Coletivo de Comunicação.	▪ Ellen Freitas, jornalista; ▪ Alyne Lima, produtora audiovisual; ▪ Davi Sousa, fotógrafo e integrante da Batalha da Matrix.
12/05/2022	Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo 2021 - CPT	▪ Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT.
20/05/2022	Diálogos com os povos: Teia dos Povos Ceará	▪ Teka Potiguara, liderança do Movimento Potyगतapuia; ▪ Aroerê Tabajara, do Território Indígena Serra das Matas e Movimento Potyगतapuia; ▪ João do Cumbe, do Quilombo do Cumbe.
27/05/2022	Sementes da Vida: diálogos e intercâmbios com a juventude	▪ Nicholas e Nayla, do Assentamento Coqueirinho, município de Fortim-CE; ▪ Nilson Filho e Jéssica Oliveira, do Assentamento Groenlândia, em Tabuleiro do Norte.
03/06/2022	Dia Mundial do Meio Ambiente: convivência com a natureza em Tabuleiro do Norte	▪ Regina Coele, educadora na EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e na UECE; ▪ Jesus Moreira, advogado, ambientalista e fundador da FEMAJE; ▪ Thacila Moraes, estudante de Técnico em Meio Ambiente pelo IFCE - Limoeiro do Norte; ▪ Hagarbênio Batista, estudante de Agronomia pelo IFCE - Limoeiro do Norte.

09/06/2022	Sementes e Agrobiodiversidade no Semiárido	▪ Paola Hernandez Cortez Lima, pesquisadora na área de Agroecologia e Agricultura Familiar, na Embrapa Alimentos e Territórios em Maceió/Alagoas. ▪ Luciano Marçal da Silveira, Assessor Técnico e membro do Núcleo da Coordenação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e integra a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). ▪ Adelita Chaves, Agrônoma e Educadora na Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, fazendo parte também da Coordenação Pedagógica da escola.
15/06/2022	O retrocesso nas políticas sociais e o aumento da fome no Brasil	▪ Malvinier Macedo, do ESPLAR e CONSEA-CE; ▪ Thiago Valentim, coordenador executivo da AEFAJA e agente da CPT.
29/06/2022	Brasil sem despejo: em defesa do Acampamento Zé Maria do Tomé	▪ Mônica Oliveira, do Grupo Mãos que Criam, do Acampamento Zé Maria do Tomé; ▪ José Evandi, agricultor do Acampamento Zé Maria do Tomé; ▪ Renato Pessoa, da direção estadual do MST Ceará.
07/07/2022	Saúde das mulheres: higiene menstrual como direito	▪ Kênia Diógenes, Professora e integrante do Movimento de Mulheres de Tabuleiro do Norte; ▪ Damiana Bruno, estudante de Pedagogia da FAFIDAM-UECE e educanda da EFA Jaguaribana; ▪ Silmária Katiúscia, do Movimento de Mulheres de Tabuleiro do Norte.
14/04/2022	Saúde das Mulheres e Direitos Reprodutivos	▪ Christiane Ribeiro Gonçalves, Psicóloga e Diretora da Fábrica de Imagens - ações educativas em cidadania e gênero; ▪ Liliane de Carvalho, Educadora Popular e Integrante de Católicas pelo Direito de Decidir.
20/07/2022	Dia Internacional da Mulher Negra, Latinoamericana e Caribenha	▪ Ana Eugênia, Mestra em Humanidades (UNILAB) e doutoranda em História Social (UFC); ▪ Kilvia Pereira da Silva, Vice-presidenta da Associação Remanescente de Quilombo do Córrego de Ubaranas.
27/07/2022	Sementes da Vida: as Redes de Intercâmbio de Sementes	▪ Maria Santa, Agricultora e Presidenta da Associação de Cabeça da Vaca, Limoeiro do Norte – CE; ▪ Maria do Socorro, Agricultora e Integrante do Grupo de Produtoras de Redes, Sítio Congo, Limoeiro do Norte – CE
03/08/2022	Divulgação científica no Semiárido	▪ Jackson Sousa (mestrando da UFRN e pesquisador do SEMIAR); ▪ Geovana Mendes (mestranda da UFRN e pesquisadora do SEMIAR); ▪ Brenda Bezerra (mestranda da UFRN e pesquisadora do SEMIAR); ▪ Mylena Ália (estudante da UFRN e bolsista do SEMIAR).

10/08/2022	Dia de Luta Contra a Violência no Campo	▪ Lia Pinheiro Barbosa - Professora da Universidade Estadual do Ceará, na Faculdade de Educação de Crateús, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino. ▪ Adelita Chaves, Agrônoma e Educadora na Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, fazendo parte também da Coordenação Pedagógica da escola.
17/08/2022	LGBTQIAP+: Diversidade no Campo e na Cidade	▪ Ana Vitória Saraiva de Azevedo Pontes - Bacharela em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Auxiliar Ministerial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Pós-Graduanda em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela Fundação Oswaldo Cruz e Militante Transfeminista. ▪ Heliane Maia - Mestranda em Educação e Ensino, Graduada em História, Militante feminista do Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe, Conselheira do CMDLGBT (Conselho Municipal de Direitos LGBTQIA+ de Russas) ▪ Jefferson Oliveira - Militante do MST faz parte do Executivo do Coletivo LGBTQIA e da Comunicação do MST
05/09/2022	Vida em primeiro lugar Como atividade do Seminário “Brasil 200 anos: Independência pra quem?”, organizado pela EFACom	▪ Irmã Gildeir Novais, da Congregação de GAP; ▪ Paulo Samuel, da Comissão Organizadora do Grito dos Excluídos/as 2022; ▪ Rameres Régis, Professor da UECE/FAFIDAM e integrante do Movimento 21; ▪ Aline Maia, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.
14/09/2022	Luta por Terra e Reforma Agrária Como atividade do Seminário “Brasil 200 anos: Independência pra quem?”, organizado pela EFACom	▪ Mônica Oliveira, do Acampamento Zé Maria do Tomé e do Grupo Mãos que Criam; ▪ Claudiano Sobral, da Coordenação da Comissão Pastoral da Terra - CPT Ceará; ▪ Claudemir Martins, professor de Geografia no Instituto Federal de Alagoas – IFAL; ▪ Lucenir Chaves, professora de Geografia e diretora da FAFIDAM/UECE.
28/09/2022	Acesso à Água e Soberania Hídrica e Lançamento do Documentário "Descaminhos das Águas" Como atividade do Seminário “Brasil 200 anos: Independência pra quem?”, organizado pela EFACom	▪ Dona Santa, agricultora da comunidade Cabeça da Vaca, no distrito Bixopá, em Limoeiro do Norte – CE; ▪ João Vandi, agricultor da comunidade Santo Antônio dos Alves, em Tabuleiro do Norte - CE, membro da Comunidade que Sustenta Agricultura - CSA Meu Quintal em Sua Cesta; ▪ Francisca Maria Carneiro, da Associação dos Moradores do Sítio Jardim, Russas; ▪ Diego Gadelha, professor do IFCE - Campus Fortaleza e voluntário na Cáritas; ▪ João Paulo, professor do IFCE de Limoeiro do Norte.

**APÊNDICE B - PERFIL DOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO A
CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE (02 a 30 de
junho/2021)**

Breve relato

Formulário de inscrição:

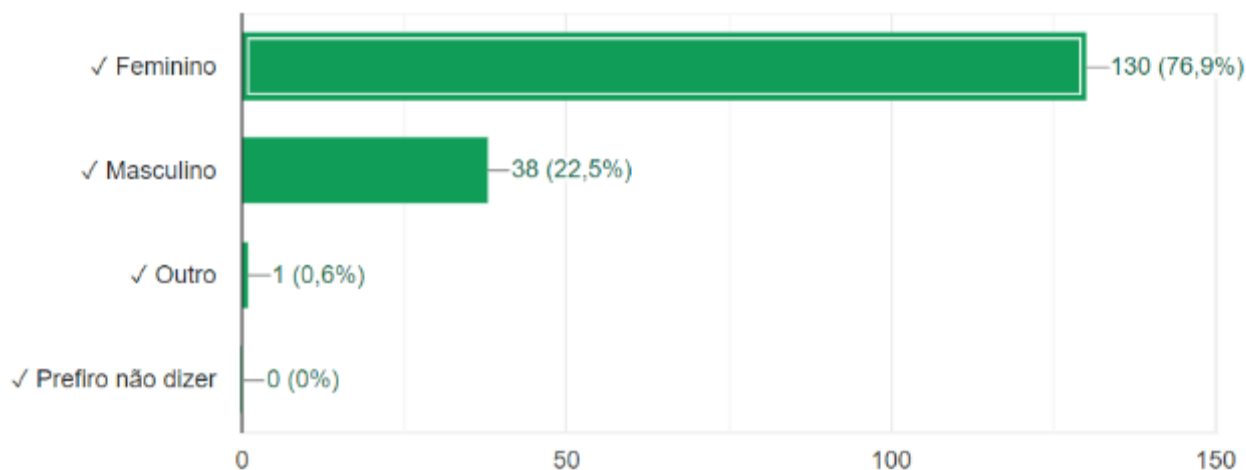
https://docs.google.com/forms/d/1KeNJ2UEUFPrVxUx6_3NwTikfdO4bfwAFhwguURm7-7w/edit

Informações solicitadas no formulário: E-mail; nome; local de residência; formação; instituição; participação em movimento social; como ficou sabendo do evento; sugestões de temas para os próximos eventos e/ou *lives*.

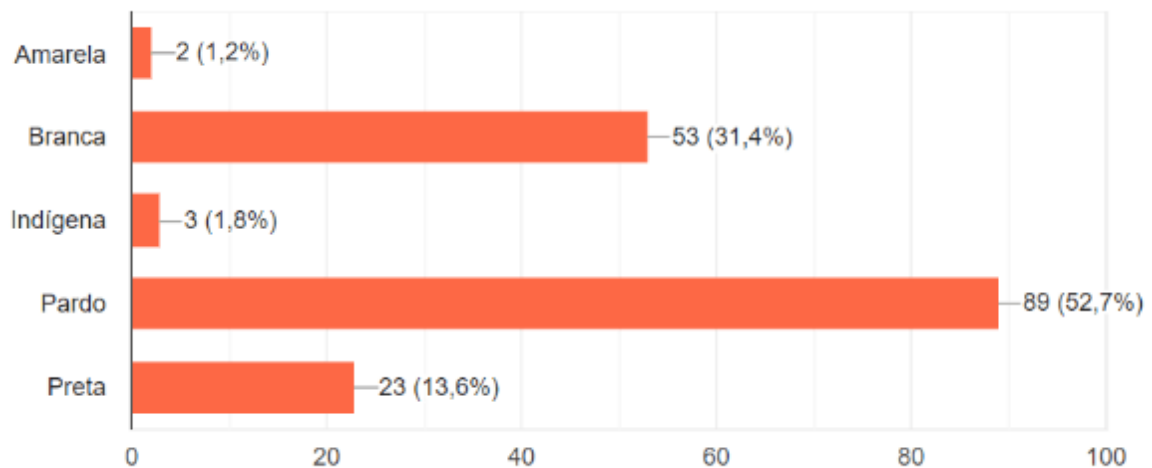
- ✓ INSCRITOS: 170
- ✓ PRESENTES: 115

PERFIL DOS PARTICIPANTES:

GÊNERO: 169 respostas



Cor/etnia: 169 respostas



LOCAL ONDE RESIDE:

1. Abaré-BA: 1 pessoa
2. Ananindeua/PA: 1 pessoa
3. Aquiraz/CE: 1 pessoa
4. Arara/PB: 1 pessoa
5. Arcoverde – PE: 1 pessoa
6. Assú/RN: 3 pessoas
7. Bananeiras/PB: 2 pessoas
8. BARREIRA/CE: 1 pessoa
9. Belágua/MA: 1 pessoa
10. Belém/PA: 2 pessoas
11. BELO Horizonte/MG: 2 pessoa
12. Campina Grande/PB: 1 pessoa
13. Campo Grande/MS: 1 pessoa
14. Cascavel – CE: 2 pessoas
15. Colombo/PR: 1 pessoa
16. Crateús/CE: 14 pessoas
17. Cruzeta/RN: 2 pessoas
18. Cubatão/SP: 2 pessoas
19. Curitiba/PR: 2 pessoas
20. Duque de Caxias/RJ: 1 pessoa
21. Flores de Goiás/GO: 1 pessoa
22. Florianópolis/SC: 1 pessoa
23. Fortaleza/CE: 20 pessoas
24. Francisco Beltrão/PR: 1 pessoa
25. Frei Martinho/PB: 1 pessoa
26. Gravatá/PE: 1 pessoa
27. Guarulhos/SP: 1 pessoa
28. Independência/CE: 4 pessoas
29. Ipaporanga-CE: 2 pessoas
30. Itamarandiba/MG: 2 Pessoas
31. Itapiúna/CE: 1 pessoa
32. Jaguaruana/CE: 8 Pessoas
33. João Pessoa/PB: 1 pessoa
34. Juazeiro/BA: 3 pessoas
35. Lages/SC: 1 pessoa
36. Lago do Junco/MA: 1 pessoa
37. Limoeiro do Norte/CE: 11 pessoas
38. Luciara/MT: 2 pessoas
39. Macapá/AP: 1 pessoa
40. Maceió/AL: 1 pessoa
41. Maracanaú/CE: 1 pessoa
42. Mauriti/CE: 1 pessoa
43. Monteiro/PB: 1 pessoa
44. Morada Nova/CE: 1 pessoa
45. Nossa Senhora do Socorro/SE: 1 pessoa
46. Nova Russas/CE: 2 pessoas
47. Osasco/SP: 1 pessoa
48. Parnamirim/RN: 1 pessoa
49. Pedro Leopoldo/MG: 1 pessoa
50. Pesqueira/PE: 1 pessoa
51. Poconé-MT: 1 pessoa
52. Portalegre/RN: 1 pessoa
53. Porto Nacional/TO: 1 pessoa
54. Praia Grande/SP: 1 pessoa
55. Quiterianópolis/CE: 1 pesspa
56. Recife/PE: 1 pessoa
57. Rio das Ostras/RJ: 1 pessoa
58. Rio de Janeiro/RJ: 1 pessoa
59. Rondonopolis/MT: 1 pessoa
60. Russas/CE: 5 pessoas
61. Salvador/BA: 1 pessoa
62. Santa Maria/RS: 2 pessoas
63. Santa Rita de Minas/MG: 2 pessoas

64. São Bernardo do Campo/SP: 1 pessoa

65. São Félix do Araguaia/MT: 1 pessoa

66. São João do Jaguaribe/CE: 1 pessoa

67. São Paulo/SP: 2 pessoas

68. São Vicente/SP: 1 pessoa

69. Simão Dias/SE: 1 pessoa

70. Tabuleiro do Norte/CE: 5 pessoas

71. Tamboril/CE: 11 pessoas

72. Tianguá/CE: 2 pessoas

73. Uberlândia/MG: 1 pessoa

74. Umbuzeiro-PB: 1 pessoa

75. Valparaíso de Goiás/GO: 1 pessoa

FORMAÇÃO: Ensino médio, licenciandos, licenciados (pedagogia), bacharéis (geografia, enfermagem, psicologia, engenharia agrônoma), tecnólogo (alimentos), especialistas, mestres e doutores em diversas áreas (educação, geografia, sociologia).

*Bombeiro civil e educador popular.

PARTICIPA DE MOVIMENTO SOCIAL:

- NÃO: 88 pessoas
- SIM: 35/40 pessoas
- Lista de movimentos: Aliança LGBTQI+; Associação Comunitária; Associação Rede Mulher, Cooperativa Cooperflores; Cáritas; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Economia Solidária e Agroecologia; Em defesa dos Direitos Humanos; Fórum Cearense de Mulheres; Fórum de EJA no Ceará; Fóruns e Redes de Cidadania do Maranhão; Movimento 21; Militantes Partido dos Trabalhadores; Movimento das Licenciaturas em Educação do Campo do Brasil; Movimento estudantil; Movimento indígena; Movimento Negro; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; ONG Mães pela Diversidade; Núcleo Psi Casa Chama; Pastoral da Juventude Rural; STTRs de Tamboril; Partido Socialismo e Liberdade – PSOL; Sindical - SINTE SC; Sindicato dos Professores de Crateús; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Limoeiro do Norte; Sindicato dos Trabalhadores em Educação; SINTEP-MT

COMO FICOU SABENDO DO EVENTO:

- Redes sociais e redes sociais da EFA: 18
- *Facebook*: 3
- *Whatsapp*: 39
- *Instagram*: 13
- *Internet*: 7
- Professores: 33
- Amigos: 7

SUGESTÕES DE TEMAS:

- A EXTENSÃO NOS IFS.
- A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS
- A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO COMO FONTE FORTALECEDORA DE LUTAS!
- A PÓS-CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

- AGROECOLOGIA
- AGROECOLOGIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA
- AS CONTRIBUIÇÕES DO CORDEL PARA A EDUCAÇÃO POPULAR
- AULAS REMOTAS
- CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA
- COMO PODEMOS APLICAR O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE AO ENSINO REMOTO?
- COMO TRABALHAR COM CRIANÇAS NA PANDEMIA
- CONTEXTO CULTURAL
- COVID 19
- CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL FREIRIANA
- EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO
- EDUCAÇÃO DA EJA NA ATUALIDADE.
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA
- EDUCAÇÃO DO CAMPO, LUTAS CAMPONESAS.
- EDUCAÇÃO EM CONTEXTO DE PANDEMIA.
- EDUCAÇÃO INDÍGENA
- EDUCAÇÃO LIBERTADORA
- EDUCAÇÃO POPULAR NOS MOVIMENTOS SOCIAIS
- EJA E O MUNDO DO TRABALHO
- ESCOLA E MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE
- INCLUSÃO E INTELIGÊNCIA SÓCIO EMOCIONAL
- INTERAÇÃO E DIÁLOGO
- MATRIZ CURRICULAR DAS EFAS
- MOTIVAÇÃO NA EJA
- O ESGOTAMENTO PSICOLÓGICO VIVIDO POR DOCENTES E DISCENTES
- PAULO FREIRE - CONSCIÊNCIA INGÊNUA PARA A CONSCIÊNCIA CRÍTICA.
- PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO PARA PAZ
- PAULO FREIRE E O MARXISMO
- PAULO FREIRE EM TEMPOS DE FAKE NEWS
- PAULO FREIRE EM UMA EDUCAÇÃO HÍBRIDA
- PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA
- PEDAGOGIA DA AUTONOMIA- ANALISANDO NO CONTEXTO ATUAL.
- PEDAGOGIA DA LIBERDADE
- POLÍTICAS PÚBLICA PARA O CAMPO.
- RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA
- RESUMO DAS TEORIAS DE PAULO FREIRE
- SAÚDE MENTAL DIANTE À PANDEMIA
- SAÚDE MENTAL E PANDEMIA
- VIDA DE PAULO FREIRE

AVALIAÇÕES DO EVENTO:

DATA	AVALIAÇÃO
02/07	• Paulo Freire sempre será lembrado em nossas memórias e eventos que o enaltecem, sempre será algo lindo de se ver. O evento além de ajudar a manter vivo o pensamento de Freire, contribui para a construção do conhecimento a cerca dos temas que Paulo Freire sempre tratou com grande beleza e que são tão importantes para a compreensão da sociedade, principalmente, em relação a educação e emancipação dos indivíduos. • Muito boa o bate papo falando de Paulo freire Tiago dando início , padre Júnior muito bem na suas colocações e professor Rafael sendo muito direto pra explicar nossa realidade de hoje em dia • Excelente leitura e reflexões sobre a dialética opressor versus oprimido, na construção de um processo de libertação, em Freire! • De excelência! Apresentando um caráter reflexivo/crítico e tão necessário as atuais lutas. • É uma atividade importantíssima, uma vez que, promove reflexões sobre a Educação Popular, como ferramenta de educação. Legítima e fortalece a luta dos povos camponeses. Que em conjuntos são capazes de se libertarem da conduta do opressor. • ESTÁ SENDO BEM INTERESSANTE, AINDA ESTOU TENDO OS PRIMEIROS CONTATOS COM A OBRA DE PAULO FREIRE E ESTE ENCONTRO ESTÁ ME AJUDANDO A TIRAR ALGUMAS DÚVIDAS. • Momento grandioso. Estou muito feliz em participar do seminário, e aprofundar um pouco mais sobre os pensamentos e ações de Paulo Freire. • Observamos uma junção e complementação entre a fala do Pe. Júnior e do prof. Rafael. • Excelente atividade que reflete e atualiza o pensamento de Paulo Freire, nas lutas da Chapada! • ESPETACULAR! PARABÉNS À ORGANIZAÇÃO!
09/07	• Foi um diálogo muito interessante, os palestrantes fizeram excelentes pontuações que ajudaram a compreender a obra de Paulo Freire. • Debate com importante conteúdo formativo, ajuda o espectador a a construir um pensamento crítico sobre a educação atualmente. • Excelentes pontuações abordado pelos palestrantes. É riquíssimo para nós enquanto discentes. • Excelente debate proposto pelos palestrantes acerca do tema. Falar de Paulo Freire, ainda mais nesses tempos é importante para entendermos muito do que acontecem em nossa sociedade. • Excelentes pontuações de todos os palestrantes! meus parabéns por essa iniciativa, não imaginam o quanto ajudar a nós todos participantes a compreender abra freiriana. • Que encontro maravilhoso, explanação muito bem colocada sobre as obras de Paulo Freire, parabéns a todos os palestrantes. • Assunto muito bem abordado, e para os professores reforçarem suas idéias, através de Paulo freire • Muito boa conversa interessante sobre nossa realidade, mostrando cada vez a importância de autores como Paulo freire, grandes profissionais da educação como a professora Sandra Maria , o professor João paulo
16/07	• Gostei bastante da live de hoje, falaram sobre a importância da ciência ser neutra e não política, e a importância de sempre lutarmos por nossos direitos. • Foi uma aula muito produtiva para construção de pensamento e conhecer um pouco mais sobre Paulo Freire✳ • Os relatos apresentados pelos palestrantes foram significativos e formadores, mas o Prof. Ernandi, com toda sua vivência e ações no contexto da educação transformadora, foi o que mais me cativou e me motivou na caminhada. • Enriquecedora, com pontuações importantes e necessárias para a criticidade educacional, além de reveladora com dados relevantes. • Precisa quanto ao tema, de teor crítico e incentivador ao estado de luta!! Parabéns 🖐 • Evento maravilhoso, lindo de se ver e de extrema importância na contribuição do nosso crescimento acadêmico e pessoal.

	• Muito boa sempre interessante, saber mais sobre o grande Paulo freire e com professores, com uma boa didática explicando muito bem • Atividade excelente! Muito formativa sobre as pesquisas com o base na teoria pedagógica de Freire! Parabéns EFA, o mediador, a Profa. Diana e o Prof. Ernandi. • Muito produtiva, conduz o aluno ao pensamento crítico sobre a importância da educação contextual que temos em nossa região.. • Uma atividade que está contribuindo para minha formação acadêmica e também contribuindo sobre os conhecimentos de Paulo Freire • Este encontro foi muito importante para compreender o valor da pesquisa na perspectiva de Paulo Freire.
23/07	• Parabéns aos profissionais da EFA, enquanto sujeitos do campo sempre precisamos levantar e combater as questões de opressão vivenciadas especialmente no contexto atual em que vivemos. • Adorei esse momento. Quanto conhecimento repassado pela professora Regina e professor Rômulo. • Excelente oportunidade de se perceber a arte como fonte de RESISTÊNCIA! • Debate construtivo, sobre um tema de grande importância, mas bastante silenciado na sociedade atual. • Não imaginava como o teatro poderia ser algo essencial para o cotidiano. Uma forma de resistência. • Excelente oportunidade de perceber a ARTE como fonte de RESISTÊNCIA!! • Ótima muito boas colocações sobre o grande Paulo freire , professor Romulo soares muito didático com muita sabedoria e muito aprendizado • Cada encontro tem sido cada vez mais construtivo, foi e é muito bom conhecer um pouco de Paulo Freire!!! • O encontro de hoje está sendo muito proveitoso, o diálogo sobre o teatro do oprimido está sendo muito esclarecedor, principalmente trazendo para o âmbito da educação. • A live foi maravilhosa de grande aprendizado, pois é sobre falar da arte como o teatro e enfatizar que ela é muito importante na nossa vida. • Encontro maravilhoso de extrema importância para a nossa atualidade e para a aquisição do conhecimento e reconhecimento da importância da arte em nossas vidas e prática docente.
30/07	• Parabéns a EFA. • Parabéns a todos, foi muito riquíssimo as rodas de conversas. • O encontro foi muito proveitoso, nele pudemos conhecer a vivência dos palestrantes e como Paulo Freire influenciou suas vidas. • Uma roda de conversa baseada na troca de experiências, enriquecedor e nos mostrar que estamos no caminho certo mesmo com as nossas pequenas revoluções. Como diz a música da mística final "vamos escrever o mundo, juntos fazer a nossa história acontecer...". • Parabéns a todos, todas as palestras foi de muita aprendizagem! • Muito proveitosa em conhecimentos, as professoras mostrando cada vez mais a nossa realidade que é lutar sempre , pelo direitos iguais professora Lurdes Vicente explicando com clareza sobre Paulo freire que suas palavras são cada vez mais realistas e atuais • Um momento enriquecedor, com várias falas marcantes que nos lembrar que nunca devemos parar de lutar. • Parabéns a todos pelo este momento e essa roda de conversar viva Paulo Freire. Gratidão por compartilhar conhecimentos com todos

Fonte: Elaborado pelo autor e disponibilizado à Escola (2021)

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIOS APLICADOS A EDUCANDOS E EDUCADORES

Questionário – Educandos: <https://forms.gle/kgjNdaX1SqahJ4yT6>

Questionário – Educadores: <https://forms.gle/1425bbEMPxXgCtjU9>

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA (COMUNICAÇÃO POPULAR)

Conhecendo os/as entrevistados/as:

- ✓ Quem sou eu? (Fale um pouco sobre você, sua trajetória, sua inserção como comunicador popular ou de outros pontos que prefira mencionar)
- ✓ Gênero:
- ✓ Idade:
- ✓ Formação:
- ✓ Atividades que desenvolve na EFA/AEFAJA:
- ✓ Como conheceu a EFA/AEFAJA? Por que a “escolheu” para a sua atuação profissional?

Compreensões sobre a EFA/AEFAJA:

- ✓ Você compreende que a EFA/AEFAJA desenvolve um processo de territorialização da Agroecologia?
- ✓ Para você, qual a importância/função social do ato de comunicação popular nesse processo de territorialização da Agroecologia/transição agroecológica em territórios camponeses e territórios em rede (redes sociais, no caso), principalmente naqueles onde há predominância do Agronegócio?
- ✓ Você identifica práticas educativas nessa inserção da EFA/AEFAJA nas comunidades camponesas? Se sim, quais?
- ✓ Você identifica diálogos de saberes nessa inserção da EFA/AEFAJA? Se sim, cite algum(uns).

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA (INTEGRANTES DA AEFAJA, TÉCNICAS E GUARDIÃO DA CASA DE SEMENTES)

Integrantes da AEFAJA e Técnicas:

Conhecendo os/as entrevistados/as:

- ✓ Quem sou eu? (Fale um pouco sobre você, sua trajetória ou de outros pontos que prefira mencionar)
- ✓ Gênero:
- ✓ Idade:
- ✓ Formação:
- ✓ Atividades que desenvolve na AEFAJA/EFA:
- ✓ Como conheceu a AEFAJA/EFA? Por que a escolheu para a sua atuação profissional?

Compreensões sobre a EFA/AEFAJA:

- ✓ Você compreende que a AEFAJA/EFA desenvolve um processo de territorialização da Agroecologia?
- ✓ Para você, qual a importância/função social da AEFAJA/EFA nesse processo de territorialização da Agroecologia/transição agroecológica em territórios camponeses, principalmente naqueles onde há predominância do Agronegócio?
- ✓ Você identifica diálogos de saberes nessa inserção da AEFAJA/EFA? Se sim, cite algum(uns).
- ✓ Você identifica práticas educativas nessa inserção da AEFAJA/EFA nas comunidades camponesas? Se sim, quais?

Guardião:

Conhecendo os/as entrevistados/as:

- ✓ Quem sou eu? (Fale um pouco sobre você, sua trajetória ou de outros pontos que prefira mencionar)
- ✓ Gênero:
- ✓ Idade:
- ✓ Formação:

Compreensões sobre a EFA/AEFAJA:

- ✓ Para você, qual a importância/função social da AEFAJA/EFA nesse processo de territorialização da Agroecologia/transição agroecológica em territórios camponeses, principalmente naqueles onde há predominância do Agronegócio?

APÊNDICE F - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EFA JAGUARIBANA (2021 a 2023)

AEFAJA

ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	LOCAL	ANO
Assembleia ordinária da AEFAJA	Membros da Associação	Sede da EFA Jaguaribana no Olho D'água dos Currais, Tabuleiro do Norte	31/07/2021
Apresentação da EFA Jaguaribana e do processo seletivo para a 3ª turma, com ingresso previsto para 2022	Membros da Associação e da EFA Jaguaribana	Municípios do Vale do Jaguaribe	Entre julho e agosto de 2021
Intercâmbio Virtual de Educação Contextualizada para conhecer o Projeto Contexto - Plataforma Marco Zero	Representantes das secretarias de Educação e Desenvolvimento Agrário/Agricultura dos municípios de Potirerama, Alto Santo e Ibicuitinga e ainda representantes das Cáritas Diocesanas de Crateús e Limoeiro do Norte e da Secretaria de Educação de Ipaporanga.	Ambiente virtual	19/08/2021
Reunião para apresentação de demandas da EFA	Representação da EFA e da AEFAJA e deputados	Assembleia Legislativa do Ceará, Fortaleza	19/08/2021
Diálogo sobre fortalecimento de parcerias em torno da Agroecologia, Educação do Campo Contextualizada, Literatura, Cordel, Convivência com o Semiárido e Bem Viver.	Representações da AEFAJA, membros da Casa do Cordel de Tabuleiro do Norte e Fundação de Educação e Defesa do Meio Ambiente do Jaguaribe – FEMAJE.	Casa do Cordel de Tabuleiro do Norte	03/10/2021
Reunião entre AEFAJA e IFCE Tabuleiro do Norte para buscar parcerias utilização de laboratórios, parcerias para realização de estágios, formação pedagógica, dentre outros assuntos.	Representações da AEFAJA e EFA Jaguaribana e o Diretor do IFCE Tabuleiro do Norte	IFCE Tabuleiro do Norte	26/10/2021
Início da parceria entre AEFAJA e Cáritas Regional Ceará para realizar o projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Representações da AEFAJA e da Cáritas Regional Ceará	Não identificado	29/10/2021
Reunião da AEFAJA e da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte com os Assentamentos da Reforma Agrária de Tabuleiro do Norte, a fim de apresentar o projeto de ATER e dialogar sobre demandas dos assentamentos.	Representações da AEFAJA, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, bem como representantes dos assentamentos Charneca, Donato, Lagoa Grande II, Groelândia, Barra do Feijão e Diamantina. Outros presentes: Secretária de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária do município, o Instituto Brotar e o	Não identificado	04/11/2021

	professor Claudemir Martins do Instituto Federal de Alagoas.		
Participação na 1ª Feira Agroecológica da Reforma Agrária e Agricultura Familiar do Baixo Jaguaribe	Agricultores familiares, coletivos, instituições e movimentos sociais do Vale do Jaguaribe	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Limoeiro do Norte	26/11/2021
Encontro de instituições donatárias de IAF	AEFAJA, Instituto Brotar, ambas de Tabuleiro do Norte/CE, a Comissão Pastoral da Terra – CPT de Mossoró/RN, e a Cooperativa Mista de Trabalho, Assessoria e Consultoria Técnico Educacional – CONTACTE de Aracati/CE	IFCE – Campus Tabuleiro do Norte	26/11/2021
II Feijoada Solidária	Participação livre	Tabuleiro do Norte	19/12/2021
Bazar Solidário	Participação livre	Praça do Olho d'Água da Bica, Tabuleiro do Norte	02/02/2022
Participação na oficina de planejamento da “Campanha de olho aberto para não virar escravo”, organizada pela Comissão Pastoral da Terra	Representações da AEFAJA e da Comissão Pastoral da Terra	Não informado	11/03/2022
Participação no VI Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Tabuleiro do Norte (STRAAF)	Representações da AEFAJA, do STRAAF e sindicalizados	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, Tabuleiro do Norte	12/03/2022
Bazar Solidário	Participação livre	Praça do Olho d'Água da Bica, Tabuleiro do Norte	15/03/2022
Participação na reunião do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido (FCVSA) para avaliar as ações do ano de 2021 e planejar o ano de 2022	Representações da AEFAJA e do Fórum Cearense pela Vida no Semiárido	Não identificado	23/03/2022
Participação na Feira Estadual Agroecológica e Solidária da Rede Bodega	Participação livre	Aracati	25/03/2022
III Feijoada Solidária	Participação livre	Tabuleiro do Norte	10/04/2022
AEFAJA recebe homenagem do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe – CSBH, em reconhecimento ao empenho em participar de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado realizadas no ano de 2020	Representações da AEFAJA e do CSBH	Tabuleiro do Norte	14/04/2022
Participação na Semana do Chicão, realizada pela Escola Francisco Moreira Filho, em Tabuleiro do Norte, debatendo sobre Educação e questões ambientais.	Representações da AEFAJA, educandos e professores da Escola Francisco Moreira Filho	Escola Francisco Moreira Filho	04/05/2022
Participação no Encontro Estadual de Incidência Política, organizado pelo Fórum Cearense pela Vida no Semiárido	Representações da AEFAJA e demais integrantes do Fórum e da FETRAECE	Sede da FETRAECE, Fortaleza	12 e 13/05/2022

Mutirões de reforma do Escola José Felipe da Costa Gadelha da comunidade dos Currais, onde será a sede definitiva da EFA Jaguaribana	Moradores da comunidade Olho D'água dos Currais	Comunidade Olho D'água dos Currais, Tabuleiro do Norte	15/05, 21/05, 22/05 e 01/07/2022
Participação no Pré-lançamento social do filme Pureza em Sobral (CE), como atividade da Campanha De Olho Aberto Para Não Virar Escravo.	Representação da AEFAJA e demais participantes da Campanha de Olho Aberto para Não Virar Escravo	Sobral, Ceará	19/05/2022
Participação no edital do Poliniza Buzz, que tinha por objetivo selecionar histórias sobre comida que pudessem inspirar a criação de livros infantis.		Poliniza Buzz	23/05/2022
Participação em Audiência na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em defesa da Comunidade Quilombola do Córrego de Ubaranas	Representações da AEFAJA e outros	Assembleia Legislativa do Ceará, Fortaleza	30/05/2022
Participação em atividade desenvolvida pela Caravana de Vigilância Popular da Saúde, Ambiente e Trabalho, da Fiocruz no território da Chapada de Tabuleiro do Norte	Representação da AEFAJA, da FEMAJE, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Movimento 21, Universidade Estadual do Ceará, Organizações Comunitárias, Serviços Públicos de Saúde e Instituições de Pesquisa	Comunidades da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte	06 e 07/06/2022
Participação em ato em defesa do Quilombo Córrego de Ubaranas	Representação da AEFAJA e demais presentes	Quilombo Córrego de Ubaranas, Aracati	18/06/2022
Participação na organização da Festa da Colheita	AEFAJA, Cáritas Diocesana e Comunidades da Chapada de Tabuleiro do Norte	Comunidade de Santo Estevão em Tabuleiro do Norte	25/06/2022
Participação na I Assembleia da Teia dos Povos Ceará	Representações da AEFAJA e integrantes da Teia dos Povos do Ceará	Aldeia Jacinto - Território Indígena Serra das Matas, em Monsenhor Tabosa	01 a 03/07/2022
Oficina de plaquinhas realizada pela FEMAJE, em parceria com a EFA Jaguaribana; momento de troca de saberes, vivências e aproximação com a natureza	AEFAJA, EFA Jaguaribana e FEMAJE	Horto Florestal Geruza Maurício de Andrade em Tabuleiro do Norte-Ce	10/07/2022
Visita de representante da Embaixada da Suíça no Brasil, para conhecer um pouco da atuação da associação no município de Tabuleiro do Norte – CE	Representação da AEFAJA e da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e representante da Embaixada da Suíça no Brasil	EFA Jaguaribana e Comunidade Olho D'água dos Currais, Tabuleiro do Norte	19/07/2022
Participação em ato organizado pelas comunidades da Chapada do Apodi, em Tabuleiro do Norte - CE, para garantir perfuração de poço profundo	Representação da AEFAJA e Comunidades da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte	Comunidades da Chapada do Apodi em Tabuleiro do Norte https://www.instagram.com/p/CgRe9riu3pj/?utm_source=ig_web_copy_link	21/07/2022
Participação da AEFAJA e da EFA Jaguaribana no Encontro de criação do Fórum Estadual de Educação	Representações de instituições voltadas à Educação do Campo, Indígena, Quilombola, das Águas e do Semiárido	Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, em Fortaleza.	22/07/2022

do Campo, Indígena, Quilombola, das Águas e do Semiárido			
Mutirões de reforma do Escola José Felipe da Costa Gadelha da comunidade dos Currais, onde será a sede definitiva da EFA Jaguaribana	Moradores da comunidade Olho D'água dos Currais	Comunidade Olho D'água dos Currais, Tabuleiro do Norte	29/07/2022
IV Feijoada Solidária	Participação livre	Tabuleiro do Norte	31/07/2022
Reunião para a elaboração de novos projetos	Equipe da AEFAJA	Serra do Estevão, Quixadá	05, 06 e 07/08/2022
Participação no Encontro de Comunicadoras e Comunicadores da CPT	Representação da AEFAJA	Sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, em Brasília	30/08/2022 a 01/09/2022
Perfuração de um poço profundo bem próximo ao terreno da Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana – AEFAJA, onde funcionará a sede definitiva da Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Equipe da Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte	Comunidade Currais de Cima, em Tabuleiro do Norte – CE.	06/09/2022
Participação no Encontro de 15 anos da Rede de Sementes do Xingu	Equipe da AEFAJA e EFACom	Polo Pavuru e na aldeia Moygu, Território Indígena do Xingu (TIX), Mato Grosso	08 a 10/09/2022
Visita de David Fleischer e Matthew Clausen, ambos integrantes da Fundação Interamericana – IAF, organização que apoia a realização do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe*	Equipe da AEFAJA, integrantes da IAF e Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, em Aracati	Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, em Aracati	16/09/2022
Participação no Encontro Estadual de Saneamento Ecológico Rural	Equipe da AEFAJA e demais convidados	Quixeramobim – CE	06 e 07/10/2022
Visita de comissão do Curso de Biologia da UECE/FAFIDAM para planejar uma aula de campo	Representações da AEFAJA, da FEMAJE e do Curso de Biologia da FAFIDAM	Parque Ecológico, Olho D'água dos Currais, Tabuleiro do Norte	07/10/2022
Assembleia Ordinária da AEFAJA	Associados e Associadas da AEFAJA	Centro de Formação Camponesa no Olho d'Água dos Currais, Tabuleiro do Norte	05/11/2022
Realização do III Festival do Mungunzá - cancelado	Equipe da AEFAJA e Comunidade Olho D'água dos Currais	Olho D'água dos Currais, Tabuleiro do Norte	10/12/2022
Participação no Encontro das Famílias do Algodão Agroecológico Semeando relações, unindo territórios	Equipe da AEFAJA	Martins-RN	30/11 a 03/12/2022
Realização de Seminário Direitos Humanos e Lutas Populares, para a Abertura do Curso de Juristas Populares	Associadas/os da AEFAJA, organizações parceiras, da Cooperativa Mista de Trabalho, Assessoria e Consultoria Técnico-Educacional – CONTACTE, do Quilombo do	Centro de Formação Camponesa José Felipe da Costa Gadelha, na	10/12/2022

	Cumbe (Aracati – CE), do Quilombo Córrego de Ubaranas (Aracati - CE), Associadas/os da Associação da Baixa da Juazeiro, da Comunidade dos Currais, moradoras/es do Olho d'Água da Bica, voluntárias/os da EFACom e diretoria e jovens da Fundação FEMAJE.	Comunidade dos Currais, em Tabuleiro do Norte – CE	
Reunião com famílias agricultoras e a Associação de Certificação Participativa Agroecológica – ACEPA para produção de Algodão Agroecológico	Famílias agricultoras do Bixopá e comunidades circunvizinhas interessadas em produzir algodão em consórcio com outras culturas; uma professora e um educando do Curso de Agronomia do IFCE Limoeiro do Norte – CE; técnicos do Projeto Sementes da Vida.	Sítio Cabeça da Vaca, Limoeiro do Norte	13/12/2022
Oficina de Fotografia Básica com Celular com famílias agricultoras da Comunidade que Sustenta Agricultura – CSA	Famílias agricultoras da Comunidade que Sustenta Agricultura – CSA	Comunidade Santo Estevão	27/02/2023
Realização do 1º Tempo Escola do Curso de Juristas Populares	Equipe da AEFAJA e participantes do curso	Centro de Formação Camponesa José Felipe da Costa Gadelha, na comunidade Olho d'Água dos Currais, em Tabuleiro do Norte – CE	04 e 05/03/2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

PROJETO SEMENTES DA VIDA

ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	LOCAL	ANO
Lançamento do Projeto	Representantes agricultores e agricultoras familiares das comunidades participantes do projeto	Salão Paroquial ao lado da Igreja Matriz de Tabuleiro do Norte	11/12/2020
Planejamento do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe - CE. Visita a Eco Aldeia Flecha da Mata para conhecer experiência de Bioconstrução. Ações conjuntas entre EFA Jaguaribana, COMTACTE, Instituto Brotar e Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.	AEFAJA e colaboradores do Projeto	Eco Aldeia Flecha da Mata	21/01/2020
Roda de conversa virtual – Vivências em Bioconstrução Intuito de melhor conhecer as técnicas, podendo virem a ser utilizadas na construção das Casas de Sementes Comunitárias do Projeto Sementes da Vida.	Acampamento Zé Maria do Tomé, Quilombo Córrego de Ubaranas, Quilombo do Cumbe, Equipe do Projeto Sementes da Vida e convidados	Ambiente virtual	05/03/2021
Participação no EFAaoVivo para dialogar sobre a importância do Projeto	Ivoneide Sena, Coordenadora do Projeto Sementes da Vida (território praia), Jader Silva, Técnico de Campo no Projeto Sementes da Vida, e Alisson Chaves, Comunicador Popular e Assessor de Comunicação da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Ambiente virtual	28/04/2021
Entrega de sementes crioulas para armazenamento na Casa de Sementes Renascer no Sertão, na comunidade Caatingueirinha, município de Potiretama.	Representação da AEFAJA e da Casa de Sementes Renascer do Sertão	Potiretama	20/06/2021
Discussão de parcerias com Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional no Vale do Jaguaribe	Representes dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAs dos seguintes municípios do Vale do Jaguaribe: Aracati, Russas, Palhano, São João do Jaguaribe, Fortim, Tabuleiro do Norte; bem como representação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.	Ambiente virtual	23/07/2021
Participação no EFAaoVivo <i>Live:</i> Conhecendo o Programa Estadual de Sementes Crioulas do Estado do Rio Grande do Norte	Alessandro Nunes, Coordenador de Agroecologia e Convivência com o Semiárido na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - SEDRAF – RN; Gracinha Moura, Coordenadora de Casa de Sementes na comunidade de Caatingueirinha, Potiretama – CE; Aline Maia, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte; Thiago Valentim, Coordenador da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé e do Projeto Sementes da Vida.	Ambiente virtual	28/07/2021

Encontro com lideranças comunitárias participantes do projeto	Representantes das comunidades do Sítio Lima, em São João do Jaguaribe; da Lagoa das Caraúbas e Comunidade Quilombola Córrego das Ubaranas, em Aracati; do Camurim, em Itaíçaba; da Lagoa do Carão, em Palhano; da Lagoa Escura, em Russas; e do Tapuio, Currais, Assentamento Lagoa Grande, Assentamento Groenlândia e Baixa do Juazeiro, em Tabuleiro do Norte.	Salão Paroquial da Igreja Matriz, no Centro de Tabuleiro do Norte	30/07/2021
Intercâmbio virtual de Sementes: Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe e Rede de Sementes do Xingu	Coletores/as e Guardiões de Sementes da Rede de Sementes do Xingu e Agricultores/as do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe.	Ambiente virtual	21/09/2021
Início da construção da primeira Casa de Sementes (Sítio Lima, São João do Jaguaribe)	Comunidade e participantes do Projeto – Sítio Lima	Associação Comunitária do Sítio Lima – ACOMSIL, São João do Jaguaribe	22/10/2021
Troca de experiências sobre algodão agroecológico	Membros da AEFAJA e coordenação do Projeto, CPT Mossoró e AS-PTA Paraíba	Ambiente virtual	22/10/2021
Troca de experiência sobre algodão em consórcio agroecológico	Representações da AEFAJA e da Diaconia – Escritório Umarizal/RN	Ambiente virtual	09/11/2021
Intercâmbio de Sementes e Saberes do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe	Participantes do Projeto Sementes da Vida	Escolinha Primeiros Passos, Tabuleiro do Norte e Comunidade Esteveão em Aracati	27 e 28/11/2021
Troca de experiências sobre algodão agroecológico com a ESPLAR	Representações da AEFAJA, Instituto Brotar e ESPLAR	Ambiente virtual	06/12/2021
Início da construção da Casa de Sementes Comunitária da comunidade do Tapuio, em Tabuleiro do Norte – CE	Participantes do projeto, da Comunidade Tapuio, Tabuleiro do Norte	Comunidade Tapuio, Tabuleiro do Norte	08/11/2021
Encontro virtual com Laudes Foundation para uma conversa sobre Produção e Comercialização de Algodão em Consórcio Agroecológico, apresentar a associação e os projetos que vem realizando no Vale do Jaguaribe.	Representações da AEFAJA e da Laudes Foundation	Ambiente virtual	09/11/2021
Encontro da Rede Municipal de Intercâmbio de Sementes– RIS de Limoeiro do Norte	Representações do Projeto Sementes da Vida e também representantes das comunidades do Congo, Sítio Lajes, Espingarda, Cabeça da Vaca, Mororó, Canto Grande, Croatá e Croatá de Cima, de Limoeiro do Norte	Comunidade Croatá de Cima, Limoeiro do Norte	15/12/2021
Reunião para tratar da construção de Casas de Sementes	Representações da AEFAJA e participantes do Projeto em Aracati	Aracati	04/02/2022
Início da construção da Casa de Sementes da Comunidade Baixa do Juazeiro	Representações da AEFAJA e participantes do Projeto na comunidade	Baixa do Juazeiro, Tabuleiro do Norte	15/02/2022
Construção da Casa de Sementes Comunitária da Volta Grande, Fortim	Participantes do Projeto na comunidade	Comunidade de Volta Grande, Fortim	Não há data precisa para o início da

			construção, mas em 16/02/2022 já tinha obras avançadas.
Início da construção da Casa de Sementes da comunidade Camurim, em Itaíçaba	Participantes do Projeto na comunidade	Comunidade Camurim, em Itaíçaba	Não há data precisa para o início da construção, mas em 16/02/2022 já tinha obra iniciada.
Troca de experiência sobre algodão em consórcio agroecológico com representante da Veja Fair Trade - empresa francesa que atua no mercado de Algodão Orgânico, importando do Brasil e Peru	Representações da AEFAJA, do Projeto Sementes da Vida e da Veja Fair Trade	Ambiente virtual	21/02/2022
Participação no EFAoVivo. Live: Sementes da Vida - Resgate Histórico e Cultural das Sementes Tradicionais no Vale do Jaguaribe.	Coordenação e Técnico do Projeto	Ambiente virtual	23/02/2022
Início da construção da Casa de Sementes da comunidade Barbatão, em Palhano	Participantes do Projeto na comunidade	Comunidade Barbatão, em Palhano	23/02/2022
Mutirão de limpeza do terreno onde será construída a Casa de Sementes da Comunidade Preá II – Fortim, CE	Participantes do Projeto na comunidade	Comunidade Preá II – Fortim, CE	24/02/2022
Início da construção da Casa de Sementes da Comunidade Preá II – Fortim, CE	Participantes do Projeto na comunidade	Comunidade Preá II – Fortim, CE	08/03/2022
Participação no EFAoVivo. Live: Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe - Casas de Sementes Crioulas	Tiquinha, da comunidade Tapuio, e Biu de Bentivi, da comunidade Baixa do Juazeiro, Tabuleiro do Norte – CE	Ambiente virtual	30/03/2022
Reunião para planejamento da construção da Casa de Sementes Comunitária na Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, em Aracati	Representações da AEFAJA e participantes do Projeto na comunidade	Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, em Aracati	18/04/2022
Oficina de Cartografia Social para refletir o Bem Viver no Vale do Jaguaribe	Representações do Assentamento Groenlândia, Sítio Baixa do Juazeiro, Olho d'Água dos Currais e Tapuio, em Tabuleiro do Norte; do Sítio Lima, no município de São João do Jaguaribe; organizações parceiras, como Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Instituto Brotar e Fundação de Educação e Meio Ambiente do Vale do Jaguaribe – FEMAJE.	IFCE Tabuleiro do Norte	22/04/2022
Início da Bioconstrução de Casa de Sementes na Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas	Representações da AEFAJA e participantes do Projeto na comunidade	Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, Aracati	23/04/2022

Visita à Casa de Vegetação no quintal produtivo de Dona Graça, na Comunidade de Santo Estevão, em Tabuleiro do Norte - CE, com objetivo de conhecer a estrutura	Representações dos Projetos “Sementes da Vida”, “Mulheres Camponesas e Quilombolas no Vale do Jaguaribe-CE: sementes, saúde e participação” e “Sementes Crioulas, Agrofloresta e Sustentabilidade Ambiental no Semiárido”	Comunidade Santo Estevão, Tabuleiro do Norte	27/04/2022
Intercâmbio sobre bioconstrução no Quilombo Córrego de Ubaranas, município de Aracati – CE.	Comunidades participantes do Projeto Sementes da Vida	Quilombo Córrego de Ubaranas, Aracati	30/04/2022
AEFAJA recebe visita de representantes de empresa que atua no mercado de algodão orgânico	Representações da AEFAJA e da empresa Vert-Veja Fair Trade	EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	02 e 03/05/2022
Trabalho de limpeza realizado na Agrofloresta da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Representações dos projetos “Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe”, “Sementes Crioulas/Tradicionais, Agrofloresta e Sustentabilidade Ambiental no Semiárido” e "Quintais de Saberes e Sabores do Semiárido"	EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	10/05/2022
Intercâmbio de saberes no Assentamento Professor Maurício de Oliveira, município de Assú-RN	Representações da AEFAJA, educandas e educandos da Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, representantes das comunidades do Projeto Comunidades Vivas (Instituto Brotar), da Comissão Pastoral da Terra – CPT, da COMTACTE, agricultores e agricultoras agroecológicos, e da FEMAJE.	Assentamento Professor Maurício de Oliveira, município de Assú, no Rio Grande do Norte	18/05/2022
AEFAJA realiza intercâmbio de experiências em plantios em consórcios agroecológicos	AEFAJA e agricultores(as) do distrito de Bixopá - Limoeiro do Norte	Assentamento Santa Maria, Quixadá no Ceará	23/05/2022
Construção da Casa de Sementes da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Participantes do Projeto na comunidade	Comunidade de Olho D'água dos Currais, Tabuleiro do Norte	Não há data precisa para o início da construção, mas em 01/07/2022 já tinha obras avançadas.
Conversa de Quintal no Assentamento Lagoa Grande	Representação da AEFAJA e participantes dos projetos	Assentamento Lagoa Grande, Tabuleiro do Norte	28/07/2022
Vivência em Fotografia no Quilombo Córrego de Ubaranas	Equipe da AEFAJA e participantes do projeto	Quilombo Córrego de Ubaranas, Aracati	13/08/2022
Finalização da construção da Casa de Sementes Comunitária da comunidade do Tapuio, em Tabuleiro do Norte – CE	Participantes do projeto, da Comunidade Tapuio, Tabuleiro do Norte	Comunidade Tapuio, Tabuleiro do Norte	14/09/2022
Inauguração da Casa de Sementes Crioulas do Canto Grande, a primeira do Projeto Sementes da Vida	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Comunidade Canto Grande, Limoeiro do Norte-CE	30/09/2022

Visita de David Fleischer e Matthew Clausen, ambos integrantes da Fundação Interamericana – IAF, organização que apoia a realização do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe*	Equipe da AEFAJA, integrantes da IAF e Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, em Aracati	Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, em Aracati	16/09/2022
Inauguração da Casa de Sementes de Córrego de Ubaranas	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, em Aracati	15/10/2022
Inauguração da Casa de Sementes do Tapuio em Tabuleiro do Norte – CE	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Comunidade Tapuio, Tabuleiro do Norte	15/10/2022
Inauguração da Casa de Sementes do Sítio Lima em São João do Jaguaribe – CE	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Sítio Lima em São João do Jaguaribe – CE	16/10/2022
Inauguração da Casa de Sementes Crioulas da Volta Grande em Fortim – CE	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Comunidade Volta Grande em Fortim – CE	21/10/2022
Inauguração da Casa de Sementes Crioulas do Barbatão - Palhano – CE	Equipe da AEFAJA, comunidade, participantes do Projeto, Prefeito e Secretário Municipal de Agricultura	Comunidade Barbatão - Palhano – CE	05/11/2022
Inauguração da Casa de Sementes Crioulas da Lagoa Escura - Russas - CE	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Comunidade Lagoa Escura - Russas – CE	19/11/2022
Inauguração da Casa de Sementes Crioulas da Baixa do Juazeiro -Tabuleiro do Norte-CE	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Comunidade Baixa do Juazeiro, Tabuleiro do Norte-CE	25/11/2022
Inauguração da Casa de Sementes Crioulas da Lagoa das Caraúbas – Aracati - CE	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Comunidade Lagoa das Caraúbas – Aracati – CE	25/11/2022
Inauguração da Casa de Sementes Crioulas de Camurim – Itaíçaba – CE	Equipe da AEFAJA, comunidade e participantes do Projeto	Comunidade de Camurim – Itaíçaba – CE	26/11/2022
Realização de Oficina de Gestão de Casas de Sementes Crioulas no Quilombo Córrego de Ubaranas – Aracati – CE	Equipe da AEFAJA, e participantes do Projeto	Quilombo Córrego de Ubaranas – Aracati – CE	25/02/2023
Realização de reunião sobre funcionamento do Fundo Rotativo Solidário	Integrantes do projeto	Não identificado	08/03/2023
Oficina de Gestão de Casas de Sementes no Camurim – Itaíçaba – CE	Integrantes do projeto	Gestão de Casas de Sementes no Camurim – Itaíçaba – CE	11/03/2023
Tecnologia poupadora de mão-de-obra auxilia famílias nos Consórcios Agroecológicos	Integrantes do projeto	Não identificado	14/03/2023
Realização de Oficinas de Gestão de Casas de Sementes Crioulas	Integrantes do projeto	Casas de Sementes	Datas diversas em abril de 2023

Roda de Conversa sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas	Integrantes do projeto	Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas, Aracati-CE	01/04/2023
Encontro de Planejamento do Projeto Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe			24/04/2023 a 26/04/2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

MULHERES CAMPONESAS E QUILOMBOLAS DO VALE DO JAGUARIBE- CE: SEMENTES, SAÚDE E PARTICIPAÇÃO
Apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD)

ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	LOCAL	ANO
Oficina de Cartografia Social para refletir o Bem Viver no Vale do Jaguaribe	Representações do Assentamento Groenlândia, Sítio Baixa do Juazeiro, Olho d'Água dos Currais e Tapuio, em Tabuleiro do Norte; do Sítio Lima, no município de São João do Jaguaribe; organizações parceiras, como Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Instituto Brotar e Fundação de Educação e Meio Ambiente do Vale do Jaguaribe – FEMAJE.	IFCE Tabuleiro do Norte	22/04/2022
Visita à Casa de Vegetação no quintal produtivo de Dona Graça, na Comunidade de Santo Estevão, em Tabuleiro do Norte - CE, com objetivo de conhecer a estrutura.	Representações dos Projetos “Sementes da Vida”, “Mulheres Camponesas e Quilombolas no Vale do Jaguaribe-CE: sementes, saúde e participação” e “Sementes Crioulas, Agroflorestra e Sustentabilidade Ambiental no Semiárido”	Comunidade Santo Estevão, Tabuleiro do Norte	27/04/2022
Conversa de quintal na casa de Dona Graça, na Comunidade Santo Estêvão, em Tabuleiro do Norte-CE	Representação da AEFAJA e mulheres participantes do Projeto	Comunidade Santo Estêvão, em Tabuleiro do Norte-CE	10/06/2022
Conversa de Quintal no Assentamento Lagoa Grande	Representação da AEFAJA e participantes dos projetos	Assentamento Lagoa Grande, Tabuleiro do Norte	28/07/2022
Conversa de Quintal na Casa de Sementes "Plantando Resistência"	Equipe da AEFAJA e participantes do projeto	Tapuio, em Tabuleiro do Norte - CE	19/08/2022
Conversa de Quintal na Casa de Sementes "Sementes da Terra"	Equipe da AEFAJA e participantes do projeto	Sítio Lima, em São João do Jaguaribe - CE	29/09/2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

QUINTAIS DE SABERES E SABORES DO SEMIÁRIDO

Apoiado pelo Instituto Irmãs da Santa Cruz

ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	LOCAL	ANO
Trabalho de limpeza realizado na Agrofloresta da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Representações dos projetos “Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe”, “Sementes Crioulas/Tradicionais, Agrofloresta e Sustentabilidade Ambiental no Semiárido” e "Quintais de Saberes e Sabores do Semiárido"	EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	10/05/2022
Conversa de quintal na casa de Dona Graça, na Comunidade Santo Estêvão, em Tabuleiro do Norte-CE	Representação da AEFAJA e mulheres participantes do Projeto	Comunidade Santo Estêvão, em Tabuleiro do Norte-CE	10/06/2022
Conversa de Quintal no Assentamento Lagoa Grande	Representação da AEFAJA e participantes dos projetos	Assentamento Lagoa Grande, Tabuleiro do Norte	28/07/2022
Conversa de Quintal na Casa de Sementes "Plantando Resistência"	Equipe da AEFAJA e participantes do projeto	Tapuio, em Tabuleiro do Norte - CE	19/08/2022
Conversa de Quintal na Casa de Sementes "Sementes da Terra"	Equipe da AEFAJA e participantes do projeto	Sítio Lima, em São João do Jaguaribe - CE	29/09/2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	LOCAL	ANO
Início da parceria entre AEFAJA e Cáritas Regional Ceará para realizar o projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Representações da AEFAJA e da Cáritas Regional Ceará	Não identificado	29/10/2021
Reunião da AEFAJA e da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte com os Assentamentos da Reforma Agrária de Tabuleiro do Norte, a fim de apresentar o projeto de ATER e dialogar sobre demandas dos assentamentos.	Representações da AEFAJA, Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, bem como representantes dos assentamentos Charneca, Donato, Lagoa Grande II, Groelândia, Barra do Feijão e Diamantina. Outros presentes: Secretária de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária do município, o Instituto Brotar e o professor Claudemir Martins do Instituto Federal de Alagoas.		04/11/2021
Conversa de Quintal no Assentamento Lagoa Grande	Representação da AEFAJA e participantes dos projetos	Assentamento Lagoa Grande, Tabuleiro do Norte	28/07/2022
Realização do Seminário do Projeto de Assessoria Técnica e Extensão Rural	Equipes da AEFAJA e da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, bem como participantes do projeto	IFCE Campus Tabuleiro do Norte	22/11/2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

SEMENTES CRIOULAS, AGROFLORESTA E SUSTENTABILIDADE NO AMBIENTE SEMIÁRIDO

ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	LOCAL	ANO
Acordo entre AEFAJA e Embaixada da Suíça no Brasil para realização do Projeto	Representações da AEFAJA e da Embaixada da Suíça no Brasil	Não informado	15/02/2022
Reunião da Equipe Técnica com a comunidade dos Currais para apresentação do projeto e para conversar sobre questões ambientais e desmatamento	Equipe Técnica do Projeto e representações da Comunidade dos Currais	Comunidade dos Currais, Tabuleiro do Norte	18/02/2022
Visita ao Terreno da EFA Jaguaribana Zé Maria Do Tomé para demarcar o primeiro Sistema Agroflorestal, um Viveiro de Mudas, a cisterna calçadão e a Casa de Sementes Crioulas.	Equipe da AEFAJA e duas arquitetas	Comunidade dos Currais, Tabuleiro do Norte	04/03/2022
Reunião da Equipe Técnica com o Assentamento Groelândia para apresentação do projeto e para conversar sobre questões ambientais e desmatamento	Equipe Técnica do Projeto e representações do Assentamento Groelândia	Assentamento Groelândia, Tabuleiro do Norte	09/03/2022
Oficina de Cartografia Social para refletir o Bem Viver no Vale do Jaguaribe	Representações do Assentamento Groenlândia, Sítio Baixa do Juazeiro, Olho d'Água dos Currais e Tapuio, em Tabuleiro do Norte; do Sítio Lima, no município de São João do Jaguaribe; organizações parceiras, como Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Instituto Brotar e Fundação de Educação e Meio Ambiente do Vale do Jaguaribe – FEMAJE.	IFCE Tabuleiro do Norte	22/04/2022
Visita à Casa de Vegetação no quintal produtivo de Dona Graça, na Comunidade de Santo Estevão, em Tabuleiro do Norte - CE, com objetivo de conhecer a estrutura.	Representações dos Projetos “Sementes da Vida”, “Mulheres Camponesas e Quilombolas no Vale do Jaguaribe-CE: sementes, saúde e participação” e “Sementes Crioulas, Agrofloresta e Sustentabilidade Ambiental no Semiárido”	Comunidade Santo Estevão, Tabuleiro do Norte	27/04/2022
Trabalho de limpeza realizado na Agrofloresta da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Representações dos projetos “Sementes da Vida no Vale do Jaguaribe”, “Sementes Crioulas/Tradicionais, Agrofloresta e Sustentabilidade Ambiental no Semiárido” e "Quintais de Saberes e Sabores do Semiárido"	EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	10/05/2022
Conversa de Quintal no Assentamento Lagoa Grande	Representação da AEFAJA e participantes dos projetos	Assentamento Lagoa Grande, Tabuleiro do Norte	28/07/2022
Iniciada a construção da cisterna calçadão da EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	Não identificados	EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé	09/08/2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

FORTALECENDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO ATRAVÉS DA INCLUSÃO DIGITAL

ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	LOCAL	ANO
Início do Curso de Informática Básica no Centro de Formação Camponesa. As demais atividades não foram acompanhadas para fins desta tese.	Comunidades São Gerardo, Pedra Preta, Sítio Baixa Funda, Sítio Pau Furado, Sítio Genipapeiro, Sítio Belém, Olho d’Água dos Currais e do distrito Olho d’Água da Bica.	Centro de Formação Camponesa José Felipe da Costa Gadelha, na comunidade Olho d’Água dos Currais	23/01/2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

PROJETO PILOTO DE ALGODÃO EM CONSÓRCIO AGROECOLÓGICO

ATIVIDADE	PÚBLICO ALVO	LOCAL	ANO
Visita de Alexandre e Val, da Vert-Veja	Integrantes do projeto	EFA Jaguaribana e comunidades atendidas pelo projeto	11 a 13/01/2023
Entrega das primeiras sementes para produção de Algodão em Consórcios Agroecológicos	Comunidades Cabeça da Vaca, Croatá de Baixo, Sítio Espingarda e Croatá de Cima em Limoeiro do Norte. Além destas comunidades, fazem parte do projeto, famílias do Assentamento Lagoa Grande, Olho d'Água dos Currais, e Sítio Barrinha, em Tabuleiro do Norte - CE.	Comunidade Cabeça da Vaca, Limoeiro do Norte	20/01/2023
Oficina de Compostagem na comunidade Cabeça da Vaca	Participantes do projeto e estudante do IFCE DE Limoeiro do Norte	Comunidade Cabeça da Vaca, Limoeiro do Norte	24/01/2023
Assinatura de contrato com ACEPA e Vert-Veja para produção de Algodão em Consórcio Agroecológico	-	-	16/03/2023
Tecnologia poupadora de mão-de-obra auxilia famílias nos Consórcios Agroecológicos	Integrantes do projeto	Comunidades atendidas pelo projeto	14/03/2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

APÊNDICE I - Programação das Semanas Zé Maria do Tomé - 2018 (com destaques para a participação da EFA Jaguaribana)



16/04 (segunda-feira)

NOITE

18h30: Mística e mesa de abertura

Análise temática de conjuntura:

- Terra: representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- Água: representante da Comunidade Quilombola do Cumbe/Acati .
- Educação: representante da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé. 
- Saúde: representante do Movimento Parto com Respeito.
- Produção: representante beneficiária do projeto Bioágua Familiar.
- Criminalização dos movimentos sociais: representante da Frente Antifascista do Baixo Jaguaribe.

Mediadora: Soraya Tupinambá (PSOL/CE)

Local: Auditório da FAFIDAM/UECE

19/04 (quinta-feira) MANHÃ 9h00: Fórum Microrregional de Convivência com o Semiárido – Vale do Jaguaribe: Potencial político das tecnologias sociais - Famílias contempladas com Bioágua: Aldenir (Lagoinha/Quixerê) e Júnior (Caatinga Grande/Potiretama). - Prof. Paulo Lima (IFCE-Limoeiro do Norte) - Anjerliana Souza (Cáritas de Limoeiro) - Luiz Vicente (STTR Russas e Representante do Fórum de Convivência com o Semiárido – Vale do Jaguaribe) - Dona Santa (Agricultora da comunidade do Bixopã-Limoeiro) Mediador: Prof. Diego Gadelha (Cáritas/NATERRA) Local: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Limoeiro do Norte	TARDE 14h00: Mesa-redonda – Água: políticas, gestão e conflitos no Vale do Jaguaribe. - Ariel Rocha (UECE/NATERRA): Conflitos pela água na comunidade Uiraponga (Morada Nova/CE) - Thainá Ramos (UECE/NATERRA): Política de águas no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas - Marlene e Orlaneudes (Uiraponga): Questão hídrica na Comunidade de Uiraponga - Agnaldo Fernandes (STTR Apodi): Luta por terra e água na Chapada do Apodi/RN - Francisco Nonato (CPP): Fórum Alternativo Mundial das Águas - FAMA Ceará Mediadora: Profa. Camila Dutra (UECE/NATERRA) Local: Auditório da FAFIDAM/UECE	NOITE 19h00: Mesa-redonda – Educação do campo e capitalismo: desafios e experiências de resistência. - Prof. Alan Robson (FAFIDAM/UECE/MAIE): Expansão das relações capitalistas e o fechamento de escolas no campo. - Prof. Joel Neto e educandos (EP Jaguaruana): Projetos Educativos no Assentamento Araguaia. - Thiago Valentim (EFA Jaguaribana): Educação e agroecologia. Mediadora: Profa. Sandra Gadelha (FAFIDAM/UECE/MAIE) Local: Auditório da FAFIDAM/UECE
20/04 (sexta-feira) MANHÃ 8h00: Café coletivo e mística. 09h30: Roda de Conversa sobre Educação Contextualizada e Agroecologia. - Thiago Valentim (EFA Jaguaribana) - Aline Maia (Cáritas de Limoeiro) Local: EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé – Sítio Currais/Tabuleiro do Norte.	NOITE 19h00: Atividade cultural – Forró das Antigas (CA de História da FAFIDAM). Local: Pátio da FAFIDAM/UECE	
21/04 (sábado) MANHÃ 07h30: Intercâmbio da Rede de Defesa de Crianças e Adolescentes. Mediador: Cáritas Diocesana de Limoeiro. Local: Projeto Paz e União – Limoeiro do Norte.	TARDE 16h00: Romaria da Chapada. Coletivo de lutas marchando em defesa da vida, da terra, da água e da democracia e cobrando justiça pelo assassinato de Zé Maria do Tomé. Local: Concentração no local do assassinato de Zé Maria e caminhada até a comunidade do Tomé, seguida de missa.	

APÊNDICE J - Programação das Semanas Zé Maria do Tomé - 2021 (com destaques para a participação da EFA Jaguaribana)



Programação – X Semana Zé Maria do Tomé (19 a 23 de abril de 2021)

19 de abril (segunda-feira)

19h00: Roda de conversa - ZÉ MARIA DO TOMÉ VIVEI A LUTA CONTINUA E A R-EXISTÊNCIA SE FAZ VIDA!

Debate com: Márcia Xavier (Ceresta), Maria do Socorro (Tomé), Padre Júnior (Diocese), Raquel Rigotto (Tramas), Maria de Jesus (MST), Bernadete Freitas (UFPI), Cláudio Silva (Renap), Hidelbrando Soares (UECE) e Pastora Almeida (Cáritas).

Mediação: Rameres Régis (Fafidam/UECE).

20 de abril (terça-feira)

14h00: Roda de conversa - CONFLITOS AMBIENTAIS E LUTA POR DIREITOS

Debate com as representações populares: Território Quilombola do Cumbe (Aracati), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Comunidade da Parada (Pecém), Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (Santa Quitéria), Baixo das Palmeiras (Crato), Comunidades da Chapada do Apodi (Tabuleiro do Norte), Acampamento Zé Maria do Tomé (Limoeiro do Norte), Ocupação da Cidade Alta (Limoeiro do Norte) e Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (Apodi).

Mediação: Cecília Feitosa (Mandato É Tempo de Resistência).

19h00: Roda de conversa - ECOS DA CHAPADA: A LUTA NÃO TEM FRONTEIRAS!

Debate.com: Boaventura de Sousa Santos (Univ. Coimbra), Michael Löwy (CNRS), Roberto Cabrini (Repórter Record), Ana Aranha (Repórter Brasil) e Waleska Santiago (Doce Veneno).

Mediação: Melquiades Júnior (Doce Veneno).

21 de abril (quarta-feira)

**19h00: CELEBRAÇÃO
EUCARÍSTICA EM MEMÓRIA
DA VIDA E DA LUTA DE ZÉ
MARIA DO TOMÉ**

Local: Igreja da comunidade do
Tomé (restrito aos familiares)

*"Companheiro Zé Maria,
aqui estamos nós,
falando por você já que
calaram sua voz!"*



22 de abril (quinta-feira)**09h00: LANÇAMENTO DO DOSSIÊ CONTRA O PACOTE DO VENENO E EM DEFESA DA VIDA**

Organização: Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Mediação: Fernando Carneiro (FIOCRUZ).

15h00: Roda de conversa - EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: DESAFIOS DA PRÁXIS TRANSFORMADORA

Debate com: Lia Pinheiro (FAEC/MAIE/UECE), Regina Coele (FAEC/UECE-EFA Jaguaribana), Sandra Gadelha (Fafidam/MAIE/UECE) e Reginaldo Ferreira (MAIE/UECE).

Mediação: Ernandi Mendes (Fafidam/MAIE/UECE).

19h00: Roda de conversa - EM DEFESA DA VIDA, CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS

Debate com: Larissa Bombardi (USP) e Renato Roseno (Deputado Estadual pelo Ceará/PSOL).

Mediação: Lucenir Chaves (Fafidam/NATERRA/UECE).



@movimentovinteum



@MovimentoVinteUm



Movimento 21

23 de abril (sexta-feira)**09h00: Roda de conversa - A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA**

Debate com: Liana Leitão (NATERRA/UECE), Rafaela Lopes (NATERRA/UECE-TRAMAS) e Kenned Alexandre (ESTÁCIO).

Lançamento de livro: "As firmas tomaram conta de tudo", de Leandro Cavalcante (NATERRA-UFRN).

Mediação: Camila Dutra (NATERRA/UECE).

15h00: Momento Cultural e Encerramento da X Semana Zé Maria do Tomé - CULTURA É RESISTÊNCIA!

- Exibição do documentário "Doce Veneno" (Sweet Poison).

- Exibição de vídeos de artistas gravados especialmente para a X Semana Zé Maria do Tomé: Chico César, Banda Falácia, Wilson Bandeira e Eugênio Leandro.

Mediação: Zeuza Freitas (Resistência na Educação)

Organização da X Semana Zé Maria do Tomé:

M21 (Movimento Vinte e Um)

Apoio:

Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, MST, CSP CONLUTAS, EFA Jaguaribana, OPA, CPT, CERESTA, FAFIDAM/UECE, LECAMPO/UECE, TRAMAS/UFC, NATERRA/UECE, MAIE/UECE, FIOCRUZ Ceará, Acampamento Zé Maria do Tomé, Resistência na Educação, Mandato É Tempo de Resistência, Ceará no Clima e STTR Apodi.

APÊNDICE K - Programação das Semanas Zé Maria do Tomé - 2022 (com destaques para a participação da EFA Jaguaribana)



Programação – XI Semana Zé Maria do Tomé (18 a 23 de abril de 2022)

18 de abril (segunda-feira)

19h00: Mesa de abertura - A LUTA É TODO DIA! A RESISTÊNCIA ATIVA EM DEFESA DO VALE DO JAGUARIBE!

Debate com representações de: Acampamento Zé Maria do Tomé, Cáritas de Limoeiro, CERESTA Zé Maria, CPT, EFA Jaguaribana, FAFIDAM/UECE, FEMAJE, LECAMPO, TRAMAS, MAIE, MST, CSP-CONLUTAS, NATERRA, OPA, Quilombo do Cumbe, RENAP, STTR Apodi e Mandato É Tempo de Resistência.

19 de abril (terça-feira)

9h00: Roda de conversa - MULHERES EM LUTA SEMEANDO A RESISTÊNCIA

Debate com representações de: Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe, Grupo de Mulheres Mãos que Criam, Mulheres da Cidade Alta, Grupo de Mulheres Germinando Resistência, Grupo de Mulheres Flor de Mussambê, Mulheres do Quilombo do Cumbe, Mulheres das Casas Ocupadas do Bairro do Chico e Mulheres do Coletivo Bem-Viver.

19h00: Roda de conversa - OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO DO ALGODÃO/SOJA NA CHAPADA DO APODI - TABULEIRO DO NORTE: construção de redes de luta e resistência em defesa dos territórios camponeses

Debate com representações de: Cáritas de Limoeiro; Comissão de Resistência de Tabuleiro (agricultores/as, apicultores, experimentadores); CSA Tabuleiro; Universidades (UFRN e IFCE); Falas de apoio: EFA Jaguaribana, FEMAJE, M21, Brotar, NATERRA, Mandato É Tempo de Resistência e STTR-Apodi.

20 de abril (quarta-feira)

13h00: Atividades nas escolas – DIÁLOGOS SOBRE QUESTÃO AGRÁRIA E JUSTIÇA AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Local: Escolas Públicas Municipais de Limoeiro do Norte e Quixerê (atividade presencial)

19h00: Roda de conversa - EM DEFESA DA VIDA, CONTRA O USO DE AGROTÓXICO

Debate com representações de: Fiocruz Ceará, TRAMAS, Mandato É Tempo de Resistência, CERESTA Zé Maria, Comunidades da Chapada do Apodi.

Atividades com transmissões ao vivo pelo canal do M21 no YouTube



Movimento 21

21 de abril (quinta-feira)

ROMARIA DA CHAPADA DO APODI -

Celebrando a esperança e a resistência das(os) agricultoras(es) camponesas(es) do Vale do Jaguaribe.

Local: Concentração às 16h00 no monumento em memória do assassinato de Zé Maria e caminhada até a comunidade do Tomé, seguida de Celebração Eucarística na Capela de Nossa Senhora de Fátima.

22 de abril (sexta-feira)

Intervenções nos meios de comunicação locais (rádios, tvs e jornais).

Organização da XI Semana Zé Maria do Tomé:

Apoio:

Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, MST, CSP CONLUTAS, EFA Jaguaribana, OPA, CPT, CERESTA, FAFIDAM/UECE, LECAMPO/UECE, TRAMAS/UFC, NATERRA/UECE, MAIE/UECE, FIOCRUZ Ceará, Acampamento Zé Maria do Tomé, FEMAJE, Resistência na Educação, Mandato É Tempo de Resistência e STTR Apodi.



23 de abril (sábado)

06h00: Feira Cultural da Agricultura Camponesa - PARTILHA DE SABORES E SABERES DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA DO VALE DO JAGUARIBE

Local: Praça do BNB (Limoeiro do Norte)

06h00: Ato em Defesa do Acampamento Zé Maria do Tomé – ACAMPAMENTO ZÉ MARIA RESISTE!

Local: Praça do BNB (Limoeiro do Norte)

06h00: Programação Cultural e Encerramento da XI Semana Zé Maria do Tomé - A CULTURA DA RESISTÊNCIA NA LUTA POR DIREITOS!

Local: Praça do BNB (Limoeiro do Norte)

*“Companheiro Zé Maria,
aqui estamos nós,
falando por você já que
calaram sua voz!”*

ANEXOS**ANEXO 1 - ROTEIRO ORIENTADOR DA VISITA COM RESPOSTAS DO (A)
EDUCANDO(A)****Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé****Curso Médio-Técnico em Agropecuária - ano 2019****Roteiro orientador da Visita com respostas do (a) educando(a)**

-
1. Reconhecimento da situação em relação ao Projeto de Vida da Família Camponesa
1.1: O que vc compreende sobre o PVFC?

- 1.2 Você já faz alguma atividade na comunidade que poderá ser pontapé inicial para o PVFC?
Qual? E se não? Qual o desafio que o impulsiona a decidir e definir por onde começará?

- 1.3 Cite dois ou três trabalhos que você considera importantes para serem realizados na sua família, comunidade ou vizinhança e que podem contribuir para sua formação técnica em Agropecuária.

Assinaturas do educando (a) e educadores (as)

**ANEXO 2 - CARD DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE DO SEMINÁRIO A
CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE**

● EFAaoVivo 02/06 às 19h

RODA DE CONVERSA 01

**A Educação Libertadora em diálogo
com os povos da Chapada do Apodi**



RAFAEL SANTOS
Professor - UFC



PE. JÚNIOR AQUINO
**Cáritas Diocesana
de Limoeiro do Norte-CE**



THIAGO VALENTIM
**Agente da CPT e
Coordenador Executivo
da EFA Jaguaribana
Zé Maria do Tomé**



Seminário
**A CONTEMPORANEIDADE
DO PENSAMENTO DE
PAULO FREIRE**

**EFA Jaguaribana
Zé Maria do Tomé no
Centenário de Paulo Freire**



Escola
Família
Agrícola
Jaguaribana
Zé Maria do Tomé
Tabuleiro do Norte - Ceará

ANEXO 3 - CARD DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE DO SEMINÁRIO A
CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE



● **EFAoVivo 09/06 às 19h**

RODA DE CONVERSA 02
**Paulo Freire e a escrita contextualizada
na libertação dos povos**



MADALENA SILVA
Professora - IFCE
Horizonte-CE



SANDRA GADELHA
Professora - UECE
MAIE/LECAMPO



JOÃO PAULO
Professor - IFCE
Limoeiro do Norte-CE



Seminário
A CONTEMPORANEIDADE
DO PENSAMENTO DE
PAULO FREIRE
EFA Jaguaribana
Zé Maria do Tomé no
Centenário de Paulo Freire



Escola
Família
Agrícola
Jaguaribana
Zé Maria do Tomé
Tabuleiro do Norte - Ceará

**ANEXO 4 - CARD DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE DO SEMINÁRIO A
CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE**



● EFAaoVivo 16/06 às 19h

RODA DE CONVERSA 03
Paulo Freire e a pesquisa acadêmica



ERNANDI MENDES
Professor - UECE
FAFIDAM/MAIE



DIANA NARA
Professora - UECE
FAFIDAM/LECAMPO



JOÃO PAULO
Professor - IFCE
Limoeiro do Norte-CE



Seminário
A CONTEMPORANEIDADE
DO PENSAMENTO DE
PAULO FREIRE

EFA Jaguaribana
Zé Maria do Tomé no
Centenário de Paulo Freire



Escola
Família
Agrícola
Jaguaribana
Zé Maria do Tomé
Tabuleiro do Norte - Ceará

ANEXO 5 - CARD DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE DO SEMINÁRIO A
CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

● EFAaoVivo **23/06 às 19h**

RODA DE CONVERSA 04
**A Pedagogia e o Teatro do Oprimido:
um diálogo mais que necessário**



JOSÉ RÔMULO
Centro de Educação
UECE



REGINA COELE
Professora - UECE e
Coordenação Pedagógica
da EFA Jaguaribana
Zé Maria do Tomé



Seminário
A CONTEMPORANEIDADE
DO PENSAMENTO DE
PAULO FREIRE
EFA Jaguaribana
Zé Maria do Tomé no
Centenário de Paulo Freire



Escola
Família
Agrícola
Jaguaribana
Zé Maria do Tomé
Tabuleiro do Norte - Ceará

**ANEXO 6 - CARD DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE DO SEMINÁRIO A
CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE**



● EFAaoVivo 30/06 às 19h

RODA DE CONVERSA 05

**Experiências e Movimentos de
Libertação: reflexão com Paulo Freire**



LOURDES VICENTE
Professora - IFCE
Crateús-CE e
militante do MST



EULA MARTINS
Cáritas Diocesana
de Iguatu



LUCENIR JERÔNIMO
Professora -
UECE/FAFIDAM



REGINALDO FERREIRA
Instituto Brotar



REGINA COELE
Professora - UECE e Coordenação
Pedagógica da EFA Jaguaribana
Zé Maria do Tomé



**MÁRCIA XAVIER
CERESTA**



**Seminário
A CONTEMPORANEIDADE
DO PENSAMENTO DE
PAULO FREIRE**

**EFA Jaguaribana
Zé Maria do Tomé no
Centenário de Paulo Freire**



Escola
Família
Agrícola
Jaguaribana
Zé Maria do Tomé
Tabuleiro do Norte - Ceará